



OLHARES PELO ESPAÇO PÚBLICO

Alessandro Filla Rosaneli (org.)

OLHARES
PELO ESPAÇO PÚBLICO

Alessandro Filla Rosaneli
(organizador)

OLHARES PELO ESPAÇO PÚBLICO

1ª edição

Curitiba

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

Reitor

Profa. Dra. Graciela Bolzón de Muniz

Vice-reitora

SETOR DE TECNOLOGIA DA UFPR

Prof. Dr. Horácio Tertuliano Filho

Diretor

Profa. Dra. Regina Maria Hartog Pombo Rodriguez

Vice-diretora

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO

Profa. Dra. Daniele Regina Pontes

Coordenadora

Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

Vice coordenador

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Maria Lúcia Masson

Presidente

Profa. Dra. Adenise Lorenci Woiciechowski

Profa. Dra. Elizete Maria Lourenço

Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

Prof. Dr. Daniel Costa dos Santos

Prof. Dr. Eduardo Márcio de Oliveira Lopes

Prof. Dr. Maurício Felga Gobbi

Prof. Dr. Robson Seleme

Membros

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR

Biblioteca de Ciência e Tecnologia

O45

Olhares pelo espaço público / Organizador: Alessandro Filla Rosaneli. - 1ª ed. – Curitiba : Setor de Tecnologia da UFPR, 2019.

325p. : il. e-book

ISBN 978-85-5780-030-4

1. Espaços públicos. 2. Urbanização – espaços abertos. I. Rosaneli , Alessandro Filla (org.). III. Título.

CDD:711.41

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585

Arte da capa e editoração eletrônica: Gustavo Domingues Gaspari

SUMÁRIO

UMA NOTA INTRODUTÓRIA _____	7
Alessandro Filla Rosaneli	
RESPEITÁVEL [ESPAÇO] PÚBLICO	
O artista de rua como facilitador de interações sociais na cidade _____	21
Gabriela Bortolozzo	
Soluanny Hunhevicz Barbosa	
POKÉMON GO NO PASSEIO PÚBLICO	
Apropriação virtual do espaço público _____	52
Debora S. Silveira	
Pedro L. de Castro	
BOCA MALDITA	
Performances, tribalização e invenção de tradições no espaço público _____	86
Lauro A. Moraes	
Fabiano Fazon	
DIA DE JOGO	
Apropriação, territorialidade e transformação do espaço público do entorno do estádio Joaquim Américo Guimarães _____	116
Gustavo Domingues Gaspari	
REPERCUSSÕES LOCAIS DE UM MEGAEVENTO GLOBAL	
Análise dos efeitos da Copa do Mundo de 2014 no espaço público da Av. Pres. Getúlio Vargas em Curitiba/ PR _____	147
Elena J. Brandenburg	
Fabiana Wütrich	

CARTOGRAFANDO SENTIDOS

Percepções de pessoas cegas nos caminhos da cidade _____ **176**

Bianca Beatriz Roqué

Paulo Ricardo Ross

Leomir Barbosa Bill

PARA ALÉM DO ICÔNICO

**A riqueza das experiências nos espaços públicos
do Museu Oscar Niemeyer** _____ **203**

Fernando D. Caetano

DA GENEROSIDADE À HOSTILIDADE

**Arquitetura hostil nas galerias da Avenida
Sete de Setembro** _____ **223**

Débora R. Faria

URINA NO ESPAÇO PÚBLICO

As implicações do resíduo no centro de Curitiba _____ **251**

Carlos Alexandre Kolb da Rocha

Gabriela Martello Maluf

O ESPAÇO PÚBLICO EM SUA DIMENSÃO

POLÍTICA E EMOCIONAL

**Uma análise das experiências no pátio da
Reitoria da UFPR** _____ **280**

Camila Campos de Lara Jamikiu

Marcia Alves Soares da Silva

A MÍDIA E O NOVO ESPAÇO PÚBLICO _____ **309**

Lauro A. Moraes

Alessandro Filla Rosaneli

UMA NOTA INTRODUTÓRIA

“Olhai para ver? Porque assim como há muitos que olham para cegar, que são os que olham sem tento, assim há muitos que veem sem olhar, porque veem sem atenção. Não basta ver para ver; é necessário olhar para ver o que se vê. Não vemos as coisas que vemos porque não olhamos para elas. Vemo-las sem advertência e sem atenção, e a mesma desatenção é a cegueira da vista. [...]”

Padre Antônio Vieira – Sermão da Quinta Quarta-feira da Quaresma, 1685, In: Sermões, Edições Loyola, São Paulo, 2008.

É muito comum existir menções, em dedicatórias de publicações científicas como essa, ao fato de que nós, professores, aprendemos muito com nossos alunos e nossas alunas. Como são verdadeiras! Esse livro é mais uma prova da experiência de trocas que o processo de ensino possibilita. Ele é o resultado do esforço de vários autores e várias autoras para enfrentar os desafios intelectuais de uma disciplina que tem sido ministrada desde 2013 nos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná. Início esse texto introdutório, portanto, com o reconhecimento e o mais fraterno agradecimento aos autores e autoras desse livro.

Foram mais de cem trabalhos realizados por alunos e alunas, de diferentes turmas, durante esses anos e os aqui selecionados permitem compreender a riqueza e a complexidade da pesquisa sobre os fenômenos que emanam do espaço público. A generosidade da resposta dessas turmas aos desafios lançados durante a disciplina deve ser louvada. Essa publicação consiste em mais uma forma de atravessar as paredes da sala de aula e apresentar a um público maior e mais diversificado as discussões e experiências vividas. Por meio do singelo trabalho de organizar tais contribuições, espero retribuir a eles e a elas os esforços empreendidos.

A discussão sobre o espaço público nunca esteve tão em voga. Cada vez mais artigos e livros são lançados com o intuito de captar a complexa trama que plexa trama que esse conceito envolve. Concursos e prêmios são

organizados ao redor do mundo como forma de estimular a criatividade de profissionais para a construção de cidades mais inclusivas. Ademais, ao longo da última década, o vigoroso empenho de organizações multilaterais, como a UN-HABITAT, demonstra que esse assunto faz parte de uma agenda global de preocupações. A riqueza desse constructo, portanto, é inquestionável, quer seja como tema de discussão na academia quer seja como resultado da expressão da vida em comunidade.

Um alerta, entretanto, deve ser registrado: por vezes, o idealismo envolto na (re)conquista do espaço público pelos cidadãos é capturado pelo capital imobiliário e corporativo, desvirtuando a sua dimensão comum, de servir a todos. Por isso, é muito comum que surjam expressões como espaço “semipúblico”, “espaço coletivo”, “espaço privado de uso público” etc. Alguns autores entenderam que essa dualidade público-privado não é suficiente para explicar as distintas possibilidades de aglomeração humana, levando-os a criar o conceito de um “terceiro espaço”. Longe de focar na discussão de tais classificações, a presente publicação aborda os espaços públicos mais elementares, aqueles que são de “uso comum do povo” conforme nossa legislação: irrestritamente acessíveis e de responsabilidade administrativa do Poder Público porque são de propriedade geral, ainda que ocorram invasões e apropriações indevidas. São as ruas, as praças e os parques urbanos, os tipos mais presentes nas cidades ao redor do mundo e se enquadram, dessa forma, em uma definição mais restritiva do espaço público.

Quais seriam as definições possíveis para esses espaços públicos? Essa pergunta é importante e para ser respondida requer que algumas questões prévias sejam levantadas. Em razão da grande quantidade de disciplinas que tratam dessa temática, dos vários autores que se debruçaram sobre sua inerente complexidade, por vezes, existem contradições que dificultam um convívio convergente das formulações (ROSANELI, DALMOLIN e FARIA, 2019). Por exemplo, seria uma igreja, ou edifício religioso de qualquer religião, espaço público? E um *shopping center*? Certamente, ninguém teria dúvida de que uma rua é um espaço público, mas e se essa rua se localizar dentro de um condomínio horizontal fechado por muros e com controle de entrada? É imprescindível a materialidade do lugar para a sua existência? As conexões virtuais se conformam como espaço público? Entre as várias tentativas de definir esse conceito, a mais frutífera talvez seja a que identifica duas dimensões constitutivas para o espaço público: a material e a imaterial. Ainda que seja uma totalidade indivisível, é possível encontrar um

rol de questões e abordagens que auxiliam a definição das possibilidades de conexão entre essas esferas.

No tocante à dimensão imaterial do espaço público, tenho presenciado um acalorado debate – até mesmo certa perturbação –, especialmente no campo da filosofia política, sobre os princípios basilares que regulam sua esfera de decisões, em consequência da desconfiança e do desencanto com a política. Entendida como o âmbito no qual é possível articular os assuntos comuns e tratar das diferenças, organizando, assim, as experiências da sociedade, a dimensão imaterial manifesta a qualidade imanente que qualquer espaço público deveria possuir, sua essência política, o que permite uma aproximação com as discussões sobre a democracia e noção de cidadania. Tal convergência tem sido exaustivamente tratada desde que Arendt (2001 [1958]) e, sequencialmente, Habermas (2003 [1962]) lançaram luzes sobre o termo “esfera pública”, que se aproxima do que aqui chamamos de espaço público imaterial.

Entretanto, uma série de práticas exclusivistas, baseadas em raça, sexo, classe, idade e tipo de usuário, tem limitado as possibilidades de abertura e acessibilidade que a conceituação original celebra. Ressalto, portanto, o entendimento de que o espaço público não é necessariamente aquele de responsabilidade do Poder Público, mas sim todo e qualquer espaço físico que possibilite às pessoas realizarem uma gama de atividades coletivas. Nessa compreensão mais larga do conceito, muitos dos espaços de propriedade privada podem ser entendidos como públicos: um *shopping center*, por exemplo. Outra ramificação conceitual, geradora de grandes incertezas dada a sua contemporaneidade, advém do que tem sido chamado de “novo espaço público”, isto é, aquele que permite que nos relacionemos à distância, em grupos de conversa ou redes sociais, fenômeno facilitado pela rede mundial de computadores. Quer seja pelo tratamento questionável de informações pessoais por meio do *big data*, quer seja pela corrosão do debate público em consequência das *fake news*, ou mesmo por ser um recinto altamente controlado e privatizado, disfarçadamente, dentre tantas outras questões, ainda permanecem constrangimentos para o assentamento do conceito.

É a dimensão material constitutiva do conceito de espaço público que encontra maiores reverberações na prática, no ensino e nos domínios das profissões que lidam com as diversas conformações do espaço. Nessa concepção, algumas abordagens são mais recorrentes na tentativa de definir o espaço público. Primeiramente, a partir do estabelecimento de um par

antagônico, é evocada a separação entre o espaço público e o privado. O espaço público seria, nessa oposição, aquele que não se restringe a um proprietário, mas que é comum a muitos, embora ninguém isoladamente possa usufruí-lo em vantagem própria, que agrida a todos, sem a devida anuência do ente responsável.

Com a finalidade de demarcar a responsabilidade do Poder Público sobre seus bens, é muito comum que esse espaço seja resguardado por um corpo legal. No caso brasileiro, resgato o gravado pelo Código Civil Brasileiro (Lei Federal 10.406/2002), que distingue as noções de “inalienabilidade”, “imprescindibilidade” e “impenhorabilidade” para o domínio público e os divide em três categorias: i) bens de uso comum; ii) bens de uso especial; iii) bens dominicais, sendo o primeiro o mais comumente conhecido, pois especifica as ruas, as praças e os parques. Reconheço aqui um dos maiores desafios para o concreto e seguro estabelecimento do espaço público em razão da indistinção com o espaço privado, invasão que frequentemente acarreta sua privatização. Tal confusão de territórios admite respaldo na obra de Da Matta (1997), quando assinala que essa dualidade funda “domínios culturais institucionalizados” (ou um “par estrutural”) que esclarecem muitos dos conflitos aos quais a sociedade brasileira ainda não demonstrou capacidade de resolução.

Contudo, essa discussão não se restringe ao Brasil. A própria ONU compreende que a comercialização dos espaços públicos é uma ameaça para que o bem comum seja determinante no estabelecimento dos direitos humanos e da equidade social. De fato, a UN-HABITAT tem dado particular atenção ao tema desde que estabeleceu o *Global Public Space Programme*, em 2012, dedicado a consolidar abordagens, estabelecer cooperação e desenvolver políticas internacionais. Em 2015, foi deliberado que o *World Habitat Day* seria dedicado ao tema do espaço público e, já em 2016, foi dispendido especial atenção ao tópico na Conferência Habitat III, em Quito no Equador, transformando-o numa relevante questão da Nova Agenda Urbana (2016). Por outro lado, um discernimento mais “projetual” ou “arquitetônico” do espaço público, no qual se destacam os aspectos programáticos, funcionais e estéticos, tem sido celebrado em certas partes do mundo; exemplarmente, o “prêmio europeu do espaço público urbano” (CCCB, 2010), já na sua 14ª edição bianual em 2018, configura-se num dos maiores divulgadores desse entendimento.

Por fim, um terceiro posicionamento possível em relação à definição

de espaço público advém da sua conexão com o conceito de paisagem urbana, por meio do qual se reconhece o potencial para expressar a riqueza e a identidade cultural de um povo, como explicita a Carta do Espaço Público (INU, 2013), baseando-se na Convenção Europeia da Paisagem (CONSELHO DA EUROPA, 2000). Cabe assinalar que o conceito de paisagem admite uma profusão de posicionamentos (BESSE, 2014), recaindo em ampla definição que, com o passar do tempo, acabou por admitir múltiplas significações e significados, sendo apropriado por diversas disciplinas. Nessa aproximação, entendo que o espaço público é um dos componentes da paisagem urbana, que lhe dá especial conformação.

A importância do espaço público como local de encontro para a conformação das relações sociais pode ser rastreada na história, até a Antiguidade, em vários povos. Desde os primeiros assentamentos da Mesopotâmia aos últimos núcleos de povoamento encontrados na Floresta Amazônica, é possível observar o estabelecimento de um local comum de trocas. É inerente ao nosso modo de convivência, portanto. Nesse sentido, talvez sejam um tanto extravagante as teorias que apontam para um “fim do espaço público”, como bem aponta Mitchell (2003), pois os diferentes tipos de espaços públicos vêm demonstrando grande capacidade de resiliência, transformando-se e sendo transformados pela dinâmica social. Não sem conflitos, já que em cada momento histórico, para cada arranjo social, a natureza do espaço público possui distintos significados. Há sempre uma disputa de visões instituída: em algumas ocasiões, revela uma posição mais utilitária e ordeira, que aceita que normas rigorosas sejam impostas em benefício de uma convivência distensa; e, às vezes e menos comum atualmente, há outro modo de entendimento, que preza a dissonância natural em ambiente de coexistência entre diferentes. Nesta sintonia, ainda que com riscos de desordem, o espaço público revela a sua mais essencial qualidade, a da realização política, que impinge que a habilidade de cooperação seja restaurada, conforme alerta Sennett (2015).

É fato que ele tem se transmudado várias vezes, por ora incorporando novas atividades, às vezes separando-as, mas é impossível pensar qualquer aglomeração humana na história sem a presença do espaço comum, mesmo em distintas tradições culturais. Ainda assim, a quantidade e forma de sua distribuição pelo território são questões muito apropriadas à investigação, para que se pondere sobre a sua existência e pertinência na cidade contemporânea. Um modo prático de aferir essa realidade é através do

“Coeficiente do Espaço Público” (CEP), um indicador criado no Observatório do Espaço Público (OEP) da UFPR, que vem sendo aplicado para mensurar essa realidade em diversas cidades brasileiras. Trata-se de uma medida adimensional que relaciona a área total dos tipos de espaços públicos (agregados em 3 categorias: ruas, praças e parques) com a área total de um dado recorte territorial.

Observando o caso de Curitiba e empregando a divisão do município em Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), é possível perceber que existem claras distinções na presença dos espaços públicos no território curitibano (Figura 01). Mas essa distribuição é ainda mais assimétrica ao analisar os componentes do CEP de forma desagregada. Assim, se a presença das ruas ajuda a equilibrar a distribuição dos espaços públicos, os parques, mas, sobretudo, as praças (Figura 02), permitem indicar que a sua existência é um elemento que também pode auxiliar a compreensão da segregação sócio espacial que é marca da cidade latino-americana.

FIGURA 01 - Mapa do município de Curitiba dividido por UDHs e com representação do CEP total em cinco intervalos (Jenks)

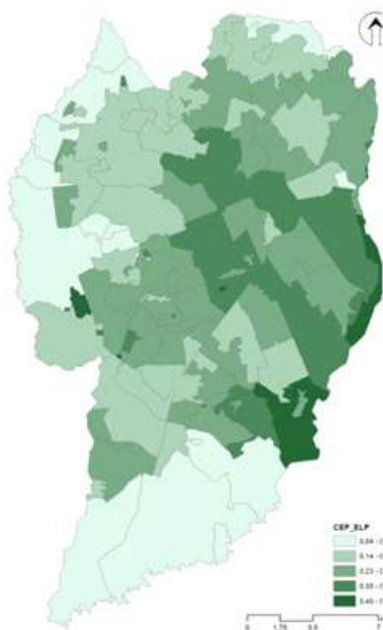
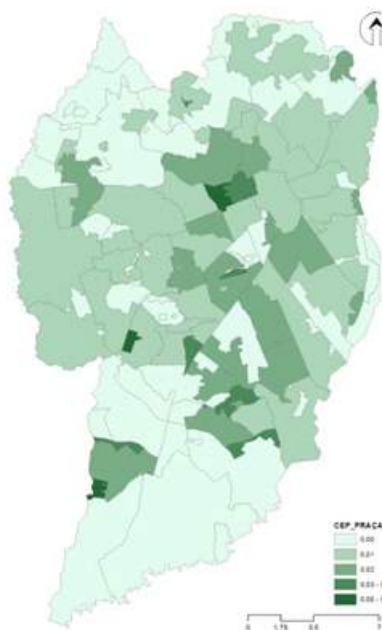


FIGURA 02 - Mapa do município de Curitiba dividido por UDHs e com representação do CEP praças em cinco intervalos (Jenks)



Fonte: OEP

A análise quantitativa revela que a avaliação da presença e da distribuição dos espaços públicos é uma ferramenta importante para a mensuração da qualidade de vida nas cidades, como apontam as publicações internacionais, quando indicam essa inequívoca relação, especialmente para a prosperidade urbana (UN-HABITAT, 2013). Contudo, nem sempre a existência do espaço público é garantia para seu completo usufruto. A qualidade desses espaços também deve ser motivo de contínuo e cuidadoso escrutínio. Para tanto, o Observatório do Espaço Público tem utilizado uma diversidade de experimentos investigativos com a finalidade de compreender a riqueza e a complexidade do cotidiano do e no domínio comum e, assim, contribuir para a construção de caminhos que coloquem a qualidade dos espaços públicos definitivamente na agenda política. Existe uma longa tradição de estudos que procura avaliar o comportamento humano no espaço e as características próprias do ambiente, fundamentando um campo do conhecimento que investiga a interrelação pessoa-ambiente, construído em bases transdisciplinares.

Os pesquisadores do Observatório do Espaço Público já percorreram milhares de quilômetros de ruas de cidades brasileiras e as pesquisas desenvolvidas objetivam construir um quadro sintético sobre suas características mais marcantes. A indistinação entre o público e o privado pode ser considerada o fato distintivo fundamental de nosso domínio comum (Figura 03).

FIGURA 03 - A indistinação entre as dimensões público-privado na cidade brasileira



1. Situação muito comum nas ruas brasileiras: a invasão do passeio, nesse caso, por veículos e mercadorias (Pinhais, 2012); **2.** Situação rara, mas significativa para o entendimento do enraizamento da confusão entre o público e o privado (Belém, 2015).

Fonte: OEP



3. Minha calçada, meu jardim (Belém, 2015); **4.** Tentativa de controle da ocupação da calçada pelo proprietário de estabelecimento comercial, mas com dificuldades (Belém, 2015); **5.** Escadaria de entrada de lote na calçada (Manaus, 2015); **6.** Rampa, escadaria e lixeira na calçada (Manaus, 2015); **7.** Invasão do comércio ambulante, ainda que controlado pelo Poder Público (Manaus, 2015); **8.** Minha calçada, meu estacionamento (Manaus, 2015); **9.** Invasão das mercadorias no passeio, protegidas para não prejudicar a laticia (Manaus, 2015); **10.** Minha calçada, meu jardim, meu restaurante, protegido para não espantar a freguesia (Manaus, 2015). **Fonte: OEP**



11. Todo o conforto de um restaurante no passeio: televisão ligada, churrasco na brasa e balcão para se servir (Goiânia, 2015); **12.** A extensão do ambiente de refeições do restaurante no passeio (Goiânia, 2015); **13.** A ocupação total do largo passeio com estrutura pouco confiável (Goiânia, 2015); **14.** A ocupação do passeio com quiosque de necessidade duvidável (Goiânia, 2015); **15.** Sequência de barracas ocupando totalmente o passeio e a área de estacionamento público servindo de apoio a esses comerciantes (Goiânia, 2015); **16.** Destinação irregular do passeio à área de manobra e estacionamento para atender a comércio específico (Fortaleza, 2015); **17.** Ocupação do passeio por fileira dupla de quiosques de alimentação (Fortaleza, 2015); **18.** Ocupação plena do passeio com animais vivos à venda (Fortaleza, 2015). **Fonte:** OEP



19. Ocupação plena do passeio com alimentos à venda, junto ao ponto de ônibus, constituindo uma das parcerias mais frequentes em nossos espaços públicos (Fortaleza, 2015); **20.** Minha calçada, minha lanchonete (Salvador, 2015). **Fonte: OEP**

A dimensão material do espaço público espelha as marcas constituintes de nossa sociedade. Tal conjunto de análises, portanto, permite observar os avanços, os retrocessos e os conflitos que distinguem nosso caminho comum. Como um grande mosaico da nossa realidade que só se descortina com um olhar atento, olhar este que a presente publicação procura ensejar.

A iniciativa de análise da dimensão material do espaço público através dessa metodologia tem alimentado as discussões em sala de aula, especialmente na disciplina “O espaço público da metrópole contemporânea”. As discussões, por sua vez, foram traduzidas pelos trabalhos aqui apresentados.

Os textos aqui reunidos se aproximam pelo conceito geral – o espaço público – e pela aplicação de métodos qualitativos para captar distintas ações nesse âmbito. Dada a variedade de tipos de espaços públicos e a multiplicidade de atividades que acontecem neles, o conjunto de textos permite reconhecer a riqueza e a dinâmica da cidade.

Nosso palco se abre com o texto da Gabriela e da Soluanny, que oferece um cenário sobre o papel dos artistas de rua na constituição do teatro da vida no espaço público. Comovente, de um lado, pela exposição da constante luta pelo reconhecimento – de espectadores à administração pública – e exultante, de outro, quando demonstra o potencial desses artistas para a recuperação da essência primeira do espaço público. As trocas, nesse caso, mensuram a intensidade do contato humano. A atualidade de suas percepções para Curitiba não poderia ser mais apropriada.

O trabalho da Débora e do Pedro analisa uma nova abertura para o uso do espaço público, promovida pela tecnologia. Observando o vai e vem

uso do espaço público, promovida pela tecnologia. Observando o vai e vem dos usuários de *Pokémon GO* no Passeio Público de Curitiba, alertam para dois movimentos retroalimentados que a mediação entre o virtual e o real acomoda: de um lado, os interesses corporativos promovem certa comercialização e privatização “virtual” do espaço público e, de outro, o domínio comum, em certa medida abandonado, passa por novo ciclo de ocupação, cumprindo sua finalidade primeira. Nesse sentido, apontam que, ao contrário de ameaçado, o espaço público é reinventado. As estratégias de documentação utilizadas para a apreensão das atividades, certamente, instigam à leitura.

A simbologia que emana da Boca Maldita de Curitiba é o motivo central do provocativo texto de Lauro e Fabiano. Adentrando esse espaço, entre assíduos frequentadores, apressados passantes e desavisados turistas, os autores discutem as razões pelas quais se consolida ali uma importante tradição curitibana, já que as características físicas do ambiente pouco determinam essa construção social. Assim, observando a performance de seus usuários e o espaço que o conforma, sugerem que o espaço público da Boca constitui parte da identidade de Curitiba -ainda que como tradição inventada- onde se desenvolve uma encenação muito particular, com seus códigos e conversas, com suas figuras notáveis, tal qual uma tribo urbana.

O trabalho do Gustavo é de um torcedor de futebol que procura ir além da experiência de um dia de jogo. Busca olhar para o espaço público e perceber os padrões de apropriação pela dinâmica do espetáculo futebolístico. Percorrendo sistematicamente o entorno da Arena da Baixada, estádio do Clube Atlético Paranaense, o autor elenca as características do território da torcida e a complexa rede de relações entre uma miríade de agentes envolvidos com o futebol. Reconhecendo o importante papel social e cultural desse esporte para a sociedade brasileira, alerta para as inúmeras trocas e conflitos que acontecem no compartilhamento desse território transitório, que pode ser comum em várias cidades que abrigam a mesma paixão.

Elena e Fabiana realizam a imersão no universo futebolístico que extravasa para fora do estádio, porém, em situação mais específica: durante a Copa do Mundo de 2014. Na Arena da Baixada e com a lente ajustada para captar as alterações locais advindas da pressão de um evento global, investigam a realização desse megaevento esportivo na cidade de Curitiba. As autoras avaliam o quanto o espaço público foi utilizado para dar suporte ao espetáculo e, por isso, deixou de contemplar o cotidiano do cidadão,

circunstância atrelada a questões que raramente são atendidas pelo Poder Público. Observando o legado efêmero e o permanente da Copa num trecho da Avenida Getúlio Vargas, adjacente ao estádio, atentam para os valores implícitos dessa estratégia de desenvolvimento ligada aos eventos espetaculares de escala global que continua a impactar várias cidades mundo afora.

Bianca, Paulo e Leomir se juntaram nas ruas de Curitiba para promover uma leitura sensível do ambiente que nos rodeia cotidianamente. Caminhando ao lado de dois cegos como estratégia investigativa, os pesquisadores constroem um arsenal que permite explorar as adversidades e as estratégias comumente experienciadas por cegos nas ruas da cidade e transmitir, de forma perspicaz, suas percepções ao caminhar. Portanto, é um texto que questiona a construção da cidade em função da cultura hegemônica da visão, alertando para o intrincado conjunto de experiências sensoriais que o espaço público oferece.

O Museu Oscar Niemeyer possui inegável destaque na paisagem curitibana. O texto de Fernando apresenta a dupla inserção desse edifício na sociedade local: como ícone turístico, que refirma a tentativa de Curitiba de se instalar como modelo no cenário nacional e internacional, e como ponto de atração de grupos concidadãos, constituindo territórios específicos, por vezes, amalgamados. Ainda que o edifício seja marcante na paisagem, o autor conclui que são os espaços livres circundantes que sustentam a complexa dinâmica de usos e apropriações, ora incentivada ora repreendida.

Por sua vez, o texto da Débora permite compreender como a lógica da desconfiança e do medo do próximo, que retroalimentam a sensação de insegurança ativada por tantos outros meios, possui uma marca espacial na paisagem, através das técnicas de design e vigilância empregadas. Observando uma situação urbana extremamente generosa e rara para os padrões brasileiros, qual seja as galerias cobertas do Setor Estrutural de Curitiba, especificamente da Avenida Sete de Setembro, a autora expõe sua paulatina transformação por meio do emprego de elementos hostis, como forma de controle do espaço público. Nesse sentido, a essência democrática e aberta do domínio comum é agredida, sobretudo para afugentar aqueles cujo comportamento e situação social pretensamente não se enquadram aos objetivos comerciais desse e de tantos outros espaços na cidade brasileira.

Carlos e Gabriela apresentam um texto de temática árida, pouco tratada na literatura, mas que é presente desde tempos imemoriais em

qualquer cidade: a urina no espaço comum. Mesmo com dificuldade de registro, uma vez que o ato acontece sorrateiramente, vasculham o centro de Curitiba atrás de vestígios para compreender as implicações socioespaciais dessa conduta. Trata-se de uma discussão que nos auxilia a refletir sobre os limites de tolerância de uma dada cultura urbana e sobre a capacidade do espaço público de atender as necessidades mais básicas de seus usuários.

Marcia e Camila estudaram um espaço público de grande simbolismo para a comunidade curitibana e sobretudo para elas enquanto estudantes: o pátio da Reitoria da UFPR. Mediante um olhar sensível às dimensões emocionais e políticas que emanam de seus principais usuários, as autoras captam nuances que permitem compreender como se desenvolve a densa sociabilidade nesse espaço que é irrestritamente acessível a todos e todas, mas que possui forte ligação com o cotidiano da universidade. Nesse sentido, ao observarem a materialidade e a imaterialidade que compõem o espaço público, entendem a essencialidade das dimensões analisadas, muitas vezes ausentes ou cerceadas, para a conformação do domínio comum na cidade contemporânea.

Por último, mas não menos importante, um artigo com um propósito complementar, na medida em que se constitui de uma digressão teórica inspirada em alguns textos que compõem essa disciplina. Ademais, Lauro e eu realizamos uma ponte com alguns dos acontecimentos que marcaram o Brasil nos últimos anos.

E, como forma de concluir esse texto introdutório, que não tem a mínima pretensão de esgotar as questões que emanam do conceito de espaço público, considero ser legítimo apontar que as pesquisas aqui apresentadas se aproximam também pela abordagem empirista, que exige do investigador uma leitura do campo para melhor compreender as aflições que a teoria abarca. Assim, presentes no espaço público, autores e autoras conseguiram passar pelo desafio do registro do dia-a-dia e, principalmente, pelas dificuldades da exposição de seus corpos, sendo notados, seguidos, abordados e até questionados. Ao mesmo tempo, também conseguiram captar certos movimentos na cidade, que de tão dinâmicos, por vezes, passam despercebidos dos olhos menos avisados. Olharam com a atenção qual demandava Padre Antônio Vieira. Portanto, até como documento de uma conjuntura, uma fotografia de um instante no incessante cotidiano da cidade, esse livro torna-se uma forma de dividir essa experiência com outros e outras, fazendo um convite: desejamos que essas linhas provoquem o leitor a olhar e a

pensar sobre nosso chão comum, pois, ao fim, ele é o puro reflexo do que realmente somos.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [1958].

BESSE, J. M. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRASIL. *Lei 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, jan. 2002. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-publicacao-original-1-pl.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CENTRE DE CULTURA CONTEMPORÂNEA DE BARCELONA (CCCB). *In Favour of Public Space: ten years of the european prize for urban public space*. Barcelona: CCCB: ACTAR, 2010.

ISTITUTO NAZIONALE DI URBANISTICA – INU. *Charter of Public Space*, 2013. Disponível em: <http://www.inu.it/wpcontent/uploads/Inglese_CHARTER_OF_PUBLIC_SPACE>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CONSELHO DA EUROPA. *Convenção europeia da paisagem*. Florença: CONSELHO DA EUROPA, 2000.

DA MATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003 [1962].

MITCHELL, D. *The right to the City*. Social Justice and the Fight for Public Space. New York: The Guilford Press, 2003.

ROSANELI, A. F.; DALMOLIN, G. H.; FARIA, D. R. O conceito de espaço público: sucinta revisão de literatura em artigos dos ENANPUR. In: *Anais ... ENANPUR*: Natal, 2019.

SENNETT, R. *Juntos*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

UN-HABITAT. *Nova Agenda Urbana*. Quito: UN-HABITAT, 2016.

_____. *Streets as public spaces and drivers of urban prosperity*. Nairóbi: UN-HABITAT, 2013.

RESPEITÁVEL [ESPAÇO] PÚBLICO

O artista de rua como facilitador de interações sociais na cidade

BORTOLOZZO, Gabriela¹

BARBOSA, Soluanny Hunhevicz²

1. Prólogo: os antecedentes da trama

*“Cada cidade pode ser outra
quando o amor a transfigura
cada cidade pode ser tantas
quantos amorosos a percorrem
[...]
cada cidade pode ser outra
quando o amor pinta os muros
e dos rostos que entardecem
um é o rosto do amor
[...]”*

(BENEDETTI, 2001, p.122, tradução nossa¹).

Amar a cidade pode parecer um exagero, quase um ufanismo. Mas, de perto, verifica-se que alguns espaços da urbe possibilitam relações entre as pessoas e destas com o entorno, conformando lugares. São os seres que ocupam e se apropriam dos lugares que permitem o afloramento dessas relações.

Os artistas de rua contribuem para a construção de sentimentos em relação a determinado lugar. Ao notá-los, algumas pessoas esboçam reações amáveis, como sorrisos e aplausos. Outras, por sua vez, demonstram repulsa ao trabalho do artista. Ainda que se conjecture que reações positivas sejam o reflexo espontâneo a essa arte representada na cidade, observa-se nas ruas

¹ Licenciada e Bacharela em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Rio Claro. Mestra em Geografia pela mesma instituição. Doutoranda em Geografia, Universidade Federal do Paraná.
gbortolozzo@gmail.com

² Arquiteta e urbanista, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestranda em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná.
soluanny.barbosa@hotmail.com

sentimentos divergentes, que ajudam a compreender como a presença de artistas no espaço público enseja distintos comportamentos.

No plano legal, por exemplo, uma das divergências verificadas corresponde ao reconhecimento do ofício da arte de rua ao longo da história. Em Curitiba, já na década de 1950, o Código de Posturas Municipais considerava os artistas de rua como vendedores ambulantes, na medida em que impunha a ambos as mesmas exigências (CURITIBA, 1953). O embasamento legal exclusivo aos artistas de rua da cidade passou a vigorar apenas em 2015, quando foi sancionada a Lei Municipal n. 14.701 (CURITIBA, 2015a), demonstrando que a preocupação do poder público pela questão é recente. Outras metrópoles brasileiras – como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre – produziram regulamentos similares na mesma época. No caso paranaense, a legislação condicionou-os a uma série de restrições, que mais dificultam seu trabalho do que os respaldam juridicamente.

Quando se analisa a imagem concebida pela imprensaⁱⁱ, nota-se que o termo “artistas de rua” está comumente relacionado às artes plásticas, como *graffiti*, esculturas urbanas e instalações, não havendo distinção entre a arte **exposta** na rua e a arte **produzida** na rua. Ou seja, não se faz uma separação clara entre os artistas que desenvolvem seus trabalhos **na** e **para** a rua daqueles que apenas expõem seus trabalhos – previamente criados e modelados – no espaço público. Essa diferenciaçãoⁱⁱⁱ é primordial para o entendimento do objeto de estudo aqui tratado. O presente trabalho não procura entender a influência da arte pública no espaço, mas sim as interferências genuínas dos artistas de rua nos espaços públicos.

Outra questão relatada por diversos autores (SALGADO, 2017; BUSCARIOLI; CARNEIRO; SANTOS, 2016), presente no cotidiano do artista de rua, é a marginalização da sua figura pública – que, em muitos casos, é tratado como pedinte – e a desvalorização de seu trabalho. Tal fato fica evidente quando a remuneração desses trabalhadores é realizada através de pequenas doações, além dos relatos preconceituosos proferidos aos mesmos. É possível que essa realidade tenha outra face? Entende-se que sim e, portanto, optou-se por evidenciar a força da generosidade e empatia das pessoas na cidade, os motivadores para essa prática e seus impactos no cotidiano curitibano atual.

A partir de suas performances, os artistas promovem o retorno do uso do espaço público, sendo chamarizes de locais que, em geral, não são atrativos para as pessoas. Mesmo em ambientes não propícios para o fazer

artístico, pequenas adaptações permitem sua transformação em palco, promovendo situações inusitadas na rotina dos cidadãos. A vida pública emerge resgatando a essência do espaço público, coletivo, de todos.

Dessa forma, o presente trabalho desvela esse espetáculo a partir de três atos: no primeiro, discute-se a literatura utilizada para a construção dos conceitos de amabilidade urbana, triangulação e graus de intensidade de contato, relevantes para a compreensão do objeto de estudo. Em seguida, trata-se da legislação que regula a atuação dos artistas no espaço público. Para complementar o embasamento teórico, é proposto um intervalo entre o segundo e o terceiro ato, buscando discorrer acerca da metodologia utilizada no trabalho de campo. Por fim, o terceiro ato corresponde a narrativa em si, descrevendo os cenários, os atores e os espectadores, suas apropriações e relações, culminando no ápice, com uma análise dos padrões de interação observados.

2. Primeiro ato: ensaio literário

Existem intervenções no espaço urbano que permitem um desenvolvimento da vida cidadina mais humana e menos individualista. Segundo Fontes (2013), essas intervenções provocam o que denomina de “espaço amável”, âmbito que promove ou facilita o afeto e a proximidade entre as pessoas que o ocupam ou frequentam. A autora constrói o conceito de “amabilidade urbana”, baseada na obra “A poética do espaço” de Bachelard (2000 [1957])^{iv}, por meio das colocações do filósofo francês sobre os sentimentos de “topofilia” e da existência de um “espaço feliz”. Esses conceitos dependem da íntima relação do homem com seu espaço, considerado como lugar de “proteção, refúgio, centralidade e conforto” (FONTES, 2013, p.9).

A amabilidade urbana retoma a positividade que alguns espaços possuem para criar eventos evocadores da proximidade e abertura entre as pessoas, que podem, então, suscitar sentimentos amistosos. Nota-se que isso só se torna possível por meio das vivências e experiências promovidas no espaço público, visto que é o local idealmente propício para que ocorra a convivência múltipla da mais diversa gama de pessoas. Entretanto, esse fenômeno se manifesta em espaços públicos dotados de atributos físicos que o transformem em espaço social, ou seja: o espaço físico deve ter características

atraentes para que as intervenções humanas ocorram e o alterem, proporcionando a inter-relação entre pessoas, e delas com o próprio espaço. Buscando encontrar espaços capazes de manifestar a amabilidade, Fontes (2013) analisou instalações artísticas físicas temporárias nas cidades de Girona, Barcelona e Rio de Janeiro.

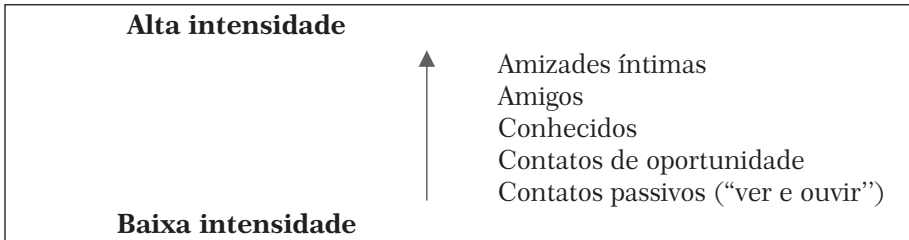
De modo distinto, mas complementar, as intervenções verificadas no espaço público de Curitiba foram performances de artistas que esporádica ou constantemente sobrevivem de seus trabalhos nas ruas e praças da capital. Nesse caso, os aspectos físicos do espaço fazem parte do ofício do artista, que deve escolhê-lo com sensatez para assegurar o sucesso de sua apresentação. A questão temporal também é um condicionante para essa escolha, pois verifica-se que a existência de eventos agrega potenciais espectadores no local. Mas é o elemento humano, a intervenção do artista **de** rua e **na** rua, que permite a transição do espaço físico ao social.

Entende-se que a expressão da amabilidade urbana, definida como a “articulação das dimensões física, temporal e social” (FONTES, 2013, p.28), ocorre para além das instalações artísticas físicas. Aqui se defende que as intervenções artísticas humanas são igualmente atrativas e envolventes no processo de vinculação dos sujeitos aos espaços da cidade. Tais relações podem ser verificadas em outras construções conceituais. Dentre elas, a triangulação, descrita por Whyte (2001, p.94, tradução nossa) como o “processo pelo qual algum estímulo externo promove uma ligação entre as pessoas e induz estranhos a conversarem como conhecidos”. Um desses estímulos, segundo o autor, pode ser a performance do artista de rua. Para Gehl (2009), a triangulação seria um dos principais qualificadores da vida urbana, já que é por meio dela que se dá o início de um contato de maior grau de proximidade entre pessoas desconhecidas em eventos inesperados no ambiente urbano. Tal efeito provoca o rompimento das bolhas comportamentais, que conforme Hall (2006), são as distâncias que cada ser estabelece ao redor de seu corpo para demarcar territórios individuais em relação aos demais.

Ainda pautando esses distanciamentos pessoais, Gehl (2001^{vi} *apud* SANTOS, 2008) produziu uma escala de aproximação entre os indivíduos, denominada graus de intensidade de contato (Quadro 01). O autor explica que todos os graus de intensidade de contato definidos podem ser verificados nos espaços públicos urbanos. Contudo, alerta que é mais comum identificar os graus de baixa intensidade, justamente pela distância comportamental que cada um dos ocupantes desse espaço conserva. E ainda que seja um dos graus

que menos possibilite o adensamento das relações no espaço, contribui para o desencadeamento de outros graus de relacionamento mais complexos, como as amizades.

QUADRO 01 – Esquema dos “graus de intensidade de contato”



Fonte: Gehl (2001, p.17) traduzido por Santos (2008, p.31).

Outro ponto relevante, em relação à baixa intensidade de contato, é sua característica motivadora: ao passo que alguns indivíduos se interessam por um acontecimento no espaço público, mais gente tende a ser atraída pelo mesmo, formando um grupo cada vez maior de pessoas. Quando esse atrativo é produzido diretamente por humanos, a potência desse fenômeno aumenta.

Cabe salientar que Jacobs (2000 [1961]) já havia atentado para a mesma questão quando tratava da insegurança nos espaços públicos. Defendia que o número de indivíduos ocupando, observando e transitando nas cidades era inversamente proporcional ao número de crimes e atos de violência cometidos nos espaços. Com essa argumentação, explicava a importância da ocupação efetiva das ruas pelas pessoas. Incentivava a existência de variedade de estabelecimentos comerciais e espaços públicos que fossem atrativos aos cidadãos, para garantir, assim, reais motivos para seu uso e apropriação.

Este último item, de que a presença de pessoas atrai outras pessoas, é uma coisa que os planejadores e projetistas têm dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que os habitantes das cidades preferem contemplar o vazio, a ordem e o sossego palpáveis. O equívoco não poderia ser maior. O prazer das pessoas de ver o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades (JACOBS, 2000 [1961], p.35).

Seguindo a lógica desse argumento, ao considerar que o artista de rua é mais um atrativo para que os cidadãos permaneçam ou se dirijam às ruas, pode-se dizer que ele também é um elemento que ajuda na construção de

idades mais interessantes e seguras. Nesse sentido, desencadeia distintas e cíclicas funções: pode ser considerado os “olhos da rua”, ajudando a vigiá-la, e a ocupa de forma notável, atraindo pessoas que sucessivamente aglomeram mais pessoas, que se olham e se vigiam constantemente. Finalmente, ainda fomenta os graus de contato necessários para a constituição da vida pública.

Acredita-se que este último papel tende a aprofundar-se à medida que se dá o avanço das interações para o grau de “contatos de oportunidade” (GEHL, 2009), quando os interessados na comunicação mostram algum tipo de reconhecimento em relação ao outro, o que ocorre quando eventos cotidianos propiciam encontros repetitivos entre desconhecidos. Como exemplo, citam-se as pessoas que fazem diariamente o mesmo caminho e que sempre se veem, ou que utilizam o mesmo ônibus e se reconhecem, se tornando assim, conhecidas.

Logo, no caso da interação do público com os artistas de rua, entende-se que os contatos de oportunidade são comuns, pois parte-se do pressuposto de que, quando o artista se apresenta com periodicidade em um determinado local, a população o reconhece e criam-se mais oportunidades de convívio entre ambos. Ademais, tem-se em conta que o público que observa o artista também pode iniciar graus de contato entre si, ou seja, pelo fato de estarem observando o mesmo artista, há potencial para que os próprios espectadores interajam.

Como consequência, os graus de contato entre artista e plateia, e entre a própria plateia, podem aumentar. Tornando-se conhecidas, é possível que as pessoas desenvolvam conversas e outras atividades que dependerão da disponibilidade e empatia desprendida entre elas, para, dessa maneira, seguirem aos níveis mais altos de interação, como as “amizades” e “amizades íntimas”, conforme consta no esquema traduzido por Santos (2008).

Além da diferenciação dos níveis de contato explanados anteriormente, Gehl (2009) também categoriza os tipos de atividades desempenhadas no espaço público. Com isso, possibilita a análise dos diferentes comportamentos dos grupos e indivíduos que usam, ocupam e apropriam-se desse domínio. Resumidamente, esse autor trabalha com três categorias: (a) atividades necessárias: que em maior ou menor grau são obrigatórias aos sujeitos, fazem parte de seu cotidiano, como trabalhar, se deslocar e comprar; (b) atividades opcionais: dependem das escolhas individuais e estão comumente relacionadas a momentos de recreação e lazer, como comer, descansar e se divertir; (c) atividades sociais ou resultantes: são

aquelas que necessitam de um conjunto ou reunião de pessoas realizando a mesma atividade. Cabe ressaltar que as duas últimas categorias só são plausíveis quando a qualidade do espaço e as condições do tempo são adequados à sua realização e, portanto, recebem estímulos para serem praticadas. Como a primeira está ligada aos deveres dos sujeitos, as condições físicas do espaço são indiferentes.

As atividades opcionais e sociais tendem a resultar em maior interação entre as pessoas e/ou maior disponibilidade de desprendimento de suas atividades finais para se envolverem em outras. Nessas categorias, tem-se os maiores graus de interação e contato, sendo mais provável a ocorrência da triangulação, que, em seu aspecto positivo, revela a amabilidade urbana – elementos que confluem para a efetivação da vida pública.

Nesse cenário, a função social do artista de rua vai além do fazer artístico, ao passo que esse personagem atrai novos olhares que podem aproximar os cidadãos e desencadear relações diversas entre eles. Ainda, ao estimular que as pessoas estejam na rua realizando atividades opcionais, ele fomenta a ocupação do espaço público, possibilitando uma sensação de segurança no entorno, ou mesmo uma certa familiaridade com determinados espaços da cidade. Por essa razão, pode ser visto como um facilitador das interações sociais e um elemento relevante para o enriquecimento da vivência na urbe.

3. Segundo ato: a norma, o controle e o conflito em cena

Até 2015, não havia em Curitiba uma lei que regulamentasse o trabalho do artista de rua. Foi somente com a Lei Municipal n. 14.701 (CURITIBA, 2015a) que se caracterizou as apresentações de artistas de rua como “manifestações culturais” e se regulamentou sua interpretação em espaços públicos abertos, observando condições gerais relativas à estrutura, ao horário e aos parâmetros sonoros:

Art. 1º. Ficam permitidas manifestações culturais de artistas de rua no espaço público aberto, tais como praças, anfiteatros, largos e vias desde que observados os seguintes requisitos:

I - não utilizar palco ou qualquer outra estrutura sem a prévia comunicação ou autorização junto ao órgão competente do poder Executivo;

II - obedecer aos parâmetros de incomodidade e os níveis máximos

de ruídos estabelecidos pela Lei nº 10.625, de 19 de dezembro de 2002;

III - ter início após às 08h (oito horas) e serem concluídos até às 22h (vinte e duas horas);

IV - não utilizar equipamentos sonoros com potência superior a 50 (cinquenta) watts.

Art. 2º. Durante a atividade ou evento, fica permitida a comercialização de bens culturais duráveis desde que sejam de autoria do artista ou grupo de artistas de rua.

Art. 3º. A permissão que trata o art. 1º desta Lei fica condicionada a observância das Leis em vigência, pelo Município.

[...](CURITIBA, 2015a, p.1).

Contudo, no ano seguinte, essa lei foi objeto de regulamentação pelo Decreto Municipal n. 456/2016, que introduziu uma série de requerimentos específicos e restrições ao trabalho dos artistas. Desde então, são consideradas manifestações culturais as apresentações “compatíveis com o uso compartilhado dos logradouros públicos” (CURITIBA, 2016, p.1) e que cumpram as exigências previstas em lei. Ainda, em outubro de 2017, uma nova lei especificou o tipo de profissionais que são considerados como “artistas de rua” (CURITIBA, 2017).

Um dos pontos principais de que trata o decreto de 2016 é a elaboração, implementação, manutenção e atualização do Cadastro Municipal de Artistas de Rua pela Fundação Cultural de Curitiba^{vii} (FCC) e a posterior emissão de autorização pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Ressalta-se que ambos os trâmites são gratuitos. A SMU fica também responsável pela renovação das autorizações após o término do prazo de vigência, podendo suspendê-las ou cancelá-las “em razão do interesse público” (CURITIBA, 2016, p.4). De acordo com informações disponibilizadas pela FCC^{viii}, em agosto de 2017, existiam 202 cadastros, sendo 54 ativos.

Ainda segundo o referido decreto, o cadastro busca facilitar os procedimentos necessários para identificar, autorizar, localizar e divulgar o trabalho dos artistas de rua no município. Além disso, poderá servir de base às medidas implementadas pelo poder público visando à melhoria das condições de atuação desse grupo no espaço (CURITIBA, 2016).

Com relação ao horário, o período das 8h às 22h é mantido, embora seja estabelecida a permanência máxima de quatro horas diárias, sem a possibilidade de “reservar o ponto”. Os artigos 4º, 6º e 7º estabelecem distâncias mínimas a serem observadas para a ocupação do espaço, em relação

a equipamentos de uso público, mobiliário e edificações. Outro ponto importante é a obrigatoriedade de liberar parte do passeio para a circulação de pedestres, de modo a não interromper o fluxo de passagem, pois é comum que os passantes – atraídos pela performance – se distraiam e diminuam a velocidade da caminhada, aglomerando-se ao redor da atração artística.

Art. 8º – Para não impedir a passagem e a circulação de pedestres, bem como o acesso a instalações públicas ou privadas, deverá ser mantido o mínimo de 2m de calçada livre e desimpedida para o tráfego de pedestres, respeitada a ocupação máxima de 1/3 da largura total do passeio, que não poderá ter largura inferior a 2,50m (CURITIBA, 2016, p.2).

Embora sendo específica, a redação da lei é confusa, pois exige que o artista faça uma série de medições para delimitar seu espaço de atuação, dificultando sua atividade. Desse modo, a normativa se torna incoerente com a forma de trabalho a que estão habituados os artistas de rua. A incoerência entre a lei e a prática não atrapalha só sua rotina, mas sua subsistência. Dentre as restrições, a legislação proíbe a presença dos artistas de rua nas proximidades de eventos, como feiras de arte e artesanato. Entretanto, os locais de apresentação são geralmente escolhidos em virtude da confluência de pessoas, o que costuma ocorrer em eventos. Quando a regulamentação restringe a permanência dos artistas nesses ambientes, provoca a redução do número de espectadores e, conseqüentemente, das contribuições.

Em Curitiba, qualquer manifestação artística em espaço público deve obedecer aos parâmetros de ruído estabelecidos pela Lei Municipal n. 10.625, que trata dos ruídos urbanos, da proteção do bem-estar e sossego público (CURITIBA, 2002). A preocupação em legislar sobre o tema estava presente desde o Código de Posturas de 1953, embora, nessa época, mantinha-se de forma questionável, pois não indicava o conceito de ruído urbano. Como define Schafer (2011, p.126), este poderia significar “qualquer som indesejável” proferido no espaço público. No entanto, os aparatos técnicos e conceituais que definiram de forma nítida as projeções de som nesse espaço só foram detalhados em 2002, quando se determinou o nível de decibéis tolerado, a distinção das conceitualizações de ruído e a delimitação de locais onde o silêncio deve ser respeitado.

No tocante ao controle dos níveis acústicos, a regulamentação dada pela Lei Municipal n. 10.625 definiu claramente os limites de atuação dos artistas de rua. Assim, tornou-se costumeira a fiscalização dos decibéis

emitidos nas apresentações por agentes da Secretaria do Meio Ambiente (SMMA), que detém aparelhos técnicos para este fim. Porém, segundo Rohden (2017), a partir de janeiro de 2017 – período que coincide com o início da gestão do prefeito Rafael Greca –, normas de controle mais rigorosas entraram em vigor e as manifestações artísticas no espaço público começaram a sofrer repressões. Em contrapartida, os artistas organizaram um ato de resistência cultural (Figura 01).

FIGURA 01 - Cartaz de divulgação do ato realizado em 14/04/2017 contra as repressões aos músicos de rua em Curitiba



Fonte: Acervo das autoras.

Com intuito de atuar na fiscalização das atividades sonoras da cidade, a Lei Municipal n. 14.658 (CURITIBA, 2015b) autorizou a SMMA a firmar convênio com a Polícia Militar e a Guarda Municipal. Somou-se a esse reforço um sistema de controle mais rígido das atividades artísticas que intensificou as medições de parâmetros físicos e sonoros nos logradouros públicos, desencadeando um recuo da reprodução da arte de rua em diversos espaços da cidade.

Tal aspecto pode ser vislumbrado nas teorias sobre as formas de dominação do espaço levantadas por Carmona (2010) – que ele denomina “super-gestão”. Entre os grupos de teorias ordenados pelo autor, estão os

“espaços do medo”, conformados por “controles rígidos e suaves”. Os “controles rígidos” consistem numa gama de medidas aplicadas nas cidades pelos setores público e/ou privado para manter a segregação socioespacial e impedir que diferentes usuários do espaço público dele se apropriem (LOUKAITOU-SIDERIS e BANERJEE, 1998^{ix} *apud* CARMONA, 2010). Como exemplo desse conjunto de medidas mais severas, pode-se enumerar a fiscalização por agentes públicos, o reforço do policiamento, a instalação de câmeras de segurança. O autor ainda cita a imposição de trâmites burocráticos, como a concessão de licenças, autorizações e permissões, o que se verifica no caso de Curitiba.

Essas medidas denotam o sentimento de estranhamento e medo do outro, pois “a percepção do crime está ligada à presença de grupos visivelmente diferentes, com mútuas suspeitas, compartilhando o mesmo espaço, como a presença de pessoas sem-teto no espaço público” (MITCHELL, 1995^x *apud* CARMONA, 2010, p.141, tradução nossa^{xi}). Como os artistas de rua fazem parte de uma construção histórica e social inferiorizantes, essas ações acabam culminando na marginalização de sua imagem. Os cidadãos – por meio de posturas culturais de subalternização – e o poder público – por meio da regulamentação e fiscalização aplicadas – enquadraram-lhes, assim, na categoria de trabalhadores da rua, como os vendedores ambulantes, ou mesmo de pedintes. Ademais, os artistas de rua são vistos como seres “indesejáveis” (KILIAN, 1998^{xii} *apud* CARMONA, 2010) e, por isso, passíveis de exclusão, repressão e controle. O processo de fiscalização, portanto, firma-se sobre esta tríade, pois, ao considerar o artista de rua um marginal, cria aparatos de coerção e monitoramento cada vez mais rígidos por meio do endurecimento da lei e da ampliação de agentes controladores.

Outra forma de domínio que Loukaitou-Sideris e Banerjee (1998 *apud* CARMONA, 2010, p.142, tradução nossa^{xiii}) identificaram são os “controles suaves”, quando é aplicada “uma série de restrições simbólicas que passivamente desencorajam atividades indesejáveis”. As atitudes sociais que caracterizam esse desencorajamento são sutis: a falta de atenção e de formação de plateia nas apresentações artísticas, a demonstração de insatisfação pessoal por meio de expressões faciais e corporais negativas, reclamações e estranhamentos e, em um grau mais agressivo, denúncias em relação à infração da lei municipal que regulamenta a atividade.

A ausência de “controles suaves” estabelecidos por meio do poder

público reforça um dos debates tratados por Carmona (2010), pois grande parte da literatura defende que existe uma perda da liberdade e uma mudança funcional do espaço público quando os “controles rígidos” se sobrepõem aos “suaves”. De maneira geral, os autores (GRAHAM, 2016; CARMONA, 2010; SOUZA, 2008; JACOBS, 2000 [1961]) que se debruçam nos temas advindos da vigilância e violência urbana atentam para o fato de que o policiamento excessivo – exemplo de “controle rígido” – nos espaços públicos e privados tende a prevalecer e, desse modo, depreciar a vida pública.

Nessa perspectiva, percebe-se que o estabelecimento de normas e limitações fomenta o processo de marginalização dos artistas de rua, na medida em que a sociedade relaciona o policiamento e a fiscalização à uma atitude criminosa que, portanto, deve ser combatida. Em consequência, os controles se reforçam mutuamente. A somatória de medidas adotadas comprova a intensa tentativa do poder municipal em especificar a atuação das pessoas no espaço público, sem, contudo, propor alternativas para dinamizar a vida pública, o que estimularia o convívio entre os cidadãos. A situação dos artistas de rua ilustra um dos aspectos humanos que demandam um olhar sensível dos gestores e demais envolvidos no processo de planejamento da cidade, o qual o presente trabalho pretende inspirar.

4. Bastidores

O primeiro gesto foi verificar os locais de atuação do artista de rua em Curitiba. Para tanto, buscou-se informações oficiais da FCC e, com base nos dados contidos no cadastro – local de apresentação e tipo de arte desenvolvida –, pretendia-se também mapear os pontos mais ocupados pelos artistas da cidade, o que não foi possível, pois os dados referentes à localização estavam indisponíveis. Como alternativa para o andamento do estudo, foi necessário empregar outras técnicas de coleta de informações, como o pré-campo. Lynch e Hack (1984) o definem como um procedimento bastante adequado para desvendar problemáticas não resolvidas com outros métodos.

Esta etapa foi primordial para que se encontrasse os artistas de rua em seus diferentes locais de atuação, já que a maioria deles não possuem pontos fixos de trabalho, pois mudam conforme os dias e horários que atraem maior público. Apesar disso, os artistas oscilam entre lugares próximos, localizados principalmente na região central de Curitiba, área com alta circulação de

peças. Com base nessas características, definiu-se um perfil de espaço onde provavelmente os artistas escolheriam se apresentar, fazendo parte da metodologia de campo observar tais locais. Outra estratégia considerada adveio dos próprios artistas, que deram informações sobre os locais, horários e dias de pico das manifestações artísticas pela cidade. Compreendia-se as limitações da abordagem realizada, sobretudo, o fato de que não se faria uma pesquisa etnográfica nem sociológica, embora alguns trabalhos (DUNEIER; HASAN; CARTER, 1999, por exemplo) tenham servido como inspiração para que as relações estabelecidas com os artistas fossem amistosas e valorizassem o conhecimento popular.

A “observação direta”, descrita por Lynch e Hack (1984), foi o recurso usado para garantir o aprimoramento das análises realizadas em campo. Com a noção de que os artistas de rua precisam estar em locais com grande fluxo e adensamento de pessoas, a simples observação, seguida de anotações, seria insuficiente para captar os detalhes que configuravam os espaços do entorno do artista. Assim, os vídeos – gravações com imagem e som – de cada um dos artistas e seus respectivos espectadores asseguraram que elementos importantes da configuração daquele cenário não passassem despercebidos. Além do mais, como estava traçado um roteiro do que deveria ser observado, a “massa de observações” (LYNCH e HACK, 1984, p.84) capturadas não foi um problema para as posteriores análises.

Como o objetivo da pesquisa era verificar as possibilidades de criação de “espaços amáveis” e de “amabilidade urbana” por meio da conceituação de Fontes (2013), também se apurou os atrativos existentes nos locais escolhidos pelos artistas para desenvolverem seus trabalhos. Com isso, quadros nítidos de apropriação do espaço foram verificados, e as fotografias foram primordiais para registrar tais situações.

As metodologias de análise expostas por Zeisel (2006) foram utilizadas como ferramentas que auxiliaram na observação dos traços físicos do espaço e suas consequências comportamentais, ajudando a compreender a efetiva apropriação dos espaços públicos. Para o autor, o método de “observação dos traços físicos” consiste em procurar, nos ambientes urbanos, vestígios de atividades anteriores, que não puderam ser percebidas pelos pesquisadores. Estes traços podem ter sido deixados no ambiente de forma consciente – inserção de um objeto estranho ao espaço público, como um guarda-sol portátil em uma praça – ou inconscientemente, como a improvisação de um caminho em um gramado. Para isso, organiza tais traços

físicos em quatro categorias (Quadro 02), que estão diretamente ligadas à identidade e à apropriação dos espaços configurados pelos usuários, definidas como: produtos do uso ou vestígios, adaptações para o uso, manifestações de identidade e mensagens públicas.

QUADRO 02 - Categorias para a observação de traços físicos

Traços físicos para se procurar

Produzidos pelo uso	Adaptações para o uso
Erosões Sobras Traços ausentes	Adereços Separações Conexões
Manifestações de identidade	Mensagens públicas
Personalização Identificação Pertencimento a um grupo	Oficiais Não oficiais Ilegítimas

Fonte: Zeisel (2006, p.170, tradução nossa^{xiv}).

Verificou-se em campo que o mobiliário urbano é frequentemente usado ou adaptado para que as apresentações artísticas ocorram, daí a necessidade dessas investigações. Esse tipo de apropriação, na maioria das vezes, contribuiu na visualização e otimização do trabalho do artista, como foi possível constatar quando elementos do mobiliário eram transformados em aparatos: cenário, delimitação de espaço como palco, apoio para instrumentos de trabalho e apoio para o conforto da plateia observante. Em alguns casos, as personificações do espaço e as mensagens públicas também compunham cenários propícios ao desdobramento do fazer artístico.

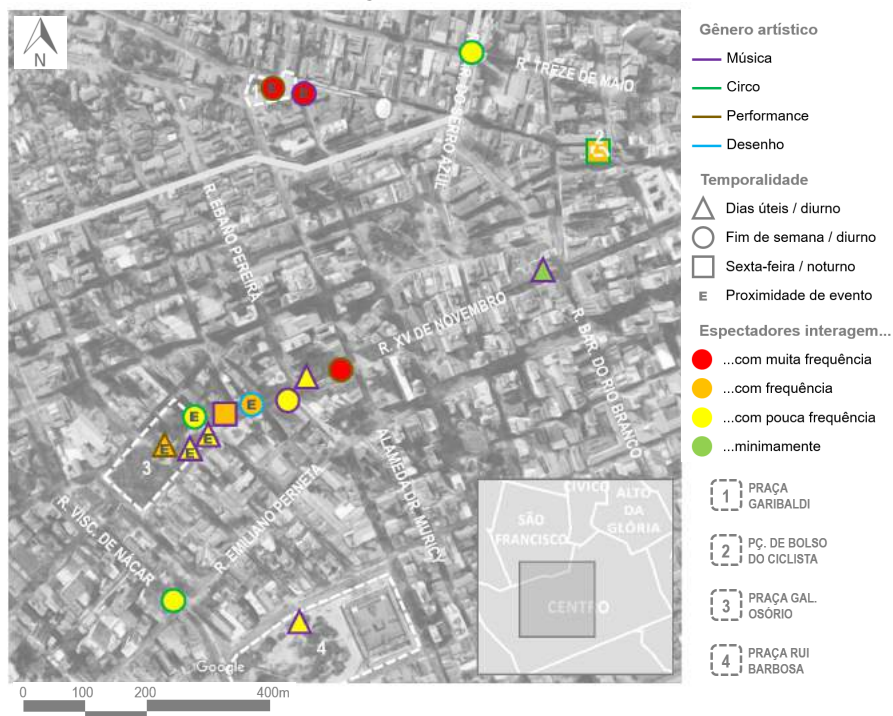
Outro elemento relevante para a riqueza de apreciações resultantes desse trabalho foi a elaboração do diário de campo, construído por meio de uma descrição detalhada do espaço, dos acontecimentos e das relações sociais observadas nos lugares e momentos explorados. Um roteiro de observação previamente desenvolvido serviu como norteador desse diário que apurou o olhar, atentando-o às minuciosidades do espaço público.

Dessa maneira, foram observados 24 artistas de rua^{xv}, em cinco dias, entre os meses de junho e julho de 2017, com horários e condições de tempo diferentes, buscando capturar a variedade de interações que ocorriam nos diversos momentos ao longo da semana. Os tipos de manifestações artísticas analisadas variaram conforme a disposição dos artistas nos pontos observados,

que se mesclavam entre músicos (12), circenses (8), performistas cênicos (3) e caricaturista (1). O trajeto das observações – que foi traçado por meio das informações fornecidas pela população local e artistas – percorreu todo o calçadão da Rua XV de Novembro, trechos das ruas São Francisco, Barão de Serro Azul, Treze de Maio, Visconde de Nacar e Emiliano Perneta, as praças General Osório, Rui Barbosa, Garibaldi e Praça de Bolso do Ciclista. A área explorada abrange parte dos bairros Centro e São Francisco.

Verificou-se manifestações artísticas nos seguintes momentos e locais: sexta-feira, durante a tarde e à noite, nas proximidades da Praça Osório, ao longo do calçadão da Rua XV de Novembro e na Praça de Bolso do Ciclista; sábado, no período matutino, ao longo da Rua XV de Novembro e no cruzamento das ruas Visconde de Nacar e Emiliano Perneta; domingo pela manhã, nas intermediações da região conhecida como Largo da Ordem e seu entorno; segunda-feira, durante a manhã, na Praça Rui Barbosa. Os dezesseis pontos de apresentação foram demarcados em mapa (Figura 02).

FIGURA 02 - Localização dos artistas de rua observados



Fonte: Elaboração própria com base em imagem de Google Maps (2017).

Alguns desses dias e horários coincidiam com datas de eventos – feiras de arte e artesanato e atividades de recreação infantil. Todavia, mesmo atraindo muitas pessoas, estes nem sempre corresponderam a um número elevado de espectadores de fato. Isso significa que a proximidade a eventos não é fator determinante da intensidade das interações sociais, mas apenas um dos fatores que compõem a conjuntura que propicia tais relações.

Finalmente, para que o conceito de amabilidade urbana fosse averiguado em sua mais pura expressão, foram produzidos diagramas que comprovassem a “triangulação” de Whyte (2001). Por meio desses esquemas – que serão descritos adiante –, buscou-se categorizar os padrões de interação que grupos de diferentes tipos sociais, gêneros e idades apresentaram.

5. Terceiro ato: a narrativa dos espetáculos

O presente ato discorre sobre os aspectos físicos, sensoriais e sociais relativos à atuação dos artistas na cidade. Para tal, o espetáculo é entendido como a totalidade dos fatores que compõem o momento do fazer artístico – espaço, artista e público. A descrição das relações entre eles revela, como segue: (1) a apropriação do espaço para uma sucessiva transformação em **palco** e a consequente formação da **plateia** no entorno; (2) a percepção da apresentação por meio dos sentidos aguçados pela paisagem urbana, como seus **efeitos** sonoros, visuais, olfativos e cinestésicos; (3) a **empatia** que o artista desperta no público; e, finalmente, (4) a caracterização dos **personagens** observados.

5.1 Sobre o espaço físico: o palco e a plateia

Para entender a composição física do ambiente, considerou-se o **espaço ocupado pelo artista e a área alcançada por sua representação**, ou seja, os espectadores dentro do raio de alcance da interpretação, mais próximos ou distantes. Nessa perspectiva, verificou-se a recorrência de determinadas ações, como a apropriação do mobiliário urbano (ZEISEL, 2006) em diferentes contextos: servindo de cenário para a interpretação artística, delimitação de palco e apoio de instrumentos de trabalho (Figuras 03A, 03B e 03C, respectivamente). Conforme a performance decorria, atraindo transeuntes curiosos que interrompiam seu trajeto para prestigiar o

espetáculo, o espaço da plateia se ampliava. As pessoas se recostavam em postes, floreiras e balizadores; veículos estacionados também eram usados como apoio. Ainda com relação à apropriação do espaço público pelos artistas, conforme observado em campo, a escolha dos locais para exibição usualmente considera a proximidade de (i) pontos de maior confluência de pessoas – praças, cruzamentos, vias de trânsito exclusivo para pedestres, áreas de interesse turístico; (ii) eventos ao ar livre – feiras e outras estruturas transitórias; e (iii) marcos referenciais na paisagem – monumentos e fachadas de edifícios emblemáticos.

Em geral, os artistas não obstruem o fluxo de passagem, localizando-se nas extremidades das áreas de circulação. Segundo Gehl (2009), as pessoas procuram as “bordas” como uma maneira de se proteger em lugares abertos, ainda que inconscientemente. Da mesma forma, qualquer elemento que sirva de apoio pode desencadear essa função. Quando atraídos pela performance artística, os espectadores procuravam algum ponto de apoio (Figura 03D), posicionando-se de modo a não obstruir o tráfego de pedestres – embora em algumas situações, a configuração espacial não resultasse nessa dinâmica.

Existiam locais em que o posicionamento do artista gerava pontos de conflito, nos quais os observadores desatentos trombavam-se com os pedestres, notadamente próximo a cruzamentos de vias. Situações conflituosas desse tipo eram recorrentes no caso dos artistas que atuavam nos semáforos, pois seu palco era a própria faixa de pedestres. Outro fenômeno frequente foi a presença de viaturas e veículos oficiais, principalmente no calçadão da Rua XV de Novembro (Figura 03E e 03F). Para os artistas, as consequências dessa invasão eram negativas na medida em que interrompiam a visualização, a audição e a concentração na apresentação.

FIGURA 03 - Cenas representativas do espaço físico



A. Estátua-viva. Praça Osório.
Sexta-feira, 23/06/2017, 14h33



B. Dupla. R. XV de Novembro.
Sexta-feira, 23/06/2017, 13h37



C. Palhaço. Praça Osório.
Sábado, 01/07/2017, 11h30



D. Músico. Praça Osório.
Sexta-feira, 23/06/2017, 14h14



E. Músico. R. XV de Novembro.
Sexta-feira, 23/06/2017, 15h55



F. Dupla. R. XV de Novembro.
Sábado, 01/07/2017, 14h05

Fonte: Acervo das autoras.

5.2 Sobre o espaço sensorial: sonoplastia e outros efeitos

Esse tópico foi construído, principalmente, pelas gravações audiovisuais produzidas durante a etapa de pesquisa em campo, pois o ruído urbano só poderia ser registrado através deste meio. Entende-se que todo som indesejável na cidade pode ser considerado “ruído” (SCHAFFER, 2011). Embora seja um conceito relativo, visto que a própria performance do artista pode ser um incômodo em algumas situações – para os lojistas, por exemplo – os vídeos reproduzem a competição pelo espaço sonoro. As filmagens nem sempre conseguem capturar a totalidade da performance de músicos e atores em cena devido à poluição sonora local. Por outro lado, notam-se transeuntes que ignoravam esses “artistas sonoros” – o que pode indicar que interpretam tal manifestação artística como “barulho”, que, para Schafer (2011, p.120), “é som que fomos treinados a ignorar”.

Com relação aos demais sentidos, percebe-se que o primeiro impacto no público era o estímulo visual que, eventualmente, conduzia a outras sensações. No caso das estátuas vivas, o tato era uma estratégia do artista para cativar os espectadores que interagiam, aumentando o vínculo e o grau de intensidade de contato (GEHL, 2009) com o artista. Foram observadas cenas em que as pessoas, ao ser cumprimentadas pela estátua, sorriam demonstrando empatia e ternura (Figura 04A).

Em um dos casos, vivenciou-se múltiplas sensações, pois o ambiente abrangia um cenário singular composto por cores, luzes, odores e sons característicos de um local que propiciava a conjuntura necessária para um espetáculo peculiar: o circo de rua^{xvi} (Figura 04B). Tal conjuntura foi proporcionada pela apropriação simultânea do espaço por artistas e espectadores. No aspecto visual, a constituição coletiva do lugar dependia dos significados simbólicos atribuídos à diversidade de usos, expressidos pela arte

urbana. A paisagem noturna, com suas luzes e sombras, além de enfatizar contrastes e particularidades do entorno, ainda proporcionava uma sensação intimista, que aproximava os presentes. A partir daí, os sentidos começaram a se mesclar: o brilho e o calor do fogo, o cheiro da fumaça, os aplausos da plateia... Dessa maneira, os sentidos se mostraram essenciais para o entendimento do lugar, apesar da complexidade de estímulos influenciar a percepção das possíveis interações – artista-plateia e plateia-plateia.

De modo similar, a partir do ponto de vista do artista, verificou-se que aqueles que se apresentam nos semáforos convivem com uma mescla peculiar de sentidos. O entorno dos cruzamentos se caracteriza pelo predomínio de uma “paisagem motorizada” (Figura 04C). O ruído dos motores, freios e buzinas, o odor de fuligem e os gases expelidos pelos veículos são alguns dos inconvenientes do ofício. As correntes de vento provocadas pelo deslocamento dos automóveis tornam o ambiente ainda mais desagradável, desestimulando a permanência de pedestres ou ciclistas para contemplar o espetáculo. Ademais, a sensação de insegurança generalizada impede o estabelecimento de níveis mais intensos de interação entre o artista que recolhe contribuições e os motoristas confinados, esperando o sinal verde.

Observou-se que, assim como os demais usuários do espaço público, os artistas de rua preferem ocupar locais com microclima agradável, poucas correntes de vento e temperatura amena. Durante o dia, procuram lugares abrigados dos raios solares; no período noturno, optam por ambientes bem iluminados, para amplificar a visibilidade dos espetáculos. Cabe recordar o clima característico do inverno curitibano – período no qual foi realizado o levantamento de campo – e a consequente dificuldade de encontrar expressões de arte na rua nos dias mais frios.

FIGURA 04 - Cenas representativas do espaço sensorial



A. Estátua-viva. R. XV de Novembro.
Sábado, 01/07/2017, 13h26



B. Circo. Praça de Bolso do Ciclista.
Sexta-feira, 28/07/2017, 20h52



C. Circense. R. Visconde de Nácar.
Sábado, 01/07/2017, 12h42

Fonte: Acervo das autoras.

5.3 Sobre o espaço vivido: a poética do artista e a empatia do público

Como o trabalho investigou a atuação de seres humanos no espaço, pode-se considerar que o espaço era social, pois a presença do artista na rua já denota uma socialização. Assim, a avaliação das relações sociais foi inerente ao recorte adotado, na medida em que o artista se tornava um facilitador da esfera pública.

Isso pode ser constatado por meio da interação que o artista desenvolvia com seu público que, por sua vez, variava conforme o tipo de manifestação artística – música, circo, arte cênica ou desenho – bem como em função da conjuntura espaço-temporal estabelecida – local, dia e horário. Nesse sentido, contextos distintos propiciavam espectadores distintos, alterando os padrões e frequências de interação.

Características específicas dos espectadores influenciavam nos graus de contato com o artista, como a idade. Notou-se que crianças (Figuras 05A e 05B) e idosos (Figura 05C) eram mais abertos e criavam situações que facilitavam a proximidade em relação ao personagem, fato que remete ao conceito de amabilidade urbana (FONTES, 2013). Aqui, talvez, as imagens falem mais que palavras.

Se, para analisar os dados obtidos em campo, fosse considerado que espectadores e artistas são pessoas que teoricamente não se conhecem, mas se sentem atraídas a estabelecer contato, o processo de triangulação seria mais frequente. Entretanto, de acordo com Whyte (2001), o artista é um estímulo, e é através dele que deveria se desencadear a triangulação; na prática, essa situação é mais difícil de ser observada, porque exige que ocorra a interação espectador-espectador a partir de um elemento motivador externo.

Outros vínculos estabelecidos entre pessoas desconhecidas, que foram desconsiderados durante a realização do trabalho de campo, compreendem as interações artista-pesquisadoras (Figura 05D) e público-pesquisadoras. O fato de permanecerem no local registrando as manifestações artísticas instigava o interesse do público que, a partir disso, procurava estabelecer um diálogo. Por sua vez, parte dos artistas se interessava pela possibilidade de divulgação e reconhecimento do seu trabalho.

Eventualmente, alguns indivíduos que viviam da/na rua, ao identificarem-se com a condição do artista, aproximavam-se e estabeleciam uma conexão. Alguns dos mais notáveis eram os mendigos (Figuras 05E e

05F), que perambulavam pelo espaço público e, ao se depararem com uma aglomeração de pessoas em torno ao artista, aproveitavam para pedir esmolas e doações. Trabalhadores urbanos, como garis e coletores de material reciclável, também foram identificados.

FIGURA 05 - Cenas representativas do espaço vivido



A. Homem-Aranha. Largo da Ordem.
Domingo, 30/07/2017, 9h21



B. Dupla. Largo da Ordem.
Domingo, 30/07/2017, 10h56



C. Circense. R. Barão do Serro Azul.
Domingo, 30/07/2017, 9h56



D. Circense. R. Visconde de Nácar.
Sábado, 01/07/2017, 12h49



E. Estátua-viva. Praça Osório.
Sexta-feira, 23/06/2017, 14h26



F. Dupla. Largo da Ordem.
Domingo, 30/07/2017, 10h46

Fonte: Acervo das autoras.

5.4 Sobre o espaço social: os personagens principais da trama

A leitura social permitiu caracterizar artistas e espectadores. Para o presente estudo, optou-se por não realizar entrevistas com nenhum dos grupos, visto que as principais teorias abordadas demandavam a observação das relações sociais no espaço. Apesar da proposta inicial ter sido compreender o espaço urbano a partir da percepção do artista, as normas relativas à ética na pesquisa científica (CNS, 2016) inviabilizaram a aplicação de questionários ou a divulgação de relatos pessoais expostos pelos sujeitos observados, os quais, em determinadas ocasiões, compartilhavam espontaneamente suas histórias de vida.

Por conta disso, os dados aqui descritos são estimativas da realidade, pois referem-se à percepção das pesquisadoras. Dentre os 24 artistas assistidos, verificou-se predominantemente homens adultos, na faixa etária

entre 20 e 59 anos. As únicas mulheres apresentavam-se em público sempre acompanhadas por homens – circunstância que corrobora para a reflexão da questão de gênero no espaço público. As quatro artistas aparentavam estar em uma faixa de idade entre 18 e 40 anos. Outro fato notado foi o grande número de estrangeiros, que somavam 11 pessoas, todos provenientes de países da América do Sul.

Em relação à frequência das apresentações, constatou-se que em todos os dias da semana, com exceção das segundas-feiras, eram vistas manifestações artísticas ocorrendo no espaço. Em contrapartida, cada grupo de espectadores correspondia a um padrão distinto de frequência. As maiores aglomerações aconteciam aos finais de semana, quando era observada uma maior diversidade na composição do público. Apesar disso, foi possível identificar três categorias predominantes de espectadores em relação aos dias e horários: idosos, nos dias de semana em horário comercial (Figura 06A); famílias com crianças, aos finais de semana, no período diurno (Figura 06B); e jovens, no período noturno (Figura 06C).

FIGURA 06 - Cenas representativas do espaço social



A. Estátua-viva. Praça Osório.
Sexta-feira, 23/06/2017, 14h33



B. Homem-Aranha. Largo da Ordem.
Domingo, 30/07/2017, 9h10



C. Banda. R. XV de Novembro.
Sexta-feira, 28/07/2017, 18h41

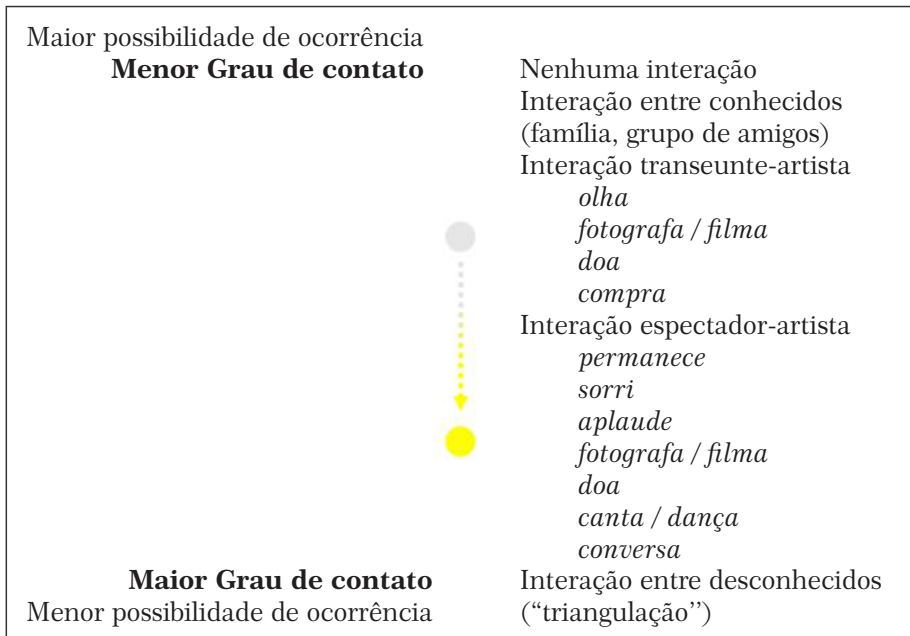
Fonte: Acervo das autoras.

6. O ápice das relações: padrões de interação observados

Com base nas teorias estudadas sobre o processo de triangulação (WHYTE, 2001), os graus de intensidade de contato (GEHL, 2009) e a manifestação de atitudes de amabilidade no meio urbano (FONTES, 2013), foi possível analisar as experiências do trabalho de campo buscando encontrar padrões de interação social nas diversas manifestações artísticas observadas. O

conhecimento teórico permitiu, portanto, fundamentar percepções da vivência no espaço. Assim, elaborou-se um esquema das categorias de interação com o objetivo de ilustrar a frequência com que elas aconteceram durante a pesquisa e o nível de proximidade estabelecido entre artistas e espectadores (Quadro 03).

QUADRO 03 – Esquema dos padrões de interação observados



Fonte: Elaboração própria.

A observação em campo revelou que os graus de contato variam de nenhuma interação até o processo de triangulação, que corresponde à interação entre desconhecidos. A possibilidade de ocorrência de cada um deles é mais frequente no primeiro caso, sendo – no contexto estudado – esporádico o estabelecimento de vínculos sociais entre estranhos. Durante o levantamento pré-campo, foi possível deparar-se com esta situação, porém, na ausência de autorização escrita de imagem do artista, não será aqui ilustrada. Já na fase de desenvolvimento da pesquisa não foi registrada nenhuma ocorrência genuína do processo de triangulação. Por outra parte, ao ser visto em atuação pela primeira vez, o artista ainda é desconhecido para o espectador. A interação durante a performance cria um vínculo temporário entre ambos,

que pode ser interpretado como expressão de amabilidade urbana.

Diferentemente da classificação proposta por Gehl (2009), que inicia com contatos passivos, como ver e ouvir, no caso dos artistas de rua de Curitiba, o primeiro nível de interação é nulo. Nessa categoria, é notável o caso dos músicos. Estes, mesmo produzindo estímulos sonoros, eram ignorados por muitos transeuntes em determinados momentos do dia (Figura 07A). Alguns sequer lhes dirigiam o olhar, passando muito próximos, geralmente concentrados no caminho a sua frente ou em aparelhos celulares, absortos pelo ritmo da vida citadina. Tal fato leva artistas performáticos, como as estátuas humanas, a desenvolverem estratégias para ser notados a despeito de não emitirem sons: posicionam-se em pontos de interseção das vias de pedestres. Contudo, se não há espectadores, os artistas tendem a suspender a interpretação ou deslocar-se para pontos com maior aglomeração de pessoas.

Num segundo nível, foram classificadas as interações entre indivíduos pertencentes a um grupo, geradas em função da manifestação artística – tanto próximas como afastadas do local de exibição. Eram recorrentes nos eventos, onde as pessoas desfrutavam momentos de lazer em companhia de familiares, amigos ou colegas, razão pela qual não costumavam socializar com desconhecidos. Geralmente, logo após o estímulo inicial (visual ou sonoro), os conhecidos faziam comentários entre si, mencionando o artista ou um fato relacionado a sua performance (Figura 07B). Em algumas situações, se aproximavam. Em outras, apenas reduziam a velocidade da caminhada para contemplar a apresentação. Pode-se citar como exemplo dessa categoria, os pais que eram impelidos pelo interesse despertado nas crianças por qualquer situação inusitada: um soldado prateado estático, um palhaço distribuindo balões coloridos, uma canção em ritmo animado... A percepção sensorial é um elemento-chave nesse nível de interação.

No próximo nível, pode-se classificar as interações entre o artista e seu público. Como foco das observações em campo, constituem o grupo mais detalhado de comportamentos. Para sistematizá-las, foram elencadas várias ações que caracterizam a diversidade de reações do público, divididas em dois grupos: em movimento (transeuntes) e contemplativas (espectadores). A experiência espacial foi decisiva para compreender cada uma delas.

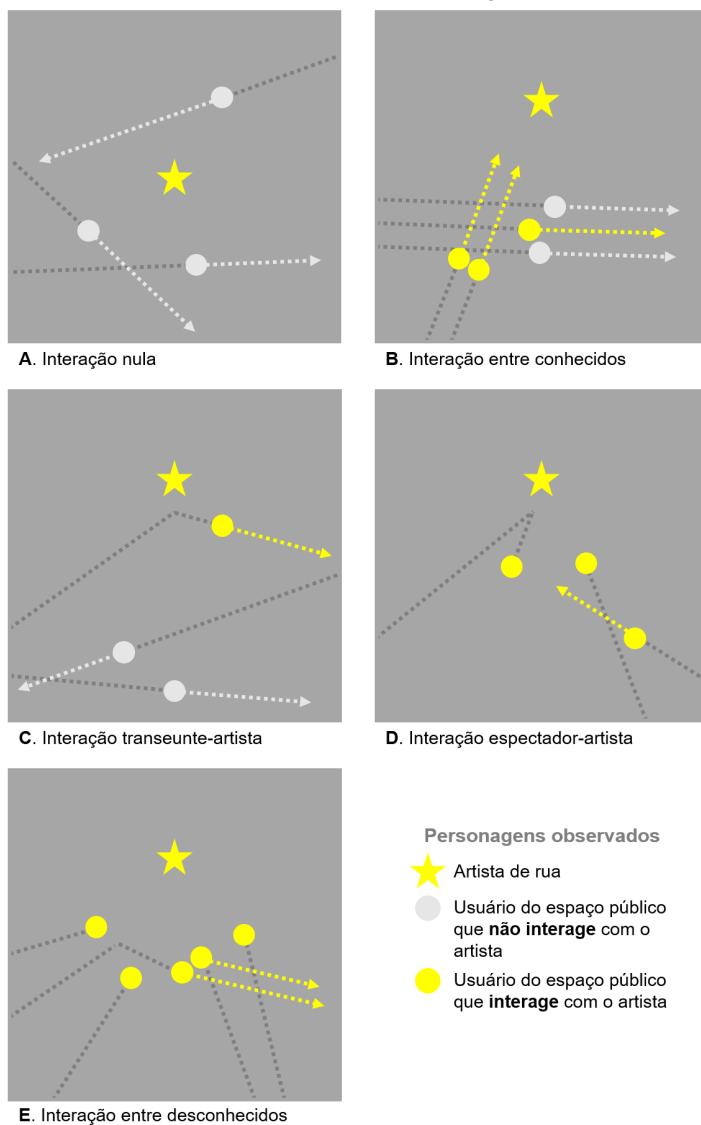
Mesmo não interrompendo seu trajeto habitual, foi comprovado que os transeuntes também interagem com o artista. Olhar é a ação mais comum, embora mesmo aí existam níveis de intensidade. A diferença entre uma olhada de relance e uma observação mais detida é evidente. Os pedestres

fitam o espetáculo inesperado e, eventualmente, diminuem o ritmo da caminhada, porém não permanecem (Figura 07C). Alguns deles realizam doações e se afastam muito rapidamente. Ressaltam-se os casos em que os transeuntes portam algum equipamento de captura de imagens – principalmente celulares e *smartphones* – e transitam registrando cenas do cotidiano para compartilhamento virtual. Embora a difusão desses registros seja estimulada por muitos artistas, como forma de divulgação do seu trabalho, a experiência sensorial e simbólica no espaço público vai além da captura da paisagem urbana através da tela do dispositivo.

Outra ação comum praticada pelos transeuntes é a compra de produtos relacionados à manifestação artística em questão. O gênero mais representativo, nesse caso, é a música instrumental inca, cujos intérpretes comercializam CDs de repertório variado, muito procurados pelo público. Os músicos – há muito estabelecidos na capital paranaense – são conhecidos dos frequentadores das praças onde costumam se apresentar, o que contribui para fidelizar os clientes. É comum se deparar com tais artistas durante uma caminhada pela região central de Curitiba, notadamente em horário comercial, nos dias úteis. Durante a observação em campo, foi a única exibição encontrada numa segunda-feira, ainda pela manhã, nas proximidades de um terminal de transporte coletivo. A assiduidade dessas apresentações motiva o denominado “contato de oportunidade” (GEHL, 2009), pois aumenta a possibilidade de encontro dos transeuntes, que rotineiramente realizam suas atividades na região, com os músicos.

Ao atuar no espaço público, o artista se predispõe a atrair a atenção dos passantes, de modo que se aproximem e esbocem alguma reação (Figura 07D). Nem sempre o objetivo é a doação, embora sirva de estímulo para o aprimoramento contínuo da performance. Do mesmo modo, sempre que alguém se detém, sorri, aplaude, dança, cumprimenta ou dialoga, o artista corresponde com um gesto de agradecimento pelo incentivo. A gratidão pode ser demonstrada por um olhar, um sorriso, verbalmente ou através do contato físico.

FIGURA 07 – Diagramas dos padrões de interação observados em campo



Fonte: Elaboração própria.

Em um primeiro momento, percebe-se que os espectadores sorriem apreciando a apresentação. Mesmo envolvidos pela representação artística, é possível que busquem uma forma de eternizar o momento, registrando as cenas por meio de fotos e vídeos. Aplausos, gritos e assovios são ouvidos quando há maior concentração de pessoas.

Há casos em que o próprio artista estimula a interação. Nesse grupo, destacam-se as interações entre artistas caracterizados e o público infantil, pois as crianças se entretêm rapidamente com a performance, motivando seus pais a permanecer no local por alguns instantes, ainda que somente para fotografá-las posando ao lado dos personagens.

Outra situação presenciada compreende os espectadores que se encontravam presentes na área de abrangência da manifestação artística por outras razões – esperando por alguém ou descansando – e se distraem brevemente com os estímulos visuais e sonoros. Em geral, esses observadores não interagem durante a apresentação que, para eles, é uma espécie de passatempo, similar ao televisor em uma sala de espera.

Por fim, caracterizando o grau mais elevado de contato no espaço público, tem-se a interação entre desconhecidos em função da manifestação artística, que Whyte (2001) denomina “triangulação”. A atuação do artista de rua serve como estímulo para que pessoas desconhecidas estabeleçam relações de proximidade no espaço público (Figura 07E). Evidentemente, trata-se de um contato efêmero; porém, o fato de constituir um processo de troca social entre indivíduos, revela o potencial educativo desses encontros espontâneos, mesmo que pouco frequentes, como constatado em campo.

7. Desfecho

Pautada na configuração dos cenários da cidade contemporânea, viu-se que as atividades desenvolvidas pelas pessoas influenciavam no desprendimento de relações e nos graus de interação entre os indivíduos. A amabilidade urbana foi pouco observada em momentos cotidianos, durante a realização de atividades obrigatórias, geralmente em dia úteis e horários diurnos, mostrando que o tempo, o espaço e as práticas sociais podem dificultar os contatos pessoais. Entretanto, a conjuntura mais espontânea se dá quando ocorrem determinados eventos, que se caracterizam por uma espacialidade, temporalidade e sociabilidade pré-definidas. Ou seja, como as intervenções físicas descritas por Fontes (2013), os eventos contêm os atributos que atraem as pessoas ao espaço.

Com isso, conseguiu-se comprovar que, no caso de Curitiba, usualmente se estabelecem menores níveis de interação no espaço público e há dificuldade de rompimento das bolhas comportamentais. Por essa razão,

acrescentou-se à teoria de Gehl (2009) os momentos nos quais os padrões de interação eram nulos, dada a frequência com que as pessoas ignoravam os estímulos visuais ou sonoros emitidos pelos artistas. Apesar de haver presenciado situações de contatos de oportunidade, não foi possível captar os graus de alta intensidade por meio da metodologia adotada, pois representam relações de caráter mais abstrato.

Para que as apresentações fossem atrativas ao público, o espaço precisava ser adaptado pelos artistas, que, em certa medida, se apropriavam dele. Do mesmo modo, conforme aumentava a aglomeração de espectadores, a área ocupada pela plateia se estendia. Em ambos os casos, o uso do mobiliário urbano se intensificava, ao passo que ganhava novas funções, ressignificando o entorno.

Toda essa transformação do espaço gera uma rede de relações que reconstituem o sentido do espaço público como lugar de trocas, de convivência, debate e conflito. Longe de negar as problemáticas colocadas pela presença da figura do artista na rua, esse trabalho buscou compreender seu papel como evocador da proximidade e abertura para o outro. Ao procurar evidenciar atitudes de amabilidade no cotidiano, presenciou-se demonstrações de admiração, simpatia e identificação – sempre que os espectadores, de alguma maneira, se conectavam aos artistas.

Finalmente, a trama aqui esboçada clama pela valorização do trabalho desses personagens e sua efetiva permanência em cena, por acreditar que eles e elas tornam a cidade mais amável. Que o público, ao se deparar com expressões artísticas, compreenda a sensibilidade que essas levam às ruas. E que ecoe a necessidade de lugares, instantes e relações que zelem pela humanização do espetáculo da vida pública.

Referências

BENEDETTI, M. *El amor, las mujeres y la vida*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

BUSCARIOLI, B.; CARNEIRO, A. de T.; SANTOS, E. Artistas de rua: trabalhadores ou pedintes? *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 879-898, set./dez. 2016.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, v. 15, n. 1, p. 123-148, fev. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). *Resolução n. 510*, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da União, n. 98, Brasília, 24 mai. 2016, seção 1, p. 44-46.

CURITIBA. *Lei n. 699*, de 16 de julho de 1953. Dispõe sobre o Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba. Legislação Municipal, Curitiba, 1953.

_____. *Lei n. 10.625*, de 19 de dezembro de 2002. Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem estar e do sossego público. Legislação Municipal, Curitiba, 2002.

_____. *Lei n. 14.701*, de 28 de julho de 2015. Dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Curitiba. Legislação Municipal, Curitiba, 2015a.

_____. *Lei n. 14.658*, de 18 de maio de 2015. Altera a Lei nº 10.625, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem estar e do sossego público. Legislação Municipal, Curitiba, 2015b.

_____. *Decreto n. 456*, de 6 de maio de 2016. Regulamenta a Lei Municipal nº 14.701, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Curitiba. Legislação Municipal, Curitiba, 2016.

_____. *Lei n. 15.083*, de 10 de outubro de 2017. Adite-se parágrafo único ao Art. 1º da Lei nº 14.701, de 28 de julho de 2015, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do Município de Curitiba. Legislação Municipal, Curitiba, 2017.

DUNEIER, M.; HASAN, H.; CARTER, O. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1999.

FONTES, A. S. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA (FCC). *Cadastro de artistas de rua*. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/noticias/cadastro-de-artistas-de-rua/>> Acesso em 24/5/2017.

GEHL, J. *La humanización del espacio urbano*. La vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté, 2009.

GRAHAM, S. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. Tradução: Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALL, E. T. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades norte-americanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYNCH, K.; HACK, G. *Site planning*. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 1984.

PALLAMIN, V. *Arte Urbana*. São Paulo: região central (1945-1998). Obras de caráter temporário e permanente. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

ROHDEN, J. Artistas de rua denunciam repressão da prefeitura. *Brasil de Fato PR*,

Curitiba. 27 abr. 2017. Ano 2, ed. 35, p. 11.

SALGADO, C. P. *O trabalho de artistas de rua em Porto Alegre/RS*. 92 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, F. C. A. dos. *Características físicas e sociais do espaço público*: nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

SCHAFER, R. M. *O ouvido pensante*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SOUZA, M. L. de. *Fobópole*: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces, 2001.

ZAIDLER, W. Arte pública e arte de rua: graffiti versus grafite. *Revista Farol*, Vitória, n. 9, p. 125-135, jul. 2013.

ZEISEL, J. *Inquiry by design*. Environmental/behavior/neuroscience in architecture, interiors, landscape, and planning. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

-
- i No original: “Cada ciudad puede ser otra / cuando el amor la transfigura / cada ciudad puede ser tantas / como amorosos la recorren / [...] cada ciudad puede ser otra / cuando el amor pinta los muros / y de los rostros que atardecen / uno es el rostro del amor / [...]”.
 - ii Para tanto, foi realizado um levantamento das notícias contendo o termo “artista(s) de rua” publicadas em um dos principais veículos de comunicação jornalística local, o jornal *Gazeta do Povo*, entre janeiro de 2007 e julho de 2017.
 - iii Esse discernimento pode ser notado tanto em conversas com os artistas, durante os trabalhos de campo, quanto em debates acadêmicos em que autores definem os conceitos de arte de rua e arte pública, como é possível conferir em Pallamin (1999) e Zaidler (2013).
 - iv BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 - v No original: “process by which some external stimulus provides a linkage between people and prompts strangers to talk to each other as though they were not”.
 - vi GEHL, J. *Life between buildings*: using public space. 4. ed. Copenhagen: Arkitektens Forlag, 2001.
 - vii Segundo a FCC (2016), as informações serão utilizadas para fins de identificação, autorização e localização dos artistas. O formulário de cadastro pode ser preenchido de forma eletrônica, no seguinte endereço: <<http://www.fundacaoculturaldec Curitiba.com.br/noticias/cadastro-de-artistas-de-rua/>>.
 - viii Dados obtidos em resposta à solicitação por meio da Lei de Acesso à Informação.
 - ix LOUKAITOU-SIDERIS, A.; BANERJEE, T. *Urban design downtown*: poetics and politics of form. Berkeley: University of California Press, 1998.
 - x MITCHELL, D. The end of public space? People's park, definitions of the public, and democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, Cambridge, v. 85, n. 1, p. 108-133, mar. 1995.
 - xi No original: “the perception of crime is linked to the presence of visibly different groups with mutual suspicions of each other sharing the same space, such as the presence of

homeless people in public space”.

- xii KILIAN, T. Public and private, power and space. In: LIGHT, A.; SMITH, J. M. (Eds.). *Philosophy and Geography II*. The production of public space. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998. p.115-134.
- xiii No original: “a range of symbolic restrictions that passively discourage undesirable activities”.
- xiv No original: “Physical traces to look for / By-products of use: erosions, leftovers, missing traces / Adaptations for use: props, separations, connections / Displays of self: personalization, identification, group membership / Public messages: official, unofficial, illegitimate”.
- xv As autoras agradecem a gentileza de todos os personagens observados por autorizarem a realização de imagens de suas representações artísticas.
- xvi O espetáculo ao ar livre foi organizado por um grupo de jovens artistas que se reunia pela primeira vez naquela noite, para apresentar números circenses num pequeno picadeiro improvisado na Praça de Bolso do Ciclista. Uma grata surpresa para as pesquisadoras.

POKÉMON GO NO PASSEIO PÚBLICO

Apropriação virtual do espaço público

SILVEIRA, Debora S.¹

DE CASTRO, Pedro L.²

1. *Pokémon GO*: monstros virtuais materializados e urbanizados

Nada mais material que os US\$ 950 milhões ganhos nos cinco primeiros meses de existência do jogo *Pokémon GO* pela empresa que o desenvolveu (RYAN, 2017): a californiana Niantic Inc., fundada por John Hanke como uma *startup* da Google em 2010 e emancipada em 2015 (WIKIPEDIA, 2017a). Lançado mundialmente em 6 de julho de 2016, e no Brasil em 3 de agosto do mesmo ano, o jogo já possui mais de 750 milhões de downloads (NIANTIC, 2017). Foi o termo mais pesquisado no Google em 2016 (GOOGLE TRENDS, 2017). Apareceu em um episódio do desenho animado *Os Simpsons* (LOOKING... 2017). Foi assunto em jornais, revistas, rádio e televisão, além de podcasts e canais de Youtube. Famosos twitaram suas experiências no jogo (CONFIRA... 2016; CASTILLO, 2016). Foi acusado por alguns religiosos de apologia a rituais de invocação demoníaca (SNYDER, 2016; CONEGERO, 2016; e ADLER, 2016). Causou mortes e acidentes, contabilizadas no site *Pokémon GO Death Tracker*, que se utiliza de notícias em sites jornalísticos de língua inglesa. O número atual é de 16 mortes e 55 ferimentos (POKÉMON... 2018).

Atravessando diferentes aspectos da vida cotidiana, *Pokémon GO* pode ser considerado o jogo de realidade aumentada de maior impacto até o presente momento. Steuer (1992) apresentou o conceito de realidade aumentada como uma experiência sensorial de telepresença. Enquanto a presença é a relação direta do indivíduo com o meio, a telepresença requer um

¹ Geógrafa, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.
debora.silveira@ufpr.br

² Arquiteto e urbanista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná.
pedrolannadecastro@gmail.com

intermediário que possibilita experimentar uma realidade distante ou imaterial. As inovações tecnológicas do momento atual possibilitam criar universos, incutir-lhes significados e disponibilizá-los aos sentidos físicos. Os jogos de realidade aumentada são produtos da criatividade humana que permitem aos jogadores vivenciar no espaço algo que faziam somente diante da TV, do *videogame* ou dos livros.

Considera-se aqui o *Pokémon GO* como um intermediário entre o mundo real e o mundo da imaginação de seus usuários. De um lado, é um limitante à imaginação, uma vez que todos os elementos e situações estão presentes e previstas no código do jogo, e todos os monstros têm forma, cor, textura e som predefinidos. Nesse sentido, cabe aos programadores e designers da Niantic toda a criatividade e criação. Ao jogador resta adequar-se, protestar nas redes sociais ou abandonar o jogo.

De outro lado, o jogo torna-se um estímulo a atividades concretas e reais. Dentre suas implicações cotidianas, está a conciliação do tempo como treinador de monstros digitais com o de seus estudos ou trabalho, sua família e amigos. Também engloba decisões práticas como que trajeto tomar, quanto tempo jogar, onde comer, com quem interagir. As regras do jogo exigem respostas, táticas e métodos para atingir objetivos, que podem ser definidos pelo jogo ou pelo próprio jogador. Dessa forma, o jogador de *Pokémon GO* tem uma perna fora e outra dentro do mundo da imaginação.

Como intermediário, o jogo está atrelado à tecnologia dos *smartphones*. *Pokémon GO* requer conexão com a *internet*, localização por GPS e câmera fotográfica integradas ao aparelho. Parte da popularidade do jogo pode ser atribuída ao preço dos dispositivos que, se comparados a consoles de *videogame* ou computadores pessoais, são mais baratos¹. O preço e a diversidade funcional fazem com que esses aparelhos estejam presentes em nosso cotidiano, de maneira que se preveja a existência, ao final do ano de 2018, de um *smartphone* por habitante no Brasil (CAPELAS, 2017).

Quintanilha (2016) descreve como aplicativos de *smartphones* gradativamente assumiram uma dimensão urbana, com mapas, itinerários e horários de ônibus, aluguel de bicicleta e informações interativas das condições de trânsito. Segundo o autor, *Pokémon GO* é o caso mais exemplar da relação dos *smartphones* com o meio urbano, pois criou situações, há muito perseguidas por urbanistas, de participação popular e interação com a cidade, além de torná-la dinâmica e curiosa. Outro fator favorável para *Pokémon GO* é sua gratuidade. A rapidez e a facilidade em ser adquirido levaram

imediatamente após seu lançamento multidões às ruas. O fenômeno foi capaz de repovoar praças e ruas de cidades, como mostrado por Martínez e Assael (2016) no caso do Chile, quando pessoas saíram de suas casas para ir atrás de *pokémons*.

Quintanilha (2016) defende que os jogadores se apropriam da cidade por esse intermediário, o jogo, no qual conseguem lê-la, vivenciá-la e descobri-la conforme suas necessidades. Diferindo, dessa maneira, das abstrações intangíveis impostas por especialistas urbanos para se discutir a cidade em momentos participativos. Quanto a isso, percebe-se que os jogos desempenham um importante papel. O filme *Gaming the Real World* (2016) mostra algumas iniciativas em que jogos auxiliaram processos de participação popular em assuntos urbanos. Segundo ele, o programa *Block By Block*ⁱⁱ desenvolvido em conjunto pela agência Habitat da ONU e Mojang, uma desenvolvedora sueca de jogos, utiliza-se, dentre outros métodos, do jogo *Minecraft* para ajudar comunidades carentes em precária infraestrutura urbana a discutirem e implementarem melhorias em suas vizinhanças.

Outra experiência contada pelo filme foi a de Jörgen Hallstrom, gerente de projetos da *Swedish Building Services*. Após sugestão de seu filho de 11 anos para que usasse *Minecraft* para resolver problemas habitacionais na Suécia, Jörgen convidou dois *gamers* para desenvolver três projetos-piloto. Em cada um deles, modelaram no jogo conjuntos habitacionais e seus arrabaldes, para então realizarem oficinas com os moradores, quando estes puderam modificar o modelo e discutir propostas.

Essa mesma equipe, Jörgen e os *gamers*, participou de uma simulação de tráfego realizada no jogo *Cities: Skylines*, desenvolvido pela *Colossal Order Ltd*. O objetivo era visualizar os impactos causados por um projeto urbano no Royal Seaport, em Estocolmo. O terceiro caso trazido pelo filme é o do professor de arquitetura Jose Sanchez, da *University of Southern California*, criador do jogo *Block'hood*, no qual se pode construir uma pequena vizinhança por meio de blocos. Cada bloco tem uma função, como habitacional, geração de energia ou área verde. O objetivo é relacionar todos os blocos para criar uma vizinhança agradável, dispô-los de maneira que formem um sistema funcional.

O que está por trás desses usos como meios de visualizar projetos e desejos é a própria finalidade dos jogos: dispor elementos manejáveis em regras compreensíveis. A cidade como objeto, por suas dimensões e níveis, é de difícil cognição. Lefebvre (2008) apresenta o fenômeno urbano como uma

abstração formal do processo dialético e histórico materializado nas cidades. A prática do planejamento urbano que se debruça sobre essa realidade é uma das leituras possíveis e sua pretensão totalizante limita o urbano à linguagem dos urbanistas e especialistas, assim como sua produção. E, assim, as decisões, técnicas, são tomadas em nível global, ou seja, no nível dos interesses desprendidos do território e materializados no capital, em suas condições de reprodução, à revelia do nível local, ou melhor, impondo-se a este.

Em Metafilosofia, Lefebvre (1967) discute a tecnologia como oportunidade e ameaça. Oportunidade de inverter o processo de produção do espaço para um que os indivíduos, com suas necessidades locais e de habitar, tomem decisões capazes de serem consideradas, publicizadas, discutidas, aprovadas ou indeferidas com o intermédio da máquina. Os técnicos passariam à função de possibilitar o que fora decidido como vontade e não mais impor à população duras penas para manter algum sistema. Redes sociais como *Facebook* ou *Twitter* são exemplos de como a máquina pode dar voz a qualquer um. Porém, com as inovações tecnológicas vêm também os perigos, desde a destruição nuclear ao isolamento completo do indivíduo. O tema é constantemente retratado na ficção. De produção mais recente, ressalta-se o seriado *Black Mirror*, criado por Charlie Brooker (2011).

Portanto, considera-se que as oportunidades e ameaças de revoluções tecnológicas não significam revolução socialⁱⁱⁱ, as inovações em curso por si só não são teleológicas, não tem como destino coisa alguma. Dependem da vontade humana, dos caminhos e arranjos a que são submetidas essas inovações, como foram subordinadas as passadas a um interesse ou outro que puderam ou não ser revolucionários^{iv}. Reafirma-se, então, que *Pokémon GO* e outros jogos, assim como as tecnologias que os suportam, são intermediários.

No momento em que jogos e *smartphones* tornaram-se relevantes para questões urbanas eles adentraram o espaço urbano por excelência, o espaço público. A relação da tecnologia com o espaço público está inserida, segundo Gomes (2006, p. 182-186), em um processo de “apropriação privada dos espaços públicos”, o qual contribui com o “emuralhamento da vida social”, quando, pelo uso de dispositivos eletrônicos como *walkman*, depois *discman*, MP3 *player* e os *smartphones*, possibilitam ao indivíduo uma desculpa para evitar o convívio.

Carmona (2010) tratou esse mesmo processo, o da deterioração do espaço público, situando a relação tecnologia/espaço público no mesmo polo.

Para esse autor, o espaço público se deteriora em dois extremos: espaços sub gerenciados e espaços super gerenciados. Dentre os espaços sub gerenciados estariam os virtuais, nos quais a prevalência da vida privada sobre a pública causa um encurtamento da esfera pública. Em sua definição, os espaços virtuais são formados por salas de bate-papo, participações em programas de TV ou rádio pelo telefone, mundos virtuais e semelhantes fora do alcance de regulações por parte da sociedade civil. Mas, ao contrário do que os autores apontam, alternativas para interações, desde familiares, profissionais e até amorosas, estão disponíveis em aplicativos, *sites* ou *gadgets*^v. Portanto, não se pode atribuir a objetos, mesmo que determinantes, os rumos que a humanidade toma.

Innerarity (2010) propõe que a natureza do espaço público na cidade contemporânea está em transformação e não corresponde a de um lugar de encontro, o que subsiste no imaginário. Afirma que a condição atual da cidade é de ser “um lugar para estranhos” que pode levar ao “medo da cidade” e a “transformações urbanas” em que a confusão entre espaço público e espaço privado produz “cidades privadas” (INNERARITY, 2010).

Contudo, nota-se que, ainda que a abordagem desses autores seja dialética e considere os efeitos da privatização da vida no uso cotidiano de novas tecnologias ao mesmo tempo que reconhece as contribuições de tais tecnologias para a privatização da vida, excluem a possibilidade de que o uso de dispositivos como *smartphones* e computadores podem contrariar o processo de arrefecimento do espaço público. Os “espaços híbridos” (DE SOUZA E SILVA, 2006) que mesclam a realidade material com a realidade virtual, trazem novas possibilidades aos espaços públicos das cidades. Jogos dessa espécie, conforme expõe Lemos (2010), alteram o espaço material e as noções de território existentes. Os espaços urbanos, então, podem ser reapropriados e novas formas de comunidade tem potencial de serem criadas, reforçando relações sociais, e não as enfraquecendo (LEMOS, 2010; TRAMONTANO & REQUENA, 2007).

No entanto, é preciso atentar ao fato de que *Pokémon GO* se apropria dos espaços públicos em função de interesses corporativos. Sicart (2017) ressalta que o espaço público é regulado e empresas que queiram fazer propagandas ou qualquer uso comercial desse espaço devem pagar, contribuindo para a sua manutenção. Todavia, nada impede que tais empresas utilizem a realidade aumentada de *Pokémon GO*, ou qualquer outro aplicativo similar, para lucrar, pois ainda não existem leis para regular a emulação do

espaço público. Mesmo assim, ainda conforme o autor, a experiência de *Pokémon GO* pode ser utilizada de ambas as formas: de um lado os interesses corporativos podem iniciar um processo de comercialização e privatização “virtual” do espaço público ou, então, o espaço público pode ser reocupado e recuperado.

A fim de desenvolver essa temática, o tópico seguinte, “O jogo”, trata da origem do jogo *Pokémon GO*, as tecnologias que o possibilitaram, os dados anteriores a ele e do que se trata, efetivamente. Discute-se, ainda, o fenômeno, seus impactos nas cidades e na rotina das pessoas. Na seção posterior, “Entrando na arena *Pokémon*”, apresenta-se as decisões metodológicas por meio das quais aproximou-se do objeto de pesquisa e, posteriormente, realizou-se a investigação. Em “Passeio Público: a sala de visitas”, o motivo central é o Passeio Público e sua relação histórica com Curitiba. Na sequência, em “O jogo e o espaço”, trata-se dos resultados da parte da pesquisa desenvolvida em campo, e discute-se quais os impactos do jogo no Passeio Público. Por fim, na última parte, “A sala de visitas e seus hóspedes virtuais”, retoma-se o problema acerca da relação entre espaço público e espaço virtual e demonstra-se como os jogadores de *Pokémon GO* têm vivenciado essa interação.

2. O jogo

No dia 10 de Setembro de 2015, as buscas por “*pokémon go*” no Google aumentaram consideravelmente (GOOGLE TRENDS, 2016): um dia após postagem do vídeo de anúncio do jogo (DISCOVER... 2015), produzido pela *Pokémon Company International*, subsidiária da *Pokémon Company in Japan* e responsável pelo gerenciamento da marca fora do país sede (POKÉMON COMPANY INTERNATIONAL, 2017). Para muitos fãs de *Pokémon*, a ansiosa espera acabou apenas dez meses depois quando *Pokémon GO* foi lançado mundialmente. Para os brasileiros, mais um mês se passou antes que pudessem iniciar sua busca por *pokémons*. As expectativas para o jogo eram altas, pois a relação de *Pokémon* com seu público vinha de 20 anos.

Conforme o verbete dedicado ao *Pokémon* na Wikipédia (2017b), observa-se que a marca começou em 1996 com os jogos *Pokémon Vermelho* e *Verde* para *GameBoy*, um console portátil da Nintendo. Atualmente está na

sétima geração, sendo a segunda franquia de jogos mais vendida no mundo, atrás apenas dos jogos Mario, também da Nintendo (WEEKLY... 2018). Outra contribuição para a sua popularidade foi o jogo de cartas *Pokémon* lançado no mesmo ano de 1996 (WIKIPEDIA, 2017c). O sucesso dos jogos expandiu-se para além deles com uma série animada, exibida desde 1997 até os dias de hoje em 98 países. A série narra a história de um treinador de *pokémons* chamado Ash, está em sua 20ª temporada e conta com 21 filmes, especiais, curtas e *spin-offs*^{vi} (WIKIPEDIA, 2017d).

O lançamento de um jogo de *Pokémon* que aproximasse este universo ao de seus fãs gerou muita expectativa nos jogadores das versões para console ou que assistiram aos programas na TV na infância. Instalou-se um sentimento de nostalgia naqueles que sonharam por muito tempo em se tornar um verdadeiro Mestre *Pokémon*. A possibilidade de sair porta afora atrás de *pokémons* e treiná-los, vê-los no mundo real, satisfaz o desejo de muitos que diante da TV ou do *videogame* imaginavam como seria se tais criaturas de fato existissem.

A Niantic reconheceu a oportunidade e criou *Pokémon GO*, um jogo para *smartphones* baseado na localização, no qual os jogadores devem fisicamente transitar pelo espaço para capturar as criaturas dos jogos – os *pokémons* –, adquirir itens importantes para o “mestre *Pokémon*” em pontos estáticos chamados de *pokéstops* e batalhar em ginásios. Para Lemos (2010), jogos *online* de dispositivos móveis que fazem uso da localização do usuário são denominados “*Location-Based Mobile Games*”. O espaço que esse tipo de jogo utiliza é o mesmo em que o jogador se encontra, entrelaçando as esferas virtual e material.

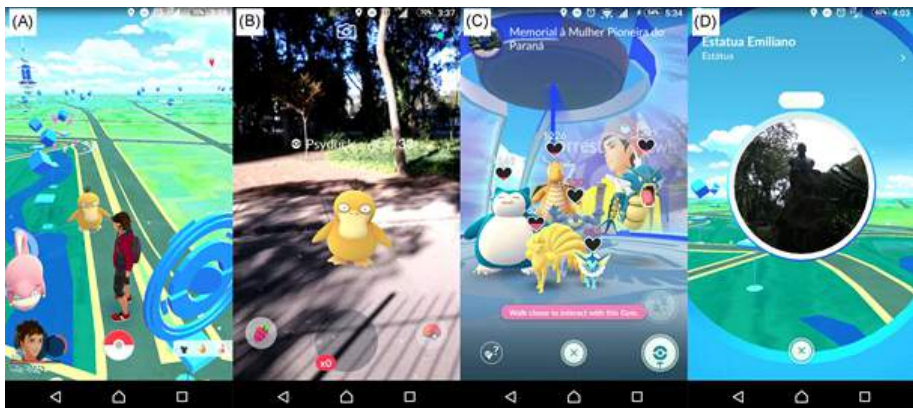
Pokémon GO, porém, não foi o primeiro jogo a usar a localização do usuário como forma de entreter, apesar de ser o mais popular do gênero. *City Domination*, *Landlord* e *Turf Wars*, para citar alguns exemplos, são jogos que possuem a temática de conquistar a cidade através da movimentação do jogador. Já *The Walk: Fitness Tracker* e *Zombie Run* transformam a caminhada ou corrida em um jogo com desafios, como forma de incentivo a um estilo de vida menos sedentário.

Em 2012, outro jogo baseado na localização do jogador foi lançado: *Ingress*, também desenvolvido pela Niantic. Foi a partir dos sistemas de portais do *Ingress* que os pontos estáticos – ginásios ou *pokéstops* – do *Pokémon GO* foram concebidos. A proposta dos portais de *Ingress* era marcar pontos de interesse apoiado nas sugestões dos próprios usuários. Esses portais podem

ser, portanto, locais de interesse histórico, educativo ou arquitetônico, por exemplo. O sistema de *Ingress* fazia com que os jogadores se deslocassem pelo espaço para conquistar esses portais em nome da sua “facção”, funcionando como uma conquista de território para um dos dois times que o jogo criou (GRAELLS-GARRIDO *et al.*, 2016; COLLEY *et al.*, 2017).

Pokémon GO trabalha com o espaço do próprio jogador em uma simulação (Figura 01A) que adiciona três tipos de dados ao espaço: *pokémons*, ginásios e *pokéstops*. Os *pokémons* são criaturas (Figura 01B) que devem ser capturadas pelo jogador utilizando-se *berries* (frutas com diferentes finalidades no jogo) e *pokébolas* (dispositivos que armazenam *pokémons*). Aparecem aleatoriamente no mapa ou em “ninhos” (locais em que é frequente o aparecimento de determinado *pokémon*). Também podem ser atraídos ao utilizar-se o incense, cuja duração é de 30 minutos e faz surgir *pokémons* na localização do jogador, porém só para ele; ou o *lure module*, que num período de 30 minutos faz surgir *pokémons* na localização da *pokéstop* “lurada” (que algum jogador colocou o *lure module*) para todos os jogadores em suas proximidades. Há também os ovos, que são chocados após serem incubados e o jogador ter percorrido dois, cinco ou dez quilômetros, recompensando-o com um *pokémon* de força relativa à distância caminhada.

FIGURA 01 - (A) Espaço do jogo. (B) Os *Pokémons* em realidade aumentada. (C) Ginásio. (D) Insígnia da *pokéstop* “Estátua Emiliano” na Ilha da Ilusão no Passeio Público



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Os ginásios são arenas de batalha onde os três times, *Mystic* (azul), *Valor* (vermelho) e *Instinct* (amarelo), disputam seu domínio (Figura 01C).

Inicialmente a cor do ginásio é branca, isso significa que nenhum time domina o ginásio. O primeiro jogador a encontrar o ginásio, coloca um de seus *pokémon* ali e o ginásio assume as cores de seu time, permanecendo a posse até que o ginásio seja “derrubado” por jogadores de outros times, voltando então à cor branca.

Importante ressaltar que as batalhas não são *Player Vs Player* (PVP), ou seja, os jogadores não interagem diretamente. Os *pokémons* que estão defendendo o ginásio, mesmo pertencendo a algum jogador, são controlados por inteligência artificial. Apenas o jogador que está atacando o ginásio controla seu *pokémon*. Isso significa que não há necessidade da presença simultânea dos dois lados da batalha, pois não há possibilidade de participação do jogador que colocou um *pokémon* para defender o ginásio.

Fixar um *pokémon* em um ginásio e mantê-lo lá traz benefícios a quem o faz. A cada hora que o *pokémon* resistir no ginásio, ganha-se uma moeda do jogo, a *pokécoin*. Com *pokécoins* pode-se comprar itens do jogo. A cotação atual da *pokécoin* varia entre R\$ 0,02 e R\$ 0,03 (janeiro de 2018). Outra possibilidade nos ginásios é a de ganhar itens do jogo ao girar a insígnia que o identifica. Para interagir com as funções do ginásio o jogador deve estar dentro de um raio de aproximadamente 40 metros deste.

Por fim, em atualização recente do jogo, em junho de 2017, os ginásios passaram a abrigar batalhas em *raid*. Essas são formatadas para ser colaborativas, qualquer jogador de qualquer time pode associar-se a outros para derrotar um *pokémon* “forte”^{vii} controlado por inteligência artificial. Se obtiverem sucesso, aqueles jogadores que participaram da batalha podem tentar capturar o *pokémon* derrotado. Essa foi a primeira ferramenta que possibilitou a interação entre jogadores dentro do jogo. Permite que 20 jogadores cooperem simultaneamente para derrotar o *Raid Boss* (o *pokémon* em questão).

Por fim, as *pokéstops* são “paradas” nas quais os jogadores podem obter itens do jogo de maneira gratuita, ao girar a insígnia que identifica a *pokéstop* (Figura 01D), de maneira semelhante aos ginásios. Também existe a possibilidade de “lurá-los”, atraindo *pokémons* para suas proximidades e permitindo que qualquer jogador ali os capture. O raio aproximado de influência de uma *pokéstop* é também de 40 metros.

A partir desses elementos, o jogador deve se locomover pelo espaço físico e sua projeção virtual o acompanha pela emulação do mundo em seu *smartphone*. O jogador encontra no *avatar* do jogo a representação de si

próprio, o seu *eu* virtual; e projeta nessa figura elementos que lhe concedem a noção de identidade. O jogo disponibiliza uma série de componentes para criar a sua representação virtual para que o jogador nele se sinta imerso.

Assim, por suas relações espaciais, imersivas e com o imaginário dos fãs da franquia, *Pokémon GO* diferencia-se de jogos tradicionais de computador ou consoles de videogame que se desenrolam dentro do ambiente da casa. Zsila et al. (2017) criaram um questionário que busca identificar as motivações dos jogadores para o jogo *online*, o *Motives for Online Questionary* (MOGQ)^{viii}, cujas categorias são: socialização, fuga da realidade, competição, lida, desenvolvimento de habilidades, fantasia e recreação. Após uma aplicação prévia em jogadores de *Pokémon GO*, na Hungria, propuseram mais três categorias: atividades ao ar livre, nostalgia e tédio^{ix}. Posteriormente, em questionário definitivo com 621 jogadores, identificaram que as principais motivações para se jogar *Pokémon GO* são, em ordem decrescente: recreação, atividade ao ar livre, nostalgia e tédio. Portanto, as três novas categorias, após recreação, foram preponderantes para ilustrar a motivação dos jogadores, reforçando a excepcionalidade desse jogo.

Algumas consequências do jogo têm sido discutidas, sobretudo referente aos impactos na saúde das pessoas. LeBlanc e Chaput (2017) enxergam em *Pokémon GO* uma alternativa de combate ao sedentarismo, que é hoje a segunda causa de mortes potencialmente evitáveis (ONU, 2013 *apud* LEBLANC; CHAPUT, 2017)^x. De fato, o quadro atual é de ausência de programas de alcance mundial para o combate do crescente número de casos de sedentarismo que têm, dentre suas explicações, a disseminação de computadores, *tablets* e *smartphones* (HALLAL *et al.*, 2012 *apud* LEBLANC; CHAPUT, 2017)^{xi}. Uma alternativa é o uso das mesmas tecnologias que ganham espaço na vida das pessoas para estimular a atividade física, como é o caso de jogos virtuais que exigem o movimento do jogador. Porém, esbarram em custo de equipamentos, prescindibilidade de sair de casa e socializar, falta de comprometimento e possibilidade de trapaceiras para evitar o exercício físico (LEBLANC; CHAPUT, 2016 *apud* LEBLANC; CHAPUT, 2017)^{xii}.

As características descritas do *Pokémon GO* na literatura indicam que o jogo proporciona aumento do tempo de caminhada de pessoas até então sedentárias, levando-as a sair de casa e passar algum tempo fora. Dessa forma, *Pokémon GO* suscita desde medidas de auxílio a problemas de saúde e de comportamento a de controle social. Tannemaat e Aziz (2017) trazem,

inclusive, uma proposta para contenção de doenças infecciosas: em uma cidade na qual houve manifestações de uma doença infecciosa, os ginásios *pokémon* exteriores a ela não seriam exibidos no mapa do jogo, enquanto nos lugares onde não houve ocorrência da doença os ginásios “em quarentena” não seriam exibidos. Essa possibilidade tem seu lado assustador, próxima de alguma distopia perversa em que os seres humanos estariam completamente imersos em uma virtualidade limitadora de nossas ações.

É dúbia também a relação entre *Pokémon GO* e os impactos que causa no urbano. Em pesquisa realizada na capital chilena, Santiago, por Graells-Garrido *et al.* (2016), dados da maior companhia telefônica do país foram coletados para uma análise de Registro de Detalhes da Chamada^{xiii} nos sete dias anteriores e nos sete posteriores ao lançamento do jogo. Ao contrapor os períodos, puderam perceber um acréscimo de 13,8% no uso de *internet* no horário de almoço e de 9,1% à noite. Também puderam notar mudanças nas rotas de deslocamento diário e nos pontos de estadia durante as pausas do trabalho, demonstrando adaptações da rotina em função do jogo. Na conclusão, lembram que *Pokémon GO*, ao estimular as pessoas a ocuparem as ruas, foi o primeiro fenômeno mundial não relacionado com “guerra, mudança climática, violência ou catástrofe natural”^{xiv} (GRAELLS-GARRIDO *et al.*, 2016, p.16).

Ao pesquisar como a movimentação das pessoas mudava com o jogo e quais os tipos de lugar beneficiados e quais prejudicados por *Pokémon GO*, Colley *et al.* (2017) chegaram a conclusões não tão otimistas. Após aplicação de questionário com 375 jogadores de *Pokémon GO* em cinco países e análise da distribuição das *pokéstops* pelos Estados Unidos, descobriram que, apesar do jogo estimular a visita a novas localidades e o consumo, são em lugares já privilegiados. No contexto norte-americano, as *pokéstops* que atraem jogadores concentram-se em bairros densos enquanto os guetos raciais e áreas rurais pouco povoadas não são beneficiados pelos estímulos do jogo. Em suma, o jogo não foi capaz de modificar os fluxos urbanos já existentes, pelo contrário, baseou-se neles.

Ao ser lançado, *Pokémon GO* foi febre no Brasil. Notícias relacionadas ao jogo, condenando-o ou glorificando-o, foram veiculadas nas mídias. Porém, como toda febre, após algum tempo a quantidade de jogadores ativos reduziu, fato causado especialmente por *bugs* e pela ausência de novidades. Muito se discutiu sobre a implantação de um sistema de troca de *pokémon* entre os jogadores que até o momento não se concretizou. A novidade

que a Niantic apresentou foi o acréscimo de novos *pokémons* ao jogo, que começou com 151 criaturas virtuais e agora conta com 353, novidade insuficiente para manter os treinadores *pokémon* nas ruas. Apesar das benesses ou prejuízos vislumbrados na vida cotidiana dos jogadores, o que os tem afastado se passa dentro do jogo.

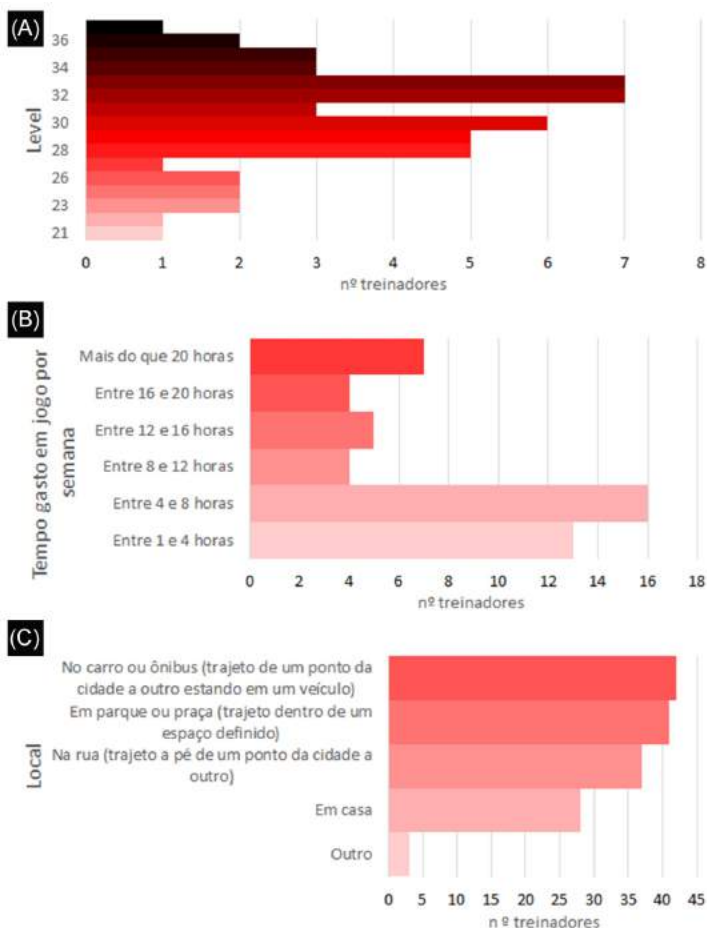
3. Entrando na arena Pokémon

O grupo de *Facebook Pokémon GO! Team Curitiba* possui pouco mais de sete mil membros e foi criado em julho de 2016. Em questionário desenvolvido no *Google Forms* e publicado no grupo, obtivemos 52 respostas entre os dias 9 e 17 de junho de 2017. Foram seis perguntas com a finalidade de traçar um perfil do jogador de *Pokémon GO* em Curitiba e, principalmente, saber em que lugar mais jogavam.

Dos 52 respondentes, 43 começaram a jogar desde seu lançamento, em agosto de 2016. Um dos indicadores da assiduidade e frequência de jogo é o *level* que alcançaram nos 11 meses entre o lançamento e a aplicação do questionário. 32 jogadores afirmaram estar no *level* 30 ou maior (Figura 02A), o que indica um alto comprometimento com o jogo. Precisou-se desse comprometimento conhecendo o tempo despendido com *Pokémon GO*. As respostas mais frequentes foram “entre 4 e 8 horas” de jogo por semana (16 treinadores), seguida por “entre 1 e 4 horas” (13 jogadores) e, por fim, “mais de 20 horas” (sete jogadores) (Figura 02B).

Pokémon GO é um jogo que tem como proposta o deslocamento do jogador no espaço para atingir objetivos, como capturar as criaturas, tomar ginásios, entre outros. Portanto, uma das preocupações foi saber como o tempo gasto no jogo desdobra-se no espaço (Figura 02C). Foi perguntado onde jogavam e o lugar mais citado foi no carro ou ônibus enquanto realiza um traslado (42 treinadores), seguido por parque ou praça (41 treinadores), deslocando-se a pé pela rua (37 treinadores) e em casa (28 treinadores). Também houve uma resposta para *shopping*, uma para trabalho e outra para universidade.

FIGURA 02 - (A) Número de treinadores por *level* (B) Treinadores por tempo gasto em jogo por semana (C) Treinadores por lugar de jogo

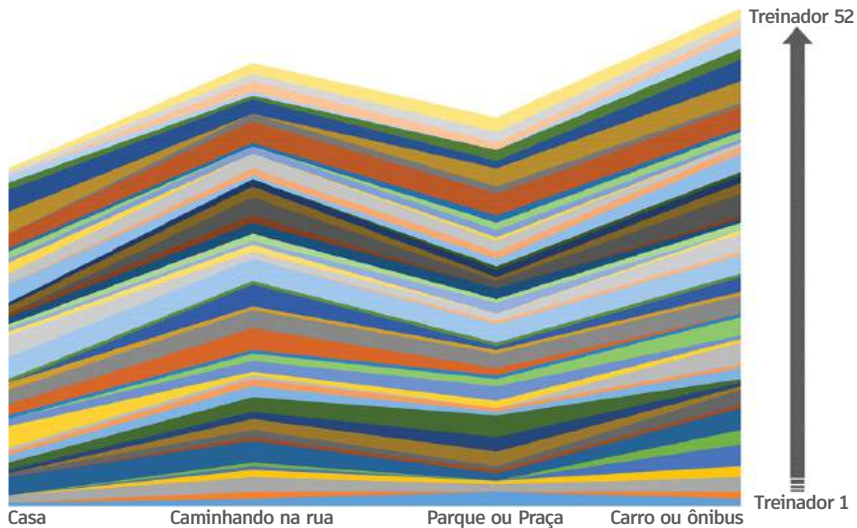


Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Nota-se que o tempo total gasto jogando em carros ou ônibus é o maior, em acordo com a pergunta anterior na qual carro e ônibus foi a resposta mais recorrente. Na segunda posição está o trajeto a pé pela rua, que mesmo menos citado na pergunta anterior, soma mais tempo de jogo que parque ou praça, em terceiro lugar. Onde se passa menos tempo jogando é em casa. É possível observar individualmente a rotina de jogo de cada treinador ao acompanhar sua faixa correspondente (Figura 03). Jogadores com a faixa mais grossa passam mais tempo jogando e, da mesma forma, jogadores com a faixa mais esbelta passam menos horas em jogo. Faixas com espessura uniforme

significam treinadores que passam tempos semelhantes em cada lugar. Quando a faixa estreita significa que o treinador passa menos tempo em um lugar em relação ao anterior e, quando alarga, significa o oposto.

FIGURA 03 - Tempo de jogo por treinador e por local



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

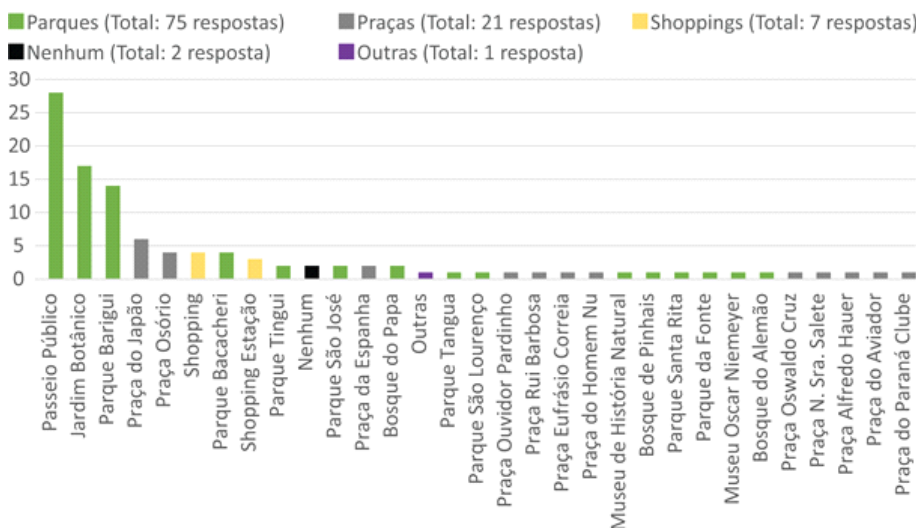
O Treinador 1, por exemplo, tem em sua faixa espessura variável, o que indica que joga quantidades diferentes de tempo em cada lugar. Em casa joga pouco, aumentando a frequência de jogo nos deslocamentos a pé pela rua, mais ainda em parque ou praça e diminuindo o tempo que gasta jogando em deslocamento por carro ou ônibus. O Treinador 2, em comparação, tem uma faixa mais esbelta, o que indica menos tempo total de jogo. Tanto em casa como em parque ou praça sua faixa reduz-se a um ponto, o que significa que não joga nesses lugares e que o faz exclusivamente durante seus trajetos a pé ou em carro ou ônibus.

Conclui-se que os principais períodos de jogo são durante deslocamentos, seja a pé ou em veículo motorizado. Pode-se induzir desse resultado que os treinadores aproveitam do tempo ocioso em que vão e voltam para a jornada de trabalho ou estudos para jogar. O jogo em casa e em parque ou praça pode significar a dedicação de um tempo exclusivo para tal finalidade e, por isso, não ocupa tanto do tempo dos treinadores. Porém, não se deve extrapolar em demasia tais induções, pois como se verá adiante, em caso

específico analisado, as razões da visita a tais lugares podem estender-se para além do jogo.

A última pergunta foi direcionada para descobrir em quais parques ou praças curitibanos os treinadores jogavam *Pokémon GO* (Figura 04). Sendo a segunda tipologia de lugar mais citada dentre os locais de jogo e a terceira onde mais se passa tempo jogando, foi nela que encontramos o lugar mais apropriado para fazer nossa pesquisa sobre a relação do jogador com o espaço, pois, diferente dos trajetos a pé ou motorizados, os treinadores aqui frequentam com a finalidade de jogar. O Passeio Público foi o mais recorrente nas 52 respostas, sendo citado 28 vezes.

FIGURA 04 - Treinadores por parques ou praças



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Primeiramente, fez-se necessário compreender como os elementos trazidos virtualmente por *Pokémon GO* poderiam ser entendidos em um contexto material. Para tanto, utilizou-se os conceitos da geo-ontologia^{xv}, que divide a realidade em física e social e os seres em individualizáveis e com variação contínua. Os seres individualizáveis de realidade física são aqueles que ocupam um espaço limitado, como lagos, ilhas, edifícios. Os seres com variação contínua no espaço de realidade física são aqueles que são percebidos diferentemente em cada porção do espaço, como o relevo ou a poluição. A

realidade social constitui-se por conceitos ou características sociais, ou seja, sua existência depende de uma subjetividade compartilhada. As individualizáveis são objetos delimitados, como os lotes, uma porção de terra em que, por comum acordo, seus limites e propriedade são definidos. As de variação contínua são fenômenos como segregação ou riqueza, ou seja, sua variação no território depende de arranjos produtivos e sociais (RAMOS *et al.*, 2007). Entende-se o jogo como o acréscimo de entidades individualizáveis (*pokéstops*, ginásios e *pokémons*) e de variação contínua (quantidade de elementos do jogo) socialmente construídas.

Na primeira visita a campo, no dia 5 de agosto de 2017, foram georreferenciados os elementos fixos que o jogo adiciona ao espaço do Passeio Público, isto é, 12 *pokéstops*. Utilizou-se o aplicativo para *smartphones* *SW Maps*, no qual se pode tirar fotos georreferenciadas, adicionar dados vetoriais e atributos ao mapa e então exportá-los como *shapes* ou na extensão *.kml*, formatos comuns para o tratamento em softwares de Sistema de Informação Geográfica (GIS). A partir desses dados criou-se mapas representando o espaço virtual do Passeio.

Também foi um momento de afastar-se do objeto de pesquisa, conforme Canevacci (2004), para poder reconhecer, em um contexto polifônico e saturado, os elementos que melhor poderiam auxiliar a presente discussão. Posteriormente, optou-se por uma participação de reconhecido estranho (ZEISEL, 2006), com equipamentos que revelaram os pesquisadores, como prancheta e máquina fotográfica. Também houve momentos de “participação à margem”, quando, com celulares, os pesquisadores se passavam por jogadores ou outros frequentadores do parque (ZEISEL, 2006). Nas visitas subsequentes, já estruturadas conforme as considerações feitas durante a primeira visita, foram executados os procedimentos descritos nos parágrafos que seguem.

Para obter um *time-lapse*, tomou-se como orientações as dadas por Whyte (2001). O equipamento utilizado foi uma *GoPro Hero 3*, uma máquina fotográfica compacta com *timer* embutido. A primeira configuração do *timer* foi de intervalos de 10 segundos durante meia hora, no dia 15 de julho. Após análise desse resultado, decidiu-se diminuir o intervalo para 5 segundos no período de meia hora, mais adequado para os jogadores em constante caminhar e movimento. Essa última configuração foi utilizada em campo no dia 22 de julho em dois *time-lapse*.

Os questionários aplicados em campo e gravados em áudio foram

direcionados para os jogadores, para outros frequentadores do parque e para os comerciantes que ali trabalham. Obteve-se respostas de 25 jogadores, três comerciantes e três frequentadores. Enquanto os jogadores estavam dispostos a responder, nas outras duas classes foram recebidas negativas. O questionário tinha caráter aberto para que o entrevistado pudesse, de acordo com a pergunta, direcionar a resposta conforme seu interesse.

O uso da fotografia auxiliou no reconhecimento dos elementos de comportamento ambiental, conforme propõe Zeisel (2006): ator; ato; outros significantes; relações auditivas, visuais, táteis, olfativas, simbólicas; contexto sociocultural; configurações espaciais. Além das imagens obtidas no time-lapse, utilizou-se outra câmera para registrar movimentos, pessoas ou acontecimentos específicos.

Como forma de notar o uso do espaço físico do Passeio Público, utilizou-se o método que Gehl & Svarre (2013) chamam de “*tracking*”, traduzido aqui como “rastreamento”. Essa técnica foi conduzida em alguns dos jogadores de *Pokémon GO* no Passeio Público e os caminhos foram registrados com o GPS. Além disso, foram realizadas contagens da ocorrência de jogadores em dois pontos do parque em momentos distintos durante períodos de meia hora; notações sobre o comportamento dos jogadores e outros frequentadores do parque.

4. Passeio Público: a sala de visitas

O ímpeto inicial que levou o Visconde Alfredo de Escrangnole Taunay a dispor de verbas da Província do Paraná no ano de 1886 em um “Passeio ou Jardim Público” na capital Curitiba foi o de sanar a “varzea banhada ou antes inundada pelo rio Belem que se ensaia por toda a parte formando lodalaças e charcos immundos” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1983, p.40). A área do futuro Passeio Público necessitava adequar-se aos demais “cuidados e zelo dispensados a capital de uma zona administrativa” de forma a refletir sua “boa reputação de polimento e civilização” assim como da “decencia, ornamentação e limpeza de uma **sala de visitas** se podem inferir as condições sociaes e residenciaes de quem habita a casa toda” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 1983, p.40, grifo nosso). Preocupações higienistas vieram acompanhadas de financeiras: o presidente Taunay precisava que o Passeio Público fosse fonte de receitas para

sua própria manutenção (FARIA apud. NASCIMENTO; MACEDO, 1980)^{xvi}.

Seguiram-se, dos anos consecutivos até os dias de hoje, sucessivos abandonos e tentativas de resgate da vitalidade atribuída ao passado do Passeio. Sua memória inclui eventos marcados no imaginário, como os passeios pagos no carrossel e nos barcos (SCHELLER, 2001), a primeira luz elétrica de Curitiba em 1887 (NASCIMENTO; MACEDO, 1980), o voo do Balão Granada conduzido por Maria Aida em 1909 (MILAN, 2013; NASCIMENTO; MACEDO, 1980) e a denominação de Emiliano Pernetá como o Príncipe dos Poetas Paranaenses em 1911. Tempos em que a elite curitibana de barões do mate lá frequentava e intelectuais promoviam sarais de poesia (BOLETIM... 2001; NASCIMENTO; MACEDO, 1980).

Porém, já no início do século XX, era presente o sentimento de abandono por falta de manutenção na infraestrutura do parque central (HOENER JÚNIOR, 1990; SCHELLER, 2001). A década de 1910 foi marcada pela ampliação dos gastos com a remodelação do parque e a criação da Companhia de Melhoramentos da Capital, uma iniciativa de embelezamento urbano, que causou o endividamento municipal por empréstimo tomado nos bancos *London and Brazilian Bank* e *Banque Française et Italien* pelo prefeito Carlos Cavalcanti, em 1913. Dentre os melhoramentos, o Passeio Público ampliou em área e recebeu intervenções do arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard.

Macedo e Sakata (2003) afirmam que a criação de parques estava atrelada a necessidade das elites locais em demonstrar e justificar seu poder econômico e político ao assemelhar nossas cidades aos modelos francês e inglês como parte da modernização que promoviam no país. Tal modernização deu-se no Passeio Público por meio de: supressão de canais na extensão do parque, limitando as águas ao curso natural do Rio Belém e lagoas de contenção; abertura de vias para tráfego de automóveis; implantação dos portões de entrada nas esquinas da rua Presidente Faria com a Av. João Gualberto e com a Rua Presidente Carlos Cavalcanti; instalação de cercas feitas de cimento e aparência de tronco de árvore; rochedos artificiais e pontes como se fossem de pedra, à moda da época (BOLETIM... 2001).

Mais reformas, idas e vindas marcaram a história do Passeio. Em 1932, vieram os animais e, em 1982, começaram a ir embora. A quantidade de animais que em 1976 chegou a ser de 3.200 (CANTARIM, 1976), em 2013 era de 400 (MARCHIORI, 2013). Das transformações durante a segunda gestão

de Cândido de Abreu na prefeitura de Curitiba (1913-1916), data o primeiro restaurante do Passeio, no Pavilhão de Madeira. Posteriormente, em 1947, foi transformado em Restaurante do Estudante, em frente do qual estava o primeiro parquinho da cidade, projeto do modernista Frederico Kirchgassner, implementado em 1935 (BOLETIM... 2001; MILAN, 2013). Em 1956, um incêndio destruiu o Restaurante do Estudante e no lugar foi inaugurado o Recreio do Garoto e as canoas substituídas por pedalinhos.

A criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba (IPPUC), em 1965, trouxe à Curitiba um Plano Diretor que deu sucessão a modificações no parque. As novidades, inauguradas no dia 8 de Agosto de 1966, incluíram: construção de novos edifícios administrativos e de serviço; ilha dos macacos; viveiros; pontes; o palco flutuante; novo portal de entrada; equipamentos de lazer; reforma em edifícios, viveiros e na pavimentação existentes; manutenção no acabamento e tratamento das águas dos lagos; novo sistema de iluminação e ajardinamento (BOLETIM..., 2001, p.168-169). À época, Domingos Bongestabs, arquiteto do IPPUC, estava à frente dos projetos para o parque e foi responsável por erigir: o espaço que passou a abrigar o Lá no Pasquale, uma construção de troncos roliços de madeira, comuns nas obras da Secretaria Municipal do Meio Ambiente à época (BONGESTABS, 2012); o palco flutuante, construído em 1965 e utilizado até 1986 para apresentações de música e de teatro; e o Bicicletário (BOLETIM... 2001), desmontado em 2017. O Plano de 1965 previu a proibição da circulação de carros no interior do Passeio (SCHELLER, 2001), restringindo o transporte ao viés recreacional, como o Trenzinho do Passeio, inaugurado em 1966 (CIDADE... 1966), ou os triciclos da década de 2000 (BOLETIM... 2001).

As últimas grandes modificações pelas quais passou o Passeio Público ocorreram em 1997, quando a 1ª Companhia da Polícia Militar ganhou sede ali (MARCHIORI, 2013). Foram instaladas grades, que cercaram o logradouro em novo perímetro, acompanhando a cerca de concreto que imita troncos. Dessa forma, o acesso foi restringido (BOLETIM... 2001).

O Passeio Público de Curitiba repete as principais características que, conforme Macedo e Sakata (2003), marcaram os projetos de parques ecléticos do fim do século XIX e início do XX: maciços de árvores, gramados e curso sinuoso para água; espaços de lazer contemplativo; caminhos orgânicos e sinuosos com pontos focais marcados por elementos pitorescos; viveiros de animais; lago; simulação da natureza intocada. Tudo isso com o intuito de

oferecer uma área livre e verde para contemplação em um meio edificado, proporcionando a fuga da realidade urbana, que com o passar do tempo incluíram atividades diversas, como esportes, espetáculos ou diversões.

Pretendo isolamento da realidade urbana que o cerca, o Passeio Público tem sido considerado um oásis desde sua criação. O romantismo bucólico que precedeu o racionalismo modernista criou dentro das cidades refúgios de “natureza”. A modernidade e a urbanidade entraram sem pedir licença. No Passeio, entrou primeiro o automóvel, depois as prostitutas e as drogas, realidade da cidade ao redor. Insiste-se na utopia de um parque no meio da cidade livre dos problemas da cidade (MARCHIORI, 2013; RIBAS, 2000; SIMÕES, 2012). Querem vê-lo público, vivo, diversificado. Lamentam abandono (CASTILHO, 2013). Mas que abandono é esse? O abandono pelo Passeio Público da cidade, daquilo que o cerca? O convívio obrigatório com a cidade e suas atividades, que insiste em transpor as cercas de 1920 e as grades de 1997, afasta o usuário utópico. Como resolver esse impasse? Insistir em expulsar a cidade de dentro do Passeio Público, em fazer dele uma sala de visitas?

5. O jogo e o espaço

Dentro dos limites do Passeio Público estão localizadas 12 *pokéstops* e, segundo os jogadores entrevistados, a frequência de aparecimento de *pokémons* é grande, comparada a outras áreas da cidade. É comum todas as 12 *pokéstops* estarem “luradas”, aumentando a quantidade de *pokémons* no Passeio. Não há ginásios dentro do parque, apenas em suas proximidades.

No dia 22 de julho de 2017 aconteceu um evento mundial do jogo, sediado em Chicago. Nessa data, durante o evento, todo *pokémon* capturado traria consigo bônus de itens do jogo e um “bônus surpresa”, já de antemão conhecido por aqueles que jogam, que viria a ser a liberação de *pokémons* lendários^{xvii} para captura. O evento trouxe ao Passeio Público uma grande quantidade de jogadores (Figura 05), que, conforme relatado nas entrevistas e constatado nas contagens, não é recorrente.

FIGURA 05 - Aglomeração de jogadores no dia do evento mundial do jogo (22/07/2017)

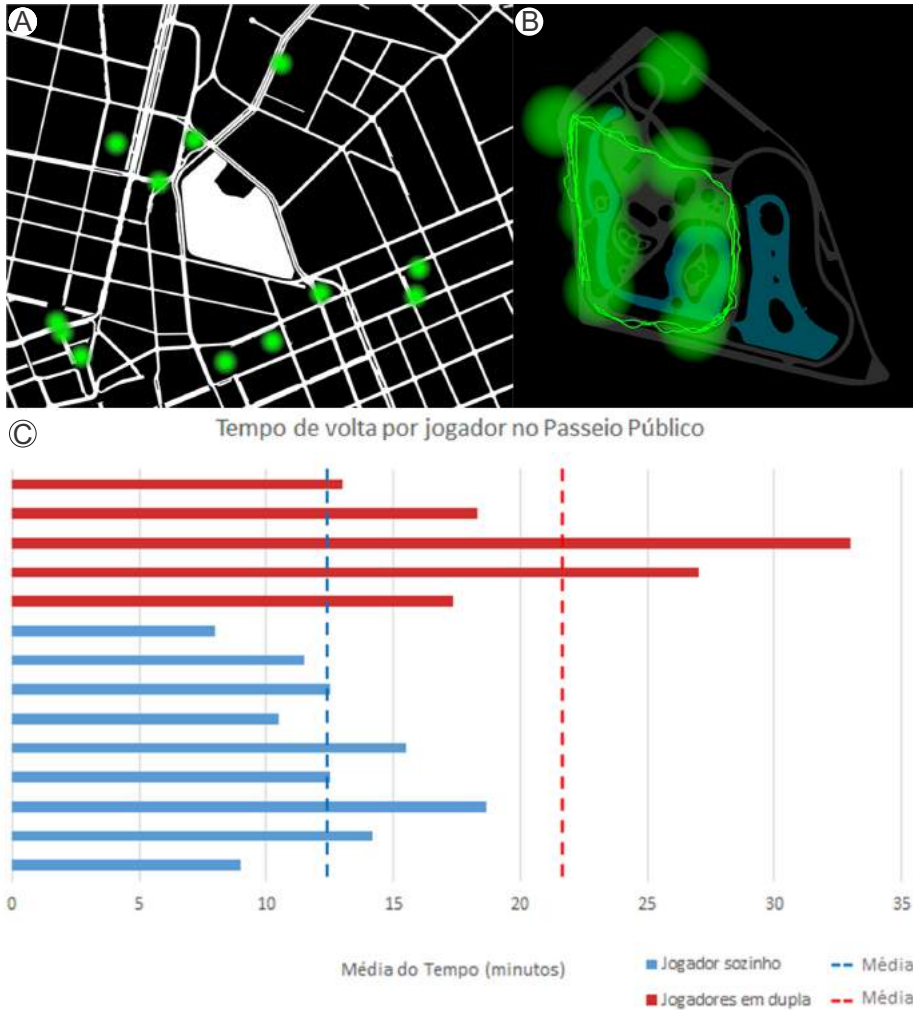


Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Segundo o jogador Fábio, conhecido por ser um dos melhores treinadores em Curitiba e por seu canal de jogos no YouTube, houve uma batalha *raid* em um ginásio do Shopping Mueller, o que levou todos os jogadores que estavam no Passeio Público a “invadir” o edifício do *shopping*. Ainda segundo ele, os jogadores de *Pokémon GO* decidem se vão ou não à batalha *raid* conforme a “força” do *Raid Boss*, ou seja, a força do *pokémon* que deve ser derrotado durante a batalha. A batalha *raid* é anunciada por 1 hora e 40 minutos antes de ser liberada, período em que os jogadores podem descobri-la e se locomover para o ginásio que irá abrigá-la, assim como anunciar a outros jogadores sua ocorrência. Então, em *raids* de *pokémons* mais “fortes” e raros, mesmo quando distantes, muitos jogadores deslocam-se de carro para chegar a tempo. Da mesma forma, *raids* de *pokémons* mais “fracos” e comuns, mesmo que próximas ao jogador, não estimulam o deslocamento. Isso significa dizer que a relação dos jogadores com os ginásios próximos ao Passeio depende de acontecimentos dentro do jogo.

Existem ginásios visíveis a partir do Passeio Público (Figura 06). Há um limite de distância no qual os ginásios não são mais exibidos no mapa do jogador. Portanto, por estarem visíveis, possuem maior probabilidade de atrair os jogadores do Passeio.

FIGURA 06 - A) Ilustração dos ginásios próximos ao Passeio Público. B) Linhas representando a trajetória dos jogadores e círculos representando as *pokéstops*. C) Tempo médio que os jogadores levaram para dar uma volta no Passeio Público



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

Pelo rastreamento é possível perceber a principal rota percorrida pelos jogadores dentro do passeio público. Foram rastreadas seis pessoas enquanto jogavam e a relação entre seus trajetos e a localização das *pokéstops* foi evidenciada (Figura 06B). A não ocorrência de desvios indica o comprometimento com o jogo e certa abstração ao entorno, indiferente mesmo

com atrativos como a paisagem, animais e a presença de outras pessoas.

Uma maneira de se aprofundar na questão foi cronometrar o tempo em que cada jogador completava uma volta no percurso que se destacou como principal. Acompanhou-se nove jogadores sozinhos e cinco duplas. O menor tempo registrado foi de sete minutos, de um jogador sozinho. A volta mais rápida de jogadores que estavam em duplas durou nove minutos. O tempo médio da volta dos jogadores sozinhos foi de 12,5 minutos, enquanto dos jogadores em dupla foi de 21,7 minutos (Figura 06C). Pelo tempo de volta é possível diferenciar jogadores que estavam sozinhos dos que estavam em duplas.

Seguindo a proposta de Zeisel (2006) de observar traços físicos com a finalidade de compreender a forma como as pessoas utilizam o espaço em questão, foi possível identificar duas das quatro categorias (subprodutos, adaptações de uso, manifestações de individualidade e mensagens públicas) que o autor indica que devem ser procuradas pelo pesquisador em seu campo de pesquisa.

A adaptação de uso registrada (Figura 07A) trata dos jogadores de *Pokémon GO* utilizando as conexões de energia que são destinadas à Feira Orgânica do Passeio Público que acontece nas manhãs dos sábados. Existem cinco pontos com essas tomadas seguindo a pista de caminhada e, ao parar em qualquer um deles, os jogadores têm alcance a pelo menos um *pokéstop*, podendo ficar no alcance de até três ao mesmo tempo.

A segunda categoria identificada durante o trabalho de campo diz respeito às manifestações de individualidade. Zeisel (2006) discorre sobre as manifestações de individualidade que são percebidas no espaço em si, porém, o que foi notado foram os adereços que os jogadores incorporavam em si mesmos (Figura 07B, 07C e 07D). Os jogadores de *Pokémon GO* se fazem notar pelo modo como se comportam no Passeio Público. Alguns deles vão além, trazendo elementos do jogo para sua aparência física numa tentativa de vivenciar o jogo. A identificação desses indivíduos como jogadores de *Pokémon GO*, desse modo, se torna mais óbvia e, ao utilizar elementos que remetem ao jogo, fica clara a motivação desse indivíduo nesse espaço. Utilizar adereços com símbolos, além de identificar os atores, tratados aqui como jogadores de *Pokémon GO*, permite que eles pertençam a um grupo mesmo ao jogar sozinho.

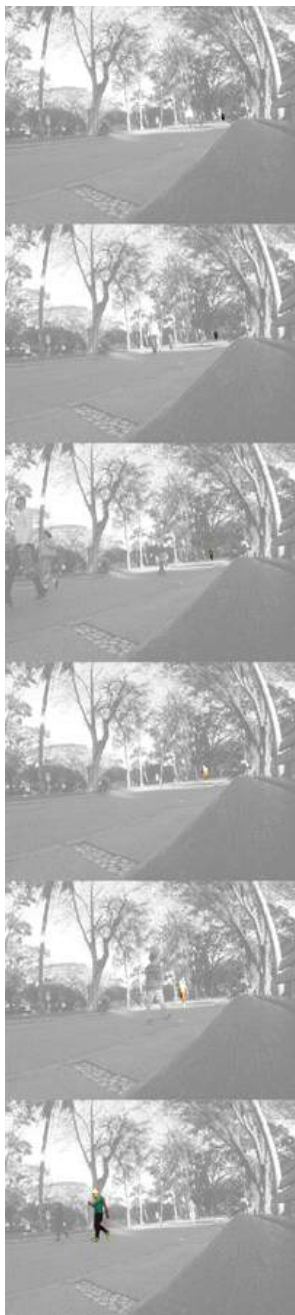
Figura 07 - A) Aglomeração de jogadores usando as tomadas da feira para carregar seus *smartphones* para continuar jogando. B), C) e D) Adereços que os jogadores incorporam



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

A forma como andavam, o passo, as paradas, para onde olhavam e o quanto conversavam são elementos que indicam a relevância do entorno para os jogadores. A análise das fotos tiradas utilizando a técnica de time-lapse identificou alguns tipos de comportamentos entre os jogadores, os quais foram divididos em individuais, duplas ou grupais (Figuras 08, 09, 10; Quadros 01, 02 e 03).

FIGURA 08 – Comportamento do jogador individual



QUADRO 01 - O jogador individual na Figura 08

Entretido com o jogo, olhava para o celular a maior parte do tempo, interrompendo apenas com breves olhadas para cima se, no caso de algum obstáculo, pudesse desviar a tempo. Passo ritmado, lento ou rápido, não se alterou. A mão vinha sempre na altura do peito, braço semiflexionado, tela apontando para o rosto, movimentos e toques desinteressados no *smartphone*. De repente parava, as mãos ficavam mais ocupadas, interessadas e comprometidas com o jogo. Era o momento de capturar um *pokémon*, frequentemente próximo a um dos *pokéstops* “lurados” do Passeio. Assim que era bem-sucedida a ação, voltava ao seu caminhar.

Diferiu-se de outros usuários de *smartphone*, esses sem tanta habilidade de andar e olhar para a tela ao mesmo tempo. Quando alguém estava “teclando”, se preparando para tirar uma foto ou apenas checando que horas eram, diminuía o passo, mudavam a expressão de seu rosto e de seu corpo e logo guardava o dispositivo novamente. O jogador de *Pokémon GO*, por sua vez, comprometido com a caçada, deve manter-se atento às criaturas que surgem sem que isso interfira em seu passo. Deve também caminhar atento sem que distrações do parque ocupem seu olhar por mais tempo que os segundos necessários para verificar que pode dar os próximos passos sem esbarrar em um carrinho de pipoca ou em uma criança.

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

FIGURA 09 – Comportamento dos jogadores em duplas



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

QUADRO 02 - Os jogadores em duplas na Figura 09

Alguns eram casais andando lentamente, conversando, olhando a imponência de uma árvore. Outros eram amigos, quietos, poucas palavras trocadas. Outros amigos, animados, conversando e observando bastante. Quando questionados, duas das três duplas entrevistadas afirmaram não conversar com outros jogadores enquanto jogam no Passeio Público. Entretidos com o jogo e com suas companhias, passeavam pelo local de forma mais imprevisível, voltas mais demoradas e trajetos variados.

Duas comparações ajudam a entender esse comportamento. A primeira foi a do tempo que gastam dando a volta no trajeto de *pokéstops*. Um dos jogadores sozinhos observado, deu cinco voltas em tempos aproximados de nove, nove, nove, dez e oito minutos. Um casal observado deu duas voltas, a primeira de 32 minutos e a segunda de 22 minutos.

A outra comparação foi feita pela observação de seus procedimentos: o jogador sozinho em todas as voltas andou no mesmo passo e pelo exato mesmo caminho. Nada em sua aparência, ritmo ou gesto se alterou nas cinco voltas de jogo. Já o casal, em sua primeira aparição, veio com ela segurando uma sacola contendo comida em uma das mãos e o celular na outra. Ele apenas com uma mão ocupada em seu celular. Eles pararam, olharam para as ilhas onde ficavam os macacos. Olharam para o celular, continuaram jogando. Conversavam olho no olho, direcionaram-se para a ponte que dá acesso para a Ilha da Ilusão. No caminho, iam jogando e conversando. Desistiram de ir pela ponte e continuaram seu trajeto lentamente, até não mais serem vistos. Após 32 minutos, surgiram novamente, mas andando no sentido oposto. Dessa vez, ele veio segurando uma sacola. Da mesma maneira que antes, conversavam com os olhos no celular, eventualmente parando, abaixando os braços e interagindo, distraindo-se dos celulares por curtos períodos. Novamente desapareceram. Na última vez que voltaram naquela manhã de sábado, 22 minutos depois, não havia mais sacolas sendo carregadas. Ele olhava para o jogo com frequência, ela andava de braços para baixo, consultando o celular rapidamente e voltando a abaixar os braços algumas vezes. Pararam

(continua)

FIGURA 10 - Comportamento dos jogadores em grupos

(conclusão)



Fonte: Acervo dos autores, 2017.

próximos a uma árvore, ele a filmou, tiraram fotos, enfim, pararam de jogar.

Os que estão jogando acompanhados de mais uma pessoa tenderam a interagir mais com o que os cerca, olharam para várias direções, para outras pessoas, um para o outro. Jogaram da mesma maneira que o indivíduo solitário, a todo tempo consultando o celular, estabelecendo seus trajetos da maneira mais produtiva para o jogo. Porém, suas voltas e suas paradas mais demoradas, outros objetos em mãos e o uso do *smartphone* para outras finalidades demonstraram que desfrutaram, além do jogo, do espaço ao redor e da pessoa ao lado.

QUADRO 03 - Os jogadores em grupos na Figura 10

Reunidos em famílias, times, amigos ou recém conhecidos, os jogadores de *Pokémon GO* ampliaram suas interações no Passeio Público. Em torno das *pokéstops* não se sabe quem estava com quem. Ficavam próximos e tinham rápidas conversas ora com um, ora com outro. Após algum tempo, afastavam-se, cada um para um lado. O que se pensava ser um grupo, são dois, ou algumas duplas, ou vários jogadores sozinhos.

Muitos jogadores que começaram sua trajetória solitários, após algumas voltas já estavam acompanhados. Fizeram amizades pelo jogo. Mantinham contato pela *internet* e marcavam para jogar no Passeio Público ou apenas apareciam no horário de sempre para reencontrar aqueles que também ali frequentavam no horário de sempre.

As famílias chegavam juntas, pais, mães, filhos, primos, avôs, avós... Muitas crianças que ainda não possuíam seu próprio *smartphone* dividiam o aparelho com os mais velhos. Ou apenas os acompanhavam, observando-os jogar. Existiam as famílias que iam para jogar e as que se dividiam: enquanto os pais viam os animais, os filhos jogavam.

Os times vinham e andavam juntos todo o tempo. Organizavam-se pela *internet* e jogavam juntos em diversos locais da cidade. Muitas vezes estavam devidamente trajados com uma camiseta da cor ou com o emblema de seu time.

Por ser um jogo, desperta rivalidade entre os

(continua)

diferentes times. A disputa pelo controle dos ginásios faz com que os times se organizem para “derrubar” os adversários. Porém, não se confrontam diretamente. Ainda, com as batalhas *raid*, o jogo busca ser antes colaborativo que competitivo. Dessa forma, existiam grupos heterogêneos: jogadores de vários times reunidos em um mesmo grupo.

O ritmo dos grupos era mais lento que o das duplas e jogadores individuais, além de não estarem comprometidos com a trajetória comum. Andavam vagarosamente e se detinham por mais tempo nas *pokéstops*, pois todos do grupo tinham que capturar o *pokémon* ou pegar itens do jogo. Iam e voltavam. Quando parados, com pequenos movimentos, reorganizavam-se para falar ora com um, ora com outro. Abriam espaço para que outros jogadores se aproximassem e interagissem, interessados nos mesmos acontecimentos que o jogo estava possibilitando naquele ponto do parque. As conversas podiam evoluir para troca de informações pessoais ou para assuntos além do jogo ou aterem-se estritamente aos *pokémons*.

6. A sala de visitas e seus hóspedes virtuais

O sentido aferido à tecnologia por Gomes (2006) no espaço público esboroou-se quando tomado pelos *smartphones* e *Pokémon GO*. O que o autor afirmou sobre as tecnologias em seu enfoque não se sustentou ao ser transposto para o caso do jogo de realidade aumentada de monstros já marcados no imaginário de uma geração. Se de um lado pode-se afirmar que houve jogadores “emuralhados” em seus telefones e utilizando o espaço público preferencialmente sob a lógica do jogo, o caráter do jogo impossibilita que o uso passe de *preferencialmente* para *exclusivamente*: há que se andar, expor-se aos riscos da cidade contemporânea e às condições climáticas, ao ritmo da cidade ou do Passeio Público, que fecha às segundas e abriga uma feira aos sábados de manhã. A própria tecnologia em questão estimulou o convívio ao invés de desculpar quem quer evitá-lo.

Famílias, casais de namorados e grupos de amigos saem de casa com a finalidade de jogar e se deparam, inevitavelmente, com o espaço público. Categoria de espaço que se encaminha, segundo Innerarity (2010), para uma “cidade privada”, na qual o treinador *pokémon* pensa apenas nas suas necessidades – ao reivindicar um espaço público o faz pensando em um espaço público de treinadores *pokémon*. Quando perguntados sobre as mudanças que fariam no Passeio, ouviu-se queixas contra as prostitutas, usuários ou traficantes de drogas e moradores de rua que frequentam o local; pediram iluminação, horário de funcionamento e *internet* sem fio pública para atendê-los.

Entretanto, é possível considerar tais exigências como o contrário de uma cidade privada, uma vez que, assim, estão os interesses privados sendo conhecidos e contrapostos. Afirmar que exigências individuais são contrárias ao público soa como uma ideologia que crê que o espaço público é apenas aquele possibilitado por líderes empáticos e comprometidos com o “bem-comum”. A apropriação do espaço público do Passeio por jogadores de *Pokémon GO* é uma dentre outras apropriações em curso. Os pais das crianças no parquinho possuem suas próprias necessidades/exigências para o logradouro, assim como os pipoqueiros e ambulantes, as prostitutas e os moradores de rua. Aproximam-se umas das outras em alguns pontos, divergem em outros.

A fuga do urbano vivida por muitos frequentadores do parque não se assemelha com a fuga da realidade dos jogadores enquanto no jogo? Sim, pois ambos, cada um à sua maneira, isolam-se: seja de prédios e asfalto seja para um mundo povoado por *pokémons*. Não, pois cada fuga traz diferentes vivências do espaço do Passeio Público e diferentes percepções da paisagem. A aversão à comercialização de drogas é unanimidade. Jogadores e nostálgicos frequentadores incomodam-se com a presença de prostitutas, alguns nostálgicos incomodam-se com a presença de jogadores. Não seriam essas contradições próprias de espaços públicos?

Tem-se, portanto, uma contraposição ao pensamento de alguns autores de que as tecnologias representam a “morte do espaço público”. O espaço público é reinventado. Ao mesmo tempo que pais levam seus filhos para brincar no parquinho, uma horda de aficionados pelas criaturas do universo de *Pokémon* se reúne em um espaço cheio de pluralidade, mesmo que uma parte dessa pluralidade seja desprezada e marginalizada pelas outras.

Se os espaços virtuais vão ao encontro dos públicos, ou vice-versa, não seria o caso de entendê-los, como propõe Carmona (2010), como sub gerenciados ou super gerenciados? Como isso resolveria os conflitos entre os diferentes usuários? Pela ação do Estado? O caso de *Pokémon GO* mostrou aspectos dependentes da ação da municipalidade, nas questões de fluxos e infraestrutura urbana assim como na desigualdade territorial, e outros dependentes de esferas superiores do Estado, como a questão da taxaço dos ganhos de serviços semelhantes aos do jogo. Por outro lado, as investidas institucionais no Passeio Público, com o policiamento e o cercado, não se mostraram frutíferas para intermediar a relação entre seus frequentadores.

As perguntas aqui levantadas, embora suscitadas pela pesquisa

apresentada, vão além do seu alcance. Coube fazê-las pois o espaço público é um conceito vivo, pertencente à práxis. Não deve ser decidido especulativamente, e sim refletido a partir da prática e por aqueles que a constituem. Portanto, antes de respostas, objetivou-se reconhecer inadequações teóricas, pois há práticas que invalidam conceitos e exigem a revisão de formas lógicas pela apresentação de novos conteúdos. A partir do que se vive e do que se pretende é possível transformar a materialidade do espaço público, bem como o seu conceito, mantendo-o atual.

Referências

ADLER, R. L. *What Does Wildly Popular Pokémon GO Game Have to Do With End of Days? You'd Be Surprised*. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/EKYv3G>>. Acesso em: 20/10/2017.

BLACK Mirror. Direção de Charlie Brooker. [s.i]: Zeppotron, 2011. (60 min.), Digital, son., color. Série Black Mirror.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Passeio Público*: Primeiro parque público de Curitiba. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 28, n. 126, ago. 2001.

BONGESTABS, D. Domingos Bongestabs. In: BERRIEL, A. *et al.* (Org.). *Memória do arquiteto*: Pioneiros da arquitetura e do urbanismo no Paraná. Curitiba: UFPR, 2012. p. 68-85.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica*. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CANTARIM, S. R.. *Passeio Público: Palco das histórias do cotidiano*. *Diário do Paraná*. Curitiba, p. 14. 20 jun. 1976.

CAPELAS, B. Até o fim de 2017, Brasil terá um smartphone por habitante, diz FGV. 19 abr. 2017. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<https://goo.gl/Z9hyGu>>. Acesso em: 24/10/2017.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One. *Journal Of Urban Design*, [S.l.], v. 15, n. 1, p.123-148, 18 jan. 2010.

CÁSTILHO, C. No coração da cidade, mas longe dos olhos. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 24 fev. 2013. Vida e Cidadania.

CASTILLO, J. 25 *Celebrities That Are Playing Pokemon Go And Loving It*. 2016. List 25. Disponível em: <<https://goo.gl/HSFbtn>>. Acesso em: 20/10/2017.

CIDADE ganhou novo Passeio inaugurado pelo governador. *Estado do Paraná*. Curitiba. 09 ago. 1966.

COLLEY, A. *et al.* The geography of Pokémon GO: beneficial and problematic effects on places and movement. *Proceedings of the 2017 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, Denver, CO, USA, p. 1179-1192, 2017.

CONEGERO, D. *Pokémon Go é do Diabo?* 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/LCeK6r>>. Acesso em: 20/10/2017.

CONFIRA famosos que começaram a jogar 'Pokémon Go' no Brasil. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03 ago. 2016. F5. Disponível em: <<https://goo.gl/S1vxnQ>>. Acesso em: 20/10/2017.

DE SOUZA E SILVA, A. From cyber to hybrid: mobile technologies as interfaces of hybrid spaces. *Space and Culture*, v. 9, n. 3, p. 261-278, 2006.

DISCOVER Pokémon in the Real World with Pokémon GO!. 2015. (3 min.), Digital, son., color. Disponível em: <<https://goo.gl/rQM6H6>>. Acesso em: 28/10/2017.

GAMING the Real World. Direção de Anders Eklund. Música: Pär Davisson. [s.i]: Luckyday, 2016. (73 min.), Digital, son., color.

GEHL, J; SVARRE, B. *How to study public space*. Washington: Island Press, 2013. p. 2-33.

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana*: Ensaio de geopolítica e a cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.129-191.

GOOGLE TRENDS. *Pesquisas do ano 2016*. Disponível em: <<https://goo.gl/JmDQwT>>. Acesso em: 20/10/2017.

_____. *Pokémon GO*. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/4NQY29>>. Acesso em: 28/10/2017.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Mbá de Ferrante. Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem (Comp.). Passeio Público: Uma "sala de visita" para Curitiba. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, v. 8, n. 13, p.39-43, out. 1983.

GRAELLS-GARRIDO, E.; FERRES, L.; BRAVO, L. The effect of Pokémon Go on the pulse of the city: a natural experiment. *EPJ Data Science*, 2017.

HOENER JÚNIOR, V. Empresários unem-se e surge o Passeio Público! *Gazeta do Povo*. Curitiba. 25 fev. 1990.

INNERARITY, D. *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema, 2010.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Metafilosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 399 p. (Perspectivas do homem).

LEMONS, A. Post-mass media functions, locative media, and informational territories: new ways of thinking about territory, place, and mobility in contemporary society. *Space and Culture*, v. 13, n. 4, p. 403-420, 2010.

LOOKING for Mr. Goodbart. Direção de Michael Polcino. Roteiro: Carolyn

Omine. Música: Alf Clausen. [s.i]: Gracie Films, 20th Century Fox Television, 2017. (21 min.), son., color. Série Os Simpsons.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. *Parque urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 9-70.

MARCHIORI, R. Passeio é popular, mas pouco visitado. *Gazeta do Povo*. Curitiba, p. 5. 07 maio 2013.

MARTÍNEZ, C.; ASSAEL, D. *Pokémon Go y la interacción con la ciudad*. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/wRrMzM>>. Acesso em: 24/10/2017.

MILAN, P. O parque da magia. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 02 mar. 2013. Vida e Cidadania.

NASCIMENTO, M.; MACEDO, R. G de. O Passeio Público. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, Curitiba, v. 7, n. 42, p.1-16, ago. 1980.

NIANTIC. *Building technologies and ideas that move us*. Disponível em: <<https://goo.gl/tjxxgf>>. Acesso em: 20/10/2017.

POKÉMON COMPANY INTERNATIONAL. *About the Pokémon Company International*. Disponível em: <<https://goo.gl/h3QTDz>>. Acesso em: 28/10/2017.

POKÉMON GO Death Tracker. Disponível em: <<https://goo.gl/95pWuo>>. Acesso em: 11/1/2018.

QUINTANILHA, R. P. A cidade e os pokémons. Drops, São Paulo, ano 17, n. 108.09, *Vitruvius*, set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/MbYhzd>>. Acesso em: 31/5/2017.

RAMOS, F. R. et al. Representações computacionais do espaço urbano: Territórios digitais urbanos. In: ALMEIDA, C. M. de et al. *Geoinformação em urbanismo: Cidade real x cidade virtual*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. p. 34-53.

RIBAS, P. Revitalização do Passeio esbarra em "vizinhos". *Gazeta do Povo*. Curitiba, 13 nov. 2000.. Lazer

RYAN, W. Niantic Made Almost \$1 Billion In 2016, So Why Is Pokémon GO Still So Lamé? *Forbes*. 19 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/a5EsTT>>. Acesso em: 20/10/2017.

SCHELLER, F. Festas gregas e trajes de gala. *Gazeta Mercantil*. Curitiba, 19 out. 2001. p. 8.

SICART, M. Reality has always been augmented: play and the promises of Pokémon GO. *Mobile and Media Communication*, v. 5, n. 1, p. 30-33, 2017.

SIMÕES, A. Sexo e drogas mancham o Passeio Público. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 30 set. 2012. Segurança Pública.

SNYDER, M. *Is Pokemon Go Evil, Dangerous or Demonic?* 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/tpwxAU>>. Acesso em: 20/10/2017.

STEUER, J. Defining Virtual Reality: Dimensions Determining Telepresence. *Journal of Communication*, v. 42, n. 4, p. 73–93, 1992. Disponível em: <<https://goo.gl/TFpcaV>>.

TANNEMAAT, M.; AZIZ, A. Creating dynamic virtual quarantines using 'Pokémon GO' to limit infectious diseases spread. *Medical Hypotheses*, 2017.

TRAMONTANO, M; REQUENA, G. Living ways: design processes of a hybrid spatiality. *International Journal of Architectural Computing*, v.5, p. 535-549, 2007.

WEEKLY Hardware Chart: *Game totals*. Disponível em: <<https://goo.gl/cfY34k>>. Acesso em: 14/1/2018.

WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces, 2001.

WIKIPEDIA. *Niantic (company)*. Disponível em: <<https://goo.gl/7e1H9y>>. Acesso em: 20/10/2017a.

_____. *Pokémon*. Disponível em: <<https://goo.gl/8cCbr8>>. Acesso em: 28/10/2017b.

_____. *Pokémon Trading Card Game*. Disponível em: <<https://goo.gl/iTvqx3>>. Acesso em: 28/10/2017c.

_____. *Pokémon (anime)*. Disponível em: <<https://goo.gl/RLA1vo>>. Acesso em: 28/10/2017d.

ZEISEL, J. *Inquiry by Design*. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

ZSILA, Á. *et al.* An empirical study on the motivations underlying augmented reality games: The case of Pokémon Go during and after Pokémon fever. *Personality and Individual Differences*, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/AGL8SY>>. Acesso em 2/11/2017.

i As atuais configurações recomendadas são de um *smartphone* com sistema operacional *Android* 4.4 ou mais recente e, no caso dos *iPhones*, *iOS* 8 ou mais recente. Modelos de *smartphones* com as configurações recomendadas para *Pokémon GO* (INFORMACION de compatibilidad de la aplicación *Pokémon GO*, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/PS9ujJ>>. Acesso em: 24 out. 2017.) como o *Lenovo Vibe K6* ou o *iPhone 5* custom, respectivamente, R\$ 589,00 e R\$ 490,00. Em comparação, os dois *videogames* mais vendidos no mundo na semana do dia 27 de Agosto a 2 de Setembro foram o *PlayStation 4* e o *Nintendo Switch* (WEEKLY... 2017), custando respectivamente R\$ 1.100,00 e R\$ 1.099,90. Pesquisa realizada no *Google Shopping* no dia 24 de Outubro de 2017. Foram pesquisados apenas itens novos para os termos “*lenovo vibe k6*”, “*iphone 5*”, “*playstation 4*” e “*nintendo switch*.” Os resultados foram organizados do menor preço para o maior e o menor foi escolhido. Não incluem taxas de entrega ou outras taxas que podem ser cobradas em vendas online.

ii É possível conhecer o projeto em sua página oficial, disponível em: : <<https://blockbyblock.org/>>. Acesso em 25/10/2017.

iii J. E. Cairnes (*The Slave Power*, Londres, 1862, p. 46 e segs. *apud* MARX, 2014, p. 229) narra como escravocratas da Virgínia (EUA) justificaram, mesmo em um contexto de novas e melhores ferramentas para o trabalho agrícola, a permanência da escravidão e de suas

- ferramentas rústicas. Em outro trecho, Marx afirma que o papel da máquina no capitalismo não é substituir trabalho humano, mas sim ampliar a taxa de mais-valia relativa, diminuindo o tempo do trabalho em que o trabalhador é pago e aumentando o tempo em que trabalha gratuitamente ao capitalista. (MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*: livro I. 33. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.)
- iv “Quanto à superação da divisão do trabalho na produção industrial, supõe (Karl Marx, nota nossa) primeiramente que as máquinas assumam o trabalho tecnicamente dividido, e, em segundo lugar, uma cultura, um estilo de vida que supere a divisão social do trabalho. O que pressupõe a supressão de classes na sociedade, deixando subsistir apenas as desigualdades provenientes de diferenças irreduzíveis entre os indivíduos e os grupos” (LEFEBVRE, 1967).
 - v A produção cinematográfica e de “conteúdo” (uma nota sobre a nota: têm proliferado na internet produtores de conteúdo, ou seja, pessoas que produzem conteúdo para ser exposto na internet - há inclusive produtores de conteúdo cujo conteúdo produzido são ensinamentos de como produzir conteúdo... e isso “dá dinheiro”) sobre o assunto é vasta. Recomenda-se o vídeo “Aplicativos” do canal Porta dos Fundos, do YouTube (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fppgImt8F70>> Acesso em 31/7/2017).
 - vi Quando determinado aspecto, acontecimento ou personagem de uma ficção é explorado mais detalhadamente, em uma linha narrativa paralela à principal. (WIKIPEDIA. *Spin-off*. Disponível em: <<https://goo.gl/D5h2cY>>. Acesso em 28/10/2017).
 - vii A força de um *pokémon* é definida por sua HP (*health points*, ou quantidade de vida), CP (*combat power*, ou poder de combate), IV (uma taxa que considera os valores dos *hidden stats*, ou status ocultos) e por seus golpes.
 - viii DEMETROVICS, Z. *et al.* Why do you play? The development of the motives for online gaming questionnaire (MOQG). *Behavior Research Methods*, v. 43, n.3, 2011. p. 814-825.
 - ix No original, conforme o MOQG “Social, Escapism, Competition, Coping, Skill Development, Fantasy e Recreation”; e conforme propostas pelos autores: “Outside Activity, Nostalgia e Boredom”.
 - x ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Organização das Nações Unidas. *Global action plan for the prevention and control of noncommunicable diseases: 2013-2020*. Genebra: Who Press, 2013. 103 p. Disponível em: <<https://goo.gl/L6phe4>>. Acesso em 2/11/2017.
 - xi HALLAL, P.; ANDERSEN, L. B.; BULL, F.; *et al.* Global physical activity levels: surveillance progress, pitfalls, and prospects. *The Lancet*, v. 380, n. 9838, p. 247–257, 2012. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0140673612606461>>. Acesso em 2/11/2017.
 - xii CHAPUT, J.; LEBLANC, A. More on Current Status and Needed Research in G4H for Children—The Challenge. *Games for Health Journal*, v. 5, n. 1, p. 13–14, 2016. Disponível em: <<http://online.liebertpub.com/doi/10.1089/g4h.2015.0054>>. Acesso em 2/11/2017.
 - xiii Registro dos dados trocados entre os aparelhos celulares e as companhias de telecomunicações, no qual se incluem os dados de *internet*.
 - xiv No original “(...) war, climate change, famine, violence, or natural catastrophes”.
 - xv Descrição de entidades geográficas por meio de conceitos comuns à determinada população (Gruber, T. R. Toward principles for the design of ontologies used for knowledge sharing, *International Journal of Human and Computer Studies*, v. 43, n. 5/6, p. 907-928, 1995. apud. RAMOS *et al.*, 2007)
 - xvi Relatório do vice-presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho à Assembleia Provincial em 30 de outubro de 1886, com dados relacionados ao recém-inaugurado Passeio Público. Foi presidente interino por duas vezes, de 20 a 29 de setembro de 1885 e de 3 de maio de 1886 a 26 de dezembro de 1887.
 - xvii Conforme a história do desenho animado japonês *Pokémon*, transmitido no Brasil pela *Cartoon Network*, e outros jogos da série, desenvolvidos pela Nintendo, os *pokémons* lendários são únicos e poderosos.

BOCA MALDITA

performances, tribalização e invenção de tradições no espaço público

MORAES, Lauro A.¹

FAZION, Fabiano²

1. A “República” da Boca Maldita

A Boca Maldita é uma instituição simbólica curitibana. Frequentada por um grupo mais ou menos constante, majoritariamente constituído de senhores de meia idade – mas também visitada por políticos, artistas, personalidades de destaque e turistas de passagem pela cidade –, situa-se numa região pouco precisa, cujo epicentro é considerado amiúde como sendo um café – comumente identificado também como o café da Boca – ou o passeio logo em frente, no centro de Curitiba (Figura 01).

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Paraná. Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo e Rádio e TV pela Universidade Vale do Rio Doce, atua como jornalista há treze anos, com reportagens exibidas pela Rede Globo e publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo. Sócio da Intercom, integrando o GP Geografias da Comunicação. Editor da Revista Geografar - ISSN 1981-089X.

laumoraes@ufpr.br

² Doutorando em Gestão Urbana na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e em Architecture and Urban Planning na Università degli Studi di Ferrara. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou com Arquiteto e Urbanista autônomo até 2012, realizando mais de 600 trabalhos técnicos registrados e, desde então, atua como servidor da Universidade Federal do Paraná no cargo de Arquiteto e Urbanista.

fabiano.fazion@hotmail.com

FIGURA 01 - Localização geral da Boca Maldita na Regional Matriz e na região central de Curitiba



Fonte: IPPUC, adaptado pelos autores.

A ocupação da Rua XV, no trecho da Boca Maldita, contou com alguns dos primeiros grandes edifícios da cidade, entre eles o Tijucas, o Moreira Garcez e o Palácio Avenida. Como a largura da via era modesta, formou-se no local um corredor de edifícios verticais (hoje considerados de altura mediana) cuja presença veio a constituir um cenário que enquadra e limita as perspectivas visuais, sem causar a sensação de opressão frequente em ruas dotadas de imensos arranha-céus. Assim, o local se configura como um espaço fechado nas laterais (considerando o fluxo de pedestres mais intenso), tendo numa extremidade a abertura longilínea em direção à Praça Santos Andrade e na outra culminando com uma abertura cenográfica em direção à Praça Ozório (Figura 02).

FIGURA 02 - A) Vista aérea da região da Boca Maldita



FIGURA 02 - B) Mapa com indicação dos gabaritos das edificações da região



Fonte: Google Earth e IPPUC, com intervenção dos autores.

Frequentemente citada na imprensa e tema de livros, a Boca, como também é conhecida, é um dos poucos locais públicos curitibanos reconhecidos por sua identidade e verve. Esse reconhecimento, no entanto, depende essencialmente da participação (ativa ou passiva, consciente ou não) de diversos grupos sociais: i) os passantes que, conhecedores da tradição, observam os agrupamentos de pessoas e, eventualmente, participam de alguma atividade no local, ou aqueles que, alheios à existência da Boca Maldita, têm sua atenção atraída pelos grupos que ali se reúnem ou são levados ao local para uma observação, como os visitantes da linha de ônibus turístico ou que seguem indicações diversas (o que aqui será analisado pelo viés das performances); ii) os próprios frequentadores da Boca, mais ou menos assíduos, cuja atuação (que se dá desde uma simples parada para um café ou um bate-papo até a manutenção de uma confraria auto institucionalizada) garante a permanência da tradição (que será tratada sob a ideia da tribalização); e iii) os diversos atores sociais que participaram da criação e continuam com a manutenção da divulgação da tradição, como jornalistas e escritores, personalidades públicas, políticos, enfim, todos aqueles que têm algum interesse em participar, reconhecer, legitimar e perpetuar uma tradição

carente de consolidação física numa cidade com identidade em formação, cujos laços culturais e expressões de agregação social são difíceis de captar, por sua característica esparsa ou inconstante (o que será observado sob o espírito da invenção das tradições).

Com efeito, analisa-se a Boca Maldita como espaço público significativo na identidade de Curitiba. Essa análise se inicia com uma leitura das características físicas do local, buscando compreender se e em que medida essas características são significativas para a definição da Boca Maldita enquanto tal. Assim, analisa-se a escala das edificações circundantes, para observar se o tamanho ou a forma dos edifícios circundantes teriam relação com o caráter da Boca. Da mesma forma, investiga-se a paisagem sonora do local, em busca de sinais materiais que pudessem constituir elementos de compreensão das suas características. Essa pesquisa reforçou ainda mais o entendimento da Boca Maldita como uma construção social, pois suas características não representam elemento significativo em sua conformação. Desse modo, além de apreender a formação histórica e as características físicas do ambiente, busca-se, sobretudo, compreendê-lo por meio de uma leitura social, captando a dinâmica, o *ethos* e o *modus vivendi* característicos da Boca. É como tradição inventada e espaço de performance que a Boca se revela.

2. Adentrando à Boca Maldita: procedimentos metodológicos

Para o levantamento físico e cronológico, recorreu-se a métodos de pesquisa propostos por Whyte (2010 [1980]) e Gehl e Svarre (2013), incluindo observações no local, registros fotográficos, desenhos e anotações em mapas, que possibilitaram perceber fenômenos como a permanência das pessoas, sua localização e movimentação no espaço, assim como a composição dos grupos de usuários. Com a aplicação do *time-lapse*, foram agrupadas diversas fotografias a partir de um ângulo de cima. A reprodução das imagens permitiu a observação de longa duração dessa aglomeração e consequente dispersão.

Também foram realizados registros sonoros que possibilitaram compreensões acerca da “paisagem sonora” (KRAUSE, 2013) do local. Esses registros foram interpretados por meio da audição dos mesmos e da análise de gráficos de interpretação sonora, o que permitiu identificar emissões significativas (sons específicos, diferenças bruscas de intensidade etc.). A

comparação dos registros efetuados em momentos diversos, e também dos realizados em outros locais, permitiu, ainda, elaborar uma interpretação sobre a qualidade ambiental sonora do lugar estudado.

Foram feitas gravações, em frente à Boca, em diferentes horas do dia e da noite, em diversas datas, de modo a recolher material de análise comparativa. As gravações duraram cerca de 15 minutos cada uma, das quais foram selecionados trechos para amostra. Um programa de edição sonora permitiu a visualização dos gráficos.

Para a interpretação social, partiu-se da perspectiva de “invenção das tradições” de Hobsbawn (1997), referendada a partir de fontes primárias e das obras de Dudeque (2010) e Oliveira (2000), que trazem informações sobre a formação e o desenvolvimento de Curitiba. De modo complementar, a pesquisa em jornais locais possibilitou acrescentar informações específicas sobre a história da Boca Maldita.

Concomitantemente, privilegiou-se uma leitura qualitativa, por meio de técnicas de observação participante, cujo processo metodológico posiciona o observador como parte do contexto sob investigação. Esse método serviu, sobretudo, à apreensão da Boca Maldita como espaço vivido e percebido socialmente. Em sua “antropologia na cidade”, a estratégia metodológica defendida por Magnani (2002, p. 25) consiste em “um olhar de perto e de dentro”, a partir de um enfoque etnográfico. Dessa forma, cabe ressaltar que a observação participante incorporou, em momentos e graus diversos, procedimentos específicos de investigação, como os registros sonoros, as fotos e o mapeamento dos movimentos dos usuários do espaço.

Uma metodologia mais acurada, que contempla alguns dos elementos apontados pelo autor supracitado, é apresentada por Uriarte (2013, p. 10), cuja proposta é “fabricar um olhar para ver a cidade”. Esse olhar disciplinado pela lente da etnografia teria ângulos distintos: de cima, de baixo estático, de baixo em movimento e de dentro. Buscou-se observar a Boca Maldita por esses ângulos, ainda que com consciência da desafiadora tarefa de realizar, especialmente, uma observação de dentro. E tal, certamente, mereceria uma incursão delongada, sob olhar quase microscópico, a fim de captar *habitués* mais íntimos, próximos do *backstage* (Goffman, 2002).

Ao analisar dessa forma a cidade, Uriarte (2013, p. 10) acredita que se rompe a “aparente homogeneidade ou caos dos espaços urbanos”, descrevendo seus segmentos e “micro-espaços”, num primeiro momento, e analisando-os em seguida. A partir dessa perspectiva, inferiu-se que a análise

da criação e recriação da Boca Maldita, e dos usos que a constituem e interferem no seu uso, pode ser explicativa para um contexto mais amplo. Isso porque, numa última fase analítica, a diversidade dos “micro-espços” deve ser remontada, “mostrando como coexistem, como se combinam, como se articulam os diversos lugares” (URIARTE, 2013, p. 10). Inclusive, permitindo-se comparar também espaços e “micro-espços” de cidades distintas (Boca Maldita, em Curitiba; Esquina Democrática, em Porto Alegre; Praça Sete, em Belo Horizonte; Senadinho, em Florianópolis, por exemplo).

Entretanto, a mesma autora adverte sobre o modismo do trabalho etnográfico na atualidade, no sentido de um entusiasmo de que “todo mundo pode fazer etnografia” (URIARTE, 2012, p. 2). Por isso, cabe reconhecer que esta investigação tão somente recorre a alguns de seus pilares metodológicos e mormente a técnicas de observação participante. Nesse sentido, Valladares (2007, p. 153) enfatiza que “a observação participante, implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para “negociar” sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa”. Por isso, seria pretensioso afirmar que se realizou uma etnografia acerca da Boca Maldita, também em virtude do período de incursão dos autores. A observação concentrou-se em dias e horários alternados entre os meses de abril e julho de 2016, a fim de abranger distintos dias da semana, com diferentes condições climáticas e fluxos de pessoas.

Ademais, a observação participante ainda pressupõe a interação entre pesquisador e pesquisado. “As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado” (VALLADARES, 2007, p. 154). Com efeito, teve-se que romper o controle da informação a que se refere Goffman (2002), bem como estabelecer uma aproximação mínima necessária, sobretudo ao olhar “de dentro” apresentado por Uriarte (2013). Porém, uma análise plenamente etnográfica exigiria um esforço ainda maior nesse aspecto. Afinal, em uma observação participante, “por mais que se pense inserido, sobre ele [o pesquisador] paira sempre a 'curiosidade' quando não a desconfiança” (VALLADARES, 2007, p. 154).

Uma forma de contornar o distanciamento e a suspeição, reduzindo o estranhamento, foi buscar a interlocução por meio de informantes privilegiados, “figuras públicas automeadas” (JACOBS, 2000) ou “Doc”, na nomenclatura adotada por Valladares (2007, p. 154): “intermediário que

'abre as portas' e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade". Sendo assim, uma primeira apresentação foi intermediada por um dos "Cavalheiros" – como se autodenominam os integrantes da confraria – e, mais adiante, uma funcionária do café onde se concentra grande parte do movimento da Boca Maldita revelou-se a mais disponível e proeminente figura pública para realização da pesquisa. A partir daí, pôde-se olhar mais de perto e de dentro o "pedaço", contornando de forma significativa a curiosidade e a desconfiança e, consequentemente, sendo menos percebidos. Aliás, o café, como parte da "mancha" e totalmente integrado ao "pedaço", tornou-se, assim, estratégico para a observação, disponibilizando-nos uma ambiência apropriada para o uso de todos os sentidos. Nesse aspecto, Bourdieu (2007, p. 466) defende:

aprender pouco a pouco a transgredir a regra não escrita que deseja que apenas possam intervir na construção científica os dados coletados em condições socialmente definidas como científicas, isto é, pela entrevista ou observação armada [...], para fazer ressurgir todas as informações que o sociólogo, enquanto sujeito social, possui inevitavelmente e que, controladas pela confrontação com os dados mensuráveis da observação, podem entrar no discurso científico.

Portanto, vale ressaltar a relevância da experiência existencial dos pesquisadores na superação de possíveis limitações metodológicas, por meio de vivências e observações não-sistemáticas da cidade, além do background teórico acumulado. Tais características também são cruciais para coerência e pertinência dessa investigação, suplementando a utilização parcial da técnica etnográfica e conferindo substância à análise socioespacial da Boca Maldita.

3. A invenção da tradição: gênese da Boca Maldita

A Rua XV de Novembro, com seu calçadão, é uma das principais de Curitiba, tanto por sua localização quanto por seu papel no imaginário coletivo¹. Todavia, nem sempre foi assim. Curitiba já teve outra 'rua principal', numa época em que as viagens por trens eram predominantes e os prédios públicos importantes estavam mais misturados à malha urbana. Nessa época, uma rua (a atual Barão do Rio Branco) formava um eixo entre a Prefeitura e a Estação Ferroviária, passando pela Assembleia Legislativa e outros edifícios importantes para a vida pública e social da cidade – essa era a principal, concentrando o tráfego de pessoas e veículos e o imaginário coletivo relativo ao

'centro' da cidade (PEREIRA, 1996; DUDEQUE, 2010ⁱⁱⁱ).

A decadência do transporte ferroviário no Brasil e a rápida dominância do automóvel, a gradativa mudança dos prédios públicos para outras regiões (especialmente com a criação do Centro Cívico na década de 1950) e a ampliação do comércio que acompanhou o crescimento da cidade (especialmente a partir do ciclo do mate, de meados do século XIX a meados do século XX), além da importante ligação viária em direção ao bairro do Batel e à Estrada do Mato Grosso, fizeram com que, ao longo da primeira metade do século XX, a cidade sofresse uma mudança significativa em sua configuração espacial: a Barão do Rio Branco perde importância, até se transformar numa rua relativamente secundária do centro da cidade, enquanto a Rua XV se transforma na rua principal do núcleo urbano (Figura 03).

**FIGURA 03 - Rua XV de Novembro em dois momentos:
A) década de 1920 e B) década de 1960**



Fonte: Acervo Cid Distéfano.

Como ali se concentrava uma parcela expressiva do comércio, do trânsito e muitos escritórios comerciais, tornar-se-ia natural o interesse em observar os passantes, parar para um bate-papo, tomar um café ou fumar um cigarro em meio ao burburinho da cidade. Também era nessa região, possivelmente por conta da conformação espacial e paisagística do local – com a Rua XV terminando ao encontrar a Praça Ozório –, que aconteceriam importantes eventos cívicos, nos quais se concentravam centenas ou milhares de pessoas, desde pelo menos 1950, quando ocorreu ali um famoso comício de Getúlio Vargas.

Um local de interesse era a Galeria Tijucas. Numa época em que a cidade ainda tinha poucos prédios altos, um edifício comercial reunindo várias

lojas era uma novidade. Tal galeria – e sobre ela um grande conjunto de salas comerciais – concentrava de maneira peculiar tanto o trânsito de passantes quanto o agrupamento de observadores casuais. Assim, seguindo a tradição brasileira de haver um local central na cidade, conhecido pela reunião de homens conversando sobre os assuntos do momento, em especial as novidades da política (TOMASS, 2013), formou-se nas proximidades da Praça Ozório, em frente à Galeria Tijucas, um grupo de assíduos, em geral homens de meia-idade, que, por se encontrarem frequentemente no mesmo local e por sentirem a necessidade de consolidar um sentimento identitário, decidiu autodenominar-se enquanto grupo: Boca Maldita. A denominação deve-se, possivelmente, ao costume de ali tudo ser dito e poder ser dito, sem delicadezas nem censuras, uma vez que não há consenso em relação ao sentido da nomenclatura. Em 1956, o grupo de frequentadores decidiu formalizar a confraria, que na década de 1960 (durante o regime militar) passou a contar inclusive com estatuto e registro comercial.

No início da década de 1970, Curitiba começa a viver um período de grandes transformações urbanísticas, por conta dos projetos e obras da equipe do recém-criado IPPUC, capitaneada pelo prefeito e arquiteto Jaime Lerner. Uma das transformações foi a criação do calçadão da Rua XV, que gradualmente retirou o tráfego de automóveis desde a Praça Ozório até a Praça Santos Andrade (com algumas interseções e um trecho de trânsito limitado, justamente em frente a região em que ocorrem os encontros da Boca Maldita). Essa configuração permite que a Praça Ozório seja utilizada como um fundo, à frente do qual se erguem palcos ou palanques provisórios, restando a Rua XV como o espaço da plateia, tendo como local privilegiado a região da Boca (próxima do palco, com serviços nas laterais, entradas/saídas pelas ruas transversais).

Apesar de alguma resistência inicial por parte de comerciantes locais, o calçadão consolidou a Rua XV como via principal da cidade, não mais por concentrar o trânsito (que já não passava por ali) nem por agrupar o comércio mais importante (que ao longo dos anos foi gradativamente se retirando para outras regiões e para os *Shoppings*), mas por concentrar o reconhecimento identitário dos habitantes da cidade. Reforçou-se, assim, o impulso de realizar grandes eventos no local, sendo um marco histórico o grande comício em prol das eleições diretas (Figura 04). A Boca Maldita passa a ser identificada com esses acontecimentos e, ao noticiá-los, o jornalismo confere destaque a esse espaço simbólico curitibano.

FIGURA 04 - Comício das Diretas Já na Boca Maldita - 12/01/1984



Fonte: Acervo Casa da Memória.

Dessa forma, mesmo sem uma clara e delimitada constituição física, fica patente que a Boca existe no imaginário local. Sendo uma instituição imaginária relativamente recente (os relatos mencionam a década de 1950 como período de sua formação, tal como se conhece hoje, de acordo com Tomass, 2013), pode-se inferir que se trata de um fenômeno de “invenção de tradições”, tal qual os descritos por Hobsbawn (1997, p. 271), quando ressalta que “grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos [...] exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais”.

Aparentemente, uma conjunção de interesses fez com que um espaço estrategicamente situado e um grupo numeroso de pessoas com tempo e disposição para longas conversas – além da realização de eventos cívicos e políticos nas imediações e da necessidade histórica de estabelecer uma identidade cultural para uma cidade e um estado marcados pela imigração e pela pouca expressão cultural – fosse adotado como um símbolo cívico de maneira não oficial e depois dotado de certa oficialidade pela incorporação, por parte do poder público, do discurso antes reservado aos *insiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000). Dessa forma, foi criada uma tradição, que passou a fazer parte dos discursos da imprensa e das autoridades como um fato estabelecido.

4. Espacializações na Boca Maldita

Nessa seção, apresentam-se análises de alguns aspectos materiais da Boca, buscando compreender em que medida eles confirmam as impressões dos pesquisadores e se se adequam à perspectiva teórica adotada. Inicia-se apresentando uma leitura da paisagem sonora, através da qual se pode verificar o quanto algumas manifestações sonoras impactam a conformação da 'tribo' e sua apropriação do 'pedaço', percebendo que a Boca Maldita da 'tribo' não corresponde necessariamente à Boca Maldita instituída como uma tradição da cidade, como parte de sua identidade global.

Em seguida, apresentam-se os elementos relativos à circulação de carros e ônibus, à movimentação dos pedestres e à permanência das pessoas no entorno da Boca, evidenciando padrões de comportamento que denotam tanto a particularidade desse espaço urbano quanto a pertinência da perspectiva teórica adotada.

4.1 O som da Boca

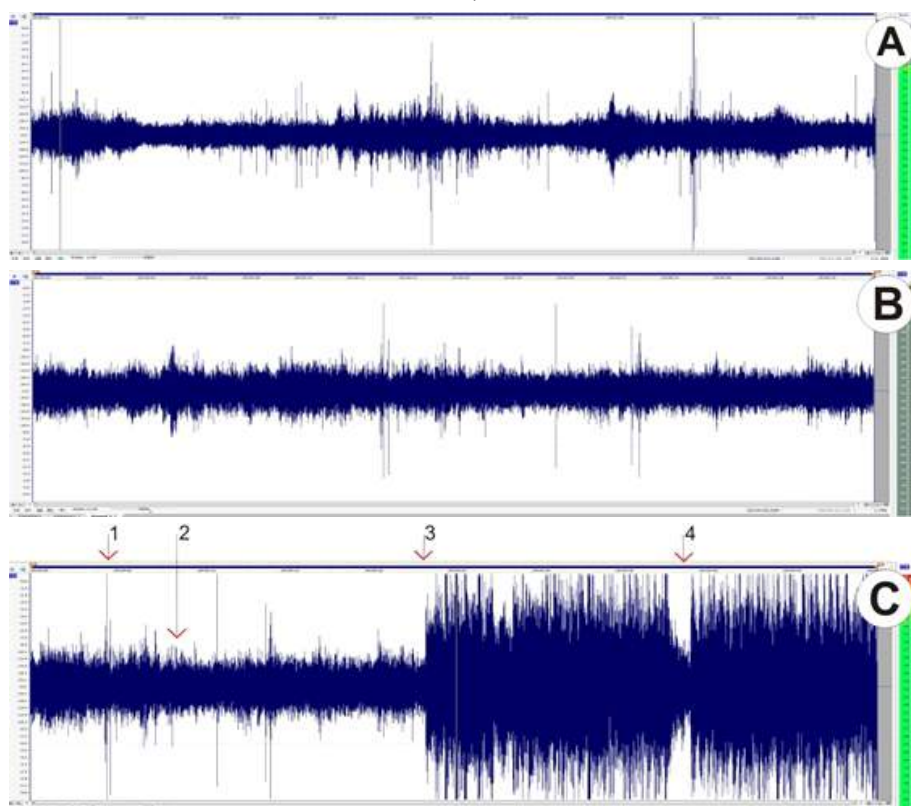
De início, cabe frisar que a paisagem sonora é distinta da conformação visual do ambiente. Se a altura dos edifícios e a distância entre eles não constitui uma paisagem visualmente opressiva, a configuração da Rua XV como um grande e contínuo corredor de edificações condiciona a sonoridade do local de maneira bastante específica.

Com alta refletividade das superfícies construídas e escassa vegetação, a Boca Maldita constitui uma paisagem sonora na qual os sons são amplificados e reverberados intensamente. Em dias de movimento moderado, tal característica não chega a ser percebida, uma vez que a intensidade sonora cotidiana do ambiente é amena. Porém, quando a concentração de pessoas é maior, ou quando algum evento contribui com uma forte produção de ruídos, a paisagem sonora altera-se sensivelmente. Para perceber melhor tal dinâmica, realizou-se registros sonoros em diversos dias e situações, sempre no mesmo local, em frente à Boca.

Pode-se perceber que existe uma intensidade sonora mediana que é mais ou menos constante durante o dia. Essa característica decai, naturalmente, à noite ou quando há muito pouco movimento, se amplia nos sábados pela manhã e se torna muito intensa, podendo chegar a ser opressiva, quando há algum evento ou apresentação na região que utiliza equipamento

sonoro. Apresenta-se aqui alguns trechos representativos dos dados analógicos advindos de gravações do som ambiente na Boca Maldita em um dia de pouco movimento, outro com circulação mediana e, por fim, um dia com grande concentração de pessoas, com um evento acontecendo (Figura 05). Os trechos escolhidos são de gravações realizadas em sábados pela manhã.

FIGURA 05 - Representação gráfica do registro sonoro. A) Dia de baixo movimento; B) Dia de movimento moderado; C) Dia de movimento intenso, com evento musical



1) Teste de bateria; 2) Nível de ruído habitual; 3) Início da apresentação musical; 4) - Intervalo entre as músicas

Fonte: Elaboração dos autores.

No primeiro registro (A), a temperatura ambiente era de dois graus centígrados e, mesmo sendo uma manhã ensolarada de sábado, havia poucas pessoas na Boca – todas em movimento. O nível de ruído é baixo, o som dos veículos passa a ser mais notado. Com movimento moderado (B), nota-se que

o nível de ruído é mais ou menos constante, numa intensidade que permite conversações sem grande esforço para falar ou ouvir um interlocutor. O som do tráfego de veículos, pouco intenso, não chega a se destacar na paisagem sonora. Porém, a situação altera-se quando ocorrem duas situações: a grande concentração e circulação de pessoas e a realização de um evento. O ruído cresce consideravelmente e é necessário elevar o tom de voz na conversação, bem como a atenção para se ouvir um interlocutor. Como o corredor de edificações reverbera os ruídos do ambiente, toda a região é tomada pelo som; além disso, os eventos costumam acontecer na intersecção entre o calçadão e a Praça Ozório, o que deixa a Boca na região de maior intensidade sonora, ainda que os efeitos sejam sentidos (gradualmente decrescentes) por vários quarteirões. Na dinâmica da Boca, isso não é necessariamente um incômodo, pois há certa excitação ligada ao grande burburinho gerado nas redondezas, o que denota contribuir para a sensação de pertencimento e participação de todos na confraternização que caracteriza esse espaço público.

Quando um evento com característica de grande emissão sonora se instala (o que acontece com frequência bastante variada e incerta) tudo se altera. A conversação se torna difícil, quase impossível. Todas as atividades sonoras realizadas na Rua XV, ao longo de várias quadras do calçadão, ficam em segundo plano. Só é possível ouvir os sons do evento, cessam as conversas, monopoliza-se, queira-se ou não, as atenções. O nível de ruído por vezes se torna agressivo, embora muitas pessoas, absortas pelo espetáculo, sequer se deem conta da intensidade violenta do som ambiente. Não é possível ouvir os carros, nem qualquer outro som.

A análise dos níveis sonoros deixa claro que a qualidade do ambiente, no sentido de seu uso e fruição pelas pessoas, depende diretamente dos níveis sonoros presentes no espaço e dos tipos de emissão sonora. Ao situar-se em um ambiente urbano totalmente construído e agregador de eventos e fluxos intensos, a Boca Maldita fica sujeita a variados sons e tons sonoros da urbe. Enquanto as conversas das pessoas – acompanhadas pelo ruído de fundo dos carros e outras emissões acústicas urbanas – domina a paisagem, o ambiente é acolhedor, amigável. Quando os sons de um evento, como apresentações musicais, tornam-se dominantes (considerando a prática usual nesses casos, que é a de estabelecer altos níveis de pressão sonora), o ambiente se modifica, revestindo-se de impessoalidade e/ou ficando até mesmo hostil.

Porém, o mais significativo no âmbito dessa investigação parece ser o

fato de que a dinâmica da Boca, embora bastante desconectada dos componentes físicos do espaço e até mesmo prescindindo deles de certa forma, depende de alguns fatores ambientais bastante específicos. A Boca está fortemente centrada na conversa, na integração social, e quando a sonoridade ambiente torna a conversa difícil, até impossível, a Boca perde gradualmente sua coerção. Os frequentadores se dispersam, o calçadão é tomado por outra dinâmica, e o café se torna uma espécie de refúgio para os poucos Cavalheiros que ali se enfurnam à espera do retorno da dinâmica habitual.

Pode-se perceber, assim, que existe a Boca da tradição (inventada) – com seus Cavalheiros e outros frequentadores – e existe a Boca (região do calçadão) da qual a cidade se apropria (tanto física quanto simbolicamente) para realizar seus eventos, e que pouco, ou nada, se relaciona com a outra.

4.2 Circulando pela Boca

A circulação de veículos tem papel secundário na configuração sensorial da Boca Maldita. Mesmo assim, o trânsito conserva certo significado, pois permite que se estabeleçam algumas relações diferentes dos demais trechos do calçadão. Isso porque é justamente em frente à Boca que o calçadão tem seu único trecho de hibridização de tráfegos, pois uma faixa de circulação de veículos atravessa longitudinalmente o calçadão, ainda que sem interrompê-lo totalmente, e sem tirar o caráter de predominância dos pedestres (em outros locais, o calçadão é interrompido transversalmente para dar passagem aos veículos que trafegam por algumas ruas que o atravessam).

Dessa forma, torna-se possível que algumas situações peculiares se estabeleçam. Uma delas está relacionada com a passagem dos ônibus da Linha Turismo, que possuem um ponto de parada em frente à Boca. Mesmo que a intenção seja colocar os turistas em relação com o calçadão de maneira mais ampla, não há dúvidas de que um destaque é dado à Boca, o que reforça o caráter da tradição produzida.

Outro tipo de situação acontece quando alguma pessoa que está parada na Boca estabelece uma conversa com alguém que passa num carro. Esse tipo de ocorrência seria praticamente impossível em outra parte do centro da cidade, onde a pressa e as demandas cotidianas do trânsito se impõem. Na Boca, porém, onde a conversa é um elemento fundamental na composição da personalidade do lugar e onde as regras nem sempre são as mesmas dos demais lugares da cidade, é comum aceitar que um carro pare por alguns instantes e o

motorista possa conversar com algum Cavalheiro sem que haja estranhamento ou seja apressadamente interrompido (Figura 06).

FIGURA 06 - Motorista interrompe o trânsito para conversar com cavalheiro da Boca



Fonte: Acervo dos autores.

A situação é diversa quando se trata da permanência dos pedestres. A Boca Maldita constitui-se pela permanência das pessoas e sua extensão pode variar grandemente dependendo de quantas pessoas estão ali paradas e o espaço que elas ocupam, o que ficou patente por meio de fotografias, de registros sobre mapas e da sistemática observação da circulação e convivência das pessoas naquela região (WHYTE, 2010 [1980]; GEHL e SVARRE, 2013). Constatou-se, de fato, que a Boca Maldita é o grande elemento aglutinador das pessoas. As maiores concentrações de pessoas paradas dão-se em frente ou nas proximidades do café e, em segundo lugar, na área próxima aos bancos do outro lado do calçadão (Figura 07). Vale ressaltar que as duas concentrações apresentam características similares em termos de composição dos grupos: maioria de homens de meia idade ou idosos, reunidos em rodas de conversa, o que indica a ligação com a Boca Maldita.

FIGURA 07 - Mapa-síntese das observações sobre a circulação e a permanência dos pedestres



Fonte: Mapa do IPPUC com alterações dos autores.

Notadamente, a banca de jornais torna-se um ponto de apoio, e perto dela costuma haver pessoas paradas, geralmente em pequenos grupos. Mais significativo, no entanto, é o fato de que a aglomeração se concentra numa região que, por si só, não tem características atrativas: no entorno do café, espalhando-se de acordo com a quantidade de pessoas presentes. É aqui que fica claro o papel da Boca Maldita como fator de atração e de permanência. Enquanto o intenso fluxo de pedestres (representado pelas linhas no mapa) passa mais ou menos alheio e busca passagem entre os grupos que estão por ali parados, é perceptível que algo atrai grande número de pessoas para uma área específica.

Desde dentro do café, pode-se perceber uma aglomeração que se estende pela calçada em frente, espalha-se em direção à porta da Galeria Tijuca, onde costuma ser deixado um espaço para quem entra ou sai da galeria poder transitar; em seguida, nova concentração, e os passantes têm que buscar um caminho e se esgueirar entre os grupos parados se quiserem seguir por ali.

Atravessando a via de veículos, mais uma vez há uma concentração de pessoas, geralmente em pequenos grupos, a maioria nas proximidades dos assentos. Essa aglomeração costuma durar horas, embora haja uma constante troca de personagens; somente alguns ficam ao longo de todo ou quase todo período de movimento na Boca.

Os grupos que se reúnem não são absolutamente estáticos. As pessoas vêm e vão entre um grupo e outro, num balé urbano com o ritmo da Boca: lento, gradual, com avanços e recuos, passos resolutos e hesitações. Enquanto isso, o ritmo do calçadão segue frenético e decidido: as pessoas transitam com passos rápidos, aparentemente sabem para onde vão e o que querem.

5. No entorno da Boca: performances, territorialidade e tribalização

A apropriação é um processo fundante para os espaços, que remete à apreensão do mundo feita pelo sujeito, interiorizando significados socialmente definidos. Como salientam Cavalcante e Elias (2011, p. 65), a “apropriação por ação/transformação” guarda relação com o comportamento de territorialidade, que se tornou elementar para evidenciar as múltiplas relações envolvidas em um determinado espaço. Ao abranger tanto elementos tangíveis quanto intangíveis, o território suplanta a ideia de controle e soberania, assumindo também importante dimensão simbólica, enquanto espaço socialmente apropriado (HAESBAERT, 2003; FUINI, 2017).

Com efeito, tal noção confere sentido à apropriação particular de trechos de calçadas ou até mesmo de um estabelecimento comercial por grupos de pessoas, assim como ocorre na região da Boca Maldita. Complementarmente, a “apropriação por identificação” envolve “processos simbólicos, cognitivos, afetivos e interativos que transformam o espaço (extensão) em lugar reconhecível e pleno de significado para o sujeito ou grupo social” (CAVALCANTE e ELIAS, 2011, p. 66). Do mesmo modo, conforma-se a Boca Maldita. Não se tem o domínio legal do espaço, mas ali se concentram regularmente seus “Cavalheiros”. E ao se apropriarem cognitivamente de características simbólicas do lugar, atribuem a ele peculiaridades que se encontram no imaginário e não nas coisas materiais.

Um turista desavisado, por exemplo, poderia passar pelo local num

dia de semana comum e não se dar conta de que ali existe a Boca Maldita. Poucas coisas físicas, de fato, indicam a existência da Boca: um monumento abstrato e uma placa provavelmente são as únicas manifestações concretas indicando que ali se encontra um dos espaços icônicos da cidade. No entanto, ao passar por ali numa manhã ensolarada de sábado, mesmo alguém pouco atento não deixará de notar a concentração de pessoas, especialmente homens idosos, formando grupos que conversam calorosamente.

A despeito da escassez de vestígios tangíveis, registra-se que a Boca é tema de várias reportagens e menções na imprensa local e que existem pelo menos dois livros dedicados inteiramente a ela. Além disso, a observação demonstrou que há uma concentração peculiar de pessoas e atividades na região da Boca Maldita, que tem ritmo e rituais próprios. Como defendeu Turner (1974), o rito teatraliza, dramatiza e legitima comportamentos sociais. Ao mesmo tempo, interrompe a vida rotineira e as tradicionais representações de mundo. Portanto, carrega também um potencial divergente ou contraditório em relação às estruturas sociais.

O mesmo autor denomina a nova forma organizacional originária do processo ritual de *communitas*, que une os indivíduos num estágio liminar, motivados por crenças, valores ou ideais coletivos, configurando uma “antiestrutura”. Enquanto *communitas*, a Boca Maldita implica, então, a adesão a um *habitus*, identificado por Bourdieu (2001, 2007) como um sistema de disposições duráveis e transferíveis de modo inconsciente. Além de gerar práticas diversas e distintivas, torna-se um princípio unificador de práticas sociais – padrões de comportamento, pensamento, gostos –, algo fundamental para uma confraria.

Com efeito, há uma espécie de encenação característica que emerge nos encontros dos Cavalheiros da Boca. A própria auto intitulação já demonstra a existência de um processo de “representação” – conceito que Goffman (2002, p. 29) define como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”. O comportamento e a postura adotada por eles também podem ser explicados por meio do conceito de “*transportation*”, com o qual Schechner (1995) introduz a noção de que os atores sociais são levados a assumir papéis distintos daqueles adotados rotineiramente. Ao tratar desse conceito, Silva (2005, p. 50) confirma: “ele [ator social] poderá se sentir mais 'livre' para explorar com ousadia o repertório variado de papéis sociais e, assim, expressar, sem receio,

as suas emoções, chorar, gargalhar, agir com irreverência, gritando, assoviando alto, etc.”.

Concomitantemente, o que Schechner (1995) designa como “restauração do comportamento” torna possível, por exemplo, o resgate de práticas e atividades consideradas peculiares ao universo da Boca Maldita. Aliás, o comportamento restaurado é responsável por boa parte da mística em torno desse “pedaço” (MAGNANI, 2002), reconhecido e frequentemente retomado como palco de manifestações políticas, culturais e sociais de Curitiba. Sobre essa modalidade de performance, que se mistura ao *habitus* na Boca, Silva (2005, p. 57) afirma:

[...] esses tipos de “comportamento restaurado” (restauração de eventos performáticos) possibilitam, também, compreender que as performances são atividades culturais criativamente reproduzidas ao longo do tempo, num processo que tende a envolver interesses diversos e sugerir pluralidade de significados. Quero com isso dizer, parafraseando Schechner, que o “comportamento restaurado” é “comportamento simbólico” e, enquanto tal, também o é potencialmente polissêmico.

A reproduzibilidade e a polissemia da Boca Maldita evidenciam, portanto, a dimensão temporal e sequencial da apropriação (CAVALCANTE e ELIAS, 2011). Num primeiro momento, o espaço é moldado conforme o significado atribuído pelo sujeito. Em seguida, ocorre a identificação, individual e coletiva, com tal significado e a busca pela sua preservação. Desse modo, a Boca constitui uma referência territorial, carregando uma identidade que gera apego/vínculo com o lugar, caracterizado pelas relações sociais, cujo significado sedimenta-se a partir da invenção da tradição e de sua incorporação no cotidiano da cidade.

O período diurno é o mais pujante na dinâmica social da Boca Maldita. Há sinais, materiais e imateriais, que determinam sua territorialidade, conforme salientado. No entanto, inexistem limites rígidos para onde começa ou termina o território, alocado nas calçadas da Rua XV até próximo à Praça Osório. Ao mesmo tempo, o espaço é bem gerenciado, nos termos de Carmona (2010), que faz um mapeamento teórico classificando espaços públicos caracterizados por uma sub gestão (*under-management*) e, por outro lado, pelo excesso de gestão (*over-managed*). A partir desse viés, evidencia-se que a área sob observação é monitorada por câmeras, dotada de farto mobiliário urbano e situada no âmbito de uma das mais importantes

regiões de Curitiba, senão a mais importante, do ponto de vista simbólico e comercial.

Ressalve-se, ainda, que se trata de um lugar de passagem e de encontros, marcados e inesperados. Portanto, um espaço fluido – de fluxo e de permanência – em que ocorre o imbricamento entre “pedaço” e “mancha”. Segundo Magnani (2002, p. 22), “numa mancha de lazer, os equipamentos podem ser bares, restaurantes, cinemas, teatros, o café da esquina etc., os quais, seja por competição seja por complementação, concorrem para o mesmo efeito: constituir pontos de referência para a prática de determinadas atividades”. Essa é a característica da região em que se situa a Boca Maldita, que conta inclusive com um ponto de embarque e desembarque da Linha Turismo em frente. Portanto, um espaço afeito a variadas combinações e modalidades de encontro, incluindo aí, sobretudo, aquelas típicas do “pedaço”, “para onde o indivíduo se dirige em busca dos iguais, que compartilham os mesmos códigos” (MAGNANI, 2002, p. 23).

Ao envolver uma rede de relações estabelecida por laços diversos e socialmente definidos, passar ou frequentar com regularidade esse tipo de domínio não garante “ser do pedaço”. É necessário ser reconhecido como tal.

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 2002, p. 21).

Logo, a Boca Maldita caracteriza-se pela permanência e por um arranjo territorial bem demarcado por um grupo de indivíduos, que formaram uma espécie de “tribo”. Contrariamente à concepção recorrente da atomização e de um individualismo imperante na sociedade moderna, Maffesoli (1987) assinalou que os indivíduos se realizam e dão sentido à existência na coletividade, até mesmo como forma de resistência ao desencantamento do mundo moderno. Haveria, portanto, uma pulsão de vida na existência social que impulsionaria os indivíduos ao solidarismo e à reciprocidade. Desse modo, interações regulares, amparo, acolhimento, reconhecimento social, participação efetiva na produção de bens simbólicos comporiam o “*ethos* neotribalista” (MORAES, 2005). Algo que se expande com a sociedade em rede (CASTELLS, 2000) e a partir de um espaço público ampliado

(MORAES, 2016). Todavia, convive e, paradoxalmente, é dependente da experiência cultural concreta.

Conforme Maffesoli (1987, p. 103), “podemos imaginar que hoje estejamos sendo confrontados com uma nova 'comunhão dos santos'”, em que o sentimento de pertença é um elemento-chave. De fato, a interação, a afinidade e a proximidade são, notadamente, observadas nas diversas tribos contemporâneas, das mais recentes àquelas tradicionais – sejam coletivos adolescentes ou grupos de idosos, confrarias para compartilhamento de questões ideológicas ou fluidos e descompromissados rituais de encontro entre pessoas, tal qual ocorre na Boca Maldita. Entre seus integrantes estão, conforme assumido por um deles, “todo tipo de gente”: advogados, jornalistas, empresários, políticos, profissionais liberais, aposentados, malandros, desocupados, especuladores. O movimento dessas pessoas distribui-se de forma relativamente regular ao longo da semana, atingindo seu ápice aos sábados e domingos pela manhã, com maior destaque para o sábado.

A Boca Maldita é fundamentalmente masculina, a despeito de um marco, dentro do café, fazendo referência à participação feminina, a chamada Boca Rouge. Aliás, uma posição contrastante com a própria visibilidade conferida ao marco da Boca Maldita, cujo monumento ocupa posição destacada na calçada. Raramente vê-se mulheres nas rodas de conversa. Em geral, quando observadas por ali, eram passantes, passageiras da Linha Turismo, funcionárias e clientes do café ou teriam algum parentesco ou amizade com algum “Cavalheiro da Boca”, permanecendo por pouco tempo – o suficiente para saudar e trocar algumas palavras – e seguindo adiante em seu trajeto.

Durante a semana, o fluxo na Boca Maldita quase se confunde com a dinâmica geral da Rua XV. A olho nu, isto é, numa observação menos atenta, o trânsito de carros e pessoas possivelmente terá maior destaque. O território Boca Maldita em si é apropriado por um número reduzido de “Cavalheiros” mais idosos, aposentados, durante a maior parte do dia. Só no fim da tarde, após o horário comercial, observa-se a chegada de outros integrantes, especialmente na região do café. Ainda assim, com uma dinâmica relevante apenas de um ponto de vista microssociológico ou numa observação de perto e de dentro (URIARTE, 2013), que permita distinguir o “pedaço” da “mancha” (MAGNANI, 2002), ou seja, a Boca Maldita daquele trecho de calçada comercial em que se insere.

Chegando o sábado, modifica-se o panorama. As calçadas de ambos

os lados da Rua XV ficam cheias de pequenos grupos: acomodados no mobiliário urbano destinado ao assento e, na sua maioria, em pé, dispostos na forma de roda de conversa (Figura 08).

A lógica da ocupação e apropriação prescinde de controle rígido, tampouco notou-se a existência de regras ou ritos específicos para ser “condecorado” como “Cavalheiro da Boca”. A incorporação a esse quadro aparenta passar mais por critérios de afinidade, amizade, compadrio, projeção social, visibilidade pública e outras subjetividades do que pela própria frequência do “aclamado”. Dessa forma, os que fazem parte do “pedaço” vão logo sendo identificados e integrados ao bate-papo. Nota-se que o fluxo inicia por volta das 8 da manhã e atinge seu ápice entre 9 e 11 da manhã, mantendo-se aquecido até por volta de 13 horas, quando o movimento começa a se dispersar, paulatinamente.

FIGURA 08 - Rodas de conversa na Boca Maldita



Fonte: Acervo dos autores.

No domingo, a dinâmica se repete, porém com fluxo reduzido, em torno da metade. Em face do menor movimento, vale ressaltar ainda que, nesse dia, o início da dispersão dos “Cavalheiros da Boca” é antecipado de uma a duas horas em relação ao sábado.

É interessante notar que algumas pessoas saem e retornam em horários distintos, tornando-se espécies de figuras públicas, permanecendo ali ou nos arredores praticamente ao longo de quase todo o período de observação. Ao mesmo tempo, não há uma interação de todos os integrantes do “pedaço”, percebendo-se microtribos dentro da própria tribo (MAFFESOLI, 1987, MORAES, 2005). Daí levanta-se a hipótese de que a alternância de grupos estimula a dispersão e o retorno daqueles que se identificam com várias

microtribos, em diferentes momentos do dia.

Após o horário de pico, grupos bastante reduzidos permanecem na Boca Maldita. Em dias mais frios, tendem a “migrar” para áreas ensolaradas próximas. Percebeu-se pouco impacto do típico frio curitibano no fluxo de Cavalheiros durante o período de observação. Já nos dias chuvosos – que foram apenas duas das datas observadas – o movimento diminuiu consideravelmente, ainda que muitos se mantivessem ali, “fiéis” ao pedaço. Aliás, chamou atenção a “fidelidade” de um grupo de árabes, frequentadores contumazes, mesmo nos dias e horários mais pacatos.

Outra característica a se destacar é que o passeio, enquanto espaço público, é efetivamente ocupado. No entanto, a apropriação para permanência por longos períodos revela o caráter paradoxal da compreensão corrente de que esse domínio serve ao trânsito de pessoas. Como o fluxo de pedestres é intenso nessa região, sobretudo em datas comerciais ou de eventos, notou-se, portanto, uma relação silenciosamente conflituosa. Evidencia-se, então, o contraste entre o tempo lento da Boca Maldita e o tempo acelerado da Rua XV.

Num sábado, em virtude do movimento mais intenso, percebeu-se que os pedestres precisavam desviar-se ou contornar os grupos de Cavalheiros. Particularmente, tratando-se de mulheres, algumas preferiram passar pela via à transitar entre os homens reunidos no passeio (Figura 09). Em dias como esse, grupos de Cavalheiros também avançam para a avenida, aglomerando-se entre os carros estacionados, ocupando até mesmo uma vaga inteira. Num domingo, já passado o horário de pico, ainda restavam grupos isolados e dispersos, principalmente em frente ao Café Avenida e ao lado da entrada da Galeria Tijuca – o maior deles composto por árabes. Dois passantes então comentaram: “esses fofoqueiros não têm nada pra fazer, até no domingo vêm aqui para fofocar”.

FIGURA 09 - Fragmento de *time-lapse*: mulheres passeando pela rua

Fonte: Acervo dos autores.

O convívio dos Cavalheiros da Boca com artistas de rua e vendedores ambulantes – muito frequentes nessa região de Curitiba – revelou-se, por sua vez, pacífico. Mas, seja por um acordo tácito ou pela própria dinâmica da territorialização estabelecida, estes não “invadem” aquele espaço cativo próximo ao café. Foram observados artistas de rua e vendedores ambulantes apenas do outro lado do calçadão.

Marcadamente, a aglomeração na Boca Maldita dá-se em maior número em frente ao café (Figura 10). Aliás, a gerente do estabelecimento contou que mantém a tradição de abrir aos domingos muito em função destes “donos do pedaço”, considerados “clientes fiéis”. Essa forma de apropriação denota uma interseção entre espaço público e o que vem sendo denominado *third place*. A ideia, originalmente concebida por Oldenburg (1999, p. 39, tradução nossa), confere a esses lugares um caráter público: “obviamente, há uma grande diferença entre a residência privada e o terceiro lugar. Casas são demarcações privadas; terceiros lugares são públicos”. Fonseca *et al* (2005, p. 26), em estudo sobre a motivação do consumo em cafés, resumiram da seguinte forma: “considerando que a primeira casa é o lar e a segunda, os espaços de trabalho, pelo tempo em que se passa nesses ambientes, as terceiras casas, por fim, são locais como cafés, bares, restaurantes e livrarias, entre outros.”.

FIGURA 10 - Café Avenida



Fonte: Acervo dos autores.

Outras interpretações do conceito original de *third place* incorporaram uma noção tão ou mais contraditória ao classificá-lo como uma espécie de espaço semipúblico (BANERJEE, 2007). Não obstante o caráter conflitante da mistura conceitual, pode-se contextualizá-lo no fluido universo relacional brasileiro. A sociologia do cotidiano dammatiana demonstra que há uma constante e contraditória oscilação entre a casa e a rua – o privado e o público – enraizada no *modus vivendi* nacional (DAMATTA, 1997). Com efeito, este permeia a relação dos Cavalheiros com a Boca.

Percebe-se o café como um ponto de apoio fundamental para a concentração dos Cavalheiros da Boca, disponibilizando a eles infraestrutura mínima, como banheiro, alimentos e bebidas e algumas mesas e cadeiras, favorecendo a permanência por várias horas. Aliás, de três a quatro vezes por semana, após 18h, um grupo de Cavalheiros reúne-se no estabelecimento para “jogar palito”. Entre eles, o proprietário – um italiano que está mais frequentemente entre os clientes do que atrás do balcão – que propala ter comprado o estabelecimento para tal fim, “jogar palitos”, e “reunir os amigos”, pois “se dependesse de vender cafezinhos, estaria quebrado”.

O passeio, entretanto, é o espaço preferencial. De outro modo, aliás, seria impossível a aglomeração de tantas pessoas, pois a área interna do café é bastante pequena, com apenas duas mesas e uma bancada. Portanto, esse *third place* limita a interação entre grupos maiores, tornando a calçada um lugar mais convidativo e aprazível. Nesse sentido, evidencia-se que o café se estende até a “rua”. Ressalte-se que o passeio, bem próximo dali, também concentra

engraxates e uma banca de jornais e revistas, a que os Cavalheiros da Boca recorrem com frequência. Ademais, para os tabagistas, é vedado o uso de cigarros no interior do café, por força da legislação vigente.

Olhando “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), da perspectiva dos Cavalheiros da Boca, parece ser possível também um movimento inverso: o café como extensão do passeio. Este avançaria para dentro daquele, quase como espaço contíguo. Percepção corroborada pela referência espacial bastante recorrente, que soa quase como um *slogan*: “lá (aqui) no Café da Boca”. Ratifica que as pessoas buscam no espaço público lugares que sejam uma extensão do lar (OLDENBURG, 1999, FONSECA *et al.*, 2005; BANERJEE, 2007).

Fazendo uma alusão à casa e à rua de DaMatta (1997), tem-se aqui a imbricação entre o café e a rua, constituídos espaços antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares na conformação do *ethos* da Boca. Nesse sentido, conforme defendido por Bourdieu (2001), o *ethos* está relacionado ao *habitus*. Um sistema que, nesse caso, envolve a reapropriação contínua (CAVALCANTE e ELIAS, 2011) do espaço social denominado Boca Maldita. Espacialidade cercada também de um simbolismo reificado pela criação de tradições (HOBBSAWN, 1997), bem como pela ritualização (TURNER, 1974), representação (GOFFMAN, 2002), *transportation* e restauração do comportamento (SCHECHNER, 1995; SILVA, 2005), que estabelecem e revigoram vínculos e sentimentos de pertença.

6. Por dentro da Boca: considerações finais

A Boca Maldita, como *locus* de convívio social, abarca uma carga performática e representacional. Naquele espaço, atores sociais assumem seu papel de Cavalheiros da Boca, conformando encenações peculiares ao palco em que se encontram – uma espécie de “*transportation*” (SCHECHNER, 1995; SILVA, 2005). Desse modo, emerge um tipo de encenação característica, na qual falar e rir alto, praguejar, fazer chacota, especular, confabular, fofocar são permitidos e até bem-vindos. Ali, os árabes também se sentem à vontade e até preferem, para falar entre eles, sua língua de origem. A diversidade étnica também se manifesta quando se ouve um pedido em italiano no balcão. Nesse aspecto, a existência de guetos dentro da própria tribo da Boca Maldita é uma conjectura possível, criando códigos e debates

específicos no âmbito de cada roda de conversa.

A emergência de códigos de comunicação estritos, mesmo que em grupos particulares, desvela um espaço simbólico pouco afeito à “triangulação” (WHYTE, 2010). Pessoas “estranhas”, em geral, ficam à margem da Boca Maldita, ainda que compartilhem do espaço físico onde os Cavalheiros da Boca estabeleceram seu palco. A interação com quem está fora da tribo é mais restrita.

Desde que foram estabelecidos os contatos iniciais com os integrantes da Boca Maldita, houve relativa receptividade em relação aos autores. Todavia, algumas circunstâncias deixaram transparecer que era uma proximidade “controlada”. Tal como aponta Valladares (2007), o pesquisador é um estranho no “pedaço”, sobre quem incide alguma curiosidade ou até mesmo desconfiança. A despeito de ser um local de fluxo intenso e rápido para a maioria das pessoas, notou-se, no entanto, a interferência da pesquisa no espaço público. Algumas pessoas mudavam seu trajeto ou se ajustavam quando percebiam que estavam sendo fotografadas ou até mesmo manifestavam-se contrariamente, como ocorreu com um morador de rua: “sou morador de rua, não posso ser fotografado”. Ao perceber a presença de um “intruso” – nesse caso, o pesquisador – alguns grupos também se dispersavam, sem dizer nada, deixando que a conversa seguisse com apenas um interlocutor. Todavia, isto não impediu um avanço em outros contatos, nos quais se obteve maior aproximação.

Vale ressaltar a ausência de homogeneidade em relação à concepção que diferentes integrantes possuem sobre a Boca Maldita. Enquanto numa conversa, um Cavalheiro enfatiza que se trata de um grupo seletivo, com “figuras notáveis” de Curitiba, entre eles, advogados, jornalistas, profissionais liberais e políticos, outro prefere destacar que ali tem de tudo: “malandros, desocupados, vagabundos, especuladores”. Ou seja, um revela o lado *soft*, do lugar por onde passa o debate das questões públicas curitibanas mais importantes; o outro desvela o lado *hard*, da maledicência, da fofoca, da malandragem, que permeiam a Boca Maldita, assim como a sociedade brasileira (DAMATTA, 1997). Todavia, “mesmo que o debate político fique bastante acalorado num dia, no outro estão todos se abraçando novamente”, ressaltou um Cavalheiro, exaltando o caráter, que considera amistoso e democrático, da Boca Maldita.

Falta consenso até em relação ao próprio nome dado ao lugar. Dentro da tribo árabe inserida na Boca Maldita, circula a história de que dois deles

teriam assediado uma moça italiana, “da bunda bonita, avantajada”, chamando-a de “gostosa”. Ela, então, teria reagido: “Sua boca maledeta”. Já Tomass (2013) relata que dois integrantes conversavam na região da Boca Maldita, quando subiu um forte cheiro das galerias de águas pluviais existentes no calçadão da Rua XV. Um deles, então, teria dito: “que boca maldita”. Ambos os relatos demonstram uma forte ação da oralidade e da informalidade na criação das tradições deste espaço social.

Com efeito, percebeu-se que o comportamento e as relações desenvolvidas com o grupo estudado fazem, efetivamente, a diferença. Como orienta Valladares (2007, p. 154), isso implica “saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos”. E foi desse treinamento do “olhar”, que se conversou longamente, num frio fim de tarde, com um Cavalheiro de 90 anos de idade, natural do Rio Grande do Sul. “O curitibano quer ser o primeiro em tudo”, ressaltou. Nesse sentido, o colega de meia idade que o acompanhava complementa com certo orgulho: “As Diretas Já começaram aqui na Boca Maldita”.

Essa frase, de certa forma, sintetiza aquilo que se apreendeu sobre a Boca Maldita: mais importante do que uma configuração física claramente definida, mais definidora do que qualquer veracidade ou lógica articulada, é a verdade das crenças e convicções (e também dos interesses diversos) que pessoas e grupos sociais constroem ao longo do tempo e que se consolidam no espaço vivido por meio de práticas cotidianas, frequentemente ritualizadas. Seria diferente a institucionalização da Boca? Uma “tribo” urbana se reúne frequentemente e cria um “pedaço”; a presença do “pedaço” atribui sentido e cria identidade; a comunidade passa a reconhecer a tribo e suas práticas; o passar dos anos consolida a tradição, a princípio produzida, inventada, mas que vai se tornando memória e história.

Referências

BANERJEE, T. The future of public space: beyond invented streets and reinvented places. In: M. Carmona, e S. Tiesdell (Eds.), *Urban Design Reader*. Oxford: Elsevier, 2007, p. 153-162.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, v. 15, n. 1, 2010, p. 123-148.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTE, S. e ELALI, G. (Orgs.), *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 63-69.

DAMATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUDEQUE, I. T. *Nem um dia sem uma linha – uma história do urbanismo em Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FONSECA, M. T.; TSAI, J.; ISHIHARA, K. A.; HONNA, P. E. Vamos Tomar um Café? Um estudo exploratório sobre as motivações do consumo em cafés. *Impulso*, v.16, n. 39, 2005, p. 23-35.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 1, 2017, p. 19-29.

GEHL, J.; SVARRE, B. *How to study public life*. Washington: Island Press, 2013.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 29, n.1, 2003, p.11-24.

HOBSBAWN, E. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

KRAUSE, B. *A grande orquestra da Natureza*. Descobrindo as origens da música no mundo selvagem. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 49, 2002, p.11-29.

MORAES, L. A. A mídia e o “novo espaço público”. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 17, *Anais...* Intercom: São Paulo, 2016, p 1-15.

_____. Reinventando Deus: uma análise do discurso jornalístico-científico da revista Superinteressante sobre assuntos religiosos. *Ciência & Comunicação*, v. 2, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.jornalismocientifico.com.br/revista/03/artigos/artigo2.asp>>. Acesso em: 5/5/2016.

OLDENBURG, R. *The great good place: cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community*. 3 ed. New York: Marlowe & Company, 1999.

OLIVEIRA, D. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

PEREIRA, M. R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

SCHECHNER, R. Restauração do comportamento. In: BARBA, E.; SAVARESE, N. *A arte secreta do ator: dicionário de antropologia teatral*. Campinas: Hucitec, 1995, p. 205-210.

SILVA, R. A. Entre “artes” e “ciências”: a noção de performance e drama no campo das ciências sociais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, 2005, p. 35-65.

TOMASS, L. *Boca Maldita de Curitiba: reduto da Democracia*. Curitiba: Editora Prospere, 2013.

TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*, n. 11, 2012, p. 1-11.

_____. Olhar a cidade: contribuições para a etnografia dos espaços urbanos. *Ponto Urbe*, n. 13, 2013, p. 1-13.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.

WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces, 2010 [1980].

i A Avenida Luiz Xavier, com sua pequena extensão entre a XV e a Praça Osório, apesar de ter sua denominação própria é comumente percebida como uma extensão da Rua XV, e em alguns casos sequer é percebida, uma vez que não há sinais materiais claros de sua diferenciação em relação à sua vizinha mais importante e reconhecida. Para as finalidades desta pesquisa, as duas vias serão entendidas como uma única entidade, uma vez que os trabalhos de campo não identificaram sinais de que a diferenciação nominal representa uma diferenciação efetiva no uso ou na apropriação cognitiva que as pessoas fazem do local.

ii A sequência de informações históricas a seguir tem como referência, quando não houver outra menção, as obras de Pereira (1996) e de Dudeque (2010).

DIA DE JOGO

Apropriação, territorialidade e transformação do espaço público do entorno do estádio Joaquim Américo Guimarães

GASPARI, Gustavo Domingues¹

Torcedores de diferentes times se unem para ir aos jogos de futebol, para vibrar com a competição, manifestar apoio ou insatisfação aos seus respectivos clubes, comemorar títulos e conquistas, dentre tantas atividades possíveis fora do limite físico dos estádios pertencentes ou utilizados pelas suas agremiações – em ruas, praças, aeroportos. Dessa forma, é possível considerar que o espaço público é efetivamente apropriado pelos torcedores em ocasiões específicas como forma de expressão cultural, de pertencimento a um grupo, de identificação e representação.

Tomando como estudo de caso a torcida do Clube Atlético Paranaense e como recorte territorial os espaços públicos do entorno do estádio Joaquim Américo Guimarães – conhecido também como Arena da Baixada e Estádio Atlético Paranaense – o presente trabalho procura apresentar como a apropriação do espaço público pelo torcedor de futebol se expressa na formação de um território da torcida em meio a esse domínio comum. Para tanto, inicia-se com uma sucinta revisão teórica, na qual realiza-se apontamentos sobre alguns conceitos pertinentes ao caso e uma pequena análise histórica da constituição desse significativo espaço esportivo da capital paranaense. Em seguida, expõe-se as opções metodológicas que guiaram o levantamento e idas a campo. Assim, é possível traçar um retrato do espaço público sob o domínio do futebol e seus agentes envolvidos.

Ao mesmo tempo, buscou-se compreender como os eventos dos jogos de futebol transformam, física e simbolicamente, as ruas, praças, estabelecimentos, a interação entre pessoas e suas ações no espaço. Revelou-se, entretanto, que as transformações processadas não são baseadas somente nas manifestações dos torcedores e sua representação no espaço, pois uma

¹ Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal do Paraná. Consultor em Planejamento Urbano. Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná.
gasparigd@gmail.com

complexa rede de relações entre variados agentes interage entre si de acordo com seus interesses, com os significados que atribuem ao espaço público e com aquilo que dele desejam obter, constituindo interações positivas e negativas que podem gerar repercussões sociais e culturais importantes para uma sociedade em que o futebol tem grande relevância como a brasileira.

1. Os torcedores no espaço público: apropriação e formação de territórios

Quando se discute acontecimentos ou aspectos envolvendo o público que frequenta estádios de futebol, não é raro que a expressão "a torcida", deste ou daquele clube, seja utilizada para identificar comportamentos, sentimentos e opiniões gerais, como se fosse um grupo homogêneo de pessoas. No entanto, é grande a pluralidade de indivíduos ou subgrupos que constituem uma torcida de futebol e, conforme atestam Galeano (2002) e Campos (2008), uma das muitas diferenciações possíveis de serem feitas entre os torcedores refere-se à identificação e à associação destes, ou não, com torcedores organizados. Campos realiza tal diferenciação e identifica alguns padrões de comportamento, da seguinte forma:

Torcedores: aqueles que se aglutinam em torno de um clube através da afetividade e da identidade futebolística. Os torcedores podem ser comuns ou organizados. O torcedor comum é aquele que não possui ligação com nenhuma instituição torcedora. Apesar disso, pode ir ao jogo em grupos, com amigos ou com a família. Os torcedores organizados são grupos que se organizam através de uma instituição torcedora, no Brasil, denominadas torcidas organizadas. Estas, geralmente, são quem puxam os gritos e animam a torcida, se utilizando de baterias, uniformes, fogos e outros adereços. Em alguns estados brasileiros estas organizações são proibidas de freqüentar os jogos, por possuírem um histórico de violência e confusão nos estádios e fora deles (CAMPOS, 2008, p. 261, grifos nossos).

Entretanto, pode-se ressaltar que o torcedor "comum" também possui seus rituais e exibe sua paixão, como uma fé, que se manifesta tanto no estádio como no ato de se dirigir até ele:

Uma vez por semana, o torcedor foge de casa e vai ao estádio. Ondulam as bandeiras, soam as matracas, os foguetes, os tambores, chovem serpentinas e papel picado: a cidade desaparece, a rotina se

esquece, só existe o templo. Neste espaço sagrado, a única religião que não tem ateus exhibe suas divindades. Embora o torcedor possa contemplar o milagre, mais comodamente, na tela de sua televisão, *prefere cumprir a peregrinação até o lugar onde possa ver em carne e osso seus anjos lutando em duelo contra os demônios da rodada* (GALEANO, 2002, p.14, grifo nosso).

Galeano (2002) também identifica o caráter do torcedor "fanático" e um pouco do seu comportamento:

O fanático chega ao estádio embrulhado na bandeira do time, a cara pintada com as cores da camisa adorada, cravado de objetos estridentes e contundentes, *e no caminho já vem fazendo muito barulho e armando muita confusão*. Nunca vem sozinho. Metido numa turma da barra-pesada, centopeia perigosa, o humilhado se torna humilhante e o medroso mete medo. Ali está seu campo de batalha. *A simples existência da torcida do outro time constitui uma provocação inadmissível*. O Bem não é violento, mas o Mal obriga. O inimigo, sempre culpado, merece que alguém torça o seu pescoço. O fanático não pode se distrair, porque o inimigo espereita por todos os lados" (GALEANO, 2002, p.15, grifos nossos).

A partir das definições desses autores, nota-se que o que diferencia torcedores "comuns" de "organizados" não são os atos de reunir-se em grupos ou de demonstrar sua identificação com o clube, mas sim a maneira, a intensidade e os instrumentos utilizados como forma de exposição da identidade e a paixão pela agremiação de futebol. Essa diferenciação é importante e justificada, uma vez que as condutas distintas praticadas por tais agentes se refletem em formas diferentes de apropriação do espaço, como confirmado nas idas a campo.

Nesse sentido, o conceito de *parochial space* (espaço paroquial, tradução nossa) definido por Carmona (2010) a partir do debate entre Loukaitou-Sideris (1996)ⁱ e Lofland (1998)ⁱⁱ assume papel relevante para o entendimento da apropriação do espaço por tais grupos. Enquanto Loukaitou-Sideris (1996) afirma que o medo, a suspeição, a tensão e o conflito entre diferentes grupos sociais resultam na segregação espacial de atividades e na designação de locais específicos para determinadas pessoas e usos. Lofland (1998) vai além e, ao denominar o conceito, afirma que essa apropriação incorre na sensação de ser um estranho ou um convidado, naquele espaço, para os que não pertencem ao determinado grupo. A apropriação do espaço, por sua vez, pode ser entendida como a "interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma, criando *um lugar*

seu" (CAVALCANTE; ELIAS, 2011, p.63).

Carmona (2010) destaca ainda a especialização física de alguns espaços como forma de remoção de grupos sociais do espaço público, especialmente dos chamados *heavy users*. Esses usuários desempenham atividades que podem ser consideradas antissociaisⁱⁱⁱ. As estratégias geralmente utilizadas para removê-los do domínio comum consistem em relegá-los a espaços dedicados a sua atividade ou conduzi-los para fora dele mediante força policial. No caso dos grupos de torcedores, uma estratégia usual é o policiamento, especialmente dos grupos organizados, adotado para controlar suas ações no espaço público e, principalmente, para negar o acesso a espaços compartilhados com torcedores de outros clubes devido ao temor da violência. Portanto, para o presente estudo, considerou-se que o espaço paroquial é formado por todos os tipos de torcedores, mas o conceito de *heavy users* se aproxima e se relaciona apenas com os torcedores organizados.

Destaca-se uma importante diferença do grupo social e do recorte espacial estudados. Não é possível "relegar" a torcida para um hipotético espaço especialmente idealizado e destinado a ela em outro ponto do território, pois o jogo de futebol tem um ponto fixo e específico do espaço para ocorrer: o estádio. Dessa forma, a torcida terá, necessariamente, que acessar e ocupar os espaços públicos e privados ao redor do estádio, que, entretanto, têm usos e funções diversas no cotidiano, não necessariamente voltados para o evento esportivo. Por essa razão, assume-se a ideia de que os espaços do entorno do estádio não são especificamente destinados ou projetados para o uso dos torcedores, mas são transformados para que esse uso se viabilize, o que ocorre através da ação de distintos agentes, como os próprios torcedores, as forças de segurança, os comerciantes fixos e ambulantes, entre outros.

Contudo, essa afirmação leva a duas indagações: se é a transformação do espaço público do entorno do estádio Joaquim Américo o processo que permite a apropriação pela torcida atleticana, poderia essa mesma transformação ocorrer em outros locais de jogo, ao redor de outros estádios que o Clube Atlético Paranaense venha a utilizar? Ou o contrário, poderia haver a apropriação do entorno do estádio Joaquim Américo por parte de outras torcidas?

A resposta a ambas é sim, conforme verificou-se em alguns jogos. Em 5 julho de 2017, por exemplo, o Clube Atlético Paranaense disputou uma partida contra o Santos Futebol Clube (SP) no estádio Durival de Brito e Silva (Vila Capanema), de propriedade do Paraná Clube. Foram registrados os

mesmos atores e práticas do entorno do estádio atleticano, como a recepção ao ônibus dos jogadores (Figura 01). O oposto ocorreu no dia 3 de outubro do mesmo ano, quando em retribuição à cessão do estádio paranista o Clube Atlético Paranaense permitiu que o Paraná Clube disputasse um jogo contra o Internacional Sport Club (RS) como mandante na arena atleticana e a torcida paranista ocupou o entorno do estádio de maneira semelhante desde horas antes da partida.

FIGURA 01 - Torcedores do Clube Atlético Paranaense no entorno do estádio da Vila Capanema



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Isto posto, o que faria do espaço ao redor do estádio Joaquim Américo Guimarães o *locus* por excelência da apropriação da torcida atleticana? Como se dá a identificação com o lugar? O que permite que ele seja tratado como "atleticano"? A resposta aqui evidenciada aponta para a ideia de territorialidade. Os conceitos de território e territorialidade são ampla e profundamente estudados pela Geografia e não se pretende aqui delimitá-los em todas as suas possíveis compreensões.

Segundo Haesbaert (2004), o termo "território" possui, desde sua origem etimológica, uma dupla conotação: material e simbólica. Refere-se, de um lado, ao espaço, mas também à relação que permite chamar tal espaço de território – daqueles que têm o privilégio de usufruí-lo (para os quais o território inspira uma identificação positiva e sua efetiva apropriação) sobre outros que dele são alijados ou impedidos de entrar. Assim, este conceito tem a ver com poder, que envolve intimidação, conflito e tensão entre os dois grupos.

Entretanto, a própria ideia de poder tem uma dupla significação. Raffestin (1993) defende que a territorialização do espaço por um ator social

pode ser dada de forma concreta ou abstrata (por exemplo, pela representação). Baseado no trabalho de Lefebvre (1986)^{iv}, Haesbaert (2004) destaca que a forma concreta tem a ver com a dominação territorial, com posse e propriedade do espaço e baseia-se no valor de troca. Já a forma abstrata tem sentido simbólico, refere-se à apropriação do espaço dada pelo seu valor de uso. Cavalcante e Elali (2011, p. 63) têm entendimento semelhante, pois afirmam que "apropriar-se significa também exercer domínio sobre um espaço e objetos, embora não seja necessário ter sua posse legal".

Campos (2008) expõe que as territorialidades se manifestam dentro e fora dos estádios. Dentro, há a escolha de setores do estádio para se acompanhar as partidas, (onde, por exemplo, a torcida organizada tem um setor "cativo"), bem como pelos gritos, entre outros fatores. Mas, ainda mais importante, de lado de fora dos estádios ela se manifesta, pois "além dos gritos, os símbolos (como camisas do clube ou das torcidas organizadas), os torcedores possuem pontos de encontro e disputam territórios na cidade com as torcidas rivais" (CAMPOS, 2008, p. 261). Logo, a territorialidade aqui abordada é a que se manifesta através do poder simbólico, do valor de uso e da apropriação do espaço pela torcida através de seus rituais particulares. Por esse caráter, não apenas a territorialização por parte do torcedor atleticano é possível como também pode haver uma "desterritorialização" ou desapropriação (CAVALCANTI, ELALI, 2011) pela mudança permanente ou temporária do domínio sobre o espaço, a exemplo da ocupação pela torcida paranista no dia do jogo disputado pelo Paraná Clube.

Além da ocupação do espaço realizada em dias comuns de jogos, algumas ocasiões reafirmam de maneira expressiva a territorialidade e a identificação da torcida atleticana com o estádio e os espaços das proximidades. Em junho de 2013, por exemplo, em meio aos protestos que se desenvolveram contra a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, manifestantes que tencionavam depredar a Arena da Baixada, uma das sedes dos jogos da Copa, entraram em conflito com torcedores organizados do Clube Atlético Paranaense nas ruas do entorno do estádio, que ocuparam o espaço público de maneira a defender, sob risco à sua própria integridade física, o patrimônio do clube e seu território. Segundo um dos presentes na intervenção dos torcedores, considerada bem-sucedida por este grupo, "a torcida do Atlético nunca vai deixar acontecer nada *aqui*." (Depoimento de Leonardo Schneider. TORCEDORES, 2013, grifo nosso), o que demonstra o exercício

de poder sobre aquele espaço.

Em outubro de 2017, por sua vez, divergências internas na política do clube, surgidas do aumento do preço dos ingressos no setor da torcida organizada e da proibição do acesso de instrumentos musicais, bandeiras, faixas e elementos alusivos à torcida pela diretoria atleticana (permitidos, entretanto, à torcida paranista na ocasião de seu jogo), levaram à realização recorrente de protestos contra a diretoria por parte dos torcedores organizados (Figura 02). Tais protestos foram realizados a partir da não entrada dos torcedores nos jogos e ocupação da praça Afonso Botelho, especialmente das arquibancadas de sua concha acústica. Na praça, milhares de torcedores acompanharam as partidas num telão e se expressaram da maneira como lhes foi negada pelo clube no interior da Arena, reivindicando este território como seu espaço de representação em vez das arquibancadas do estádio.

FIGURA 02 - Protesto da torcida atleticana na praça Afonso Botelho em 08/11/2017



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Seja para defender o clube em conflitos externos ou mesmo para atacar suas instituições oficiais em disputas internas, a torcida se apropria ativamente dos espaços públicos do entorno do estádio, tomando-os como seus. É possível identificar no comportamento da torcida alguns elementos que estabelecem similaridades entre o que Loukaitou-Sideris (1996) e Lofland (1998) adotam como definição para os “espaços paroquiais” e as definições de apropriação e territorialidade já expostas. Estão presentes os elementos de intimidação, tensão e conflito entre atores, e uso dos espaços por um grupo específico, que sobre ele detém poder simbólico e a ele atribui valor de uso.

Fica estabelecida assim a ideia de que o espaço público das

proximidades do estádio Joaquim Américo se transforma num "território atleticano" por essa apropriação simbólica que, embora seja passível de desapropriação ocasional, é expressa pela contínua apropriação do espaço, ou pela reapropriação (CAVALCANTE, ELIAS, 2011) a cada partida. Esse processo de transformação do espaço envolve a exposição das cores e marcas do clube e dos diferentes grupos de torcedores, o entoar de gritos e palavras de ordem, a ocupação física e seu uso de uma forma específica, mas conta também com a atuação de outros atores, que interagem entre si de formas positivas e negativas, como será descrito adiante. Antes, contudo, é necessário considerar como a identificação dos torcedores com estes espaços se consolidou em território ao longo do tempo através de uma breve exposição do histórico do estádio atleticano.

2. Os torcedores e o estádio: a identificação com o espaço

Para abordar a apropriação e territorialização dos espaços públicos pelos torcedores é imprescindível discutir o principal fator responsável por tais processos: a formação da identidade clubística do torcedor sob influência do estádio. Por essa razão, é importante caracterizar sua evolução como estrutura esportiva e significado ao longo do tempo e os fatores que fazem a identificação do torcedor extrapolar o campo de jogo.

O histórico do estádio Joaquim Américo Guimarães no bairro Água Verde remonta às primeiras décadas do século XX. Segundo o Boletim Informativo da Casa Romário Martins (1982, p. 4), o registro mais antigo sobre o bairro Água Verde data do ano de 1847, em documento da Câmara que identifica uma "paragem 'denominada Água Verde'". Porém, a formação do bairro ganhou seu primeiro impulso com a criação da colônia Dantas em 1878, a partir da qual os colonos desenvolveram as primeiras atividades do bairro: a agricultura de subsistência, comercialização dos excedentes da produção nas chácaras e a instalação de pequenas fábricas, o que predominou e perdurou até a década de 1930.

Foi nesse contexto que, no ano de 1914, por iniciativa do então presidente do Internacional Foot-Ball Club^v, Joaquim Américo Guimarães (CAPRARO, 2004; DRULA, 2015) – que teria seu nome vinculado ao estádio em homenagem póstuma –, instalou-se o campo de jogo do clube. O

local escolhido foi uma chácara alugada no "arrabalde do Água Verde (também chamado de Rebouças), local bastante baixo, justificando, assim, o apelido de 'Baixada'" (CAPRARO, 2004, p.132) que acabaria sendo vinculado ao estádio em anos mais recentes. Nessa época, foram construídas as primeiras arquibancadas de madeira de um dos lados do gramado do campo de futebol, feito até então inédito num campo de futebol curitibano.

O surgimento de clubes de futebol curitibanos na década de 1910 fazia parte de um contexto de aproximação dos jovens das elites paranaenses aos costumes europeus e esse caráter elitista da prática do futebol duraria algumas décadas, tanto no Paraná, como no Brasil (CAPRARO, 2004). Assim, o início da popularização do esporte no país se daria entre 1930 e 1940, juntamente com a profissionalização de sua prática, época que registrou o surgimento de novos estádios com características monumentais, tais como o Pacaembu (SP) e São Januário (RJ). Nesse contexto, com a necessidade de adequação "aos novos moldes do futebol brasileiro", o estádio Joaquim Américo ganhou arquibancadas de concreto em 1937 (DRULA, 2015).

Contudo, conforme defende Capraro (2004), o estádio não pode ser considerado um dos elementos formativos de uma "identidade atleticana" entre os anos 1930 e 1980 pois, embora tivesse sido pioneiro e apesar de algumas reformas em 1967 e nos anos 1980, foi sendo superado pela construção de outras praças esportivas em Curitiba e no Brasil, cujo aspecto tendia ao monumentalismo. Os problemas financeiros do clube e as características do estádio, que já não comportava as necessidades mais modernas do futebol, acarretaram um período de quase 10 anos (1986-1994) em que o Clube Atlético Paranaense não realizou nenhum jogo no em seu estádio, peregrinando por outros da cidade – pertencentes a outros clubes ou à Federação Paranaense de Futebol, caso do Pinheirão, principal local dos jogos do Atlético nessa fase.

O retorno ao Joaquim Américo em 1994 fez parte de uma estratégia de recuperação do clube após uma reforma que dotou o estádio de mais arquibancadas em concreto e de outras metálicas. Capraro (2004) afirma ainda que foi nesse período que o estádio passou a fazer parte da identidade do torcedor atleticano, sobretudo a partir de 1996, quando o Atlético voltou a disputar a Série A do futebol brasileiro e seu estádio, ainda considerado inadequado e aquém das necessidades do futebol de alto nível, passou a ser visitado por times dos principais centros do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. Para o autor,

A constante repercussão na mídia, mesmo que de forma negativa, serviu de referência para formação de uma identidade “nós”, os *outsiders* (Elias, 2000)^{vi} em relação ao “eles” – os estabelecidos: no imaginário do torcedor atleticano as equipes mais tradicionais protegidas pela mídia nacional. Nesta tensão, o Estádio era o foco central. A exposição do Estádio como antiquado repercutiu entre os torcedores do Atlético como uma tentativa de inferiorização. Criou-se um sentimento de unidade e pertencimento entre os atleticanos [...] (CAPRARO, 2004, p. 139-140).

Fechado novamente em 1997, o Estádio Joaquim Américo Guimarães foi demolido e reconstruído, inspirado nos estádios europeus no que se refere ao padrão arquitetônico e proximidade com o gramado, originando a chamada “Arena da Baixada”. Mesmo durante a obra, a diretoria do clube investiu em *marketing* para reforçar a identidade da torcida e a expectativa para o retorno ao estádio. Uma evidência da crescente identificação da torcida com o estádio e seu entorno pode ser apontada por

um movimento que ficava na Praça Afonso Botelho, mais conhecido como praça ‘do Atlético’ por ficar em frente ao estádio, era, na sua maioria, composta por atleticanos [...] que acompanhavam constantemente a construção. Fora criado até um ‘mirante’ para que o torcedor pudesse acompanhar os operários trabalhando. Logo surgiria um grupo que se auto-intitulado [*sic*] ‘Os Amigos do Mirante’ (CAPRARO, 2004, p. 141).

Reinaugurado em 1999, o estádio passou a ser motivo de orgulho por sua modernidade, mantendo a proximidade com o campo de jogo – o que permite à torcida atleticana exercer forte pressão sobre os clubes adversários que visitam o local, característica reforçada pela reforma e responsável pelo apelido de “caldeirão”. Foi com o estádio nessa configuração que o clube passou pela melhor fase esportiva da sua história, aspirando a figurar definitivamente entre os maiores do país. Na conquista do título brasileiro em 2001, com a derradeira partida disputada em São Caetano do Sul/SP, a torcida atleticana ocupou as ruas do entorno e a Praça Afonso Botelho para acompanhar o resultado à distância e comemorar o título inédito junto de sua arena (Figura 03A).

Apesar dessa inserção positiva na construção da identidade atleticana, é possível afirmar que as reformas de modernização do estádio, tanto do final da década de 1990 como a realizada para a Copa do Mundo de

2014, também influenciaram negativamente os hábitos de representação da torcida e a sua identificação com o estádio. Conforme atesta Capraro (2004), para se adequar a um padrão "europeu" após a primeira reforma, além do reajuste no preço dos ingressos, as torcidas organizadas foram impedidas de entrar com seus adereços, na reabertura do estádio em 1999 – posturas impostas pela diretoria atleticana de forma intermitente desde então, que também foram verificadas durante 2017. Segundo esse autor, tal postura colaborou para tornar "dúbia" a identidade clubística perante o estádio, gerando divisão entre torcedores, rejeição por parte de seus frequentadores e acusações de elitismo contra a diretoria. A respeito da segunda reforma, Drula (2015) relata que as mudanças realizadas, criticadas pela remoção das cores atleticanas e de outros elementos de identificação da fachada e do interior da construção, reforçaram a preocupação dos torcedores com a perda da identidade relacionada ao estádio.

Não obstante, a mesma autora considera que os torcedores atleticanos criaram laços estreitos com o estádio Joaquim Américo a partir das experiências nele vivenciadas, que persistem para seus frequentadores antigos mesmo com sua descaracterização e sob regras de comportamento indesejadas, sobretudo para os torcedores organizados. Esse comportamento do torcedor é correspondente ao *place attachment*, que ocorre “à medida em que uma pessoa tem uma conexão emocional, funcional, cognitiva, simbólica, espiritual e/ou afetiva a um determinado espaço físico, ambiente ou configuração em uma condição específica e em um determinado momento”^{vii} (CARVALHO, 2014, p.34, tradução nossa). No contexto de partidas desportivas, a autora defende que quanto mais forte for o sentimento de *place attachment* ("identificação com o estádio", tradução da autora), aliada à identificação com o time, maior é o desejo do torcedor de frequentar as partidas, independente da configuração estética e da qualidade da estrutura e dos serviços oferecidos que compõem a "paisagem desportiva" (*sportscape*)^{viii} do estádio.

As experiências formadoras desse sentimento, como a comemoração junto ao estádio de títulos obtidos em partidas decisivas distantes dele, foram registradas outras vezes (Figura 03B), denotando uma relação permanente da torcida com o lugar e a ocupação desse espaço como forma de expressão, representação e demonstração da identidade individual e coletiva, ligada ao clube.

Figura 03 - A) Torcida do Atlético/PR em frente ao estádio para comemorar o Título Brasileiro de 2001 e B) o Paranaense de 2016



Fonte: Jornal do Estado (2001, *in* Rauth Filho, 2014); Acervo do autor, 2016.

Portanto, verifica-se que o estádio Joaquim Américo Guimarães, campo de futebol centenário, faz parte da identificação do torcedor atleticano, reforçada nas últimas duas décadas pelas melhorias realizadas no estádio e pela fixação do clube no local, apesar das discordâncias entre diferentes grupos da torcida e entre estes e a diretoria do clube. A necessidade de acompanhar o time em outros estádios faz parte da trajetória da torcida e ainda persiste por diversos motivos, como reformas e punições desportivas, mas já não é facilmente admitida, gerando revolta e insatisfação – como exemplo, tem-se jogo ocorrido na Vila Capanema em razão das partidas de voleibol da seleção brasileira disputadas na Arena da Baixada, entre junho e julho de 2017.

Isto posto, é importante identificar a forma como a relação do torcedor com o espaço público do entorno do estádio se expressa nas ocasiões em que há jogos, transformando-o. Para tanto, a exposição da metodologia de pesquisa e dos levantamentos de campo oferece um indicativo das peculiaridades encontradas no espaço estudado, que embasaram os resultados obtidos.

3. Fronteiras invisíveis: a observação do território em meio ao espaço público

Sendo a transformação dos espaços o processo que permite visualizar a formação de um território da torcida em meio ao domínio público, foi necessário recorrer a uma metodologia que permitisse o levantamento, sistematização e avaliação dessa transformação e dos agentes por ela

responsáveis. Assim, a principal referência utilizada para embasar tal tarefa foi o referencial metodológico exposto por Sommer e Sommer (2002), que definem três formas de observação do espaço: casual, sistemática e participante. Considera-se que as duas primeiras foram executadas.

A observação casual do recorte espacial estudado consistiu na simples circulação e observação das atividades nele desenvolvidas, juntamente com o uso de anotações, gravações de voz, marcação de pontos de interesse em um mapa do local, além de fotografias esporádicas como forma de registro. Esse tipo de atividade é considerado "útil nos estágios iniciais de observação ou quando acompanhada por outros procedimentos"^{ix}(SOMMER & SOMMER, 2002, p. 48, tradução nossa). Dessa forma, os levantamentos decorrentes foram realizados com foco nos dias de jogos de futebol: 21 de maio, 11 e 28 junho de 2017, mais especificamente nas horas que antecederam as partidas de futebol. Revelou-se formas de comportamento, agentes e situações típicas da transformação do espaço público e privado próximo ao estádio Joaquim Américo.

As idas a campo, nas quais se aplicou a técnica de observação casual, demonstraram que os espaços começam a ser ocupados e adaptados aproximadamente entre quatro e cinco horas antes dos jogos e que esse processo se intensifica com duas horas de antecedência. Além disso, notou-se que, apesar da formação do território e da identidade realizada pelos torcedores, outros agentes, como comerciantes, seguranças, prestadores de serviços formais e informais, também contribuem para gerar os conteúdos responsáveis pela transformação do espaço. Caracterizando-se, portanto, como agentes transformadores do espaço nas ocasiões das partidas de futebol (Quadro 01).

QUADRO 01 - Tipos de agentes transformadores do espaço identificados

Grupo Principal	Subgrupo
Torcedores	Comuns
	Organizados
Comerciantes	Ambulantes (de ponto móvel e efetivos)
	De estabelecimentos fixos
	De estabelecimentos adaptados
Agentes de segurança e fiscalização	Públicos
	Privados

(continua)

Grupo Principal	Subgrupo
Flanelinhas	Fixos
	Ocasionais
Catadores de resíduos e pedintes	Somente Catadores
	Catadores e pedintes

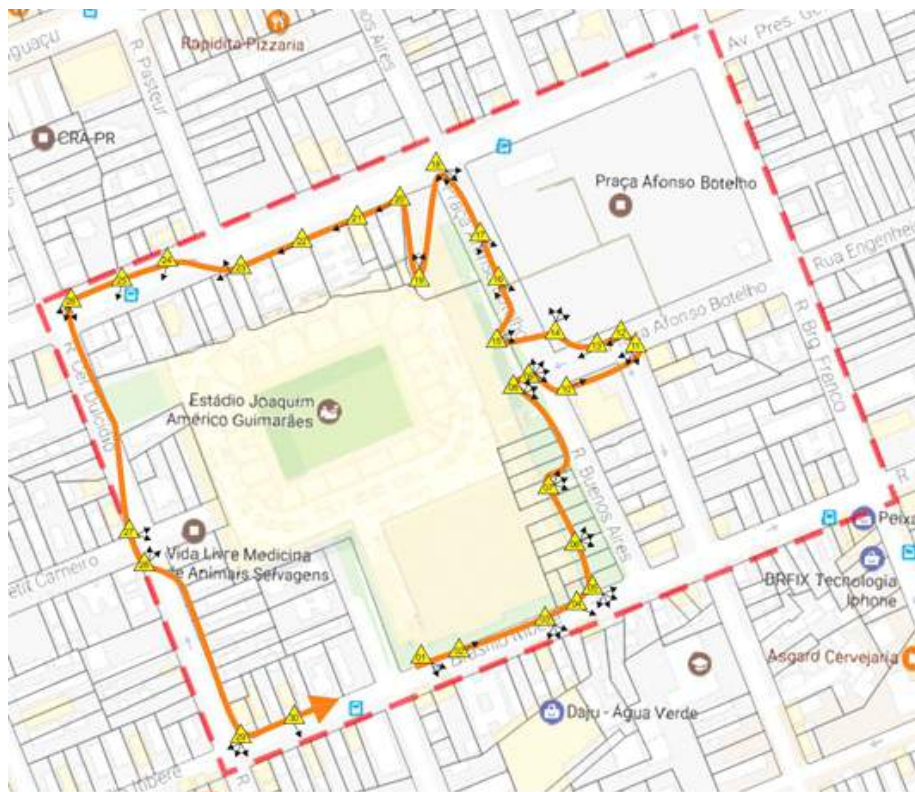
Fonte: Elaboração do autor, 2017

A partir da obtenção dessas informações, foi possível identificar comportamentos e pontos de interesse mais relevantes para prosseguimento do estudo. De acordo com Sommer & Sommer (2002, p. 51, tradução nossa), “o observador precisa escolher um local de onde o comportamento possa ser visto e captado.”^x. Essa premissa embasou, portanto, a técnica de observação sistemática, realizada por meio de levantamentos em locais preestabelecidos como forma de melhor observar comportamentos e atividades já identificados. Tais idas a campo foram executadas nos dias 12, 20 e 23 de julho de 2017.

É necessário destacar que foram realizadas adaptações à técnica de observação sistemática durante a execução dos levantamentos de campo, em face das características e dificuldades inerentes ao trabalho, tais como: i) o fato de haver apenas um pesquisador envolvido com a pesquisa – considera-se desejável realizar a observação sistemática a partir do trabalho de mais de um observador (SOMMER & SOMMER, 2002), ou seja, por uma equipe, visando aprimorar a observação além de permitir a aplicação de questionários nas mesmas idas a campo; ii) a amplitude do espaço abordado – recorte que abrangeu, inicialmente, trechos de nove ruas^{xi} do entorno e também a Praça Afonso Botelho, o que impediu a fixação em determinados pontos desse recorte por tempo prolongado; iii) o exíguo tempo disponível para levantamentos – apenas nos dias das partidas e em poucas horas antes, durante e depois dos jogos, o que reduziu o número de oportunidades de ida a campo e as possibilidades de se refinar a aplicação da técnica.

Assim, optou-se pelo abandono dos registros do espaço por meio de fotos-sequência em prol do levantamento de alguns "cenários" reveladores de comportamentos distintos. Tais "cenários" foram traduzidos em pontos no espaço, inicialmente estabelecidos em 54 e posteriormente reduzidos a 30 locais, dispostos num percurso inserido no recorte estudado (Figura 04) para verificação de comportamentos e ações recorrentes ou incomuns dos agentes transformadores do espaço, acompanhado de fotografias de tais locais que possibilitaram estudar e ilustrar os comportamentos neles encontrados.

FIGURA 04 - Percurso (em laranja) e pontos da observação sistemática (em amarelo) dentro da área de estudo (em vermelho)



Fonte: Elaboração do Autor, 2017.

Para avaliar a evolução da ação dos torcedores e demais agentes no espaço, sem a necessidade de fixar-se por tempo prolongado nos pontos determinados, realizou-se registros fotográficos com periodicidade pré-definida em cada um dos pontos ilustrados. Além disso, comparou-se a evolução da ação em diferentes dias de jogos. A periodicidade definiu-se por sete momentos diferentes: quatro horas, três horas, duas horas, uma hora, 30 minutos e 15 minutos antes do início das partidas; além de 15 minutos depois do início dos jogos. Esse último levantamento foi parcialmente baseado na intenção de levantar os vestígios deixados pelos usuários (ZEISEL, 2006). Nesses percursos foram empregadas fotografias, filmagens e um mapa dos pontos produzido previamente.

A partir da aplicação dessas duas técnicas de observação foi possível

traçar um panorama abrangente da forma como se dá a apropriação realizada pela torcida, bem como da colaboração de outros agentes para a transformação dos espaços públicos. Nesse sentido, além da visualização dos agentes, a presença de vestígios deixados por eles no espaço, caracterizados a partir da conceituação definida por Zeisel (2006), foi reveladora da sua atuação. Por exemplo, manifestações comunicacionais como faixas estendidas também foram caracterizadas como vestígios, embora seus produtores não as deixem no espaço, retirando-as assim que saem dele. Cabe mencionar que foram assim consideradas, pois são um dos principais fatores que permitiram identificar torcedores organizados ou não. Realizou-se uma síntese geral destes vestígios encontrados em campo (Quadro 02).

QUADRO 02 - Tipos de vestígios no espaço público e agentes que os produzem

Tipo de vestígio	Subgrupo	Exemplos encontrados
Resíduos (<i>By-products of use</i>)	Desgastes	Quebra do material de bancos e floreiras
	Sobras	Copos, garrafas, urina em muros deixada por torcedores, fezes de cavalo deixadas pelos policiais, gelo deixado por vendedores
Adaptação (<i>Adaptation for use</i>)	Adereços	Acessórios: Tendás, guarda-sóis, bancos, caixas térmicas, churrasqueiras (trazidas pelos vendedores ambulantes); Caixas térmicas, caixas de som, som automotivo (trazidos pelos torcedores)
	Separadores	Barreiras: formadas pela polícia, uso de viaturas, cones, cavalos; Barreiras formadas por agentes de segurança privados, uso de cavaletes, gradis; Barreiras utilizadas pela prefeitura para execução de obras, uso de redes, manilhas, fitas zebradas.
	Conectores	Conexões entre espaços privados e públicos: uso de balcões, televisores, janelas, veículos adaptados para serviço de bebidas.

(continua)

Tipo de vestígio	Subgrupo	Exemplos encontrados
Manifestação do “eu” (<i>Display of self</i>)	Personificação	Torcedores fantasiados e caracterizados.
	Identificação	Torcedores trajando vestimentas do clube ou de torcidas organizadas.
	Agrupamento	Torcedores reunidos em grupos ou na torcida organizada.
Marcação (<i>Public messages</i>)	Oficial	Sinalização viária, sinalização de obras, placas indicativas de acessos ao estádio.
	Não oficial	Placas e cavaletes utilizados pelos vendedores estacionamentos privados oferecendo seus produtos, cartazes de propagandas de eventos.
	Ilegítima	Pichações alusivas à torcida organizada, pichações de agentes diversos.

Fonte: Zeisel (2006), traduzido, adaptado e complementado pelo autor, 2017.

Realizada a identificação preliminar dos agentes e do seu comportamento no espaço estudado, discute-se a seguir como ocorre a interação entre eles e como suas ações influenciam a transformação do entorno do estádio Joaquim Américo Guimarães.

4. Os torcedores e os agentes transformadores do espaço público

A identidade dada ao espaço público no entorno do estádio do Clube Atlético Paranaense é fortemente atribuída pela torcida, mas sua transformação, sobretudo do ponto de vista físico, é processada com a colaboração de diversos agentes, em interações positivas ou negativas. Dessa forma, embora se possa discutir que a presença de todos os demais agentes decorre da presença de torcida, a caracterização do comportamento e dos padrões de ocupação do espaço analisado não pôde se restringir aos torcedores, mas abarcou os agentes organizados (Quadro 01) apresentados a seguir.

4.1 Torcedores

Objeto principal do estudo, os torcedores comportam-se de maneiras distintas entre si no que se refere ao seu agrupamento, formas de personificar o espaço, hábitos de consumo, entre outros. A observação sistemática permitiu vislumbrar esses comportamentos e os registros fotográficos permitiram que eles fossem ilustrados.

Durante todo o intervalo de tempo de quatro horas que antecederam o início das partidas notou-se a presença de torcedores nos espaços do entorno do estádio, prontamente identificáveis pelas vestimentas alusivas ao clube ou às torcidas organizadas. Contudo, no início desse período sua presença é mais pontual, reservada a poucos pontos do recorte, enquanto há muitos outros transeuntes não relacionados ao acontecimento do jogo. Conforme o tempo passa, mais torcedores chegam e sua presença entre aqueles que ocupam o espaço é percebida de maneira mais significativa duas horas antes das partidas. É a partir de então que ocorre a maior parte das cenas vistas e dos comportamentos descritos a seguir, que caracterizam a forma como se apropriam do espaço.

A começar pelos torcedores comuns, verifica-se que ocupam diversos espaços, dentre os quais se destacam a parte frontal do estádio, próximo aos seus acessos, nas ruas Buenos Aires e Engenheiros Rebouças, e os bares e estabelecimentos adaptados das vias laterais, a Av. Getúlio Vargas e a Rua Brasília Itiberê (Figura 05A). Nos levantamentos realizados, verificou-se que a ocupação da Praça Afonso Botelho pelos torcedores costuma ser pequena se comparada à dos outros espaços citados, e compartilhada com outros usuários, sendo mais acessada para se sentar e apoiar produtos consumidos (Figura 05B).

Em relação à sua localização e postura corporal no espaço público, registrou-se variedade de comportamentos, uma vez que os torcedores permanecem tanto em pé como sentados em diversos tipos de assentos, tais como cadeiras do estabelecimentos, floreiras em frente ao estádio (projetadas para esse uso), em soleiras sob portas ou janelas dos estabelecimentos em que consomem ou de vizinhos fechados, em escadas, nos bancos da Av. Getúlio Vargas e da Praça Afonso Botelho e no *deck* de madeira da praça. Nos locais onde a aglomeração se torna muito expressiva, esses torcedores se espalham e se acomodam em locais próximos, instalando-se na frente de outros estabelecimentos, atravessando ou mesmo ocupando a via, como ocorre com

frequência na rua Buenos Aires (Figura 05C). Em dias chuvosos, ficam também sob as tendas dos ambulantes de ponto móvel e sob as marquises do estádio, hábito que não foi registrado em dias sem chuva.

Alguns grupos de torcedores se localizam no espaço de maneira a melhor dispor seus adereços, como caixas de som e térmicas, das quais consomem bebidas sem recorrer aos vendedores locais. Esse tipo de comportamento revelou também a escolha de grupos pelos mesmos lugares para se reunir entre diferentes dias de jogos e ali dispor seus adereços, demonstrando uma contínua apropriação do espaço e a conformação de um lugar específico daquele grupo onde seus membros sentem-se à vontade para permanecer, como visto nas escadarias de um acesso de serviços do estádio (Figura 05D).

FIGURA 05 - Exemplos da aglomeração de torcedores comuns



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Excetuando aqueles que somente passam por esses locais como forma de acesso ao estádio sem neles permanecer, o comportamento comum da torcida é de se reunir em pequenos grupos de pessoas conhecidas que chegam em conjunto ou se encontram no próprio local, sendo que alguns

torcedores solitários também foram vistos. Registrou-se a reunião de alguns grupos nos mesmos locais, demonstrando a existência de pontos de encontro entre eles. Os sons que se ouve ao passar próximo a esses torcedores é de conversas variadas e, ocasionalmente, de som mecânico trazido por algum grupo.

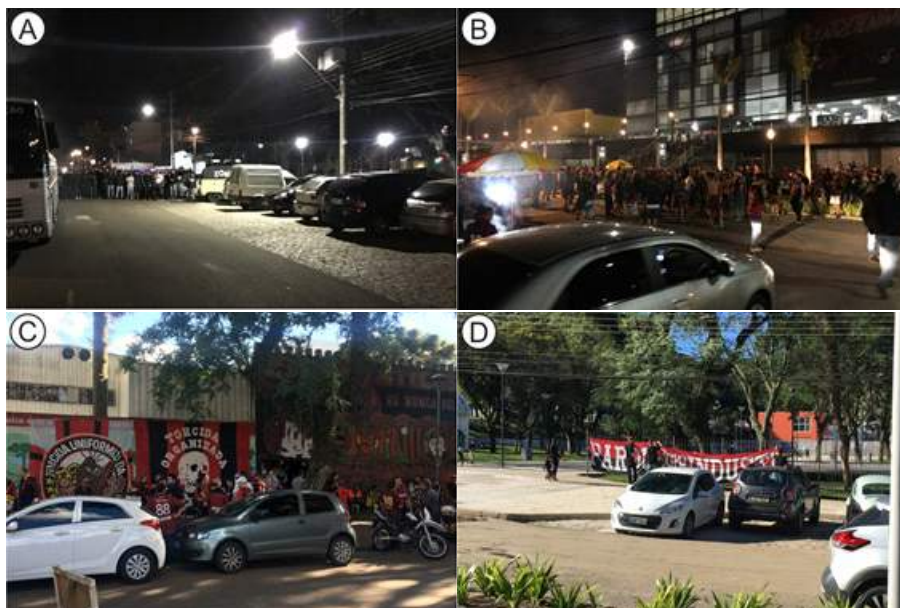
Os torcedores organizados também desempenham os mesmos comportamentos de agrupamento, consumo, uso de adereços e sons emitidos. A diferença é que o fazem prioritariamente em frente à sede da Torcida Os Fanáticos, localizada na rua Pedro Augusto Mena Barreto Monclaro e entre essa e a Praça Afonso Botelho, em vez de se espalharem por toda a extensão do recorte, formando um território da torcida organizada em meio ao território geral da torcida atleticana. Os torcedores organizados adotam posturas mais intensivas de uso e ocupação do espaço, justificando um comportamento típico de *heavy users*.

Nesse sentido, observou-se a chegada ao estádio realizada por distintos grupos internos à torcida organizada, conhecidos também por "facções". Os grupos, que possuem entre 50 e 100 pessoas, se posicionam no trecho então interditado da Rua Buenos Aires (Figura 06A) e rumam em direção à esquina com a Rua Engenheiros Rebouças, em frente ao estádio, entoando cantos da torcida e da região da cidade de onde são provenientes – nos exemplos levantados, facções da zona Sul e zona Oeste. Ao chegar na esquina citada, o grupo para e começa a pular e gritar mais alto, ocupando a via e impedindo temporariamente o fluxo de veículos (Figura 06B). Durante todo o percurso e no seu ponto final, alguns membros soltam fogos de artifício para realçar a chegada do grupo e impor sua presença, o que chama a atenção de muitos torcedores presentes no local, que passam a observar o movimento e registrá-lo mediante fotos ou filmagens, e também de outros torcedores localizados mais distantes do ponto de concentração dos organizados.

Outro tipo de ocupação do espaço por torcedores organizados refere-se à sua identificação por meio da disposição de faixas, vestígios de sua filiação ao grupo que marca seu local de concentração. De fato, observa-se, nos exemplos, faixas da Torcida Os Fanáticos, do Clube Atlético Paranaense, e da Torcida Os Imbatíveis, do Esporte Clube Vitória (BA), considerada aliada da torcida atleticana, estendidas lado a lado sobre o muro vizinho à sede d'Os Fanáticos (Figura 06C). Outros grupos mais restritos, facções de regiões da cidade, também expõem sua identificação, como no exemplo de torcedores atleticanos oriundos do Parque Industrial, vila localizada entre os bairros

Capão Raso e Pinheirinho, em Curitiba, estendendo sua faixa sobre a grade da Praça Afonso Botelho (Figura 06D). Em ambos, as faixas são removidas conforme os grupos se retiram do local.

FIGURA 06 - Exemplos de formas de expressão e identificação dos torcedores organizados



Fonte: Acervo do autor, 2017.

A presença dos vestígios efetivamente deixados no espaço após seu uso é facilmente perceptível a partir de alguns minutos que antecedem o início da partida, bem como durante o decorrer da mesma. Assim, confirmou-se que a relação entre o consumo de bebidas e de alimentos vendidos pelos ambulantes e a permanência dos torcedores nos espaços é alta, parcialmente explicável pelo fato de que dentro do estádio a venda de bebidas alcoólicas era proibida por lei^{xiii}, os preços são mais altos e as opções de alimentação mais limitadas. Isso se verifica tanto pela visualização do próprio consumo quanto pelos vestígios deixados pelos torcedores, com alta incidência de copos, garrafas e latas, e pelo ato de urinar em muros, último recurso para consumidores de bebidas na rua.

Outro tipo de "vestígio" da presença de torcedores, perceptível nos arredores do estádio depois do início dos jogos, são os sons que ecoam de

dentro do estádio com os cantos da torcida, em momentos de lances de perigo ou quando o time faz um gol. Ou seja, mesmo não presentes fisicamente no entorno do estádio, a presença dos torcedores é notada, tornando possível àqueles que circulam pelo entorno, ou mesmo aos seus moradores, saber que se trata de um dia de jogo mesmo que não se tenha presenciado o movimento que o precede.

Por fim, cabe citar a ocupação feita pelos torcedores visitantes. Exceto quando considerados aliados da Torcida Os Fanáticos e convidados para ir até sua sede, costumam ocupar as proximidades do acesso ao setor visitante do estádio, localizado na Rua Petit Carneiro. Seu agrupamento é praticamente restrito a essa área, onde se nota que as estratégias de condução e formação de barreiras pelos policiais para separá-los do restante do espaço público são praticadas, em especial na chegada de ônibus ou de torcedores organizados em caminhada. Nesse sentido, é possível dizer que um espaço paroquial da torcida visitante é formado ali, com suas fronteiras demarcadas pela presença policial.

A partir destas considerações, percebe-se que há várias semelhanças no comportamento dos torcedores comuns e dos organizados, identificando uma apropriação em termos gerais. Contudo, a intensidade e a expressividade da representação dos torcedores organizados com o clube e com a torcida a qual são filiados irrompem em momentos e em locais específicos, com o uso de adereços alusivos ao clube, formas próprias de agrupamento, o entoar de gritos e cantos e uso de fogos de artifício – o que permite sua diferenciação e identificação enquanto formas específicas de apropriação. De qualquer forma, a ampla presença dos torcedores no espaço estudado, independente de como se expressam, é visível e inconfundível através dos seus distintos meios de identificação com o clube, tratando-se de um ritual que sempre pode ser verificado em dias de jogos e que marca o espaço público, extrapolando o campo e refletindo na paisagem do entorno.

4.2 Comerciantes

Dentre os agentes elencados, além da torcida, o grupo composto por aqueles que comercializam algum tipo de produto se revelou muito importante nos levantamentos realizados, por seu destacado papel na transformação dos espaços. Também demonstraram várias formas de ocupação e de organização no espaço, dividindo-se entre ambulantes

"efetivos", que transportam e carregam seus equipamentos, ambulantes com "ponto móvel", que utilizam veículos automotores ou equipamentos desmontáveis (YÁZIGI, 2000), estabelecimentos fixos, que funcionam de maneira regular e constante em edificações do entorno, e estabelecimentos adaptados, instalados em edificações residenciais ou em comércios fechados somente para o período do jogo.

Entre os comerciantes ambulantes, o primeiro tipo que se nota no espaço são os vendedores com ponto móvel, pois são os que buscam ocupar seus lugares mais cedo, chegando quatro horas ou mais antes do início dos jogos (Figura 07A). Isso ocorre porque demandam mais espaço físico para seus equipamentos de cocção e porque necessitam estacionar próximo aos pontos em que costumam se fixar, prática que denota uma espécie de apropriação específica dos vendedores. Esse tipo de vendedor geralmente oferece produtos alimentícios preparados na hora e bebidas, agregando torcedores consumidores ao redor de suas estruturas montadas. Sua concentração é verificada em maior número e regularidade em esquinas, como nas ruas Pedro Augusto Mena Barreto Monclaro e Engenheiros Rebouças, entre a sede da Torcida Organizada, a Praça Afonso Botelho e a frente do estádio (Figura 07B). Diferente dos ambulantes efetivos, não costumam recorrer com tanta frequência à estratégia de interagir com os torcedores transeuntes para chamá-los a consumir.

Os ambulantes efetivos, por sua vez, também são registrados ao longo de todo o período entre quatro horas antes do início dos jogos e a partida, mas sua intensificação é notada no período entre uma a duas horas antes da partida, paralelamente ao aumento de torcedores. Sua atividade consiste em venda de bebidas, praticada pela maioria, de alimentos pré-preparados ou de rápido preparo, na venda de ingressos para o jogo (cambistas), além de camisas e assessorios não oficiais dos clubes envolvidos nas partidas, estes últimos separados por local de passagem das diferentes torcidas.

Presentes em grande número, os ambulantes efetivos contam com forte concorrência entre si, o que leva ao contínuo deslocamento de alguns em busca de melhores vendas e à abordagem direta dos torcedores para oferecer seus produtos em tom de voz alto, exceto pelos cambistas. A sua eventual fixação em algum ponto do espaço pode ocorrer nas esquinas (Figura 07C), em associação com os vendedores de ponto móvel, ou nas calçadas onde há grande fluxo de pedestres, como na Av. Getúlio Vargas e na Rua Buenos Aires, ou seja, é comum registrar sua presença nas esquinas e também no meio das quadras.

Figura 07 - Exemplos de ocupação do espaço público por vendedores ambulantes



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Essa associação locacional entre tipos diferentes de vendedores é explicada por Whyte (2001), que afirma que os vendedores de alimentos possuem boa percepção para espaços que funcionam para a sua atividade e, por isso, quando um ponto é bom para os negócios, forma-se um conjunto de vendedores nas proximidades. Os vendedores ocupam o espaço "convergindo de maneira que faz o tráfego de pedestres desacelerar e se transformar em aglomeração"^{xiii} (WHYTE, 2001, p. 50, tradução nossa), obstruindo a livre passagem dos passantes que necessitam transitar por entre os consumidores e produtos vendidos, por debaixo das tendas montadas, ou desviar pelo leito da via. Dessa forma, verifica-se que sua ação sobre o espaço público é importante, pois transformam efetivamente seu uso, o modo como nele se desempenham os fluxos e a sua própria configuração.

Outra característica interessante da relação entre esses agentes foi observada após o início dos jogos, quando há interação entre eles, conversando, realizando trocas de dinheiro, consumindo produtos uns dos outros ou somente se agrupando para aguardar a saída do jogo, quando há a oportunidade de realizar as últimas vendas do dia. Entre os ambulantes

efetivos de bebidas e de camisas e acessórios, registrou-se a formação de grupos que se organizam para guardar seus estoques em veículos de forma compartilhada, para deste ponto rumar a locais diferentes e vender seus produtos individualmente. Essas interações demonstram uma relação de solidariedade entre os pares de vendedores que, segundo Yázigi (2000), é característica do comércio de rua.

Outros vendedores que realizam transformações no espaço público são os de estabelecimentos fixos. Apesar de disporem de espaços privados para sua atividade, realizam extensões no espaço público, através de adaptações na forma de adereços (ZEISEL, 2006), como mesas, cadeiras e balcões junto às janelas. Nesses estabelecimentos, em geral bares e restaurantes, observou-se uma alta densidade de ocupação por torcedores e a presença frequente de alguns deles, o que denota um hábito de ocupar determinados espaços e um ponto de encontro para alguns torcedores.

Há ainda um terceiro tipo de vendedores, composto por estabelecimentos adaptados, instalados em espaços privados comerciais de outros tipos, ou mesmo residenciais, para a venda de produtos ou prestação de serviço, sobretudo estacionamento. A forma como realizam a adaptação se assemelha com a dos estabelecimentos fixos, com o uso de mesas e cadeiras, mas se diferencia pelo uso mais intensivo de mensagens públicas (ZEISEL, 2006) na forma de placas em cavaletes ou faixas fixadas nas fachadas, necessárias para indicar um local que normalmente não é um estabelecimento comercial daquele tipo.

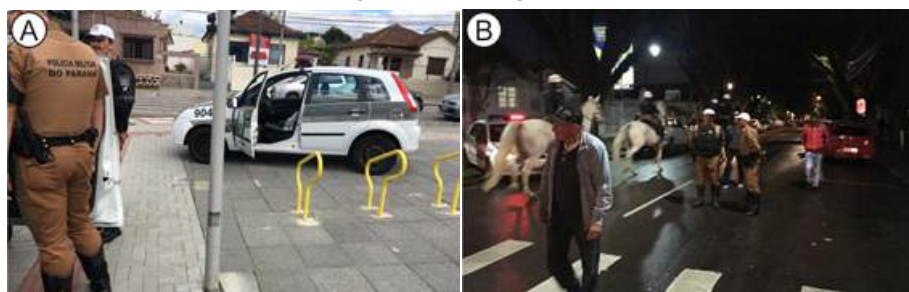
Em razão de tais fatos, revela-se que a presença e o comportamento dos comerciantes no espaço público, além de cumprir um importante papel na ocupação e transformação física dos espaços, indicam uma relação simbiótica com os torcedores, que estimula sua permanência no espaço público pelo consumo de produtos antes dos jogos. É importante ressaltar também que, conforme informado por alguns dos vendedores ambulantes e de estabelecimentos adaptados abordados, sua atuação não é exclusiva no estádio Joaquim Américo Guimarães, mas ocorre também em jogos de outros clubes da capital e em shows, festivais e outros eventos com grande concentração de pessoas. Em outras palavras, considera-se que esses agentes colaboram para conferir conteúdo ao espaço público e interatividade interpessoal na sua transformação em dia de jogo, mas não denotam identidade com relação ao mesmo, o que é realizado pelos torcedores.

4.3 Agentes de segurança e fiscalização

Os agentes de segurança e fiscalização observados subdividem-se entre públicos e privados, sendo os últimos contratados pelo Clube Atlético Paranaense. Justamente por essa diferença formal na vinculação empregatícia, a atuação dos agentes públicos, como policiais militares, de trânsito e fiscais municipais, é quase toda verificada no espaço público, enquanto a atuação dos seguranças privados possui somente algumas poucas extensões para o entorno do estádio.

Os policiais militares são os que ocupam e se deslocam no espaço de maneira mais intensa, através de rotinas de bloqueios e posicionamento em pontos para vigilância, inclusive com trânsito e estacionamento sobre as calçadas. Exemplos de suas formas de realizar esse tipo de imposição de barreiras no espaço público podem ser vistas (Figura 08A e 08B). Outros agentes públicos registrados foram fiscais municipais de Urbanismo e de Trânsito, porém, sua atuação foi vista somente nos eventos de vôlei da seleção brasileira nos dias 06 e 07 de junho de 2017.

FIGURA 08 - Exemplos de ocupação do espaço público por agentes de segurança e fiscalização públicos



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Acerca dos agentes privados de segurança contratados pelo clube, sua participação no espaço público é restrita, pois, em teoria, deve se restringir ao espaço privado do clube. Contudo, também influem diretamente no espaço do entorno, pela expulsão de vendedores ambulantes da área de propriedade privada para a pública (Figura 09A) e colocação de barreiras para a organização das filas nos acessos (Figura 09B), que invadem o espaço público e transferem para a calçada a formação das filas momentos antes do início das partidas.

FIGURA 09 - Exemplos de ocupação do espaço público por agentes de segurança e fiscalização privados



Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Verifica-se, portanto, que a principal forma de transformação do espaço realizada por tais agentes ocorre na forma de barreiras físicas, através de instrumentos e equipamentos ou representadas pela sua própria presença no espaço. Não apresentam interação constante com torcedores e outros agentes, a não ser pelas próprias barreiras que implementam, quando necessitam impor suas necessidades de organização do espaço através de ordens ou quando intervêm em conflitos, podendo, inclusive, contribuir para a elevação de um clima de tensão no espaço público em face de sua atuação.

4.4 Flanelinhas

Os guardadores de carros, ou "flanelinhas", atuam em diversas ruas do entorno do estádio, dentro e fora do recorte analisado. Sua atividade ocorre, preferencialmente, junto às vagas de estacionamento ou faixas de rolamento onde é permitido estacionar em determinados horários, mas, na falta destas, passa a se verificar também em locais onde é proibido estacionar. Dessa forma, por não terem registro, trabalham à margem da lei e, em alguns casos, induzem violações às regras de trânsito em conjunto com os motoristas.

Dividem-se entre fixos, que trabalham no local mesmo em dias sem jogos, e ocasionais, que trabalham somente em função dos eventos esportivos. A principal diferença entre os dois tipos e entre os dias comuns e dias de jogos é o desrespeito às regras de trânsito flagrante nos momentos de evento, induzido especialmente pelos flanelinhas ocasionais, através de tráfego na contramão e estacionamento e tráfego sobre a calçada. O principal impacto desse tipo de agente sobre a transformação do espaço é, portanto, a movimentação e colocação dos veículos em espaços permitidos ou não para tal uso, ação que,

entretanto, não é desempenhada de maneira independente, uma vez que não pode ser concretizada sem a participação de um motorista no uso de seu veículo.

4.5 Catadores de resíduos e pedintes

Apesar de guardarem distinções entre si, esses dois tipos de agentes foram unidos sob a mesma categoria pois os pedintes observados também realizavam a coleta das latas de alumínio, mas só exerciam a função de pedintes enquanto o movimento de torcedores e a geração desses resíduos se mantinham baixos. Sua interação no espaço com os demais agentes é considerada a mais discreta, se restringindo a abordagens enquanto pedintes ou para obter os materiais recicláveis fora de seu alcance imediato.

Além disso, de todos os agentes presentes no espaço estudado, os catadores de resíduos e os pedintes são os que menos o transformam fisicamente, pois somente carregam seu material e permanecem em constante circulação, raramente se fixando em algum ponto. Por outro lado, eles subtraem alguns dos vestígios deixados pelos torcedores consumidores de bebidas ao recolher as latas de alumínio, deixando outros resíduos que não são de seu interesse, como vidro e plástico, para trás.

5. Territórios dos torcedores: uma questão a ser considerada

Com o levantamento realizado foi possível perceber uma intrincada rede de relações que altera o espaço público, institui um território para o torcedor que com ele se identifica e dá significados diferentes a cada um dos agentes envolvidos na sua transformação. Tais relações podem surgir de interações positivas (de troca, de convivência), mas também de conflitos e interações negativas, da formação de espaços paroquiais apropriados somente a quem compartilha os valores a ele atribuídos – como se apreende da briga entre torcedores registrada em 20 de julho, na partida entre o Clube Atlético Paranaense e Botafogo Futebol e Regatas (RJ), e no episódio de intimidação do pesquisador, sofrido durante o desenvolvimento da pesquisa, infligido por membros da torcida organizada descontentes com o registro de fotografias em espaço público.

Seja como for, essa é uma importante forma de uso do espaço público na contemporaneidade, haja visto as repercussões que pode causar, bem como a formação de territórios não-oficiais dentro de outros oficialmente reconhecidos. Apesar da pesquisa ter sido construída a partir do estudo de caso da torcida do Clube Atlético Paranaense, é razoável supor que outras torcidas também cumpram rituais semelhantes na ocasião dos jogos dos seus respectivos clubes, marcando assim de maneira particular o espaço público em conjunto com os agentes observados e sujeitas às mesmas interações. Acredita-se, entretanto, que há muito o que se aprofundar nesse tema e que cada um dos agentes sociais levantados, bem como as relações por eles desempenhadas, podem ser objetos de estudos específicos. Nesse sentido, para avançar na compreensão da complexidade dos processos sociais inerentes ao processo analisado de apropriação e formação de territórios em meio ao espaço público, é necessário contínuo aprimoramento, aprofundamento e novas pesquisas de campo voltadas para o tema, uma vez que o futebol é um elemento muito importante na produção de espaços e territórios/territorialidades (CAMPOS, 2008).

Considera-se, portanto, que as relações entre os diversos agentes transformadores desse espaço e deles com os ambientes dos espaços públicos dominados pela influência dos eventos futebolísticos pode ser um importante objeto de estudo nas Ciências Sociais. Numa sociedade em que o futebol assume posição de importância cultural e de identificação de forma tão marcante quanto a brasileira, muitos efeitos positivos podem ser extraídos de um conhecimento mais profundo e apurado sobre esse fenômeno que altera prioridades, faz desrespeitar leis e normas, ameaça a convivência pacífica, ao mesmo tempo em que pode ter reflexos positivos, como ensinar valores de amizade, pertencimento, sociabilidade, trabalho em equipe e despertar emoções e sentimentos intensos.

Referências

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Água Verde*: O bairro na história da cidade. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, ano IX, n.68, novembro 1982.

CAMPOS, F. R. G. Geografia e futebol? Espaço de representação do futebol e rede sócio-espacial do futebol. *Terr@ Plural* 2 (2):, jul./dez 2008. Ponta Grossa 2008. pp.

249-265.

CAPRARO, A. M. O estádio Joaquim Américo: A “Arena da Baixada” e a Identidade Clubística do Torcedor do Clube Atlético Paranaense. *CAMPOS - Revista de Antropologia Social*, v. 5, n. 1, 2004. pp. 131-149.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, 15:1, 2010. pp. 123-148.

CARVALHO, M. S. M. F. de. *What brings people into the stadium? A social science perspective of soccer fans' motives for attendance*. Tese de Doutorado (Ciência Esportiva) - Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Portugal; (Kinesiologia) - Universidade Católica de Leuven (KU Leuven), Leuven, Bélgica. Porto, Portugal; Leuven, Bélgica, 2014.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. in CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs.) *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 63-69.

DRULA, A. J. *O processo de transformação de um estádio para arena: o caso “Arena da Baixada.”* 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GALEANO, E. *Futebol ao sol e à sombra*. Tradução de: NEPOMUCENO, E.; BRITO, M. do C. Coleção L&PM POCKET, v. 383. Porto Alegre: L&PM, 2011. Título original: *El Fútbol a sol y sombra*.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 31/7/2017.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de: FRANÇA, M. C. São Paulo: Ática, 1993. Título original: *Pour une géographie du pouvoir*.

RAUTH FILHO, S. Atlético fica 100 pontos acima do Coritiba. *Bem Paraná*. Curitiba, 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/360052/atletico-fica-100-pontos-acima-do-coritiba>> Acesso em: 11/8/2017

SOMMER, R.; SOMMER, B. *A practical guide to behavioral research: tools and techniques*. 5ª ed. New York: Oxford University Press, 2002.

TORCEDORES do Atlético-PR temiam depredação da Arena da Baixada. *Lance!*, São Paulo, 23 jun. 2013 Disponível em: <<http://www.lance.com.br/todos-esportes/torcedores-atletico-temiam-depredacao-arena-baixada.html>>. Acesso em: 1/8/2017.

WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces, 2001.

YÁZIGI, E. *O mundo das calçadas*. Por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas: FFLCH-USP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ZEISEL, J. *Inquiry by Design*. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning. New York: W. W. Norton

&Company, Inc., 2006.

-
- i LOUKAITOU-SIDERIS, A. Cracks in the city: addressing the constraints and potentials of urban design. *Journal of Urban Design*, 1(1), pp. 91–103. 1996.
 - ii LOFLAND, L. *The Public Realm: Exploring the City's Quintessential Social Territory*. New York: De Gruyter, 1998.
 - iii Carmona cita como exemplo os adolescentes, em especial os skatistas, cuja atividade causa potenciais conflitos com outros grupos sociais e danos ao mobiliário urbano. No caso deste grupo, a construção de ambientes segregados de pistas de *skate* seria a estratégia usual para conduzi-lo para fora do espaço público compartilhado.
 - iv LEFEBVRE, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 1986(1974).
 - v Clube fundado em 1912, de cujos quadros de sócios se desmembrou, em 1914, o América Foot-Ball Club. Estes clubes se uniram novamente em 1924 para formar o Clube Atlético Paranaense.
 - vi ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 - vii No original: "Place attachment (PA) refers to the extent to which a person has an emotional, functional, cognitive, symbolic, spiritual and/or affective connection to a particular physical place, environment, or setting in a particular condition and at a particular time".
 - viii Para Carvalho (2014), além do ambiente físico do estádio, que inclui "elementos fixos" internos e externos como acessos, a estética da construção, e percepção da multidão, o conceito de "paisagem esportiva" (*sportscape*) deve incluir elementos não fixos, tais como a qualidade dos serviços de alimentação, segurança e limpeza, uma vez que estes também definem as características do estádio e podem ser controladas pela sua administração.
 - ix No original: "It is most useful at an early stage of research or as an accompaniment to some other procedure".
 - x No original: "The observer must choose a location from which behavior can be seen and recorded."
 - xi Rua Buenos Aires, Av. Getúlio Vargas, Rua Coronel Dulcídio, Rua Brasília Itiberê, Av. Brigadeiro Franco, Rua Dr. Pedro Augusto Mena Barreto Monclaro, Rua Engenheiros Rebouças, Rua Madre Maria Dos Anjos e Rua Petit Carneiro.
 - xii A venda de cerveja e chope em dias de jogos de futebol dentro dos estádios paranaenses foi liberada após a realização dos levantamentos de campo pela Lei Estadual nº 19.128 de 25 de setembro de 2017. Voltou a ser proibida em 6 de março de 2018 mediante suspensão dessa lei imposta por uma liminar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, veto que foi derrubado em 20 de maio de 2019.
 - xiii No original: "[...] and sometimes so many converge that pedestrian traffic slows to a crawl."

REPERCUSSÕES LOCAIS DE UM MEGAEVENTO GLOBAL

Análise dos efeitos da Copa do Mundo de 2014 no espaço público da Av. Pres. Getúlio Vargas em Curitiba/ PR

BRANDENBURG, Elena J.¹

WÜTRICH, Fabiana²

1. Introdução

Na atual fase da economia capitalista, as cidades se tornam um importante produto a ser vendido e intervenções urbanas de médio e grande porte seguem de perto a lógica do mercado. Segundo Ascher (2006), basear-se na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, de informações e de procedimentos é uma característica da economia mundial, que se reflete nas cidades nos dias de hoje. Como já afirmava Lungo (1996) uma década antes do sociólogo francês, a partir dos anos 1990, a política urbana passou a se fundamentar em ações inseridas num contexto mais amplo do desenvolvimento e das políticas econômicas. De acordo com tal autor, o objetivo central era aumentar a produtividade da economia urbana, já que essa afetava as vantagens macroeconômicas por meio do vínculo financeiro, fiscal e imobiliário. Assim, a nova economia global tem gerado distintas consequências no tempo e no espaço.

¹ Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Geografia pela mesma universidade. Atuou com consultoria técnica na área de urbanismo entre 2010 e 2012 desenvolvendo planos diretores, estudos sobre gestão urbana, impacto ambiental e análises em SIG. Possui experiência como professora substituta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (2014-2016). Atualmente integra projeto de pesquisa do Observatório do Espaço Público do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.
elenajbr@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Geografia pela mesma universidade. Possui experiência na administração pública, tendo atuado na Secretaria Municipal de Urbanismo do município de São José dos Pinhais (2009-2012) onde participou de atividades voltadas ao planejamento urbano municipal e regional, desenvolvimento de projetos urbanísticos, pesquisas e estudos. Foi docente no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campos de Andrade e professora convidada no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná. Integra o grupo de pesquisa do Laboratório de Habitação e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade. Atualmente trabalha na Prefeitura de Araucária, Secretaria Municipal de Planejamento.
fabiana.wutrich@gmail.com

Nesse contexto, o processo de planejamento urbano, que tem como uma das missões contribuir para reduzir as desigualdades territoriais implementando uma política para ampliar o acesso à terra urbana, garantindo a função social da propriedade, tal como preconiza a Lei Federal conhecida como Estatuto da Cidade, transformou-se num “planejamento de projetos” (SÁNCHEZ, 2001) para se adaptar ao modelo econômico do capitalismo globalizado. A corrente do planejamento estratégico, prática emergente e reproduzida nas grandes cidades, responde aos interesses globais, atua de maneira pontual no espaço urbano, envolve essencialmente procedimentos mediante os quais o espaço urbano é adaptado tanto quanto possível às necessidades de determinados grupos, com o objetivo de criar condições favoráveis à operação eficiente de suas atividades, normalmente referentes à promoção da cidade como um bem a ser comercializado e consumido (SANCHEZ, 1997). Tal modelo utiliza como instrumento principal de organização e intervenção no espaço os Grandes Projetos Urbanos (GPU), valorizando a realização de megaeventos culturais e esportivos e a utilização da política do *city marketing*.

Os megaeventos esportivos são instrumentos fundamentais para a consolidação de uma imagem positiva da cidade no cenário internacional e para a atração de consumidores e investidores, quer seja turistas e empreendedores. Portanto, esse modelo de urbanismo emergente, baseado nos megaeventos e voltado para os interesses do capital internacional, dá prioridade às intervenções localizadas e pontuais. O projeto em si ganha importância face ao planejamento, já que esse é mais visível e mais fácil de ser associado a uma cidade competitiva e atraente ao investimento estrangeiro.

A estratégia de realização de megaeventos para a promoção do desenvolvimento urbano ocorre desde a primeira metade do século XX (RAEDER, 2009). Andranovich, Burbank e Heyingⁱ (2001, *apud* RAEDER, 2009) explicam que a estratégia de utilizar os jogos como oportunidade de implementação de grandes projetos urbanos está associada à competição entre cidades por trabalho e capital “num contexto de escassez de transferência de recursos do governo central para administrações locais”. Carmona (2010) também aponta a competição entre cidades na preparação para sediar grandes eventos, seja no nível nacional ou internacional, para se construir espaços urbanos que sejam seguros e atrativos, tanto para trabalhadores da região como para os turistas que pretendem atrair. “Em outros lugares, onde o investimento global é escasso, o abandono e a negligência podem ser a ordem

do dia”, conclui o autor (CARMONA, 2010, p.158).

Diante disso, a cidade torna-se palco para um espetáculo, repleta de intervenções pontuais e estratégicas para projetar uma imagem síntese da cidade no cenário mundial, vender seus atributos, destacar especificidades locais e atrair investidores e turistas. Alguns estudos já destacaram que, na maioria dos casos, as obras vinculadas ao megaevento, ao invés de atender prioritariamente interesses locais, associam-se a interesses privados e extra locais. No que se refere a intervenções no espaço público, da mesma maneira, são realizadas em vias para facilitar o acesso e a mobilidade entre pontos específicos, como aeroporto, rodoviária, estádios de futebol, ou ainda, em praças e arredores de locais onde há circulação de turistas a fim de promover o embelezamento, tornar visível aos olhos de quem passa aspectos positivos relacionados à segurança, equipamentos públicos, infraestrutura urbana, que não são necessariamente encontrados na cidade como um todo.

O investimento pontual no espaço público não resolve uma série de problemas relacionados a esse domínio na cidade contemporânea, tais como insegurança, violência, desumanização, dentre outros. Pelo contrário, acaba por acentuar a desigualdade socioespacial já existente por meio da privatização, e mesmo gentrificação, do espaço público.

Whitaker (2010) destaca que, diferentemente do que afirma o discurso oficial dos agentes envolvidos no processo de estruturação do espaço urbano contemporâneo, os grandes projetos e megaeventos podem trazer crescimento econômico, mas não necessariamente desenvolvimento. Para o autor, crescimento econômico é o processo de enriquecimento de lucro de produção do capital, “é fazer o interesse do capital valer” (WHITAKER, 2010). Nesse processo, normalmente, gera-se crescimento para setores específicos, como turismo e comércio, enquanto o desenvolvimento está relacionado a uma forma de distribuição dos benefícios do crescimento (não necessariamente econômico) entre distintos setores da sociedade. Vale frisar que este último deveria ser o sentido do planejamento urbano, objetivando a distribuição dos benefícios, a médio e longo prazo, entre toda a população. Portanto, como indica o mesmo autor, desenvolvimento tem um sentido de ser público, redistributivo, que não condiz com o processo de estruturação do espaço da cidade contemporânea e acentua cada vez mais a desigualdade social.

Tendo em vista a distorção do conceito de planejamento urbano que utiliza um megaevento esportivo como estratégia de desenvolvimento e a

problemática envolvendo os espaços públicos da cidade contemporânea, esse trabalho objetiva contribuir com a discussão sobre a relação entre megaeventos e espaço público, apontando as repercussões a curto e longo prazos da Copa do Mundo de 2014 em um trecho de via pública próximo ao estádio onde foram realizados os jogos em Curitiba: a Avenida Presidente Getúlio Vargas. Assim, busca-se analisar as repercussões locais de um megaevento global na escala intraurbana, na dimensão cotidiana do cidadão, uma vez que as análises relacionadas a um grande evento costumam destacar como benefícios as grandes obras e a imagem da cidade como um todo, e não necessariamente as alterações (positivas ou não) para o morador local, realizadas na escala intraurbana, do espaço público.

Sendo assim, não se pretende fazer uma avaliação dos impactos e legados do megaevento em Curitiba nos mais diversos âmbitos (material, imaterial, de mobilidade, tecnologia, infraestrutura, mercado de trabalho, por exemplo), mas sim, apontar aspectos positivos e negativos de curto (aqui entendidos como efêmeros) e longo prazos (aqui tratados como permanentes) das intervenções realizadas num recorte de espaço público, trazendo uma nova perspectiva de avaliação da repercussão de grandes eventos. Propõe-se, portanto, com base nos dados apresentados, fazer uma reflexão sobre as repercussões locais de um mecanismo de desenvolvimento baseado, prioritariamente, em interesses globais.

2. Copa do mundo de 2014 em Curitiba

Curitiba, inserida no contexto da globalização e no processo de internacionalização das cidades, também tem passado por transformações temporais e sociais que permitem a emergência de novos atributos e definições locais que se tornam determinantes na qualificação e construção de novos lugares (SANCHEZ, 2010). Para a autora, com o aumento da competitividade do mercado no cenário mundial pela atração de atividades comerciais, de serviços e investimentos, a cidade se transforma em “produto” de um *city marketing*, buscando, além de tudo, a promoção crescente de um turismo nitidamente urbanístico. A partir da década de 1990, a imagem da cidade passou a se construir baseada em mitos (cidade-planejada, cidade-modelo, capital social, capital-ecológica) considerando um aspecto estratégico da mídia para promoção da cidade no cenário mundial.

Nessa condição de atração de empreendimentos, desde os anos 1990,

o planejamento urbano municipal tem sido marcado pelo modelo estratégico; contudo, novo patamar se atinge no final de 2009, quando Curitiba foi escolhida como uma das sedes da Copa de 2014, estimulando movimentos por novas transformações urbanas. Essas mudanças foram perceptíveis desde o anúncio de uma lista de obras, da qual muitas não foram implementadas (Quadro 01). Inicialmente, a expectativa era de que a realização do megaevento provocaria transformações no espaço urbano como um todo, contribuindo para melhorias na mobilidade, infraestrutura urbana, economia local etc., já que muitas das obras, há muito tempo previstas, “sairiam do papel”. Nesse sentido, a Copa seria uma “janela de oportunidades” para alavancar o desenvolvimento urbano, mesmo que grande parte das obras previstas tivesse pouca relação com o megaevento. No entanto, priorizaram-se as intervenções pontuais relacionadas diretamente às exigências da Federação... (FIFA) para a realização da Copa, na região de conexão entre o aeroporto e a rodoferroviária, o qual se tornou o verdadeiro “corredor luminoso” (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2013), o foco das atenções.

QUADRO 01 - Obras de infraestrutura e mobilidade programadas para a Copa de 2014 em Curitiba

Obras previstas	Realizadas Totalmente	Realizadas Parcialmente	Não Realizadas
Ampliação do Terminal do Cabral		X	
Ampliação do Terminal do Santa Cândida		X	
Requalificação das vias de integração radial metropolitanas (Rua Francisco Derosso, Av. Salgado Filho, Radial de Colombo, Radial de Pinhais)		X	
Construção da linha de metrô			X
Construção de um trecho de ferrovia			X
Requalificação da Avenida Visconde de Guarapuava			X
Reforma da Avenida Cândido de Abreu			X

(continua)

(conclusão)

Obras previstas	Realizadas Totalmente	Realizadas Parcialmente	Não Realizadas
Reestruturação do Anel Metropolitano			X
Adequação na infraestrutura do Jardim Botânico e Parque Barigui			X
Revitalização na rodoferroviária	X		
Reforma no estádio Joaquim Américo (Arena da Baixada) e entorno	X		
Ampliação do aeroporto Afonso Pena (após a realização da Copa)	X		
Reestruturação da Avenida das Torres	X		
Requalificação da Avenida Marechal Floriano		X	
Adequação na infraestrutura da Ópera de Arama para a realização da <i>Fun Fest</i>	X		
Ampliação da Linha Verde Sul	X		

Fonte: Brandenburg (2010), Gazeta do Povo (2014), organizado pelas autoras.

Não apenas em Curitiba como nas demais cidades-sede, a palavra “legado” foi bastante reforçada, ressaltando as vantagens da realização da Copa do Mundo. O poder público municipal buscou enfatizar que os ganhos relacionados ao megaevento seriam a longo prazo, apesar de alguns impactos negativos já existirem durante a implantação das obras. Contornava-se, assim, qualquer questionamento relacionado aos benefícios do megaevento. As notícias abaixo evidenciam os argumentos e o discurso que estava sendo construído com as obras desse evento:

O **legado** da Copa do Mundo, um dos principais argumentos para justificar o evento no Brasil e todo o investimento público realizado,

pode ser a oportunidade de incremento no faturamento de mais de 500 tipos de negócios em Curitiba. É o que aponta o mapeamento de oportunidades de investimento em atividades que serão impactadas pela Copa feito pelo Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os empreendimentos são relacionados a construção civil, tecnologia da informação, turismo, varejo, moda e agronegócio. Gazeta do Povo, em fevereiro de 2013ⁱⁱ

Curitiba mais forte como referência internacional em urbanismo. É esse o principal **legado** que o município espera deixar depois da Copa do Mundo de 2014. Considerada uma das melhores capitais do Brasil, a cidade tem investido pesado em projetos de mobilidade urbana, ampliando também para região metropolitana. Vamos transformar a cidade em um verdadeiro canteiro de obras a partir do final deste ano e com certeza vamos ter um ótimo **legado** de estrutura. Hoje já estamos com 600 obras em andamento na cidade, muitas delas para a Copa do Mundo. Secretário estadual Mário Celso Cunha, em outubro de 2011ⁱⁱⁱ

A Copa do Mundo é um evento que tem muito significado para o Brasil. Curitiba já é conhecida e reconhecida por seu planejamento e por suas obras e vai ficar ainda mais com essas obras importantes e bonitas que ficarão de **legado** ao povo curitibano e da Região Metropolitana. Antes mesmo do mundial de futebol a população curitibana poderá usufruir dos benefícios dessas grandes obras. O **legado** da Copa começa antes do Mundial. São investimentos planejados para o desenvolvimento ordenado da cidade e o bem-estar da nossa população. Prefeito Luciano Ducci, em dezembro de 2011^{iv}

De acordo com Raeder (2009), o impacto de um megaevento tem um prazo determinado, que é até a realização dos jogos propriamente ditos. Portanto, o impacto se inicia na fase preliminar à realização dos jogos, e envolve tanto o interesse e mobilização de algumas instituições para sediar o evento, como o período de preparação para a candidatura. Segundo o mesmo autor, o legado se consolida como permanência tangível ou intangível no território após a finalização dos jogos. Portanto, tal conceito considera uma dimensão temporal maior do que aquela da realização do evento esportivo propriamente dito. Pode-se citar como exemplo de legados tangíveis: as instalações esportivas, infraestrutura de transporte, equipamentos de turismo, comunicação e segurança. Como legados intangíveis: capacitação técnica, estímulo à prática esportiva, produção de conhecimento, fortalecimento de redes da sociedade civil, conformação de identidades territoriais, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico) etc. (RAEDER, 2009).

Na concepção de Gratton e Preuss (2008), os legados podem ser estruturas planejadas ou não planejadas, positivas ou negativas, intangíveis ou tangíveis, e podem ser criados mediante um evento esportivo, mas devem necessariamente permanecer após o evento. Tal definição mostra que os resultados prometidos e esperados estão sujeitos às externalidades e, portanto, não estão sob o total controle dos responsáveis pela organização do evento. Dessa forma, ressalta-se que o legado pode se construir sob diversas facetas (econômica, cultural, ambiental, social, físicas, políticas, psicológicas), “sendo muito distintos os beneficiados pelos diferentes legados gerados pelo megaevento” (RAEDER, 2009, p.11). Por isso, a importância de se pontuar, quantificar, qualificar, antever e acompanhar a concretização dos legados, o que, de acordo com esse autor, quase nunca é realizado em função do poder simbólico e alienante dos jogos numa sociedade do espetáculo.

Portanto, pesquisas acadêmicas, estudos de entidades representativas ou comitês populares, levantamentos de dados publicitários etc., permitem realizar análises a longo prazo buscando ultrapassar esse desafio e explicitar os verdadeiros ônus e bônus da urbanização contemporânea articulada à realização de megaeventos esportivos. Brandenburg (2010), por exemplo, aponta que a população local de baixa renda é que esteve relacionada aos legados negativos, enquanto turistas e grandes investidores desfrutaram da maioria dos legados positivos decorrentes da realização das Olimpíadas de 1992 em Barcelona, do Pan Americano de 2007 no Rio de Janeiro e da Copa de 2010 em Johannesburgo. Melo (2015), ao analisar o legado decorrente das obras de mobilidade para a Copa de 2014 em Curitiba, afirma que o discurso do legado buscou camuflar os atrasos, o superfaturamento, os impactos sociais, as violações aos direitos humanos e, ainda, que as obras realizadas foram pontuais e não deram conta de solucionar problemas do sistema de mobilidade urbana local, como havia sido divulgado por órgãos governamentais.

Firkowski (2015), ao analisar as transformações relacionadas à Copa de 2014 em Curitiba, evidencia o quanto a produção do espaço urbano local está inserida no novo ciclo de mercantilização das cidades, associada ao novo padrão de governança empreendedorista neoliberal apontada por Santos Jr (2015). De acordo com a autora, houve uma inversão de prioridades e criação de novas urgências: as intervenções em Curitiba favoreceram prioritariamente interesses de grandes grupos empresariais de atuação mundial, privilegiaram pontos específicos da cidade, muitos dos quais já eram dotados de boa

infraestrutura urbana, ou seja, essas intervenções “não foram capazes de abarcar porções mais amplas da cidade e daqueles que nela vivem” (FIRKOWSKI, 2015, p.30).

Apesar de se considerar de fundamental importância a análise das repercussões do megaevento para cidade como um todo, além da reflexão sobre os ganhadores e perdedores nesse processo, optou-se neste texto por fazer uma análise das repercussões efêmeras e permanentes da Copa de 2014 num trecho da Av. Getúlio Vargas, buscando maior aproximação com o cotidiano dos moradores. A adoção dos termos “efêmero”, associado às repercussões a curto prazo, e “permanentes”, para aquelas que duraram no tempo, pretende diferenciar a análise aqui descrita das repercussões almejadas pelo discurso oficial, tendo em vista que o 'legado' visa normalmente promover a imagem positiva da cidade no cenário mundial.

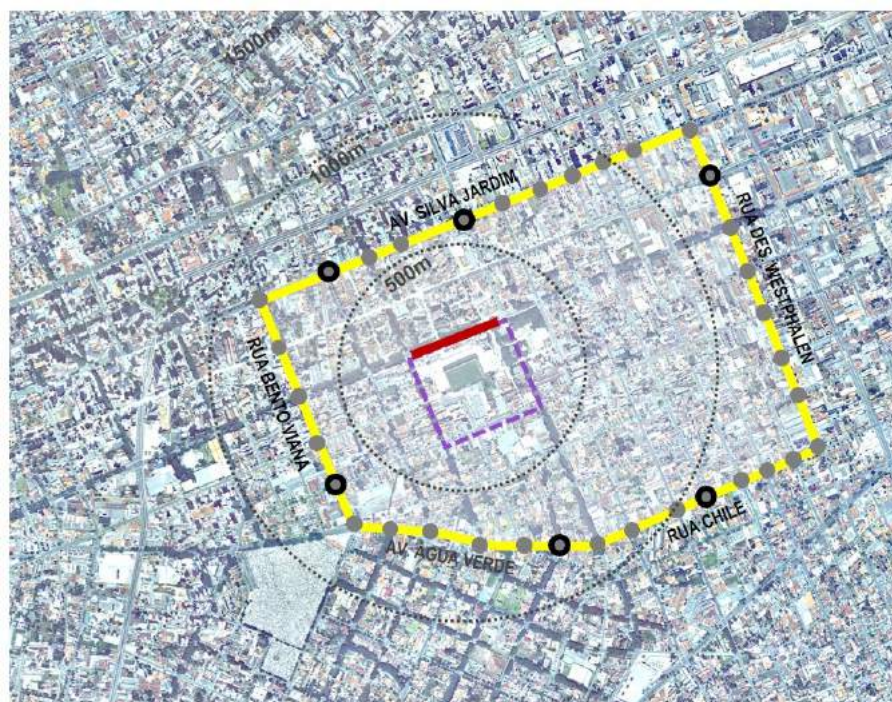
3. Repercussões da Copa de 2014 na estrutura física da av. Pres. Getúlio Vargas

O termo “repercussão”, que dá nome ao texto e é bastante mencionado especialmente nessa seção, foi escolhido como sinônimo de “consequência” para se analisar e refletir sobre as intervenções no espaço público realizadas nos arredores de uma obra pontual, no caso, o estádio Joaquim Américo, mais conhecido como Arena da Baixada, palco das partidas da Copa de 2014 na cidade de Curitiba. Ao analisar repercussões, busca-se apresentar os efeitos do megaevento esportivo na estrutura física do espaço público em diferentes temporalidades (antes, durante e depois). Trata-se, portanto, da tentativa de explicitar de que maneira um megaevento interfere na estruturação do espaço urbano e no cotidiano dos moradores locais. Para isso, definiu-se um recorte espacial e alguns aspectos específicos de análise.

A área do entorno da Arena da Baixada no bairro Água Verde foi um dos locais reestruturados que mais interferiu de maneira direta e imediata no cotidiano dos moradores, principalmente em razão da delimitação da área de acesso restrito, composta pelo perímetro das ruas Bento Viana, Desembargador Westphalen, Chile, e das avenidas Silva Jardim e Água Verde (Figura 01). A delimitação dessa área – cerca de 1,2 km² - visava restringir o acesso de pedestres e veículos nos dias de jogos na Arena, permitindo somente circular no seu interior moradores e trabalhadores devidamente cadastrados

por soldados do Exército Brasileiro, sendo que o número estimado de residentes dentro desse perímetro era de aproximadamente 12 mil pessoas^v. A circulação de veículos na área ficou proibida entre quatro horas antes e duas horas depois dos jogos, e o uso das vagas de estacionamento localizadas nas vias do perímetro foi proibido a partir da meia-noite dos dias anteriores às partidas. A justificativa para a delimitação dessa área, exigida pela FIFA, foi manter a segurança dos torcedores, jogadores, jornalistas e trabalhadores durante o evento.

FIGURA 01 - Área de acesso restrito no entorno da Arena da Baixada durante os dias de jogos do Mundial



LEGENDA

Área de acesso restrito

- perímetro da área de acesso restrito
- trecho escolhido para análise
- ponto de bloqueio com 6 PM (mínimo)
- ponto de verificação veicular (PVV)
- Zona Especial Desportiva (ZE-D) Clube Atlético Paranaense

Dados: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2014
Ortofoto: IPPUC, 2003
Pesquisa e Desenho: as autoras, 2014

Fonte: Acervo das autoras, 2014.

Diante das transformações permanentes e temporárias pelas quais a região do entorno da Baixada passou durante o megaevento, investigou-se quais seriam aquelas relacionadas à estrutura física do espaço público. Para viabilizar tal análise, foi adotada a abordagem multimétodos, citada por Gunther, Elali e Pinheiro (2011), para melhor apreensão das transformações no espaço público da Avenida Getúlio Vargas. Foram levantados dados qualitativos e quantitativos, utilizando-se de mapeamento, questionários, observação e de dados bibliográficos. As visitas de campo foram realizadas nos dias de jogos e em dias “normais”, antes e após o evento. Buscou-se, assim, ater-se a aspectos do espaço público que pudessem demonstrar as repercussões efêmeras e permanentes sofridas pela estrutura física do espaço urbano por conta da realização do megaevento.

O recorte espacial escolhido para análise foi um trecho da Avenida Getúlio Vargas, entre as ruas Coronel Dulcídio e Buenos Aires, inserido na área de acesso restrito (Figura 01). A escolha deste trecho se deu em razão do projeto urbano desenvolvido pelo poder público para esta via em específico e não para as demais. Os aspectos relacionados à estrutura física do espaço urbano analisados foram: (i) zoneamento urbano; (ii) uso do solo; (iii) mobilidade e permanência de veículos e pedestres, os quais serão apresentados na sequência.

3.1 Repercussões no zoneamento urbano

O zonamento urbano de Curitiba segue a tipologia funcionalista, herdada do primeiro desenho datado da década de 1960. Em teoria, tal ferramenta de ordenamento territorial delimita zonas e determina os parâmetros de uso e ocupação do solo da cidade conforme interesses públicos, de acordo com objetivos do Plano Diretor. No entanto, em tempos de empreendedorismo urbano, os parâmetros construtivos são flexibilizados, atendem prioritariamente interesses privados sem análises dos efeitos das mudanças para a sociedade como um todo, a curto e longo prazos.

Diante da realização da Copa do Mundo de Futebol 2014 em Curitiba, megaevento que envolve diferentes interesses, públicos, privados, locais e internacionais, buscou-se pesquisar se esse interferiu na lógica de ordenamento territorial, conseqüentemente, na estruturação do espaço urbano, público e privado, e explicitar a quais interesses as mudanças estariam vinculadas.

Segundo a Lei nº 9.800^{vi} (CURITIBA, 2000), que dispõe sobre Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de Curitiba, o trecho em análise pertence à Zona Residencial Quatro – ZR-4, de média-alta densidade, cujos parâmetros de uso e ocupação do solo estão dispostos no Quadro IV da mesma Lei. Segundo esse quadro os usos permitidos são: (i) Habitação Coletiva; (ii) Habitação Transitória 1; (iii) Habitação Institucional; (iv) Comércio e Serviço Vicinal de Bairro; (v) Indústria Tipo 1. Já os usos tolerados são: (i) Habitação Unifamiliar; (ii) Habitação Unifamiliar em Série; (iii) Comunitário 1. Quanto aos parâmetros de ocupação do solo: (i) coeficiente de aproveitamento: 2; (ii) taxa de ocupação: 50%; (iii) recuo mínimo do alinhamento predial: 5m; (iv) altura máxima (pavimentos): 6; (v) taxa de permeabilidade: 25%.

No entanto, o artigo 5º, parte do Capítulo II – Das Zonas e Setores de Uso, define diversas zonas e setores para o município, dentre elas as Zonas Especiais – ZE, que compreendem os grandes espaços físicos, cuja ordenação de uso e ocupação do solo se caracteriza pela existência ou previsão de edificações, equipamentos e instalações destinadas a grandes usos institucionais (Art. 12º). Esse grupo é subdividido em três tipologias de Zonas Especiais, sendo elas: (i) Zona Especial Educacional – ZE-E; (ii) Zona Especial Desportiva – ZE-D; (iii) Zona Especial Militar – ZE-M. No entanto, a lei de zoneamento define apenas uma ZE-D: Zona Especial Desportiva do Tarumã, cujos parâmetros de uso e ocupação do solo são estabelecidos no Quadro XX da mesma Lei. Quanto aos usos permitidos: (i) Habitação Transitória 1 e 2; (ii) Comunitário 1 e 2 (Lazer e Cultura); (iii) Comunitário 3 (Lazer); (iv) Usos vinculados às atividades desportivas; (v) Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro. O uso tolerado: uma Habitação Unifamiliar por lote.

Somente seis anos depois, foram definidas quatro novas ZE-D^{vii}, através da Lei nº 11.997 (CURITIBA, 2006), sendo de interesse para esse trabalho a Zona Especial Desportiva Clube Atlético Paranaense, definida pelo seguinte perímetro: início na confluência da Av. Getúlio Vargas com a Rua Buenos Aires, por esta até a Rua Brasília Itiberê, por esta até a Rua Coronel Dulcídio, por esta até a Av. Getúlio Vargas, e por esta até a Rua Buenos Aires, e por esta até o ponto de início. Ou seja, a zona estabelecida compreende a quadra onde está localizada a Arena da Baixada (Figura 01).

Segundo matéria publicada no site Paraná Online^{viii}, em 2006, esta complementação na Lei de Zoneamento foi realizada com o objetivo de incentivar melhorias e ampliações nos estádios existentes, sendo o primeiro beneficiado o Clube Atlético Paranaense, que pôde iniciar suas obras de

reforma e ampliação a partir das alterações de parâmetro de uso e ocupação de zoneamento residencial para especial desportivo. A matéria cita o então Prefeito Beto Richa, que afirmou ser essa mudança estratégica para a cidade, devido à possibilidade (naquela época) de que o Brasil fosse escolhido para sediar o megaevento esportivo Copa do Mundo de Futebol 2014. Com alterações propostas pela nova lei, Curitiba aumentaria suas chances de sediar algumas partidas de futebol. E foi exatamente isso que aconteceu, nove anos depois da alteração da lei de zoneamento.

Ademais, as condições de ocupação, também previstas na mesma lei, sofreram alterações: (i) o coeficiente de aproveitamento foi alterado de 0,5 para 1; (ii) a taxa de ocupação passou de 30 para 50%; (iii) o recuo mínimo frontal não é mais de 10m. E com relação à altura máxima permitida, a §1º do artigo 3º permite altura livre, desde que o projeto seja submetido à análise municipal. E, por fim, o artigo 4º define que para os casos em que não forem utilizados os usos estabelecidos para ZE-D, os parâmetros de uso e ocupação de solo permanecem os mesmos especificados para as zonas e setores previstos na Lei de 2000.

Pode-se afirmar, portanto, que o megaevento repercutiu de maneira direta na estruturação do espaço urbano, já que a legislação urbana foi alterada de maneira permanente, e isso ocorreu em razão da realização do megaevento. A legislação foi modificada já na expectativa de que o megaevento ocorresse em Curitiba e possibilitou a ampliação do estádio, transformada em uma arena multiuso, e a requalificação paisagística do seu entorno (Figura 02). Tais mudanças favorecem os usuários pagantes da arena, já que proporcionam maior conforto e qualidade no novo espaço de entretenimento, que após a requalificação possibilitou não apenas a realização de jogos de futebol, mas também de shows e lutas de UFC, por exemplo. Portanto, a Zona Especial Desportiva (ZE - D) definida no entorno do estádio valorizou prioritariamente os interesses privados do Clube Atlético Paranaense e não os da população como um todo.

FIGURA 02 - Flexibilização na legislação urbana. A) o estádio era pouco perceptível na paisagem urbana em 2011 e o edifício da esquina foi desapropriado durante as obras de ampliação para implantação de praça na entrada; B) estrutura temporária utilizada para organizar o acesso dos torcedores durante os jogos da Copa; C) estádio em 2017, novo paisagismo substitui a árvore anteriormente existente



Fonte: Google (2011); acervo das autoras, 2014, 2017.

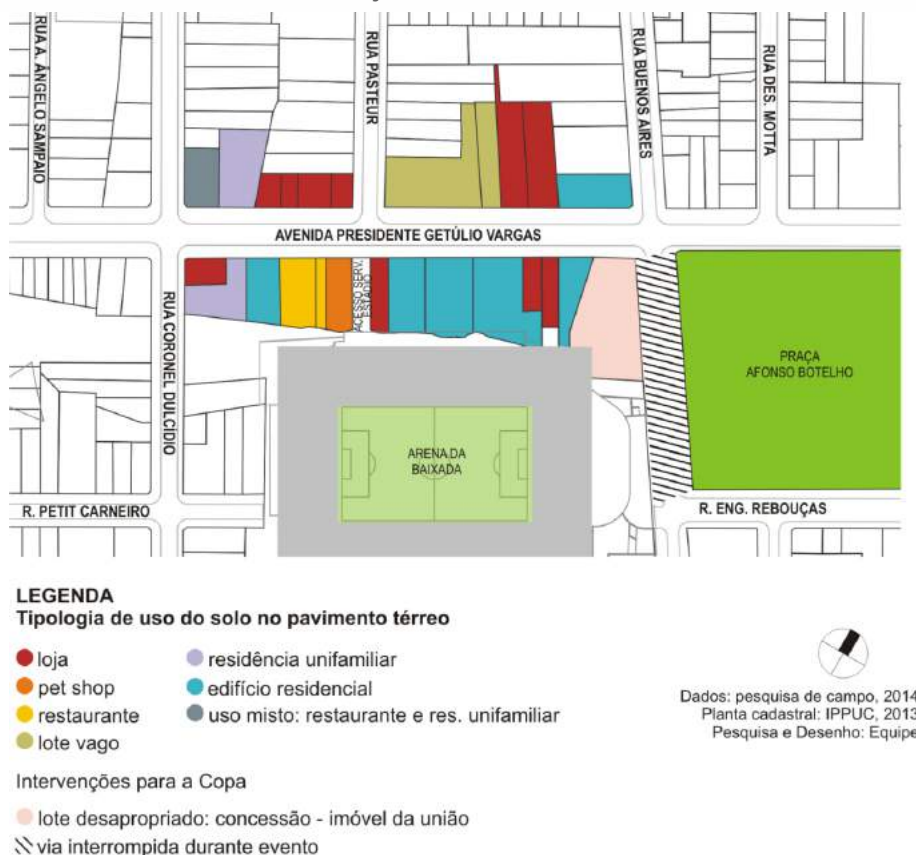
3.2 Repercussões no uso do solo

Ao analisar especificamente as repercussões da Copa de 2014 no uso do solo, buscou-se explicitar a relação direta existente entre os espaços público e privado, e o quanto as consequências relacionadas a realização do megaevento não estão sob o total controle dos responsáveis pelo evento e geram repercussões permanentes no espaço urbano. A realização da Copa 2014, ao estimular as alterações nos parâmetros construtivos da Arena, gerou resultados tanto para os espaços de uso comum do povo, quanto para

interesses privados de proprietários de lotes no seu entorno.

Com base no levantamento realizado em campo, elaborou-se a planta de uso do solo (Figura 03) referente à ocupação do pavimento térreo dos lotes pertencentes ao recorte espacial proposto para essa análise. Como se pode observar, metade dos lotes localizados na quadra da Arena da Baixada são de uso residencial. Após análise de fotos aéreas das décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000, notou-se que alguns dos edifícios residenciais foram implantados há aproximadamente 50 anos.

FIGURA 03 - Tipologia de uso do solo identificada no pavimento térreo das edificações no trecho em estudo



Fonte: IPPUC, 2013; acervo das autoras, 2014.

Alguns dos lotes do trecho, de ambos os lados da via, apresentam um tipo de uso bastante característico e facilmente encontrado em outros trechos

da Av. Presidente Getúlio Vargas: loja de móveis planejados. Do total de lojas levantadas nesse trecho, 60% delas apresentam esse tipo de atividade e, segundo informação obtida por meio de entrevista com uma das lojistas do trecho, existem aproximadamente 30 lojas desse tipo na avenida.

Outros dois lotes, um vago e outro com uma construção prestes a ser demolida, estavam sem uso, porém, já anunciando em tapumes que ocupam parcialmente a calçada (Figura 04) que, em breve, seria construído um edifício comercial. No entanto, após a reforma na Arena e depois da realização da Copa de 2014, os lotes passam a ser utilizados como estacionamento, o que explicita de que maneira o megaevento pode repercutir de maneira indireta no espaço urbano. De acordo com a análise, percebeu-se que o estacionamento é de grande utilidade em dias de jogos, quando o movimento de veículos é bem maior do que o observado em dias comuns no entorno da Arena. Portanto, fica evidente que a alteração dos parâmetros construtivos impacta não somente o uso do equipamento, mas, consequentemente, a intensidade do uso do espaço público e privado no seu entorno.

FIGURA 04 - A) Lotes vagos na Av. Getúlio Vargas; B) anúncio do empreendimento que seria construído na esquina com a rua Pasteur; C) estacionamento em funcionamento



Fonte: Acervo das autoras, 2014; Google, 2017.

Após a realização das obras de ampliação e reforma pode-se considerar a Arena como um Polo Gerador de Tráfego (PGT)^{ix}, tanto pelo seu porte físico (área total passou de 57.976m² para 99.283m²), como pela sua capacidade (antes da ampliação comportava um público de 25 mil, após passou a comportar de 40 a 60 mil, dependendo do evento) (PORTAL DA COPA, 2014). A alteração na capacidade do equipamento esportivo, que agora permite a realização de outros eventos além dos jogos de futebol, e o impacto do aumento no número de veículos e pessoas circulando nas vias públicas é uma consequência que, portanto, deveria ser prevista.

Sendo assim, com relação às repercussões no uso do solo, foram diagnosticadas transformações não planejadas pelos organizadores do evento. O perfil no comércio continua o mesmo, predominantemente de lojas de móveis planejados, além de restaurantes, lanchonetes, e edifícios residenciais. Porém, uma vez que as alterações no projeto do estádio possibilitam a realização de eventos maiores e com maior frequência no local, o potencial de aproveitamento dos lotes pode ser visto como vantajoso para seus proprietários, pela valorização que aconteceu.

3.3 Repercussões na mobilidade e permanência de veículos e pedestres

Uma área de acesso restrito no entorno do local da realização de um megaevento é bastante comum por facilitar tanto a chegada como a dispersão de pessoas sem causar acidentes. Essas áreas tendem a provocar intensas transformações no espaço público, tanto na circulação como na permanência de veículos e pedestres. Sobre as repercussões da Copa de 2014 na mobilidade do trecho analisado, buscou-se destacar como a restrição à circulação de veículos afetou diretamente os moradores do interior do perímetro, os lojistas e os trabalhadores que utilizam linhas do transporte coletivo que trafegam pela Av. Getúlio Vargas. Por outro lado, observou-se a apropriação da via pública por pedestres, não apenas os torcedores em direção aos jogos, mas também moradores da região, que utilizaram o espaço público de forma não convencional. Para explicitar tais questões são apresentados aspectos relacionados às vias do entorno, direção e intensidade de fluxo, classificação viária, características do desenho e mobiliário urbano.

Sobre a circulação viária, evidencia-se os sentidos dos fluxos das vias do entorno (Figura 05). Observa-se que a grande maioria dessas vias possui fluxo de sentido único, possibilitando com isso um tráfego muitas vezes intenso, porém, mais fluido e sem interferências como as causadas pelas conversões à esquerda em vias de sentido duplo, por exemplo. O trecho destacado por hachura em frente à Praça Afonso Botelho corresponde a parte da Rua Buenos Aires, entre a Av. Pres. Getúlio Vargas e a Rua Engenheiros Rebouças, que foi bloqueada para a realização das obras de adequação da Arena da Baixada e, durante o megaevento, foi utilizado como um dos acessos ao estádio.

FIGURA 05 - Localização geral da Boca Maldita na Regional Matriz e na região central de Curitiba



LEGENDA

Mobilidade: sentido viário do entorno

- ➔ via de sentido único
- ➔ via de sentido duplo
- via interrompida
- trecho viário analisado



Dados: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2014
Planta Cadastral: IPPUC, 2013
Pesquisa e Desenho: as autoras, 2014

Fonte: IPPUC, 2013; acervo das autoras, 2014.

Outro trecho viário que teve seu fluxo interrompido foi a da Rua Madre Maria dos Anjos, na mesma quadra do estádio e em parte do trecho entre a ruas Brasília Itiberê e Almirante Gonçalves. Essa interrupção no fluxo, no entanto, não comprometeu a circulação da Rua Brasília Itiberê, por onde passou uma estrutura metálica suspensa para a alimentação de energia do

estádio a partir de uma subestação da Copel.

Não foram identificados conflitos viários (veículos x pedestres ou veículos x veículos) no trecho analisado, já que os dois cruzamentos existentes (Rua Coronel Dulcídio e Rua Buenos Aires) possuem sinalização semafórica. Quanto ao trânsito, em muitos momentos de um dia normal, ele é intenso, porém, fluido; mas, durante os dias do megaevento, com a proibição de circulação de veículos no entorno, transformou-se completamente o cotidiano da avenida, dando lugar a um mar de pedestres (Figura 06).

FIGURA 06 - mobilidade de veículos e pedestres. A) trânsito da Av. Getúlio Vargas em dia de semana, tirada próximo ao meio-dia; B) Av. Getúlio Vargas completamente vazia com a proibição da circulação de veículos nos dias de jogos; C) Av. Getúlio Vargas no dia de jogo Irã x Nigéria, com a rua tomada por torcedores



Fonte: Acervo das autoras, 2014.

Para melhor ilustrar tal situação, obteve-se dados de fluxos de veículos junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

(IPPUC), referentes ao ano de 2012, para as duas esquinas que limitam o trecho analisado da Av. Getúlio Vargas. Esses levantamentos foram realizados no período em que a frota total do município de Curitiba era de 1.338.124 veículos, segundo dados do DENATRAN (2012) e foi registrado aumento de 8,6% da frota total em maio de 2014^x. A seguir, apresenta-se os dados de contagem de veículos para os cruzamentos da avenida com as ruas Coronel Dulcídio e Buenos Aires. Ainda, elaborou-se os esquemas abaixo em que os sentidos dos fluxos viários são indicados (Figura 07), para auxiliar a compreensão dos dados de contagem de veículos (Tabela 01).

A partir desses dados, constatou-se que o maior fluxo de veículos está na própria Av. Presidente Getúlio Vargas, as duas ruas perpendiculares

FIGURA 07 - A) fluxos viários no cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a rua Coronel Dulcídio; B) são indicados os fluxos viários no cruzamento da avenida com a rua Buenos Aires



Fonte: IPPUC, 2012 e acervo das autoras, 2014.

TABELA 01 - Dados da contagem de veículos por hora na Av. Pres. Getúlio Vargas

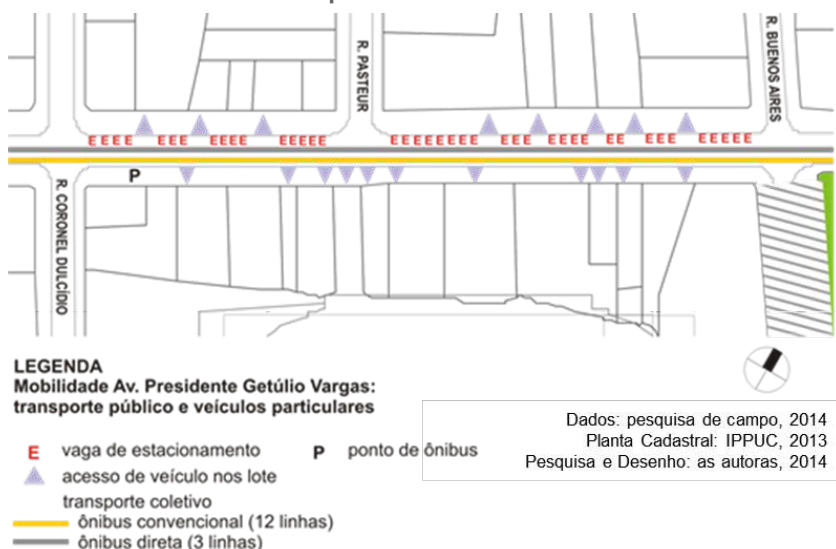
		Cruzamento Rua Coronel Dulcídio		Cruzamento Rua Buenos Aires	
		Fluxo A1	Fluxo A2	Fluxo B1	Fluxo B2
Manhã (6:30 - 9h)	Total (veículos)	4.336	208	4.614	118
	Média hora	1.734	83	1.538	39
Tarde (17 - 20h)	Total (veículos)	4.398	271	4.818	192
	Média hora	1.466	90	1.606	64

Fonte: IPPUC (2012a, 2012b).

contribuem muito pouco com o trânsito da avenida. Nenhuma das duas vias perpendiculares possui classificação hierárquica do Sistema Viário Básico de Curitiba sendo, portanto, consideradas vias locais. Enquanto as ruas Coronel Dulcídio e Buenos Aires são vias locais e não são rotas de transporte coletivo, a Av. Getúlio Vargas é classificada como Via Setorial^{xi} e por ela passam 15 linhas de transporte público, as quais foram alteradas em dias de jogos.

Assim como a intensidade do fluxo, o desenho da via (caixa viária com 12,4m de largura, com duas faixas de rolamento e uma de estacionamento do lado esquerdo) explicita sua função e importância para a mobilidade de veículos (Figura 08). No entanto, como no período dos jogos as regras foram flexibilizadas, tanto faixas de rolamento quanto vagas de estacionamento e guias rebaixadas deram passagem exclusiva para pedestres, e os pontos de ônibus foram transformados em ponto de encontro ou abrigo para venda de bebidas. Explicita-se, assim, o quanto a função de uma via de grande importância para a mobilidade urbana foi alterada para a realização do megaevento.

FIGURA 08 - Mobilidade Av. Pres. Getúlio Vargas: Transporte público e veículos particulares. Todas as 15 linhas de ônibus que circulam na avenida tiveram o trajeto desviado durante os dias de realização dos jogos. A comunicação aos usuários foi realizada por meio de avisos nos pontos de ônibus



Fonte: IPPUC, 2013; acervo das autoras, 2014.

Como essa avenida constitui um dos principais acessos ao estádio, foram realizadas diversas obras de melhoria nas calçadas, tais como: (i) regularização e troca de materiais de revestimento; (ii) nova pavimentação na ciclovia; (iii) implantação de nova iluminação para pedestres nos dois passeios; (iv) retirada das lixeiras dos condomínios; (v) implantação de bancos. Pode-se observar as diversas melhorias exemplificadas e executadas para a realização do megaevento (Figura 09).

FIGURA 09 - Revitalização das calçadas da Av. Getúlio Vargas. A) melhoria na acessibilidade: implantação de faixa de concreto moldado *in loco* na calçada do lado esquerdo da via; **B)** regularização das lixeiras: com as obras de revitalização, os condomínios foram notificados sobre a sua posição irregular; **C)** implantação de novo mobiliário: bancos, lixeiras e luminárias para os pedestres

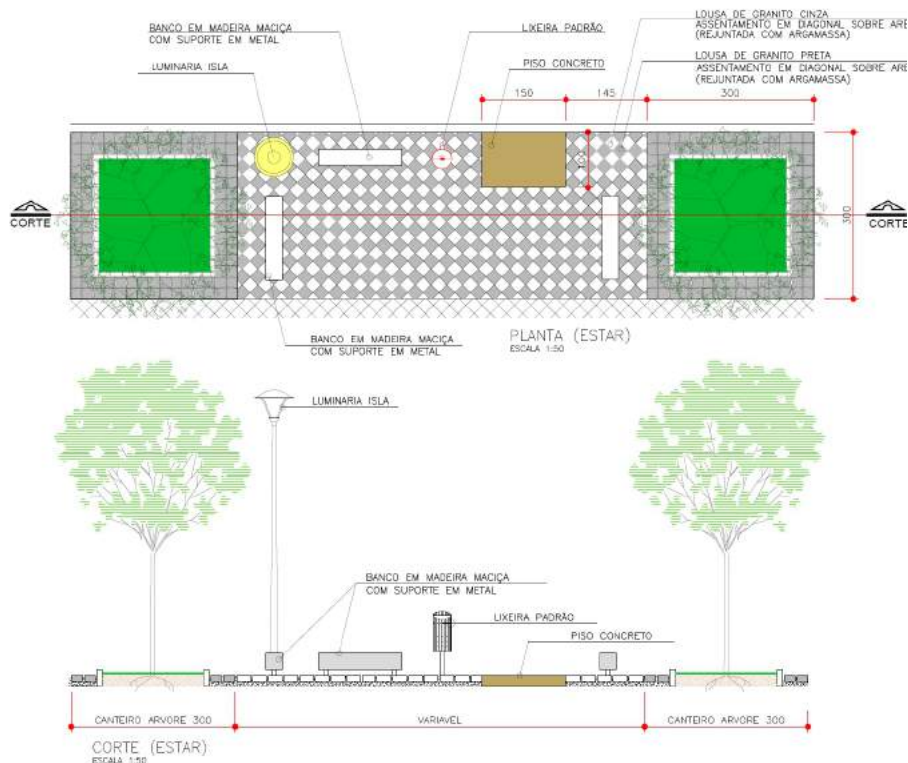


Fonte: Acervo das autoras, 2014.

Obteve-se algumas informações acerca da revitalização da avenida e, particularmente, sobre a opção de projeto de valorizar as calçadas. Parte integrante do projeto de revitalização do entorno da Arena da Baixada, a Av. Getúlio Vargas possibilitou maiores alternativas devido, principalmente, às suas amplas calçadas, aproximadamente 9,5m de largura de cada lado. O

partido escolhido para a sua revitalização foi o de valorizar esses espaços através da diminuição dos canteiros de grama e a implantação de conjuntos de bancos e luminárias para criar espaços de permanência e vivência do espaço público (Figura 10).

FIGURA 10 - Detalhes do projeto de revitalização da Av. Getúlio Vargas – planta e corte de um dos espaços públicos de permanência implantados na avenida



Fonte: IPPUC, 2014.

O banco implantado foi desenhado por técnicos do IPPUC e é composto por várias placas de madeira de reflorestamento (*pinus* tratado) prensadas e coladas. O resultado é um banco bastante resistente e “ecologicamente correto”, segundo os autores do projeto. Essa avenida foi escolhida como a primeira a ter essa tipologia de banco implantada, desenvolvida há algum tempo, porém, nunca utilizada. A ideia seria replicar esse mobiliário em outras ruas e espaços da cidade, “a utilização (do banco) na

Getúlio Vargas funciona como nosso projeto piloto”, afirmam os técnicos.

Os revestimentos dos pisos, lousas de granito, foram mantidos, sendo os blocos apenas retirados e novamente reassentados. Nos passeios do lado direito (sentido Rebouças) já existia uma faixa em Concreto Betuminoso Usado a Quente (CBUQ) para compartilhamento de ciclistas e pedestres, porém, essa faixa foi alargada para 2,5m para melhorar a vivência entre os diferentes tipos de usuários. Já na calçada do outro lado da via, foi implantada uma faixa também acessível de concreto moldado *in loco*. Além dessas faixas reservadas para a circulação de pedestres e ciclistas, outras duas faixas compõem as calçadas: (i) faixa de acesso aos lotes, com revestimento em lousa de granito; e (ii) faixa de serviço, onde estão implantados os equipamentos de serviço, como postes de iluminação pública. A paginação da calçada também é diferenciada, conforme o uso: rampas de acesso, área de circulação ou áreas de permanência.

Sendo assim, a realização do megaevento repercutiu significativamente na mobilidade de pedestres e veículos em razão da delimitação da área de acesso restrito. Percebeu-se a partir da análise do trecho da Av. Getúlio Vargas que a proibição da circulação de veículos e o consequente uso exclusivo de pedestres e ciclistas atraiu, além dos torcedores, moradores que não foram aos jogos, mas aproveitaram para passear pelas ruas. Por outra perspectiva, a delimitação da área restringiu o direito de ir e vir no entorno do estádio aos cidadãos credenciados, o que levou lojistas a reclamarem da falta de clientes. Segundo esses, o público específico que foi aos jogos não estaria interessado em comprar colchões, móveis planejados, roupas etc. A restrição na área também afetou a circulação do transporte público, o qual teve sua rota modificada nos dias de jogos. Pode-se afirmar que, ao mesmo tempo em que o uso do espaço público foi favorecido em razão da restrição de veículos e da delimitação da área de acesso, esse uso foi planejado, restrito, induzido e por um tempo determinado, portanto, efêmero.

O projeto de requalificação viária com instalação de mobiliário urbano, iluminação, lixeiras, melhoria nas calçadas e ciclovia foi a repercussão do megaevento mais positiva para o usuário do espaço público. A intenção do projeto de proporcionar espaços de permanência e convivência foi cumprida e perdura no tempo. A partir da análise realizada, destaca-se que o uso destes espaços é mais intenso em dias de eventos no estádio, quando há maior circulação de pedestres na área, e no período da manhã e da tarde, já que a noite o fator segurança é apontado como inibidor do uso do espaço público, apesar

de melhorias na iluminação pública. De todo modo, há maior permanência dos pedestres no espaço público atualmente, se compararmos com a situação anterior ao projeto, a qual alguns lojistas caracterizavam como “desértica”.

4. Primeiras conclusões e a rua hoje...

Ao refletir a respeito das repercussões socioespaciais geradas pelas intervenções urbanas realizadas na Av. Presidente Getúlio Vargas no contexto da Copa de 2014 em Curitiba, pode-se constatar que após três anos da realização do megaevento a maioria dos efeitos permanentes estão vinculados ao Clube Atlético Paranaense e seus usuários. O efeito mais significativo para o espaço público e seus usuários foi a instalação de infraestrutura e mobiliário urbano como calçamento, iluminação, lixeiras, bancos e o tratamento paisagístico dos canteiros, alterações que possibilitam maior permanência desses no espaço urbano (Quadro 02).

QUADRO 02 - Repercussões da Copa de 2014 no espaço público da Av. Pres. Getúlio Vargas

Aspectos analisados		Repercussão	Beneficiados
Zoneamento	Mudança na legislação urbana (ZE-D)	Permanente	Clube Atlético Paranaense Usuários da Arena multiuso
	Ampliação e requalificação do estádio	Permanente	Clube Atlético Paranaense Usuários da Arena multiuso
Uso do solo	Lotes com previsão de uso comercial são atualmente utilizados como estacionamento	Permanente	Usuários da Arena multiuso Motoristas Empreendedor
Mobilidade	A instalação de bancos, iluminação pública e calçamento	Permanente	Usuários do espaço público
	Mudança da rota de ônibus	Efêmera	X
	Definição da zona de acesso restrito	Efêmera	Usuários credenciados

Fonte: Acervo das autoras, 2017.

A partir da análise da repercussão de alguns aspectos da estrutura física do espaço urbano, pode-se dizer que o efeito local da Copa do Mundo de 2014 em Curitiba foi positivo para os usuários do espaço público de um trecho da Av. Getúlio Vargas. Entretanto, pode-se destacar que: (i) o uso do espaço público está de certa forma articulado aos eventos ocorridos no estádio, isto é, as pessoas não são atraídas apenas pelo projeto de requalificação realizado na área; (ii) a intervenção favorece a permanência dos moradores locais ou de quem já costumava passar pela região, mas não atrai em quantidade significativa novos usuários em dias comuns; (iii) não houve manutenção dos bancos até o momento (três anos após sua instalação). Mobiliários de madeira, mesmo que projetados para locais externos, sofrem impactos com o uso, deteriorando-se com a ação do tempo e das intempéries; e (iv) a ideia de implementar o banco em outras áreas da cidade ficou limitada a apenas mais um projeto pontual de revitalização (trecho da Av. Batel), justamente por se ter constatado que é de difícil manutenção.

Logo, seria possível afirmar que essa requalificação teve como objetivo prioritário atender o público que veio assistir ao megaevento e não o de ser um projeto piloto numa área carente de infraestrutura urbana, o que reforça o argumento de que o planejamento estratégico adotado segue privilegiando porções já infraestruturadas da cidade.

Os efeitos locais de um megaevento global variam de acordo com as especificidades de cada cidade-sede. Em Curitiba, foram diagnosticados aspectos positivos e negativos, permanentes e efêmeros das alterações na estrutura física do espaço público. De maneira geral, infere-se que os efeitos positivos para o espaço público causados pela Copa de 2014 serão permanentes somente se articulados a uma política urbana local contínua que supere adversidades políticas e esteja relacionada com as reais necessidades dos usuários (segurança, cultura, esporte e lazer, práticas sociais locais). Ressalta-se que o uso do espaço público é em parte culturalmente estabelecido e não depende apenas de infraestrutura urbana – um espaço público pode ter ótimas qualidades, mas continuar “desértico”. A aparência do trecho da Av. Getúlio Vargas está hoje diferente do que era antes da realização da Copa. O uso do espaço público, por outro lado, permanece praticamente o mesmo em dias comuns, reacendendo o seu propósito de tempos em tempos, quando a Arena se torna palco de algum outro mega(?)evento.

Referências

- ASCHER, F. *Les nouveaux principes d'urbanisme*. Paris: Édition de L'Aube, 2006.
- BRANDENBURG, E. J. *Produção e estruturação do espaço urbano: Curitiba – Cidade sede da Copa do mundo de futebol*. 171f. (Monografia de Arquitetura e Urbanismo) Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- CARMONA, M. Contemporary Public Space, Part Two: Classification. In: *Journal of Urban Design*, v.15, n. 2, Maio 2010, p. 157-173.
- CURITIBA. *Lei nº 9.800*, de 3 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba e dá outras providências. Câmara Municipal de Curitiba, Curitiba, 03 jan. 2000.
- _____. *Lei nº 11.997*, de 23 de novembro de 2006. Inclui como Zonas Especiais Desportivas – ZE-D as áreas que especifica, e dá outras providências. Câmara Municipal de Curitiba, Curitiba, 23 nov. 2006.
- COMITÊ POPULAR DA COPA. *Copa do Mundo e violações dos direitos humanos em Curitiba*. Curitiba, 2013. Disponível em <://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Dossi%C3%AA_rel%C3%B3rio-executivo.pdf > Acesso em: 3/2017
- DENATRAN. *Manual de procedimentos para o tratamento de polos geradores de tráfego*. Brasília: DENATRAN/FGV, 2001.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. A copa do Mundo de 2014 e as transformações me Curitiba: intenções e ações. In: FIRKOWSKI, O.L.C. F.; BALISKI, P. (Orgs). *Curitiba, os impactos da copa do mundo 2014*. Curitiba: Kairós Edições, 2015.
- GAZETA DO POVO. Legado da Copa ficou pela metade em Curitiba. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/ra/media/Pub/GP/p3/2014/12/29/Espportes/Imagens/info_obras_291214.png> Acesso em: 3/2017.
- GRATTON, C.; PREUSS, H. Maximizing olympic impacts by building up legacies. In: *The International Journal of the History of Sport*, v.25, n.14, 2008. 1922-1938. Disponível em: < http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/ 09523360802439023#.UyNpuz9dXNd > Acesso em: 3/2017.
- GUNTHER, H.; ELALI, G.A; PINHEIRO, J.Q. Multimétodos. In: CAVALCANTI, S; ELAI, G.A (Orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 239-249.
- LUNGO, M. As cidades e a globalização, a partir da América Central e do Caribe. In: *Espaços e Debates*, ano XVI, n° 39; São Paulo, 1996.
- MELO, G. L. F. S. de. *Copa do mundo 2014 em Curitiba: os discursos do legado de mobilidade urbana*. 49 f. Monografia (Bacharel em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Disponível em < http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2015/11/George_TCC_Copa2014_MobilidadeUrbana-_final_.pdf> Acesso em: 3/2017.

SANTOS JR. O. A. dos. Metropolização e megaeventos: proposições gerais entrono da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 no Brasil. In SANTOS JR, O. A. dos; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. *Brasil: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers, p.21-40.

RAEDER. S. *O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos*. 2009. Disponível em: <egal2009.easyplanners.info/area05/5464_Raeder_Savio.doc> Acesso em 2/2017

SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das cidades na virada do século: A gentes, estratégias e escalas de ação políticas. *Revista de Sociologia política*. V.16, p. 31-49. Curitiba, 2001.

_____. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

WHITAKER, J. Notícias. *Grandes Projetos, fator de crescimento econômico e não de desenvolvimento*. Entrevista com João Whitaker (USP). PPLA 2010. Disponível em: <<http://www.coopere.net/ppla/index.php?a=home&id=29>> Acesso em: 3/2017.

-
- i ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M.; HEYING, C. Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. *Journal of Urban Affairs*: v. 23, n. 2, 2001. p. 113-131.
 - ii GAZETA DO POVO. Oportunidades de sobra. Curitiba, jun de 2012 Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/copa/2014/oportunidades-de-sobra-3eh9w2zo4i4xqroi49e8iad72>> Acesso em: 4/2017.
 - iii GLOBO.COM. Apoiada em estádio quase pronto, Curitiba se vê à frente de outras sedes. Curitiba, out de 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2011/08/apoiada-em-estadio-quase-pronto-curitiba-dia-estamos-adiantados.html>>. Acesso em: 4/2017.
 - iv GRANDES CONTRUÇÕES. Viaduto Estaiado e mais três obras do PAC da Copa são autorizados, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com_conteudo&task=printNoticia&id=9226> Acesso em: 4/2017.
 - v GAZETA DO POVO. Credenciais para sair de casa. Curitiba, 30/05/2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/copa2014/conteudo.phtml?id=1472500&tit=Credenciados-para-sair-de-casa>. Acesso em: 17 jun. 2014.
 - vi A lei 9.800/2000 era a lei de zoneamento vigente no período do megaevento em Curitiba. Atualmente continua vigente, sendo que em 2017 passa por processo de revisão.
 - vii As demais ZE-D definidas na lei são: Zona Esportiva Desportiva Coritiba Foot Ball Club; Zona Esportiva Desportiva Paraná Clube e Zona Esportiva Desportiva Paraná Clube – Boqueirão.
 - viii PARANÁ ON LINE. Mudança na lei de zoneamento de Curitiba é aprovada. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/210137/>. Acesso em: 26/6/2014.
 - ix Polo Gerador de Tráfego (PGT), segundo definição estabelecida pelo DENATRAN (2001, p.6), é todo e qualquer empreendimento que “(...)atrai ou produz grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária em seu entorno imediato e, em certos casos, prejudicando a acessibilidade de toda a região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres”.

- x Em dezembro de 2016 a frota de veículos total em Curitiba foi de 1.405.123 (DENATRAN, 2016).
- xi Vias Setoriais são eixos de ligação entre regiões, municípios vizinhos, área central e áreas periféricas, possuindo forte integração e articulação com o sistema viário principal, coincidindo em alguns casos com os antigos caminhos de chegada à Curitiba, admitindo os usos preferencialmente setoriais (Art.22, CURITIBA, 2000).

CARTOGRAFANDO SENTIDOS

Percepções de pessoas cegas nos caminhos da cidade

ROQUÊ, Bianca Beatriz¹

ROSS, Paulo Ricardo²

BILL, Leomir Barbosa³

1. A experiência de caminhar pelas ruas e os vínculos identitários com os espaços públicos

Caminhar pelas ruas, praças e parques, quer seja, pelo espaço público, não é uma tarefa apenas mecânica e nem tão simples quanto aparenta: é mais que o movimento das pernas. Exige a percepção de uma infinidade de sinais que indicam a hora de parar, de continuar, de apressar o passo, de atentar aos inúmeros obstáculos como buracos, mobiliário urbano, cavaletes etc. Quando se considera esses percalços, é curioso pensar como as pessoas cegas conseguem caminhar sozinhas pelas ruas. Como desviam das obstruções? Como sabem o momento de atravessar a rua? Como se identificam com os espaços que percorrem?

Deslocar-se é uma viagem ao inédito para essas pessoas. O perigo, o risco e o acidente podem estar no próximo passo, sem a possibilidade de imaginar ou de antecipar o que acontecerá no minuto seguinte, onde os pés irão pisar, com que pessoas irão cruzar, contra quais objetos o corpo irá se chocar – é constante a possibilidade de se machucar e interromper abruptamente a lida diária. Cruzar uma rua sem a posse dos dados visuais e espaciais que conferem

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, bolsista da CAPES. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (2013). Graduada em Administração com habilitação em Hotelaria e Turismo pela Universidade de Taubaté.
bia_peia@yahoo.com.br

² Professor Titular do setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Graduado em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestrado em Educação Permanente e Recursos Humanos pela Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Educação Especial pela Universidade de São Paulo.
profpauloross@gmail.com

³ Professor de Orientação e Mobilidade da Associação dos Deficientes Visuais do Paraná. Graduado em Fisioterapia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduado em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Possui Especialização em Gestão de Qualidade na Educação pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão. Pertenceu à seleção brasileira de futebol de pessoas cegas.
leomirbill@terra.com.br

segurança física e psíquica, encontrar informações, pessoas, endereços, ônibus e referências representam atividades ora arriscadas ora tão simples quanto as realizadas por outra pessoa vidente.

Num primeiro momento, sair pelas ruas sem enxergar parece ser aterrorizante. E mesmo que se vende os olhos, tal aproximação não reproduz a condição da cegueira. As vivências, aos poucos, vão revelando um novo mundo, desvelando novas formas do existir. Pessoas cegas que caminham sozinhas, com autonomia, geralmente aprendem em aulas de orientação e mobilidade a locomoverem-se com segurança e eficiência, utilizando os sentidos remanescentes para estabelecer a própria posição e o relacionamento com outros objetos significativos no ambiente (WEISHALN, 1990). Também há os que desenvolvem essa competência com o auxílio de outras pessoas cegas ou não cegas. Com o hábito, os monstros dos perigos vão adquirindo feições mais amigáveis, ao ponto de ajudarem a indicar os caminhos.

Inegavelmente, é mais confortável estar no aconchego do lar ou sair às ruas somente acompanhado. Mas seria uma atitude de resignação. Quando se assume o comando e coloca-se em marcha, um poder gigantesco é despertado. A cada instante, o percurso é apropriado como um segundo corpo do sujeito. O poder da liberdade vence os medos. Enfim, a condição de cegueira não deveria decretar a prisão dos corpos, nem anular as oportunidades de exploração da obra humana. Esse desafio é um ato que significa vencer limites internos e externos, uma declaração de liberdade socioespacial.

A exploração da infinidade de sensações e experiências que os espaços públicos oferecem pode provocar uma percepção idiossincrática do lugar, despertando narrativas singulares sobre o belo e novas versões dos afetos. A falta da visão intensifica outras sensações, de modo que até mesmo quem enxerga, em determinados momentos, se priva da visão para apreciar mais internamente as relações estabelecidas com o mundo pois, como expõe Pallasmaa (2010, p. 47), “durante experiências emocionais esmagadoras tendemos a fechar o sentido distante da visão. Fechamos os olhos quando sonhamos, quando escutamos música ou acariciamos nossos entes queridos”.

É inegável que existe uma cultura hegemônica da visão em relação aos outros sentidos. Tal opinião é partilhada por Pallasmaa (2010), Tuan (2012), Gomes (2013) e Le Breton (2016), convencidos de que o sentido da visão na cultura ocidental é mais importante que os demais para as vivências cotidianas. Mocarzel (2008, 6'), no documentário “Sentidos a flor da pele”,

entrevista Antony Moraes, que perdeu a visão após se aposentar. Em um dos trechos este afirma que “a visão é o sentido mais forte que a pessoa tem, se sobrepõe a tudo. Quando a gente enxerga, a gente não presta muita atenção nas outras coisas. A visão dá todas as informações que a gente precisa”.

Entretanto, sem o sentido da visão, é possível perceber detalhes que são suprimidos pela cultura visual. Como lembra Meinig (2002, p. 35), “qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes”. A compreensão de paisagem aqui assumida é uma imbricação do que se pode captar pelos sentidos e os significados que são atribuídos às subjetividades que compõem o mundo exterior. As percepções são também intersubjetivas, ou seja, há uma percepção comum partilhada pelas pessoas que torna possível certa generalização. Assim, a partir de uma postura da Geografia Humanista, voltada para a fenomenologia, o presente trabalho assume o interesse pelas experiências e pela cotidianidade das pessoas que compõem o mundo da vida.

Muitas vezes, imersas no ritmo acelerado do cotidiano, as pessoas se atentam apenas às funções, objetivos, horários a cumprir, minimizando a apreciação do mundo. Além disso, com a possibilidade de acesso à internet, perde-se ainda mais a interlocução nas cidades, em detrimento dos trabalhos “em rede”, no dizer de Oliveira (2001). A falta de segurança também cria medo de se vivenciar a cidade e, desse modo, as pessoas tendem a ocupar espaços privados, o que resulta em um recuo do espaço público e, em consequência, da própria cidadania (GOMES, 2006). Assim, trocam-se os passeios ao ar livre pela prática de esteira dentro de casa, esquecendo que a interação com a cidade melhora as condições físicas e psíquicas, provocando o sentimento de estar vivo, a consciência do corpo em movimento e o pertencimento ao lugar. Através da caminhada, percebe-se o espaço e, ao mesmo tempo, constituem-se as espacialidades do sujeito, gerando uma possibilidade de (re)estabelecer a ligação do homem com a paisagem que o envolve. Assim, concorda-se com Dardel (2015, p. 28) quando expõe que:

A cidade, como realidade geográfica, é a rua. A rua como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão, elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão de mundo e no desamparo do homem; realidade concreta, imediata, que faz do cidadão “um homem da rua”, um homem diante dos outros, sob o olhar de outrem, “público” no sentido original da palavra.

A relação com o espaço público não propicia apenas o recurso da mobilidade, mas também o prazer de caminhar, de viver novas experiências, de observar, de interagir, de sociabilizar, de promover encontros, diálogos e trocas afetivas, ou até mesmo de parar por prazer, só para sentir o movimento pois, como propõe Gehl (2011, p. 133), “o ato de caminhar é muitas vezes um ato necessário, mas também pode ser uma desculpa para estar presente - 'Eu vou apenas caminhar'”ⁱ.

Nem sempre esse convívio entre as pessoas com quem se possa vir a cruzar é valorizado nos espaços públicos. O outro torna-se indiferente, existe para atender a uma função programada – uma espécie de cegueira. De acordo com Sartre (2009, p. 474),

Essas 'pessoas' são funções: o bilheteiro nada mais é que a função de coletar ingressos; o garçom nada mais é que a função de servir os fregueses (...). Em tal estado de cegueira, ignoro concorrentemente a subjetividade absoluta do outro enquanto fundamento de meu ser-em-si e de meu ser-para-outro, em particular de meu 'corpo-para-outro'.

Esses modos de ignorar as pessoas, tal como descreve esse autor, nos conduz a refletir sobre a importância de compreender as necessidades do outro nos espaços públicos.

Tendo em vista todas as questões apontadas, o presente texto se sustenta em pesquisa de campo construída de forma a conduzir as observações *in loco* para ajudar a compreender múltiplas percepções sobre um mesmo espaço. Para tanto, os autores desse texto, dois cegos congênitosⁱⁱ e uma vidente, caminharam por espaços públicos do centro de Curitiba em distintos dias do mês de maio de 2016. O recorte espacial foi definido em razão dos trajetos comumente realizados a pé, após a descida do ônibus, por pessoas cegas que frequentam o Serviço Social do Comércio (SESC)ⁱⁱⁱ: partindo do ponto de ônibus localizado na praça Santos Andrade, da Estação Tubo Central e do Terminal Guadalupe. O lado da rua escolhido foi o caminho mais curto para se chegar ao destino, o que não significa, como se apresentará adiante, o mais confortável e adequado. Conversando, gravando as conversas e fotografando os pontos referenciados, identificou-se os elementos que possuem sentido e significado no mundo vivido das pessoas cegas, relacionados a aspectos históricos, físicos, sensoriais, sociais, bem como ao uso e à apropriação desses espaços.

Magnani (2002, p. 17) enfatiza a importância de deslocar a

observação para o plano do indivíduo em sua vida cotidiana na cidade, afirmando que “a simples estratégia de acompanhar um desses 'indivíduos' em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos”. Dischinger (2000) trabalha com o método denominado “passeio acompanhado”, que consiste em acompanhar os participantes da pesquisa em trajetos, momento em que são registrados os relatos e feitos questionamentos ao mesmo tempo em que se vivenciam as experiências. Lynch (1986, p. 87), por sua vez, cita um procedimento semelhante, chamado “*behavior circuits*”, no qual o pesquisador acompanha a pessoa dialogando em um circuito cotidiano.

No decorrer do texto serão apresentadas algumas ilustrações cartográficas elaboradas pela pesquisadora vidente em forma de croqui, a partir dos pontos evidenciados pelos autores cegos, relacionando a localização dos pontos do trajeto com as fotografias. Geralmente, quem anda sozinho formula um mapa na mente, com os nomes das ruas e a localização dos principais estabelecimentos.

Dessa forma, o texto será apresentado em três seções complementares: i) as adversidades de caminhar, que indicam obstáculos, dificuldades e barreiras; ii) o desenvolvimento de estratégias, que auxiliam na localização e segurança de pessoas cegas e iii) as percepções sensoriais, que podem ser evocadas nos ambientes urbanos, como sons, odores e tato. O trajeto apresentado em cada uma das seções, representado no mapa, é o mesmo, mas as seções estão divididas dessa forma a fim de melhor detalhar e ilustrar as categorias de análise propostas.

■ 2. As adversidades do caminhar: limitações que dificultam as vivências

Existem barreiras, dificuldades e obstáculos específicos em cada trajeto realizado e muitos outros comuns encontrados em grande parte dos espaços públicos. Certamente, tais adversidades prejudicam o exercício da liberdade para marcha livre e segura, ferindo a dignidade das pessoas, que poderão ser vítimas de quedas e consequentes lesões físicas, além de constrangimentos, com consequências psicológicas, sociais e profissionais.

Por outro lado, as pessoas cegas estão cientes de que não podem esperar um mundo perfeito, considerando tudo como obstáculo. Dificuldades

e barreiras são encontradas a todo instante nas ruas: pequenas ondulações no piso, placas, árvores, bloqueios no caminho, falta de sinalização etc. O mundo físico expressa a irregularidade da outra ordem, uma vez que as formas exteriores, que a sociedade constrói, são um reflexo das formas interiores, como bem disse Merleau-Ponty (2011, p. 428), “um interior que se revela no exterior”.

Nas ruas, há necessidade de mobiliário e infraestrutura: lixeiras, placas de sinalização, arborização, postes, telefones públicos, bancos, floreiras, entre outros. Desde que estejam fixadas no local apropriado, podem cumprir suas funções sem comprometer a movimentação dos pedestres. Porém, esse não é o cotidiano encontrado nas ruas de Curitiba, como demonstra Rosaneli (2016).

Nos trajetos que realizam com frequência, as pessoas cegas costumam memorizar as posições dos elementos para, assim, desviar dos obstáculos. Em um caminho desconhecido, realizado pela primeira vez, a pessoa cega pode passar ao lado desses elementos sem se deparar com os mesmos. Numa segunda ocasião, dada a confiança de que não há obstáculo pela imagem mental do trajeto formulada anteriormente, a pessoa pode caminhar com mais segurança, e se chocar com objetos que não esperava encontrar. Portanto, transitar em um espaço urbano desconhecido pode causar insegurança por não haver previsão das dificuldades.

Porém, mesmo que o trajeto seja rotineiro, sabe-se que a cena urbana é dinâmica. As pessoas cegas logo percebem estas transformações mais que as pessoas videntes, para as quais este tipo de mudança, em geral, passa despercebida face à habituação do cenário visual. Elementos da paisagem urbana estão constantemente sendo colocados, removidos ou realocados. Estes podem ser fixos, como o mobiliário urbano, ou móveis, tal qual carrinhos de produtos alimentícios, carrinhos de recicladores, barracas de vendedores ambulantes, caixas, escadas deixadas nas calçadas, portas de automóveis abertas, pessoas que param em cima do caminho tátil e não percebem a aproximação da pessoa cega. Outro exemplo são os carros-fortes estacionados nas calçadas, que, como demonstra Rosaneli (2016, p. 17), também são cenas habituais em Curitiba. Apesar de obstruírem o caminho, podem ser previstos com antecedência por pessoas cegas pelo fato de emitirem o som do motor que geralmente está ligado. Mesmo assim, causam o transtorno de fazer com que o pedestre se desvie de seu trajeto.

O perigo de se chocar com obstáculos sem sinalização foi recorrente

em todo percurso. As dificuldades advêm da falta de estruturas, que, se existissem, proporcionariam segurança e referência. Entre os diferentes exemplos, encontram-se os que serão expostos a seguir (FIGURA 01 e 02)

As praças, de forma geral, são ambientes criados para fornecer aspectos paisagísticos, local para encontro, descanso e lazer. Entretanto, atualmente, sobretudo nas grandes cidades, as praças são vistas como locais de abandono, mendicância, pontos de venda de drogas e prostituição, formando nos cidadãos uma imagem de locais perigosos. Por isso, comumente, as pessoas cegas evitam cruzá-las por não se sentirem confortáveis em relação à segurança devido à falta de sinalização, como piso tátil e piso alerta, e acabam por contorná-las. Assim, não detêm conhecimento sobre o que há dentro das praças e deixam de desfrutá-las enquanto um espaço de bem-estar e lazer.

Na Praça Santos Andrade, as grades (Figura 02A) que “protegem” os monumentos e o gramado, de duvidoso aspecto paisagístico, com altura aproximada de 30 centímetros, dificultam o acesso às estátuas que podem ser exploradas de forma tátil. Os caminhos da praça não seguem uma linha reta, e não há referência, como o piso tátil, indicando por onde se deve seguir. A parte central da praça é mais baixa que as laterais, de modo que nos quatro lados há pequenas escadas de acesso. Dois balizadores de ferro podem ser encontrados próximos às escadarias com o intuito de barrar a circulação de veículos. Em razão de sua altura, representam claro risco, já que sua presença aleatória no espaço de percepção do cego não é sinalizada (Figura 02B). No meio das escadas há rampas de acesso que possuem inclinação muito íngreme (Figura 02C), o que causa a perda de equilíbrio na descida. Rampas também são colocadas em travessias de ruas, mas estas, ao contrário, são pouco íngremes, o que as tornam também inadequadas, pois a pessoa cega pode não perceber onde está a separação da via e do passeio, podendo não prever o momento adequado para atravessar a rua.

Por vezes, até mesmo um mobiliário urbano com intenção de dar suporte aos transeuntes pode apresentar o perigo de a pessoa cega se chocar, quando não possui sinalização do piso tátil alerta: na mesma praça e também ao lado da Estação Tubo Central, há vários bancos dispostos de forma a interromper o caminho, pois não se apresentam com linearidade (Figura 02D). As floreiras de ornamentação, comuns no centro de Curitiba, estão presentes no meio de espaços com grande circulação de transeuntes (Figura 02E). O formato dos telefones públicos não permite que a sua cabine seja detectada antes do contato com a cabeça, já que as pessoas cegas realizam o movimento

de varredura com a bengala no chão. Durante o trajeto, foram detectadas várias ameaças desse tipo: na Praça Santos Andrade, na frente do prédio dos Correios, bem como no Terminal Guadalupe; por vezes, estes telefones possuem composição dupla ou tripla (Figura 02F). Na entrada da Estação Tubo Central de ônibus, há uma divisória de ferro (Figura 02G) ao lado do elevador para cadeirantes, um obstáculo sem sinalização para a pessoa cega.

O objetivo do piso tátil contínuo é ser uma referência que ofereça segurança e liberdade no caminhar para a pessoa cega. Há aquelas que não gostam de exclusividades, mas sim de utilizar a mesma estrutura que todas as pessoas. O espaço para quem enxerga é grande, mas para quem não enxerga é reduzido, com apenas 30 centímetros. Concorde-se com Tosin e Ross (2013, p. 175) que

Não basta adequar uma pequena linha física. É preciso permitir acessibilidade ao 'real complexo'. Não basta tocar a parte. É preciso perceber e navegar sobre o universal. Não basta pisar o chão. As pessoas clamam pelos encontros, as interações que ampliam seus vínculos, suas sensações, seus afetos. A pessoa com deficiência visual já não se limita ao mundo da trilha.

Ao lado do prédio dos Correios, o piso tátil não continua até a esquina para a travessia da rua, nem direciona para a Estação Tubo Central (Figura 02H). No trecho entre o prédio dos Correios e a Estação Tubo Central do ônibus, se o piso tátil for seguido, a pessoa irá encontrar uma parede ao final (Figura 02I). Situações como essas são contraditórias, nas quais a presença da sinalização, em vez de cumprir sua função de indicar o melhor caminho, torna-se um motivo de desorientação. Devido a ocorrências como essas, as pessoas cegas perdem a confiança nos pisos táteis e acabam por utilizar outras referências, tais como analisar todo contexto, ter um conhecimento do ambiente e da realidade construída, não contar apenas com informações isoladas. O piso tátil alerta, por exemplo, tem múltiplas funções: indicar obstáculos, entrada de estabelecimento, rampa para travessia de ruas, entre outras.

Os alinhamentos do meio fio da calçada (o degrau que há entre o passeio e a via) ou o alinhamento predial (a separação entre o domínio público e o privado) servem como referências (tocar para caminhar). Ao utilizar a bengala, pode ser escolhido um ou outro, dependendo das circunstâncias ou das preferências. Se o alinhamento predial é linear, sem muitas entradas nem interrupções, a pessoa prefere usá-lo como referência mesmo que a calçada seja

estreita. Em calçadas largas com muitas lojas abertas, as referências interna e externa são perdidas, pois não se pode usar o alinhamento predial nem o meio fio, onde geralmente estão as sinalizações, postes e lixeiras.

Contudo, por vezes, a conformação do meio pode confundir. Por exemplo, na calçada, após atravessar a Rua José Loureiro, há grade dos dois lados, uma que cerca um jardim, junto ao alinhamento predial, e outra que fica em cima do meio fio. Assim, a pessoa cega perde a referência dos dois lados (Figura 02J). Há colunas em frente ao prédio do SESC no alinhamento predial. Se a pessoa utilizar essa linha como referência, pode esbarrar nas colunas (Figura 02K).

Os buracos e depressões cheios de água da chuva, encontrados em todo o trajeto, conformam uma situação desagradável. Para pessoas cegas, as poças de água são inevitáveis, considerando que a bengala não é instrumento suficiente e propício à finalidade de detectá-las. Quando a pessoa sente que pisou na água, apressa-se em dar um passo mais largo, buscando a sorte de escapar e pisar em chão seco. No entanto, ao invés de escapar, a pessoa pode acabar pisando justamente na parte mais profunda da depressão (Figura 02L).

FIGURA 01 - Croqui dos obstáculos, dificuldades e barreiras



A) Grades; B) Balizadores de ferro; C) Rampas; D) Bancos; E) Floreiras; F) Telefones públicos; G) Divisória de ferro na Estação Tubo Central; H) Piso tátil não segue até a esquina; I) Piso tátil com parede no final; J) Grade dos dois lados; K) Colunas em frente ao SESC; L) Poças de água.

Fonte: ROQUÊ, B. B., 2016.

FIGURA 02 - Imagens dos obstáculos, dificuldades e barreiras



A) Grades; B) Balizadores de ferro; C) Rampas; D) Bancos; E) Floreiras; F) Telefones públicos; G) Divisória de ferro na Estação Tubo Central; H) Piso tátil não segue até a esquina; I) Piso tátil com parede no final; J) Grade dos dois lados; K) Colunas em frente ao SESC; L) Poças de água.

Fonte: ROQUÉ, B. B., 2016.

3. Desenvolvendo estratégias: referências para localização e segurança

No processo de projeto, planejamento e gestão dos espaços públicos urbanos, a criação e a implementação de elementos específicos a um tipo de público-alvo têm a obrigação de oferecer conforto e segurança plenos. O lema

“nada sobre nós, sem nós”, pensado a partir da Convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre os direitos da Pessoa com Deficiência em 2006 e convertida no Decreto Federal nº 6.949 de 2009, enfatiza a importância da consulta a quem são destinados os direitos, como as pessoas com deficiência visual. Esta medida seria fundamental para promover maior participação das pessoas com deficiência nos espaços públicos. Como afirma Gehl (2015, p. 91): “sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida seja vivenciada”.

Enquanto uma pessoa cega pode considerar um elemento enquanto obstáculo ou “defeito”, como um piso quebrado, outra pode interpretar este mesmo objeto como um estratégico referencial para locomoção e localização nos espaços públicos. Se o piso é consertado, a pessoa perde essa referência. Algumas estratégias são aprendidas nas aulas de orientação e mobilidade, outras são desenvolvidas no decorrer das experiências cotidianas. Como cada tipo de espaço público é único em sua composição, ao caminhar com frequência pelo mesmo trajeto, cada pessoa elabora suas próprias manobras.

Na pesquisa de campo, ao desembarcar do ônibus, na Praça Santos Andrade, a estrutura do ponto constitui-se em colunas de ferro que sustentam uma cobertura (Figura 04A). Para seguir caminhando, a referência adotada é, de preferência, a linha do meio fio, pois do lado oposto não há uma linha contínua. Quando o ponto de ônibus está lotado, é necessário esperar as pessoas embarcarem e desembarcarem para utilizar esta linha como referência. Após passar pela lateral da praça, é necessário cruzá-la virando à esquerda, cuja referência é um pequeno declive da calçada. Ao terminar a praça e se aproximar da rua, há um pequeno aclave do piso (Figura 04B). Neste trecho, que passa em frente ao prédio histórico da UFPR, não há meio fio, alinhamento predial, nem piso tátil. Por esta ausência de referência, há certa insegurança, sobretudo quando se passa pelo local pela primeira vez. Uma das estratégias é utilizar o último degrau da escadaria como referência.

Apesar do que se apresentou, há bons exemplos de suporte ao direcionamento da pessoa cega dado pelo piso tátil: um implantado na calçada lateral ao prédio histórico da UFPR, na Rua XV de Novembro, que conduz à esquina corretamente para travessia em direção à Estação Tubo Central do ônibus biarticulado (Figura 04C); da mesma forma, na frente do prédio central dos Correios, o piso tátil alerta facilita a localização e entrada (Figura 04D) e, no terminal Guadalupe, há uma faixa de linha pontilhada em toda extensão

onde param os ônibus (Figura 04E). O sentido tátil nos espaços públicos também pode ser direcionado com as mãos: caso a pessoa queira entrar ou sair da Estação Tubo Central de ônibus, os corrimãos colocados ao lado das escadas facilitam o equilíbrio e o direcionamento dos usuários (Figura 04F).

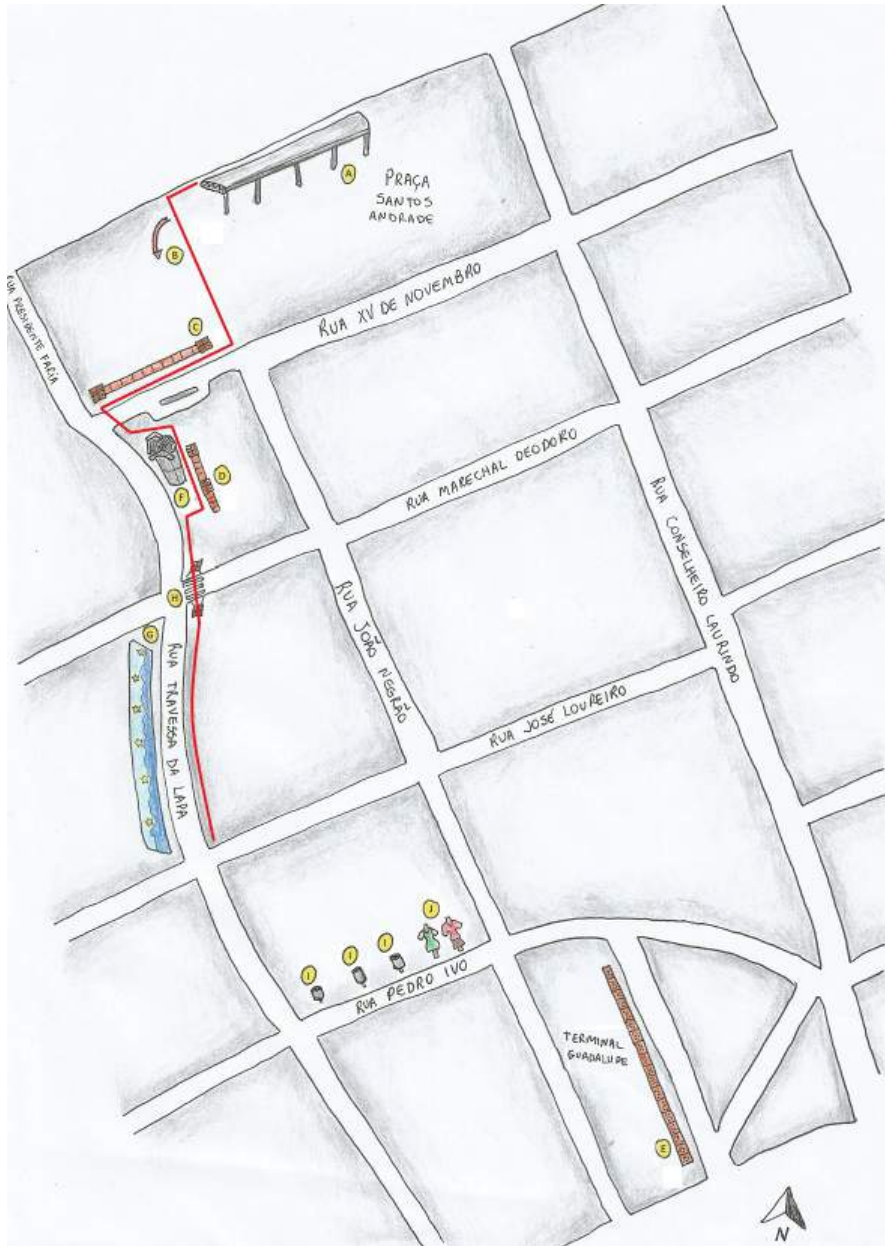
Ao se realizar o trajeto pelo caminho mais curto, no lado esquerdo da Travessa da Lapa, percebe-se que há maior fluxo de pessoas e o caminho possui mais obstáculos. Do outro lado da rua, a calçada está limitada por um grande muro no alinhamento predial, tornando-a mais cômoda por essa referência, além de o piso da calçada ser mais regular (Figura 04G). Em alguns casos como este, a pessoa cega prefere transitar por um caminho mais longo, como uma estratégia para garantir seu conforto e segurança.

Para atravessar as ruas, de forma geral, a pessoa cega que tem conhecimento do sentido dos carros e sua largura, sabe o tempo que irá demorar a travessia. Ouvindo o som do motor, calculam a distância em que o carro se aproxima. Quando há semáforo, seu acionamento garante o tempo de travessia para o pedestre. A estratégia, nesse caso, é escutar o motor dos carros parados. Oliveira (2016, p. 57) utiliza-se da estratégia de “pegar carona” com outras pessoas no momento de atravessar a rua, ou seja, ficar atenta ao momento em que elas irão atravessar para caminhar próximo a elas.

Durante o trajeto, percebeu-se um ônibus parado na esquina da rua Marechal Deodoro e outro em movimento na Travessa da Lapa. O cruzamento dessas duas ruas não permite uma faixa de pedestre ortogonal ao deslocamento do tráfego, mas diagonal (Figura 03). O piso tátil alerta presente na rampa da esquina está posicionado no ângulo da faixa de pedestre e é um indicativo do sentido que se deve caminhar para a travessia (Figura 04H). Após caminhar uma quadra, o SESC se encontra na próxima esquina, mas continuou-se o percurso até o Terminal Guadalupe para contemplar o trecho percorrido pelas pessoas que descem no terminal e caminham até o SESC.

Na Rua Pedro Ivo, há latas de lixo e placas na calçada durante o percurso de duas quadras do SESC até o Terminal Guadalupe, entretanto, o espaço livre para circulação é razoável (Figura 04I). Os manequins das lojas expostos nas calçadas podem ser considerados obstáculos menos perigosos, já que têm formato arredondado e são revestidos com roupa (Figura 04J). Assim, caso uma pessoa cega esbarrasse não se machucaria, podendo tornar-se um tipo de referência. Apesar disso, esta prática das lojas diminuem os espaços de circulação dos pedestres, além de causar constrangimentos caso as mercadorias sejam acidentalmente derrubadas.

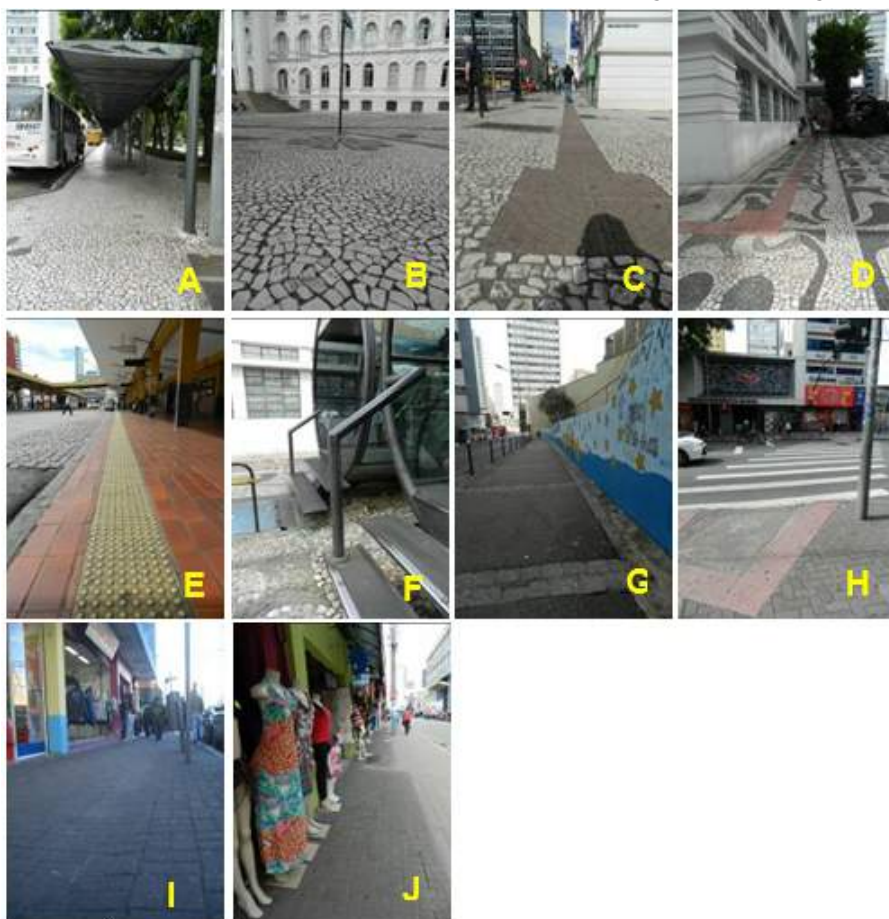
FIGURA 03 - Croqui das estratégias, localização, segurança



A) Estrutura da parada de ônibus; B) Declive da calçada; C) Piso tátil na lateral do prédio histórico da UFPR; D) Piso alerta em frente ao prédio dos Correios; E) Piso tátil alerta no terminal Guadalupe; F) Corrimão na Estação Tubo Central de ônibus; G) Muro que ocupa toda a quadra; H) faixa de pedestre na diagonal; I) Latas de Lixo; J) Manequins nas lojas.

Fonte: ROQUÊ, B. B., 2016.

FIGURA 04 - Imagens das estratégias, localização, segurança



A) Estrutura da parada de ônibus; B) Declive da calçada; C) Piso tátil na lateral do prédio histórico da UFPR; D) Piso alerta em frente ao prédio dos Correios; E) Piso tátil alerta no terminal Guadalupe; F) Corrimão na Estação Tubo Central de ônibus; G) Muro que ocupa toda a quadra; H) faixa de pedestre na diagonal; I) Latas de Lixo; J) Manequins nas lojas.

Fonte: ROQUÉ, B. B., 2016.

4. Percepções sensoriais evocadas na cidade

A criação de vínculo com o local também pode ser denominada de *place attachment*, apego ao lugar, topofilia, identidade, entre outros. Tais terminologias não podem ser consideradas sinônimas, mas possuem uma aproximação conceitual. Uma das dimensões é a funcional, relacionada ao

espaço físico (ELALI e MEDEIROS, 2011), que é percebida a partir dos sentidos. Cavalcante e Elias (2011) consideram que o primeiro grau de apropriação é o olhar. Se assim fosse, a pessoa cega não se apropriaria, levando à criação de vínculos e afetividades. Para ver a cidade não basta observar com o olhar, é necessário interagir com o ambiente, estar presente, sentir, vivenciar - processos que decorrem de todos os sentidos. Dessa forma, as associações vinculadas a partes da cidade geram lugares impregnados de lembranças e significados (LYNCH, 1997, p. 1).

As sensações de calor e de frio, o vento, o chão, a poeira, a vegetação, os sons, os odores e as texturas compõem a paisagem percebida. Concorde-se com a ideia de Pallasmaa (2006, p. 43) que “todos os sentidos, incluindo a visão, podem considerar-se como extensões do sentido do tato, como especializações da pele. Definem a interação entre a pele e o entorno, entre a interioridade opaca do corpo e a exterioridade do mundo”. Quando se fala em tato, logo associa-se às mãos, mas esse sentido está na pele do corpo inteiro. Ainda, observa-se que não é necessário tocar para sentir. As vibrações do som, as variações atmosféricas são captadas a todo instante. Os pés estão em constante contato com o chão, cujas diferentes texturas tornam-se um dos referenciais para locomoção, como o piso tátil.

Perceber os sons do ambiente durante a locomoção pode facilitar o caminhar, pois fornece pistas das movimentações, ou dificultar, quando estes se sobrepõem a outros sons. Um ambiente com muitos ruídos causa poluição sonora, resultando sensação de perigo, ou seja, um ambiente estressante para a pessoa cega. Um exemplo é o ruído provocado pela chuva, cuja queda sobre o guarda-chuva, próximo à cabeça, causa a perda da audição de referências já existentes no percurso. Outro exemplo é o atrito dos pneus na pista inundada, que também altera a propagação de sons paralelos e interfere na percepção no momento de cruzar as ruas, pois diminui a capacidade de perceber o tráfego e a parada dos automóveis.

No roteiro percorrido, foram detectadas sensações táteis, auditivas e olfativas, relatadas a seguir. O croqui do trajeto percorrido é apresentado (Figura 05), assim como os 15 pontos relatados (Figura 06). Percorreu-se na Praça Santos Andrade caminhos antes inexplorados pelos pesquisadores cegos.

Uns dos elementos que chama a atenção neste local são as 11 estátuas e bustos, que a jornalista Domakoski (2016) considera que “são uma viagem no tempo e fornecem informações valiosas sobre a cidade”. Na mesma

matéria, a professora de história das artes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Rosemeire Odahara Graça, afirma: “enquanto a obra bidimensional parece endeusar a pessoa, porque não pode ser tocada, a tridimensional é tátil, permite uma relação afetiva”.

Sendo assim, foram escolhidos dois monumentos para serem explorados de forma tátil. O busto cuja placa indicava “Padre Idelfonso Ferreira” estava sem a grade de ferro que cerca quase todos os monumentos. Ao tocá-lo, foram identificados os botões da blusa, o queixo, a boca e o nariz do padre representado. Devido à altura da base de pedra do busto, não é possível alcançar a estátua por completo (Figura 06A). Na estátua da águia (Figura 06B) é possível conhecer os detalhes do animal selvagem, já que a única forma de o tocar é por meio de representação.

A arborização e vegetação do ambiente na praça é um aspecto menos comum nas ruas, que podem criar uma mudança na atmosfera percebida por todo o corpo. Há espaços para caminhar não pavimentados, compostos por terra, areia ou grama. Estes são percebidos pela sensação tátil dos pés e por vezes por meio da poeira que é levantada pelo vento. Por serem pisos que sofrem deformações com mais facilidade, provocam a sensação de insegurança nas pessoas cegas.

A vegetação propicia um clima de frescor, pela sombra das árvores, o som das folhas que balançam com o vento e o orvalho acumulado que goteja. Este último pode trazer uma sensação de desconforto à pessoa cega, por provocar a dúvida se as gotas podem ser dejetos de pássaros que estão nas árvores. Outros tipos de vegetação em espaços públicos podem mascarar uma função hostil. Plantas (muitas vezes com espinhos) são colocadas em lugares estratégicos de modo que moradores em situação de rua não permaneçam. Para as pessoas cegas, há o risco de tocá-las, provocando arranhões e sensações desagradáveis (Figura 06C). Um elemento comum de ser encontrado são as árvores com galhos abaixo da altura da cabeça. Nesse caso, as pessoas podem ferir o rosto (Figura 06D).

O prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), localizado na praça Santos Andrade, configura-se um exemplo interessante das diferenças de percepção da realidade entre cegos e videntes. A imagem mental que as pessoas cegas formam dos prédios se dá pelas partes do prédio percebidas no contato direto com o corpo: tocadas e sentidas ao enveredar pelas criações arquitetônicas de seus espaços. Nas escadarias da frente do prédio há possibilidade de subir pela parte da frente ou pelas laterais, formato

semelhante ao de uma pirâmide de degraus. No topo das escadas, em frente a porta de entrada principal, há um patamar e colunas circulares ao alcance das mãos. Da parte superior do prédio, que não é possível ser conhecida de forma tátil, a pessoa cega constrói uma imagem mental a partir de descrições narradas por pessoas videntes. A arquitetura está imbuída de mensagens simbólicas impressas em suas estruturas, transmitidas de forma visível e não visível. As pessoas costumam se sentar e conversar nas escadarias, sendo possível ouvir suas vozes ao atravessar a praça ou ao se passar em frente (Figura 06E).

Os sons percebidos no espaço público podem ter características distintas. Pallasmaa (2006, p. 50) considera que “o sentido da visão implica exterioridade, mas o sentido do som cria uma sensação de interioridade”. Sem a visão, a audição pode provocar sensações mais intensas e afetar a pessoa emocionalmente, tanto em aspectos positivos quanto negativos. O mesmo autor complementa que “a experiência auditiva mais primordial criada pela arquitetura é a tranquilidade” (PALLASMAA, 2006, p. 52).

Ainda em relação aos sons, à medida que as pessoas se aproximam de esquinas percebem de modo mais intenso os sons produzidos por carros e ônibus. Os modelos de veículos antigos faziam grande barulho no motor, já os novos são cada vez mais silenciosos. Se por um lado causam menos poluição sonora, por outro dificultam a travessia de ruas pelo referencial sonoro. Para atravessar da Praça Santos Andrade em direção ao prédio dos Correios há duas faixas de pedestres. Na primeira delas, ao lado do cruzamento, não há semáforo para os carros, já que o semáforo se encontra do outro lado da Rua João Negrão. Não havendo o referencial do som dos carros parados, torna-se mais seguro atravessar na outra faixa (Figura 06F).

Uma situação demonstrativa de como os sons são utilizados pode ser notada em frente à Estação Tubo Central da linha de ônibus. A Travessa da Lapa é um corredor exclusivo de ônibus, onde a circulação de bicicletas é muito comum. Presenciou-se uma mulher cega tentando atravessar, quando uma bicicleta passou muito próxima e quase a atropelou. Como a bicicleta produz pouco ruído, ela não conseguiu reconhecê-la pela audição.

Em Curitiba, as paradas de ônibus das estações tubo possuem uma catraca para pagamento antecipado da passagem. As pessoas cegas utilizam como referência o som produzido pelo giro dessas catracas para dirigir-se à entrada (Figura 06G). No trajeto estabelecido podem ser encontradas a Estação Tubo Central na Travessa da Lapa e diversas estações no Terminal Guadalupe. O fato de estar próximo a esse equipamento público conhecido

confere à pessoa cega certo bem-estar e sentimento de segurança, pois, se a pessoa necessitar de apoio, irá até o responsável por aquele serviço, já que a qualquer momento é possível pedir informação. O espaço público se torna um lugar de sociabilização. É o mesmo caso na Rua Pedro Ivo, onde há muitas lojas abertas. O comércio de mercadorias, a circulação de pessoas e de produtos e serviços determinam a renovação constante dos ambientes, resultando em ganhos e perdas em termos de acessibilidade, segurança e liberdade. Causa, ainda, a sensação de segurança pela movimentação de pessoas.

Chegando ao destino, o SESC, em frente à entrada principal do prédio, há uma grande porta, na qual a conversa das pessoas dentro do prédio produz uma acústica percebida por quem caminha na calçada (Figura 06H). O acesso ao local do curso se dá por uma pequena abertura que está localizada ao lado da porta principal. No caso da pessoa que desembarca na Praça Santos Andrade, o trajeto termina ali. Entretanto, como há pessoas que desembarcam no terminal Guadalupe, optou-se por seguir o trajeto com a finalidade de realizar a mesma análise.

Assim, o segundo trajeto percorrido, do Terminal Guadalupe até o SESC, com apenas uma quadra, a da Rua Pedro Ivo, possui calçadas mais estreitas. Nessa rua, encontram-se lojas de roupas e acessórios que fazem uso de músicas em alto volume para atrair clientes. No Terminal Guadalupe também há muito ruído, com pessoas falando e barulho de motor funcionando. Nessa região, há dificuldade e desconforto em consequência dos ruídos e o apinhamento^{iv} de pessoas.

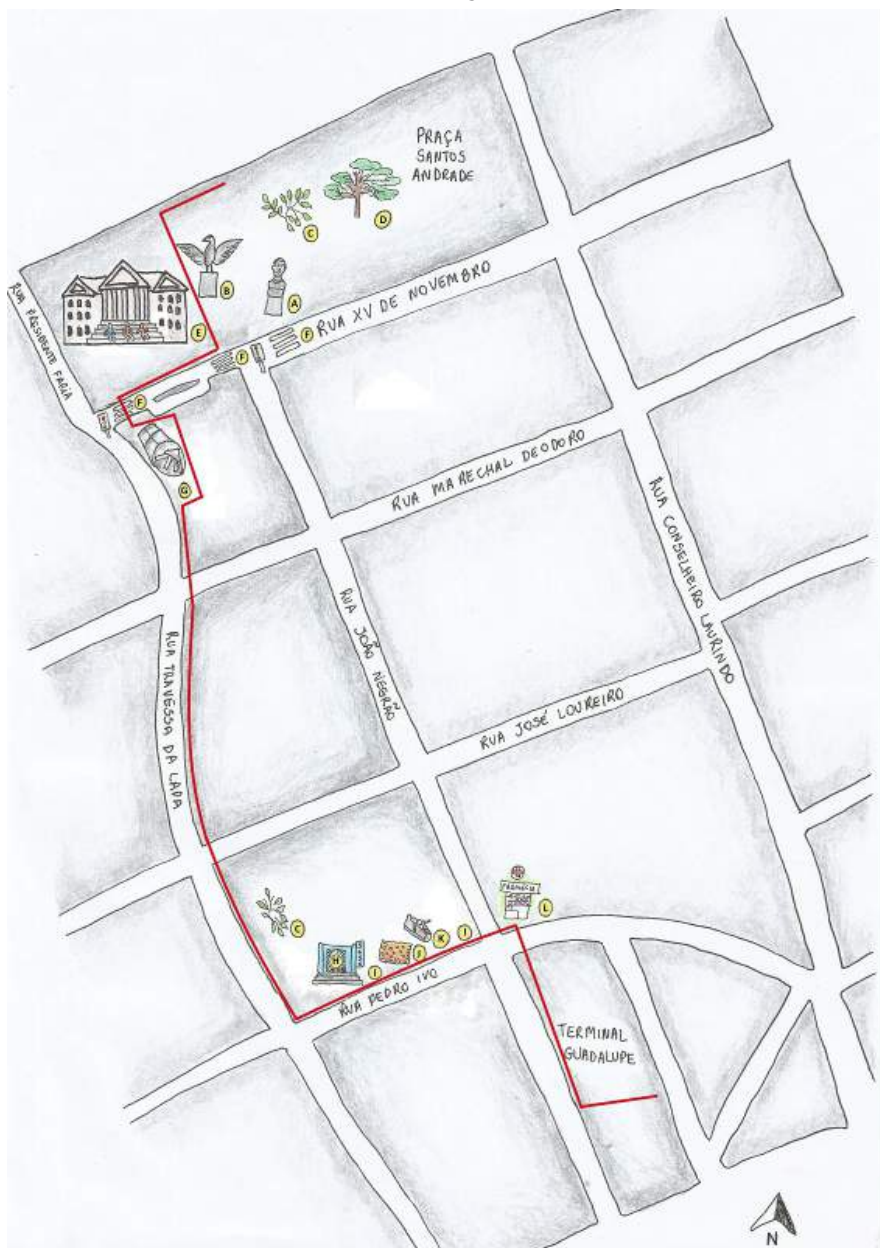
Os cheiros são fatores característicos desse trajeto, que também podem servir como referenciais para a locomoção nos espaços públicos. Nas palavras de Pallasmaa (2006, p. 55), “a recordação mais persistente de qualquer espaço é o seu cheiro (...). O cheiro particular nos faz voltar a entrar sem darmos conta em um espaço completamente esquecido pela memória retiniana”.

A calçada em frente ao prédio do SESC tem odor de urina, assim como na esquina da Ruas Pedro Ivo com João Negrão (Figura 06I), pois nesses locais há muitas pessoas em situação de rua. O sentido do olfato está diretamente relacionado ao sentido do paladar, podendo ser denominado sentido olfato-gustativo. O bar, com uma vitrine de salgados, foi identificado pelo cheiro (Figura 06J). A loja de tênis também foi prontamente identificada pelo cheiro característico de produtos novos, no caso, os materiais com os quais são fabricados esses calçados (Figura 06K). Os estabelecimentos

farmacêuticos, de forma geral, sofreram transformações que influenciaram em seu odor característico, passíveis de serem identificados ao caminhar pelas calçadas. Atualmente, apresentam cheiro de sabonete e de perfume. Tempos atrás, era notório o cheiro de remédio, éter, álcool (Figura 06L).

A percepção é formada pelo conjunto de sensações. Evidenciar determinada sensação vinculada a um ponto do trajeto não significa que as demais não estão presentes, mas sim que naquele instante do caminhar, a atenção foi focada em um ponto específico. Provavelmente, cada vez que o mesmo percurso fosse repetido, seriam percebidos outros odores, sons e sensações táteis. Da mesma forma, diferentes pessoas podem variar suas percepções, ainda que partilhem das mesmas condições biológicas.

FIGURA 05 - Croqui das percepções sensoriais e memórias



A) Busto do Padre Ildefonso Ferreira; B) Monumento da Águia; C) Vegetação com espinhos; D) Árvore com galhos baixos; E) Prédio histórico da UFPR; F) Faixa de pedestre; G) Catraca da Estação Tubo Central de ônibus; H) Entrada do prédio do SESC; I) Espaços com odor de urina; J) Vitrine de salgados; K) Loja de tênis L) Farmácia.

Fonte: ROQUÊ, B. B., 2016.

FIGURA 06 - Imagens das percepções sensoriais



A) Busto do Padre Ildefonso Ferreira; B) Monumento da Águia; C) Vegetação com espinhos; D) Árvore com galhos baixos; E) Prédio histórico da UFPR; F) Faixa de pedestre; G) Catraca da Estação Tubo Central de ônibus; H) Entrada do prédio do SESC; I) Espaços com odor de urina; J) Vitrine de salgados; K) Loja de tênis L) Farmácia.

Fonte: ROQUÊ, B. B., 2016.

5. Mas o espaço público é constituído também por pessoas

Em Oakland, eu fiquei realmente surpreso com quanto a cidade tinha mudado desde que perdi a minha visão. Quando via, gostava dela. Era agradável. Era uma ótima cidade. Mas, quando perdi a visão e estava a andar pela Broadway, fui abençoado a cada quarteirão do caminho. Deus te abençoe, homem. Vá em frente, irmão. Deus te abençoe. Eu não tive nada disso quando via. (Risos). E mesmo cego, não me tratam assim em São Francisco. E sei que isso incomoda alguns dos meus amigos cegos, não incomoda apenas a mim. Normalmente, pensa-se que é uma emoção que vem por piedade. Eu tendo a pensar que vem da nossa humanidade partilhada, vem da nossa união, e acho isso muito bom.

Este relato é do americano Chris Downey, arquiteto que ficou cego em 2008, em trecho retirado de uma palestra proferida por ele no programa TED TALKS. Nota-se como Downey enfatiza que a pessoa cega acaba atraindo a generosidade pública, sem que isto seja uma atitude piegas, nem diminutiva do poder de cidadania do outro, considerando que o espaço público possibilita o convívio com a alteridade. Uma cidade acessível não necessita apenas de elementos físicos, mas também acessibilidade atitudinal (SASSAKI, 2009). Estabelecem-se relações e interações sociais de conversas com estranhos, pedidos de informações, e mesmo olhares e expressões sem necessariamente uma troca de palavras, como afirma Gehl (2015, p. 19):

nas cidades, há muito mais em caminhar do que simplesmente andar! Há um contato direto entre as pessoas e a comunidade do entorno, o ar fresco, o estar ao ar livre, os prazeres gratuitos da vida, experiências e informação. Em essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público como uma plataforma e estrutura.

A cidade pode não ser perfeita fisicamente, totalmente adequada às necessidades das pessoas cegas, mas a acessibilidade também é promovida através das habilidades sociais e do estabelecimento de relações interpessoais para, por exemplo, pedir informações. As pessoas cegas, quando recebem ajuda nas ruas, costumam também conversar. Interagir e usufruir dos benefícios da cidade significam a possibilidade de desenvolver a assertividade de se tomar decisões, quer para alterar o cruzamento de uma rua, quer para solicitar apoio de um terceiro, obtendo maior segurança física.

Para exemplificar, a pessoa cega que aguarda o ônibus sempre num mesmo local terá de contar com a identificação do motorista, o qual escolherá parar ou não, no caso de a pessoa não perceber e não fazer o sinal. Pessoa cega sozinha no ponto de ônibus coloca-se em estado de dúvida e insegurança: Consigo identificar o ruído do ônibus que preciso? Será o motorista conhecido? Se houver certa confusão em razão do elevado movimento de veículos e pessoas, o ônibus passará sem parar? Posso contar com o apoio de outra pessoa que esteja no ponto? Se o ônibus desta pessoa chega primeiro, de novo, a pessoa cega fica sozinha, sem poder contar com sua ajuda. Alguém mais poderia me ajudar? Se a pessoa que está no ponto titubear em ler, a pessoa cega pode pegar o ônibus errado. Assim, é muito comum sentir insegurança com a informação que lhe é repassada.

O pressuposto da autonomia e da independência não se relaciona

apenas ao domínio perfeito das técnicas de uso da bengala, mas também à capacidade de elaborar perguntas, dialogar, elaborar feedback relacionado a informações recebidas e, em contrapartida, agradecer a colaboração, que não se trata de obrigação nem de um gesto de caridade. A companhia de um vidente confere-lhe uma marcha mais segura, livre e rápida. A pressa das pessoas que transitam pelas ruas faz com que diminua a solidariedade e disponibilidade de prestar ajuda a pessoas cegas. Constata-se tal questão nos horários comuns de início e fim da jornada de trabalho. No meio da tarde, ou da manhã, as pessoas, mais tranquilas, estão mais propícias a manifestar atitudes de generosidade.

A oferta de apoio não confere à pessoa cega incompetência e incapacidade. Mesmo assim, algumas pessoas cegas se ofendem com esse tipo de contato, recusam de maneira agressiva, por considerar que a ajuda os coloca em inferioridade. Ao se colocar na posição de “eu estou aqui ocupando meu espaço, é meu direito”, as pessoas cegas estão lutando por esse espaço de autonomia, pois a tendência é que se atribuam a ela a ideia de dependência total. Por outro lado, percebe-se que há demasiada preocupação em ajudar pessoas cegas nas ruas em situações onde ela é plenamente capaz de ser autônoma.

Existem situações comuns de pessoas que buscam prestar ajuda a pessoas cegas nas ruas, mas falta de conhecimento sobre como proceder. Uma delas é “puxar” a pessoa, em vez de oferecer o ombro ou o braço para que a pessoa cega apoie a mão e seja conduzida. Outra é dizer “pode ir” para uma pessoa cega que pretende atravessar a rua, em vez de acompanhá-la. Outro problema muito comum é indicar direções dizendo “aqui” e “ali”, já que a pessoa cega não pode saber para qual lado está sendo apontado.

A pessoa cega geralmente percebe a aproximação de outra pessoa cega ao ouvir as batidas da bengala, que produzem um som característico, fato que ocorreu duas vezes durante as saídas de campo. Geralmente, as pessoas cegas que residem na cidade de Curitiba se conhecem, pelo fato de terem frequentado escolas especiais ou participado de encontros e eventos.

Há pessoas videntes que consideram um heroísmo uma pessoa cega caminhar sozinha. Mas é possível afirmar que há o mesmo risco ao se dirigir um automóvel. Ambos requerem cuidados intelectuais; nesse caso, de natureza visual, para o piloto; de natureza auditiva e sinestésica, para a pessoa cega. Desde que se tomem os devidos cuidados, as possibilidades de acidentes diminuem.

6. Palavras finais

A condição de cegueira situa-se na história do grupo social e na história individual. Para compreender essa situação, não basta realizar simulações eventuais e breves com o uso de vendas. Isto pode, ao contrário, falsear e distorcer o que representa lidar com o inédito dos espaços públicos urbanos. A venda não aproxima as percepções, mas produz aversão, medo, insegurança, desequilíbrio. A convivência, a interação e a empatia com as necessidades e o conhecimento das pessoas cegas permitem adentrar no mundo da alteridade, partilhando de percepções sobre diferentes formas de ver e experienciar a vida e a reflexão sobre outros modos de ser.

As pessoas com visão imaginam a vida das pessoas cegas, inferindo-lhes atributos que não condizem com a realidade, o que se poderia chamar de “mitos”. Um exemplo é o pensamento de que estas pessoas não possuem capacidade de planejamento, de estabelecer roteiros e sequências, estejam aferradas ou presas ao sensorial-imediato, como se elas sentissem apenas o próprio corpo no momento presente. Mas os cegos são capazes de antecipar idealmente o momento seguinte, o trajeto a ser percorrido, as ruas a cruzar, o ponto em que irão descer do ônibus. A pessoa cega é capaz de desenvolver o poder de orientação, situando-se onde está, captando informações e pistas dos percursos que realiza.

Quando têm oportunidade de se locomover com a bengala, costumam explorar os detalhes de calçadas, as entradas da linha predial, tal como as curvas efetuadas pelo veículo automotivo, quando ocupam a condição de passageiro. O “mito da sensorialidade” da pessoa cega pode contribuir para a percepção de incapacidade que se veicula no imaginário social. Assim, é falsa a ideia segundo a qual a pessoa cega estaria perdida na rua.

Portanto, a imersão neste universo das experiências das pessoas cegas no espaço público faz com que as pessoas videntes façam descobertas que antes não eram percebidas por não haver uma percepção mais profunda do ambiente em que vivemos. A pesquisa de campo, relatada através de palavras, imagens e croquis, buscou exprimir as essências das percepções de pessoas cegas. Após a imersão nas pesquisas de campo por intermédio do texto aqui descrito, espera-se que o leitor tenha suas percepções modificadas ao percorrer estes mesmos trajetos.

Referências

- A JANELA DA ALMA. Direção: Walter Carvalho, João Jardim. (documentário). Brasil: Copacabana Filmes, 2001. 1 DVD (73 min.). sonoro, legenda, color.
- CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.) *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 63-69.
- DARDEL, E. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. Tradução de: HOLZER, W. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- DISCHINGER, M. *Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens*. Göteborg, Suécia, 2000. – Department of Space and Process, School of Architecture, Chalmers University of Technology.
- DOMAKOSKI, M. As 11 personalidades que se escondem na Santos Andrade. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 04 out. 2016. Haus. Estilo & Cultura. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/as-11-personalidades-que-se-escondem-na-santos-andrade/>>. Acesso em: 15/1/2018.
- DOWNEY, C. *Chris Downey: Projetar com os cegos em mente*. Tradução de: SENRA, J. Disponível em: <https://pt.tiny.ted.org/talks/chris_downey_design_with_the_blind_in_mind>. Acesso em: 23/7/2016.
- ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. de. Apego ao Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs.) *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011
- GOMES, P. C. da C. *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- _____. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GEHL, J. *Life Between Buildings: Using Public Space*. Washington - Covelo - London: Island Press, 2011.
- _____. *Cidades para pessoas*. Tradução de DI MARCO, A. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015
- LE BRETON, D. *Antropologia dos sentidos*. Tradução de: MORÁS, F. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. Tradução de: CAMARGO, J. L. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Site planning*. 3. ed. Cambridge, Mass.: MIT, 1986
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002
- MEINIG, D. W. O olhar que observa: dez versões da mesma cena. *Revista Espaço e*

Cultura. Rio de Janeiro, n. 13, p. 35-46, jan-jun. 2002

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução de: MOURA, C. A. R. de. 4- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2011.

OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.18, p. 125-132, set. out. nov. dez. 2001.

OLIVEIRA, K. *Alcançando além da visão*: Kelita decidiu vencer. Fortaleza: Premium, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 2006. *Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência*. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 Dez.

PALLASMAA, J. *Los ojos de la piel*. La arquitectura y los sentidos. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

ROSANELI, A. F. Conflitos, desajustes e generosidade nas ruas da região metropolitana de Curitiba. In: ROSANELI, A. F.; BARNABÉ, P. M. M. (orgs.) *Textos sobre Curitiba*: Investigações sobre a cidade e seus arredores. Curitiba, Ed. UFPR, 2016.

SARTRE, J. *O ser e o nada*. 17ª ed. Tradução de: PERDIGÃO, P. Petrópolis: Vozes, 2009.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SENTIDOS A FLOR DA PELE. Direção: Evaldo Mocarzel. Brasil: 24 VPS Filmes, Casa Azul, Superfilmes, TV Cultura e SESC TV, 2008. 1 DVD (80 min), sonoro, legenda, color.

TOSIN, P. V. da S.; ROSS, P. R. O senso de pertencimento de deficientes visuais em relação aos pisos táteis. *Revista Ibero-Americana de estudos em educação*. Araraquara - SP v. 8 n. 1, p. 161-179, 2013

TUAN, Y. *Espaço e Lugar*: a perspectiva da experiência. Tradução de: OLIVEIRA, L. de. Londrina: Eduel, 2013

_____. *Topofilia*. Tradução de OLIVEIRA, L. de. Londrina: Eduel, 2012.

WEISHALN, R. *Orientation and mobility in the blind children*. New York: Englewood Cliffs, 1990.

i No original: The act of walking is often a necessary act but can also merely be an excuse for being present – “I will just walk by.”

ii Pessoas cegas desde nascença, ou que não possuem lembrança de imagens visuais.

iii No momento em que foi realizada a pesquisa, o SESC oferecia cursos na área de informática voltados a pessoas com Deficiência Visual.

iv Termo utilizado por Tuan (2013) relacionado ao incômodo que pode ser causado por pessoas que dividem um mesmo espaço.

PARA ALÉM DO ICÔNICO

A riqueza das experiências nos espaços públicos
do Museu Oscar Niemeyer

CAETANO, Fernando D.¹

1. Introdução

A valorização da imagem de Curitiba, no cenário nacional e internacional, como modelo de cidade a ser seguido, tem sido, nas últimas décadas, um dos principais elementos norteadores das políticas públicas locais de investimento em infraestrutura e equipamentos urbanos. A estratégia de inserção de Curitiba nos circuitos produtivos do atual estágio do capitalismo utiliza, dentre outros, o turismo urbano-metropolitano como um componente fundamental (MOURA, 2007).

Segundo Arantes (1998), no estágio atual de reprodução do capitalismo, a cultura tornou-se peça central. Segundo a autora, a centralidade da cultura no processo de reprodução da materialidade da sociedade explica o interesse pela animação cultural das nossas cidades, cada vez mais conscientes da sua própria dimensão imagética e cultural. Nesse processo, as cidades, inclusive Curitiba, passaram a ser encaradas como um repositório de símbolos (por exemplo, no caso da capital paranaense: Ópera de Arame, Jardim Botânico, Rua 24 Horas, Rua das Flores, etc.) que compõem seu discurso, pois, para a mesma autora, cidade também passou a ser aquilo que se diz dela.

No início do século XXI, o mosaico de ícones que constroem a imagem internacional de Curitiba ganhou um novo integrante, o Museu Oscar Niemeyer, ou simplesmente MON. A presença desse novo museu, projeto assinado pelo principal arquiteto brasileiro até então vivo, no bairro do Centro Cívico, desencadeou novos investimentos na vizinhança e se tornou imediatamente um local de parada no circuito turístico de Curitiba (MOURA, 2007). Apesar do projeto do MON ter sido originalmente pensado

¹ Mestre em geografia pela Universidade Federal do Paraná, especialista em gerenciamento de obras pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, bacharel em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo. Atua como analista de desenvolvimento municipal no Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.
caetano@paranacidade.org.br

para atender a usos seletivos de uma elite artística cultural, o local se tornou, segundo Moura (2011, p. 16), “[...] um ponto de visitação democrático, sem prejuízo da qualidade de sua programação cultural e acervo artístico; um verdadeiro point de parada obrigatória de turistas e curitibanos”.

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é aprofundar a leitura dos espaços públicos existentes no entorno do edifício do Museu Oscar Niemeyer, de forma a reconhecer, para além do icônico e do midiático, a sua complexidade enquanto domínio público, considerando as suas diversas dimensões constitutivas (GURZALAVALLE, 2005).

Além de tais dimensões, a leitura do espaço público em questão também considera em que medida a falta ou excesso de gerenciamento do mesmo contribuíram para a sua configuração atual. Para Carmona (2010), a falta de gerenciamento dos espaços públicos resulta em degradação dos mesmos; já o excesso de gerenciamento está relacionado à sua mercantilização e homogeneização. Essa dicotomia, segundo o autor, é alimentada pela falta de equilíbrio entre as forças políticas e comerciais que constroem as cidades.

Para percepção de como os espaços públicos são construídos, Lynch (1975) ofereceu valorosas contribuições, exemplificadas na leitura que realizou dos elementos arquitetônicos presentes na paisagem urbana do centro de Boston. Segundo o autor, o treino do olhar do observador mostra as possibilidades de revelar uma realidade presente em um lugar, cheia de significados, que muitas vezes não é enxergada pela distração das pessoas.

Em algumas situações de estudo dos espaços públicos, o olhar do observador deve ser acompanhado pela imersão em seu objeto de análise, de forma a tentar compreendê-lo em suas múltiplas dimensões. Duneier *et al.* (2000) exemplifica tal situação ao pesquisar a vida das pessoas em situação de rua do *Greenwich Village*, Nova York, por exemplo.

Na observação e imersão em um determinado espaço público podem ser percebidas formas distintas de apropriação do mesmo (CAVALCANTE; ELIAS, 2011), como ocorre quando as pessoas se sentam em locais não originalmente previstos para esse fim. Por outro lado, os elementos físicos do ambiente construído podem também interferir ou influenciar o comportamento dos seus usuários (ZEISEL, 2006; WHYTE, 2001).

A reflexão aqui proposta tem como recorte espacial a área (Figura 01) delimitada ao norte pela Rua Manoel Eufrásio; ao sul pela Rua Deputado Mário de Barros; à leste pela Rua Marechal Hermes e à oeste pelo Bosque do Papa e pela Casa Militar. Nesse conjunto espacial, estão contidas as calçadas

contíguas às ruas; as áreas de estacionamento; as áreas externas de acesso público das edificações do MON, Ministério Público e Secretarias de Estado, e as áreas livres ajardinadas e pavimentadas entre esses edifícios.

FIGURA 01 - Em vermelho, delimitação da Área de Estudo



Fonte: Google Maps, 2015.

O presente trabalho discorre sobre os antecedentes históricos relacionados ao surgimento do MON, apresenta registros da materialidade e de impressões sensoriais das suas áreas livres e expõe impressões de territorialidade e de apropriação dos seus espaços públicos, determinadas pelos seus usuários.

2. Nasce um novo ícone de Curitiba - o Museu Oscar Niemeyer

A área no entorno do MON faz parte do Centro Cívico de Curitiba, implantado em 1953, pelo então governador Bento Munhoz da Rocha, na

época em que o Estado do Paraná estava em comemoração do centenário de sua emancipação política. O objetivo proposto para o Centro Cívico era concentrar as sedes dos três poderes estaduais num mesmo local (MILAN, 2011).

A primeira proposta para o Centro Cívico foi feita pelo urbanista francês Alfred Agache, em 1940. Nessa década, o então prefeito Rozaldo de Mello Leitão contratou a empresa de engenharia Coimbra Bueno & Cia. Ltda. para propor um plano de expansão ordenada para a cidade de Curitiba. Trata-se da mesma empresa que já havia trabalhado na construção da cidade de Goiânia (MUELLER, 2006).

Para conceber o Plano de Curitiba, a referida empresa contratou o urbanista Agache, notabilizado no cenário nacional por seus trabalhos similares realizados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. A proposta de Agache consistia, dentre outras coisas, em intervenções urbanísticas visando transformar Curitiba numa “cidade moderna”. Dentre as intervenções propostas no nomeado “Plano Agache” destacam-se: sistema viário radial/perimetral para maior fluidez dos carros, saneamento da cidade com drenagem dos banhados e a construção do Centro Cívico (MUELLER, 2006).

Na década de 1950, o governo do Paraná contratou o arquiteto David Azambuja para projetar o conjunto de edificações administrativas que sedariaria os três poderes estaduais. Impregnado pelo estado de espírito de autoafirmação da nação brasileira – a arquitetura modernista serviu como um dos principais meios para alcançar tal objetivo –, as edificações projetadas para o Centro Cívico de Curitiba representam a monumentalidade necessária para o centro político da capital do Estado do Paraná (MUELLER, 2006).

Nos acervos documentais da Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP) identificou-se que, no início da década de 1970, os terrenos da antiga Companhia de Estearina Paranaense, fabricante de velas, nos “fundos” do Palácio Iguaçu, foram desapropriados pelo então governador Paulo Pimentel para fins de implantação de um edifício sede do novo Instituto de Educação do Paraná (IEP), projetado pelo renomado arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer (Figura 02).

O projeto de Niemeyer, executado ao longo da década de 1970, não foi utilizado para fins educacionais conforme originalmente se propunha. Em 1976, a área de propriedade da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar) foi cedida por meio de comodato ao Estado do Paraná para que o

edifício projetado por Niemeyer, denominado Edifício Humberto de Alencar Castello Branco, fosse utilizado para abrigar as secretarias de Estado (VAZ, 2011).

Entre o Edifício Castello Branco e o Palácio do Iguaçu foram projetadas mais duas edificações destinadas a abrigar as secretarias de Estado. Os edifícios são do final da década de 1970, projetados pelo arquiteto paranaense Luiz Forte Netto. Um deles abriga atualmente a sede do Ministério Público do Paraná e o outro abriga as sedes da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Também no final da década de 1970, o já renomado paisagista brasileiro Roberto Burle Marx elaborou um projeto para as áreas livres entre os edifícios modernistas do Centro Cívico. A proposta paisagística de Burle Marx buscou integrar as áreas livres entre as edificações por meio de desenhos de paginação de piso em *petit pavet*, áreas gramadas com vegetação de médio e grande porte e espelhos d'água (MUELLER, 2006). Da sua proposta original, parcialmente executada e muito descaracterizada, restam as paginações de piso em *petit pavet* no entorno do MON.

FIGURA 02 - Edifício Humberto Castello Branco – Oscar Niemeyer – Década de 1970



Fonte: Acervo Secretaria de Estado da Cultura.

Na década de 1990, o então governador e arquiteto Jaime Lerner inicia campanha pela candidatura da cidade de Curitiba para receber uma

unidade da Fundação Guggenheim no Brasil, como forma de internacionalização da cidade de Curitiba. Para viabilizar essa ideia, Lerner convida Niemeyer para adaptar o Edifício Castello Branco e servir de abrigo a um novo museu de arte de Curitiba. O arquiteto carioca aceita o convite desde que se construísse em anexo um novo edifício que se tornasse símbolo da instituição cultural (MOURA, 2010).

A SEDU, por meio do PARANACIDADE, foi responsável pela construção do novo anexo exigido por Niemeyer, conhecido como “Olho”, e das adaptações físicas do Edifício Castello Branco para abrigar o novo museu. Em menos de um ano, o “Olho” foi construído e inaugurado com a presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso (RUPP, 2012).

A partir da sua inauguração em 2002, o NovoMuseu, rebatizado pelo então governador Roberto Requião como Museu Oscar Niemeyer, torna-se um local de visitação de turistas atraídos mais pela sua arquitetura simbólica do que necessariamente pelas obras de arte expostas em seu interior.

O ambiente neutro e puro do “cubo branco” representa a estética da arquitetura modernista e é suplantado pelo “Olho”, que materializa conceitos da arquitetura pós-modernista, segundo a qual a edificação é carregada de simbolismo e de efeitos sensoriais, assim como são as instalações artísticas contemporâneas (VAZ, 2011).

O MON tornou-se um ícone de Curitiba e, desde então, faz parte do roteiro turístico da cidade. Seu público atual não se limita aos turistas e aos apreciadores de exposições artísticas, como também é composto por assíduos frequentadores das suas áreas livres, uma delas popularmente conhecidas como “Parcão”. Vaz (2011) defende a tese de que o MON se caracteriza como um “espaço híbrido”, que serve não apenas como local para expor obras artísticas, mas igualmente como praça pública, local de lazer, diversão, turismo e consumo, atendendo ao perfil internacional suscitado pelos museus no século XXI.

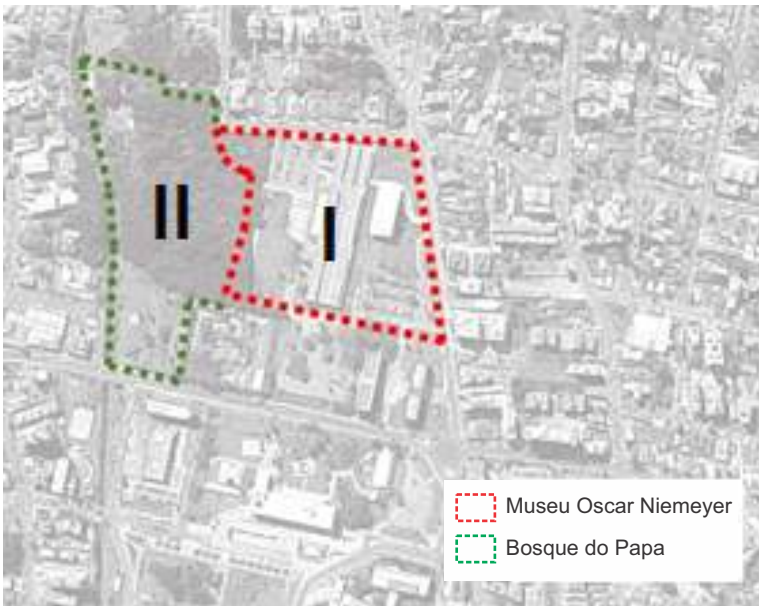
Um dos fatores do sucesso institucional do MON, apontado por Vaz (2011), foi a sua qualificação jurídica como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Inicialmente denominada Sociedade Novo Museu de Curitiba, criada em 2002, essa OSCIP tinha o objetivo de administrar o NovoMuseu, recém-criado. Em 2003, a OSCIP foi transformada em Sociedade dos Amigos do MON e em 2009 em Associação dos Amigos do MON.

A qualificação jurídica de OSCIP, regida pela Lei Federal nº

9.790/1999, é caracterizada por pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos dotada de maior autonomia administrativa do que uma pessoa jurídica de direito público. A qualificação jurídica de OSCIP adotada pelo MON perdurou até 2013, quando então passa a ter a natureza jurídica de Organização Social (OS) (RUPP, 2013). A qualificação jurídica de OS é regida pela Lei Federal nº 9.637/1998. Vaz (2011) observa que a motivação para alteração da qualificação jurídica do MON está relacionada à necessidade de maior controle e fiscalização da administração do museu por parte do Governo do Estado, em especial do Tribunal de Contas. Segundo Rupp (2012), a qualificação jurídica de OS tem regras mais próximas das exigidas no serviço público do que a qualificação de OSCIP.

Desde 2003, ano seguinte à criação da OSCIP, a administração estadual já havia delimitado a área sob responsabilidade institucional do MON, por meio do Decreto Estadual nº 1.779/2003. O referido decreto delimitou duas áreas (Figura 03).

FIGURA 03 - Delimitação dos perímetros do MON



Fonte: Decreto Estadual nº 1.779/2003; elaborado pelo autor, 2018.

Os imóveis que compõem o conjunto urbanístico do Centro Cívico, dentre eles o Museu Oscar Niemeyer, foram tombados em 2012 pelo

Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. O MON foi classificado como grau de proteção 1, impondo-se, por norma da Secretaria de Estado da Cultura, que este bem seja mantido integralmente com os aspectos originais de sua concepção, admitindo-se, de forma excepcional, apenas modificações internas.

3. Registros da materialidade das áreas livres do MON

A percepção das características materiais do lugar foi feita por meio da observação qualitativa. Jacobs (1985) considera que a observação representa uma importante ferramenta de diagnóstico, podendo antecipar anormalidades na área estudada e direcionar a aplicação de pesquisas quantitativas.

Foram feitos diversos registros fotográficos, em períodos diurnos e noturnos, durante dias de semana e fins de semana dos meses de abril, maio e junho de 2015, visando identificar e mapear as relações estabelecidas entre os ambientes construídos e o comportamento das pessoas. Apreendeu-se, em decorrência desses registros, que a área observada engloba um amplo conjunto de áreas livres, associadas à presença de edifícios institucionais, que a tornam bastante diversificada em possibilidades de uso e apropriação pelas pessoas que a frequentam.

As áreas livres no entorno do MON caracterizam-se por um conjunto de grandes “platôs” com diferenças de níveis, integrados por rampas ou escadas. Identificou-se problemas de escoamento das águas pluviais em dias de chuva em algumas áreas com pouca inclinação, em função das irregularidades e afundamentos do pavimento em *petit pavet*, predominante nas áreas de circulação de pedestres.

A iluminação do local é feita por diversos tipos de luminárias. Nas ruas do entorno, o modelo de luminária predominante é aquele fixado nos postes da rede de energia elétrica, à exceção da Rua Dep. Mário de Barros, que apresenta postes de iluminação específicos. Esses modelos de luminária são voltados, principalmente, à circulação de veículos, emitindo feixes de luz em tom amarelado. Já no interior da área de estudo as luminárias apresentam maior diversidade de modelos e finalidades.

Para iluminação geral das áreas livres de maior dimensão são utilizados postes com luminárias do tipo “pétala”. Para as rotas de circulação

de pedestres e áreas de estacionamento são utilizadas luminárias de menor porte, ambas com luz de aparência de cor branca. Destaca-se também a iluminação estética utilizada nos edifícios do MON e do Ministério Público. Foi feito um levantamento quantitativo do funcionamento das lâmpadas na área de estudo, e verificou-se que as luminárias que estão inseridas no perímetro do MON (Figura 03) apresentam maior quantidade de lâmpadas em funcionamento pleno do que nas demais áreas livres do local.

A segurança do MON é feita pela iniciativa privada, responsável, dentre outras atribuições, pelo monitoramento das pessoas que circulam e permanecem na edificação e seu entorno imediatamente próximo. Identificou-se a presença de quatro câmeras de monitoramento: duas localizadas no estacionamento próximo à Rua Manoel Eufrásio, uma fixada na fachada sul do edifício horizontal do MON e uma localizada próxima ao edifício do Ministério Público. Não foi identificada a presença de servidores públicos fazendo a segurança nas áreas livres inseridas na área de estudo, mesmo com a sede da SESP localizada nessa área.

O uso do solo observado nos lotes lindeiros da área de estudo são bem variados: institucional (público e privado), comercial e serviços, residencial unifamiliar, residencial coletivo, cultural e de lazer. O uso institucional identificado está relacionado às edificações da estrutura administrativa pública estadual como Secretarias de Estado, Palácio Iguaçu, Ministério Público e Casa Militar. Identificou-se ainda usos institucionais de âmbito privado, como sede da Federação dos Empregados no Comércio, e uma instituição religiosa.

O uso comercial e de serviços compreende restaurantes, farmácia, salão de beleza e consultório odontológico. Esse tipo de comércio está basicamente direcionado a atender as demandas das pessoas que trabalham no Centro Cívico, dos turistas, dos frequentadores do MON e do Bosque do Papa e dos moradores do bairro. Observou-se algumas residências unifamiliares, cujas construções não são recentes e apresentam visualmente bom estado de conservação, aparentemente resistindo à alta valorização imobiliária do bairro.

Além disso, notou-se edifícios residenciais, alguns mais antigos e outros recém-inaugurados. Vale destacar também o próprio MON e o Bosque do Papa como equipamentos de uso cultural e de lazer, frequentados por turistas e por moradores da Região Metropolitana de Curitiba.

Percebeu-se, de maneira geral, intensa circulação de veículos ao

redor do MON. Em geral, são veículos que buscam acessar as instituições públicas localizadas no Centro Cívico ou cruzar o Centro Cívico para acessar outras regiões da cidade. Existem duas áreas de estacionamento de veículos para atender a demanda de usuários da área, ambas concedidas à iniciativa privada. A principal delas está localizada na Rua Manoel Eufrásio, pois possibilita o acesso de veículos particulares, de transporte de passageiros e de carga e descarga, leves e pesados à área de estacionamento interna e a determinadas dependências do MON. As áreas de estacionamento oferecem vagas para carros, motos e bicicletas. Existem vagas exclusivas para pessoas idosas e com deficiência física.

Observou-se que as duas apresentaram alta taxa de ocupação durante o dia, tanto nos finais de semana quanto nos dias úteis. Nestes, são ocupados predominantemente por funcionários públicos que trabalham nos edifícios próximos. A partir das 08:30h da manhã, durante a semana, as vagas do estacionamento voltado para a Rua Marechal Hermes já estão lotadas e permanecem assim até o fim do expediente, por volta das 18:00h. A concessão das duas áreas de estacionamento para iniciativa privada, ocorrida em 2017, não reduziu a intensidade de uso desses espaços, em função da alta quantidade de veículos que circulam diariamente no local, intensificada quando ocorre algum evento no MON.

A Rua Manoel Eufrásio apresenta menor movimento do que as demais ruas do entorno da área de estudo por permitir o estacionamento em ambos os lados da via e estar próximo do olhar dos seguranças do MON. Tal via tornou-se uma terceira opção de local de parada quando os demais parqueamentos do MON estão lotados. Além de veículos leves, é comum encontrar na Rua Manoel Eufrásio e em várias ruas do entorno, ônibus de turismo e de transporte escolar trazendo visitantes para o MON.

A presença de ciclistas e motociclistas na área de estudo não foi representativa no período de observação, em comparação com a presença de pedestres, carros e veículos de transporte. Apesar disso, observou-se a construção de dois novos paraciclos, ambos obedecendo a NBR 9050/2015, com instalação de sinalização tátil de alerta. Um deles está localizado próximo à estação tubo da Rua Marechal Hermes, e o outro próximo ao acesso da Rua Manoel Eufrásio.

Observou-se na área de estudo uma constante circulação e permanência de pedestres, por motivos diversos. Durante os dias úteis, devido ao fluxo de funcionários públicos que vão trabalhar no Centro Cívico

utilizando: i) meio transporte particular, estacionando seus veículos nas áreas de estacionamento do MON ou na Rua Manoel Eufrásio ou ii) meio de transporte coletivo público, descendo na estação tubo ou no ponto de ônibus, ambos localizados na Rua Marechal Hermes. Nos fins de semana, observou-se maior intensidade da circulação de turistas nos arredores do “Olho”, de pessoas passeando com cachorros no “Parcão” e de adolescentes e jovens que utilizam o local como ponto de encontro, interação e consumo de bebidas alcoólicas e drogas.

De maneira geral, as áreas de circulação de pedestre apresentam largura suficiente para atender à demanda, com exceção das calçadas localizadas na rota de pedestres entre o ponto de ônibus da Linha Turismo e o edifício do “Olho” (Figura 04). Esses passeios possuem em torno de três metros de largura, dimensão insuficiente para o convívio sem interferência entre a circulação de pedestres e a permanência momentânea para o registro fotográfico, muitas vezes por meio de *selfie*.

FIGURA 04 - Calçada em frente ao “Olho”



Fonte: Acervo do autor, 23 de maio de 2015.

Em relação à acessibilidade, observou-se vários indicativos de investimentos para tornar a área de estudo mais acessível, como a instalação de rampas, piso tátil direcional e alerta, além de disponibilidade de vagas exclusivas para idosos e deficientes físicos, em conformidade à NBR 9050/2015. Mesmo com maior adequação das áreas de circulação para atender

à referida norma, notou-se maior utilização pelos pedestres da rampa fora de padrão, com inclinação mais acentuada, porém com menor extensão do que a rampa acessível, com inclinação suave e maior comprimento. Provavelmente, o mesmo tipo de investimento ou infraestrutura física feito para melhorar a acessibilidade universal no entorno do MON não será encontrado em outras áreas livres de Curitiba, menos icônicas ou midiaticizadas.

4. Impressões sensoriais que qualificam o lugar

Os diversos tipos de ambientes identificados na área de estudo estimulam os sentidos humanos de forma variada. O sentido da visão é especialmente provocado pela arquitetura de Niemeyer. A monumentalidade do MON impressiona visitantes durante o dia e a noite. O campo visual do observador que olha para o MON pela Rua Marechal Hermes é bastante amplo e sem obstáculos visuais, como rede aérea de energia elétrica, que possam interferir na contemplação da obra arquitetônica. No interior da área de estudo, os diferentes ambientes são definidos pela proximidade e distanciamento entre as edificações, pela presença e ausência de vegetação e pelos desníveis.

Os sons no local variam em função dos tipos de ambiente, do período do dia ou da semana e dos tipos de usuários. Durante a semana e ao longo do dia e início da noite, o ruído dos veículos que circulam na Rua Deputado Mário de Barros é intenso, dificultando, por exemplo, a conversa de pedestres na calçada. O desnível, a distância e as barreiras físicas fazem com que os sons das ruas do entorno sejam pouco perceptíveis nas praças internas, como o “Parcão”.

É também comum ouvir nos dias de semana os sons de helicópteros sobrevoando o Centro Cívico e pousando nos arredores do Palácio Iguaçu. Já próximo ao ponto de ônibus da Linha de Turismo, o som da fonte de água corrente em frente à instituição religiosa torna o momento de espera mais agradável.

Nas áreas livres, durante os dias úteis, predominam os sons dos pássaros, das vozes de pessoas conversando em grupo, dos gritos das crianças que visitam o MON, e também os ruídos das máquinas de cortar grama. Nos fins de semana é comum os sons dos latidos dos cachorros, dos cantores com violão, dos aparelhos de som de grupos de dança e das conversas exaltadas de

grupos de adolescentes.

Nas visitas de campo, dois odores percebidos chamaram a atenção: o cheiro da grama recém-cortada e o de maconha nos fins de tarde e início de noite nos arredores do “Parcão”. Já o sentido tátil sofre ao transitar sobre pisos irregulares e soltos do *petit pavet*. Mesmo quando esse tipo de revestimento apresenta situação adequada, ao se locomover de bicicleta, empurrando um carrinho de bebê ou de sorvete, é inevitável perceber algum incômodo em função da vibração resultante do contato dos pneus com o piso. Circular e permanecer (sentado ou deitado) sobre a grama é comum e permitido na área estudada, mais agradável após a grama cortada e nos dias sem chuva.

Além da macropaisagem definida pelos volumes das edificações e das massas verdes, a paisagem visual também é definida na área de estudo pelos elementos de comunicação visual, diversificada para atender ao seu público-alvo. Os tipos de sinalização encontrados estão relacionados à ordenação do trânsito nas áreas de estacionamentos, à orientação dos visitantes, às dependências do MON e às regras para passeios com cachorros.

Os informes publicitários observados podem ser caracterizados como formais e informais. Entende-se por formal o informe publicitário feito em local legalmente adequado para tal fim. Assim, a publicidade formal pode ser constatada junto aos pontos de ônibus, relógio público e nas dependências do MON, cujos anúncios pouco falam sobre o perfil dos frequentadores do local. Já a publicidade informal é fixada nos postes e nas árvores e objetiva uma comunicação mais direta com um tipo de público específico.

A paisagem visual também é composta por instalações artísticas fixas localizadas nas áreas externas próximas ao MON. As obras são bastante diversificadas e, em alguns casos, podem até ser confundidas com elementos de mobiliário urbano, como placas de sinalização, lixeiras e bancos.

Foram raros os registros de pichação na área de estudo. Em duas ocorrências percebidas, notou-se tratamento distinto dado pelos seus administradores para cada uma delas. Em local mais próximo ao edifício do MON, a pichação foi apagada em poucas semanas. Em trecho mais afastado da rota dos seus frequentadores, a pichação permaneceu por todo o período de observação. Segundo Carmona (2011), a forma como são tratadas as situações de vandalismo ou pichação em espaços públicos é um indício de falta ou excesso de gerenciamento dos mesmos. Pode-se dizer que as áreas livres mais próximas do edifício do museu tendem a ser mais gerenciadas do que aquelas mais distantes.

A área de estudo é ocupada por vegetação de grande porte (árvores), médio porte (arbustos) e pequeno porte (herbáceas). As árvores se concentram junto ao Bosque do Papa, formando um maciço verde que sombreia o “Parcão” nos finais de tarde dos dias de sol. Além do Bosque do Papa, as árvores se fazem presentes na praça maior, com espécies de grande e médio porte, que produzem sombra em grande quantidade. A área central da grande praça abrigava um espelho d’água que deu lugar a um conjunto de cedros. Espécies de árvores nativas e exóticas dividem espaço na área de estudo, porém a composição paisagística das áreas verdes não é atribuída a Roberto Burle Marx.

Em menor quantidade, e de forma mais espaçada, são encontradas árvores nas áreas de estacionamento e entre o MON e o gramado do “Parcão”. Destaca-se um conjunto de árvores caducifólias no “Parcão”, que no outono perdem as folhas e marcam o tempo na paisagem. Floreiras se concentram próximas aos edifícios do funcionalismo público, trazendo um pouco de delicadeza à austeridade imposta por essas edificações.

Associados à vegetação e aos usos existentes no local, observou-se a presença constante de diversas espécies de pássaros, que o habitam ou encontram nele fontes de alimentos. É comum o aparecimento de sabiás e quero-queros procurando alimento nas áreas gramadas após o corte da grama, os pombos procurando restos de alimentos no lixo deixado pelos frequentadores, casas de João-de-Barro nos galhos das araucárias. Excepcionalmente, é possível ver uma curicaca buscando alimento no talude da Rua Dep. Mário de Barros.

5. A territorialidade e a apropriação dos espaços públicos determinada pelos diversos usuários

Os levantamentos de uso, ocupação e apropriação pelas pessoas dos diversos tipos de ambientes existentes possibilitou perceber pelos menos três principais tipos de frequentadores predominantes: i) o grupo de turistas e frequentadores das instalações internas do MON; ii) o grupo de frequentadores do “Parcão” e adjacências; e iii) o grupo de funcionários que trabalham nas secretarias de Estado e no Ministério Público.

Esta classificação em grandes grupos de usuários permitiu especular uma subdivisão da área de estudo em três territórios: i) Território do MON,

que compreende o entorno imediato dos edifícios do museu; ii) Território do “Parcão”, área gramada entre os edifícios do MON e o Bosque do Papa; e iii) Território do funcionalismo público, áreas ao redor dos edifícios-sede do Ministério Público do Paraná e da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

A dinâmica de uso destes três territórios identificados influencia o uso e a apropriação de outras áreas existentes dentro do local de estudo, como os estacionamentos e uma grande praça plana adjacente ao MON.

O Território do MON é utilizado nos dias úteis e nos fins de semana, variando nos tipos de usuários e no grau de intensidade do uso. Durante a semana, observou-se a presença de estudantes do ensino fundamental advindos de escolas da Região Metropolitana de Curitiba, participantes de eventos realizados no MON, turistas, frequentadores do café, restaurante e demais instalações do MON e praticantes de atividades físicas (caminhadas e ginástica). Nos fins de semana, constatou-se a presença em maior quantidade de turistas, de adolescentes ensaiando em grupos de dança (*street dance*) e apreciadores das exposições artísticas do MON.

O território denominado “Parcão” é caracterizado por ser uma área de lazer e distração, frequentada nos dias úteis e nos fins de semana. Durante a semana é utilizado, de forma notória, como área de descanso – nos intervalos de trabalho dos funcionários do MON e das instituições públicas próximas –, de encontro de casais de adolescentes, de passeio com cachorro, de recreação de grupos escolares e de reunião de grupos, em geral de jovens, para conversar e consumir drogas. Nos fins de semana, intensificam-se as pessoas que trazem seus animais de estimação para passear e os grupos de jovens já mencionados. Nota-se também a presença de músicos, malabaristas, fotógrafos, desenhistas e casais passeando com carrinhos de bebê e/ou filhos pequenos.

No último território, o uso e concentração se dá nos dias úteis, no horário de expediente dos funcionários do Ministério Público e das secretarias de Estado. Essa área apresenta um fluxo constante de pessoas, que entram e saem a todo o momento das duas edificações que abrigam estas instituições. Notou-se alguns tipos de fluxos característicos: i) o fluxo entre as duas edificações por funcionários do Ministério Público, em função dessa instituição ocupar as duas edificações; ii) o fluxo de pessoas externas que estabelecem algum tipo de relação com tais instituições; e iii) o fluxo das pessoas internas e externas que utilizam os postos de atendimento e caixas eletrônicos de agências bancárias, localizadas no interior dos edifícios.

Além dos fluxos, observou-se a permanência de pessoas fumando

nas áreas externas próximas às entradas das duas edificações, já que no interior das mesmas tal ato é proibido por lei. Nos fins de semana não há atividades relacionadas ao funcionalismo público, e pouco se identificou o uso como local de permanência pelos demais frequentadores identificados na área de estudo.

Na área “residual”, não se observou uma nítida apropriação predominante por um grupo identificado, talvez em função da sua grande dimensão em relação à escala humana, à sua falta de composição enquanto espaço de permanência, e à fraca relação de uso estabelecida entre o espaço físico da praça e as edificações que a delimitam. Em dias úteis, notou-se vestígios da presença de pessoas que provavelmente se abrigaram sob algumas árvores, além de pequenos grupos que se reúnem para consumir drogas sob a copa das árvores, mais distantes dos olhares da vizinhança. Nos fins de semana, percebeu-se maior utilização de parte dessa área pelos frequentadores do “Parcão”, seja para passear com cachorro, seja para se reunir para consumir álcool e drogas, e também como local para instalação de banheiros químicos para atender ao público participante de eventos que periodicamente ocorrem na Praça Nossa Senhora de Salete, em frente ao Palácio Iguazu.

Notou-se a permanência de pessoas sentadas nos poucos bancos localizados no “Parcão”, mas também sentadas em locais não necessariamente concebidos para tal fim, como escadas, taludes, muretas de um canteiro ou mesmo na grama (Figura 05 e 06).

FIGURA 05 - Sentar-se no meio fio



Fonte: Acervo do autor, 11 de abril de 2015.

FIGURA 06 - Sentar-se na escada



Fonte: Acervo do autor, 16 de maio de 2015.

Verificou-se também que a escolha do local para permanência das pessoas sentadas ou em pé sofre alguma interferência de elementos físicos do ambiente, como sentar próximo ao caminho em *petit pavet* na grande área gramada do “Parcão”, encostar numa mureta de jardim para conversar, ficar sob a sombra das árvores nos dias quentes de sol (Figura 07) ou ficar sob a luz do sol nos finais de tarde de dias frios (Figura 08).

FIGURA 07 - Pessoas sob a sombra no meio de um dia quente



Fonte: Acervo do autor, 23 de maio de 2015.

FIGURA 08 - Pessoas ao sol num final de tarde de um dia frio



Fonte: Acervo do autor, 16 de junho de 2015.

Além disso, observou-se também o fenômeno de “triangulação” (WHYTE, 2001), quando pessoas estranhas interagem entre si a partir de situações específicas que lhes fogem ao controle nas seguintes situações: pessoas que passeavam com cachorro e com crianças pequenas e no ato de fumar em locais pré-determinados.

A observação do comportamento das pessoas nos espaços públicos da área de estudo foi complementada por conversas com alguns tipos de frequentadores, quando basicamente se perguntou por que haviam escolhido o local onde estavam para permanecer, de onde vinham e com que periodicidade o frequentavam.

Tais conversas deixaram evidente que a segurança é a questão central para compreender esse espaço, com distintas percepções. Enquanto um professor ministrava aulas de ginástica numa área junto ao edifício do MON, sentindo-se mais seguro pela presença de funcionários de segurança do museu, os próprios funcionários de segurança relataram sua preocupação com a falta de policiamento no local para coibir atos ilícitos.

Por fim, o fato mais importante é que vários grupos, com distintas maneiras de se apropriar do espaço, foram identificados na área de estudo. Esse convívio aponta que, de maneira geral, os espaços públicos do MON são receptivos à diversidade de uso e às apropriações de seus usuários.

6. Últimas palavras

As áreas livres do Museu Oscar Niemeyer caracterizam-se como espaços públicos de significativa complexidade, pois, ao mesmo tempo, compõem um cenário que integra o discurso construído de afirmação da identidade de Curitiba no cenário nacional e internacional, e constituem um “palco” para o uso, performance e apropriação de diversos grupos de indivíduos, enriquecendo o caráter social e simbólico do MON para a comunidade local, para além da intenção original de sua concepção.

O sucesso do MON como espaço público não pode ser explicado apenas pela sua concepção arquitetônica ou pelo seu modelo jurídico-administrativo. Talvez o seu sucesso possa ser explicado, por um lado, pelo local ter se tornado, de forma premeditada ou não, um espaço democrático e receptivo na região central da metrópole curitibana, atraindo diversos tipos de usuários; e, por outro, à sua gestão, que transmite ao usuário uma sensação de segurança e controle sobre o espaço.

A junção das sensações de liberdade e controle transmitida ao usuário, aparentemente com uma dosagem equilibrada entre ambas, representa um diferencial do MON, quando comparado a outros espaços públicos de Curitiba. Tal fato, associado ao seu apelo midiático, singularidade arquitetônica e ambiência das áreas livres o tornam, para além do icônico, um modelo de espaço público em sintonia com os anseios da sociedade contemporânea.

Por último, arrisca-se a dizer que o museu em sentido clássico seja um dos motivos menos relevantes para atrair o grande número de pessoas que frequentam o local diariamente, aparentemente mais interessadas nos estímulos sensoriais e nas experiências que os espaços públicos do Museu Oscar Niemeyer possibilitam.

Referências

ARANTES, O. B. F. Cultura da cidade: animação sem frase. In: _____. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, 15:1, 2010. pp. 123-148.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. in CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs.) *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 63-69.

DUNEIER, M.; HASAN, H.; CARTER, O. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000.

GURZA LAVALLE, A. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: *Espaço & Debates*, v.25, n. 46, jan/jul, 2005, p. 33-44

JACOBS, A. Starting to Look. In: _____. *Looking at cities*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1985.

LYNCH, K. Tiempo de Boston. In: _____. *¿De qué tiempo es este lugar?* Barcelona: GG, 1975.

MILAN, P. Centro Cívico agora é patrimônio estadual. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 ago. 2011. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/centro-civico-agora-e-patrimonio-estadual-apmyuk7f0xlhniddhte8rxou>> Acesso em: 15/6/2015.

MOURA, R. Efeitos simbólicos do museu Oscar Niemeyer na internacionalização de Curitiba. *Arquitextos*, São Paulo, v. 10, p. 1, 2010.

_____. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.1, n.1, 2011, p.7-30.

_____. O turismo no projeto de internacionalização da imagem de Curitiba. *Turismo – Visão e Ação*, vol. 9, n.3, set/dez, 2007, p. 341-357.

MUELLER, O. *Centro Cívico de Curitiba: um espaço identitário*. 2006. 210 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RUPP, I. Uma janela para o mundo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 nov. 2012. Especiais. Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/especiais/10-anos-mon/uma-janela-para-o-mundo-2s6l7j9ilnpwzh9nt3qs3vyha>> Acesso em: 15/6/2015.

_____. MON passa a ser administrado por OS. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/mon-passa-a-ser-administrado-por-os-efjt8ut2qhso5d4r3xctzd5ce>> Acesso em: 16/6/2015.

VAZ, A. *O Museu Oscar Niemeyer e seu público: articulações entre culto, o massivo e o popular*. 2011. 377 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces, 2001.

ZEISEL, J. Focused Interviews. In: _____. *Inquiry by Design*. Environmental/ Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning. New York: W. W. Norton & Company Inc., 2006.

DA GENEROSIDADE À HOSTILIDADE

Arquitetura hostil nas galerias da Avenida Sete de Setembro

FARIA, Débora R.¹

1. Da generosidade à hostilidade: apresentação

O presente trabalho dedica-se a analisar como técnicas de design e vigilância são utilizadas com o objetivo de controlar o uso e delimitar o espaço público na área central de Curitiba – especificamente na Avenida Sete de Setembro, definida como um Setor Especial Estrutural da cidade. A configuração da paisagem dessas avenidas estruturais baseia-se no Plano Massa, conjunto legal que estabelece, dentre outros aspectos, uma tipologia específica para o embasamento dos edifícios, com o pavimento térreo recuado e o segundo pavimento construído no alinhamento predial, conformando uma galeria pública coberta no nível da rua.

A escolha desse tema deve-se a dois fatores: i) o crescente indicativo de que o espaço público das cidades brasileiras apresenta quantidade representativa de elementos hostis e de vigilância; e ii) a natureza dual do espaço dessas avenidas. Desta, entende-se que, por um lado, os planos diretores do município e parâmetros de construção proporcionaram a formação de galerias que, quase como ato de gentileza urbana, estendem o passeio, formando um espaço caminhável abrigado das intempéries. Por outro lado, apesar da ideia de ampliar o domínio público sob as marquises dos edifícios no Setor Estrutural, observa-se hoje a utilização de diversas ferramentas de controle e restrição do acesso a esse espaço.

O percurso aqui apresentado é composto de três momentos: i) revisão teórica; ii) exame da legislação municipal pertinente ao tema; e iii) exposição dos achados de campo. O enfoque teórico é pautado na crescente preocupação com a segurança, explícita na presença de câmeras de segurança,

¹ Arquiteta e Urbanista, formada pela Universidade Tecnológica do Paraná. Graduação sanduiche em 2014/2015, na Parsons The New School for Design em Nova Iorque, EUA. Mestranda em Planejamento Urbano e pesquisadora no grupo Observatório do Espaço Público da Universidade Federal do Paraná.
deborahraquel@gmail.com

grades, muros altos, arames farpados e outros dispositivos instalados nos domínios públicos e privados. Apesar da preocupação com a violência não ser de forma alguma infundada, os equipamentos de proteção patrimonial invadiram o espaço urbano, mudando a paisagem e, muitas vezes, aumentando a sensação de insegurança nos espaços públicos da cidade. Aborda-se então fatores sociais e comportamentais – medo de estranhos, posição social, apropriação privada do espaço público – que induzem a implantação de arquitetura hostil como forma de dominar o ambiente.

Em seguida, discorre-se sobre a estruturação da legislação municipal referente à área de estudo, de maneira que permita entender como os planos municipais – planos diretores e Plano Massa – colaboraram para o estabelecimento da paisagem das galerias nos Setores Estruturais. Ademais, essa etapa visa proporcionar a compreensão do plano original para o espaço público e como ele foi alterado progressivamente por meio de adições legais restritivas.

Por fim, descreve-se o que se captou no recorte selecionado pois, baseando-se nas proposições teóricas, explicitam-se as estratégias de controle do espaço que direcionam e limitam o comportamento das pessoas no ambiente, principalmente em relação ao design e ao espaço construído. O trabalho de campo procurou observar como os dispositivos de segurança e os mobiliários urbanos são usados para diminuir a natureza democrática do espaço público, além de reverter a função inicial planejada para as galerias: a oferta de área ampla e abrigada para os frequentadores. Observou-se também a relação dos dispositivos com a sensação de insegurança no espaço público e a que tipo de pessoa eles são direcionados. De certa maneira, compreende-se que tais mecanismos podem ser considerados como agressivos, explicando a denominação: “elementos de arquitetura hostil”.

2. O medo e a arquitetura hostil: comprimindo o espaço público

O conceito de “arquitetura hostil” está relacionado a técnicas de design e arquitetura usadas para controlar ou cercear o uso do espaço. São encontradas diversas nomenclaturas para a tentativa de vigiar e dominar o espaço: arquitetura hostil, arquitetura da exclusão, arquitetura antimendigos (DAVIS, 1992), arquitetura do medo (BATISTA, 2003) ou arquitetura da

violência (FERRAZ, 2015). Todas essas terminologias são relacionadas ao mesmo fenômeno de proteção, fortificação e afirmação social de status, que geram segregação, exclusão, conflitos e alterações estéticas no ambiente urbano e conduzem os usos do espaço público. Para fins deste trabalho, o termo “arquitetura hostil” será utilizado como definição de qualquer tipo de construção, separação ou mobiliário capaz de restringir o uso do espaço público, com os propósitos acima descritos.

Pode-se considerar a arquitetura hostil como componente muito presente na construção do espaço público das cidades atuais. Carmona (2010, p. 129) descreve e classifica uma série de espaços que colaboram para tornar o espaço exclusivo e controlado. Segundo ele, o “espaço paroquial”, baseado na lógica do medo da convivência com outros e na suspeita de estranhos, é característico de um espaço público apropriado apenas por grupos particulares, gerando segregação em termos raciais, de idade ou de classe social. Ainda como concepção de espaço segregado, esse autor observa que o medo do crime conduz ao aparecimento de cidades muradas e com vasto uso de grades, mantendo pouco contato com o espaço comum. A obsessão por vigilância ainda cria espaços onde o policiamento ou avisos restritivos – informando horários de uso, código de postura ou proibição de atividades – excluem pessoas indesejadas dos espaços (CARMONA, 2010, p. 142).

Na cidade brasileira, a preocupação com segurança materializa-se numa paisagem marcada pela onipresença de câmeras de segurança, grades, guaritas, portões, muros altos, arames farpados, cacos de vidro, concertinas, vegetações, pinos e espetos, bancos e chuveiros antimendigos, entre outros equipamentos desenhados para tal intuito. Apesar das altas taxas de criminalidade no país, considera-se que a decisão de implantar dispositivos de segurança e arquitetura hostil é influenciada por outros fatores. Nesse sentido, o primeiro fator considerado indutor do controle do espaço é o medo: medo do outro, da violência, de despossuídos e de estranhos. Considera-se ainda que muitos aparelhos de segurança patrimonial também são instalados como representação simbólica de um status social. Por último, a confusão entre os domínios privado e público induz à implantação de elementos hostis que resultam na apropriação privada e no encolhimento do espaço público.

A apreensão em relação ao crime e a criação de estratégias de defesa – tanto de propriedades como de cidades – não é uma ideia nova. Porém, tais táticas mudaram e adaptaram-se com o passar do tempo. Segundo Tuan (2005), na China do século II d. C., no império Han, havia grande presença de

fortificações, grades e portões como forma de proteção contra o crime e os estrangeiros. A cidade de Ch'ang-an era fortificada e dentro dela havia 160 distritos também circundados e com um único portão de acesso. Dentro dos distritos as residências eram cercadas. Assim “as pessoas que queriam ir de suas casas para o campo tinham, portanto, que passar por três conjuntos de portões – os da casa, do distrito e da cidade – que permaneciam fechados à noite e tinham vigias” (TUAN, 2005, p.260). O autor ainda descreve que nas cidades italianas renascentistas, com o intuito de evitar ataques de famílias ou facções rivais, eram construídas barricadas, torres de defesa e casas fortificadas; dessa forma, todas essas estratégias acabaram contribuindo para a criação de uma “paisagem de medo”.

Batista (2003, p. 21) descreve, em seus estudos sobre o medo no Rio de Janeiro do período escravagista, como a difusão desse sentimento operava como “mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social”. Assim, propagava-se a ideia de que as classes menos privilegiadas eram uma ameaça latente, e sua presença no espaço público causariam pânico e caos social. O medo dos outros e dos mais pobres procediam, então, a homogeneização do espaço e o desenvolvimento de técnicas de controle e segregação, refletindo fisicamente no ambiente urbano.

Contudo, a adoção das técnicas de arquitetura hostil atuais permite que muitos autores afirmem que a super-vigilância não tem apenas ligação com o aumento da criminalidade, mas também com a sensação de criminalidade. Davis (1992, p. 224), em seus estudos sobre os sistemas de segurança e vigilância na cidade de Los Angelesⁱ, observa que, na década de 1990, a cidade californiana sofreu uma “tendência sem precedentes de fundir desenho urbano, arquitetura e aparato policial em um esforço abrangente por segurança”ⁱⁱⁱ. Apesar da popularização dos sistemas de proteção, o autor afirma que não são as taxas de criminalidade que conduzem a “mobilização por segurança, mas a percepção social de ameaça”. Por isso, a sensação de segurança de cidadãos de classe média em diferentes cidades americanas era a mesma, mesmo que as taxas de incidência criminal variassem drasticamente de cidade para cidade (DAVIS, 1992, p. 224). Em consequência, formaram-se espaços cada vez mais segregados e um espaço público desvalorizado.

Carmona (2010, p. 141), por sua vez, classifica como “espaço assustador”ⁱⁱⁱ os ambientes onde o “medo do crime (ao invés de níveis reais de crime) são frequentemente os condutores de ações de privatização de partes da esfera pública, segregando comunidades no processo”^{iv}. A sensação de

aumento do crime é associada, segundo esse autor, ao relato constante de crimes pela mídia – mesmo quando as taxas de criminalidade reduzem. Ao mesmo tempo, “os processos de polarização e a fragmentação de comunidades também aumentaram o medo do 'outro' (estranhos) e o consequente afastamento do espaço público daqueles com outras opções de lazer”^v (CARMONA, 2010, p.141).

Kilian (1998, p. 129) classificou os atores envolvidos no processo de segregação e controle dos espaços em três categorias de poder e acesso: habitantes, visitantes e estranhos. Os habitantes são considerados os “controladores” do espaço com autoridade e direitos para acessá-lo e selecionar seus usuários. Os visitantes, por sua vez, têm “direito de acesso para fins específicos, sujeitos a aprovação pelos habitantes e não possuem direito de exclusão”. Os estranhos representam a categoria menos privilegiada na classificação. Dessa maneira, não possuem direitos nem de acesso e nem de exclusão, mas, pelo contrário, são considerados indesejados e, por consequência, excluídos. Segundo esse autor, tais características são fluídas e podem ser aplicadas a qualquer tipo de espaço – público ou privado. Assim, as relações de controle do espaço acontecem em variadas escalas, desde o espaço residencial, totalmente privado, a espaços abertos e públicos como parques e praças.

Apesar das especificidades de cada país, no Brasil, é visível o esforço para “proteger” partes da cidade. O medo da violência nas grandes cidades brasileiras possibilitou a disseminação de empreendimentos fechados exclusivos e de acesso restrito, tais como prédios comerciais, condomínios fechados e shopping centers, os quais Caldeira (2000, p. 258) nomeia de “enclaves fortificados”.

Todos os enclaves fortificados partilham de algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto. São fisicamente demarcados por muros grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança que impõe regras de inclusão e exclusão.

Assim, os altos muros dos edifícios e grades das construções constituem barreiras físicas e simbólicas na cidade. Fisicamente, esses elementos que cercam os espaços e geram bloqueios alteram “os padrões de

circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas, ao transporte público, de parques e de todos os espaços públicos” (CALDEIRA, 2000, p. 301). Simbolicamente, trazem status, sendo que, segundo a mesma autora, a “construção de símbolos para uma posição favorável na sociedade é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdades sociais.”.

As estratégias de controle do espaço não se restringem aos altos muros e grades que cercam grandes condomínios e estabelecimentos. Da mesma forma, circuitos de segurança com câmeras e seguranças privados são usados para a prevenção e combate à transgressão da propriedade – arrombamentos, assaltos etc. – e como técnica de restringir e direcionar o uso do espaço público. Um desses procedimentos é a implantação de aparatos que induzem ou impedem o acesso e o uso de determinados lugares. O artifício de instalar uma série de pinos e pontas de ferro, como exemplo, para impedir que as pessoas sentem em soleiras e em frente à vitrine de lojas, aos quais Williams (2011) nomeia de “pontas de ferros para humanos”, uma vez que compara tal dispositivo ao similar para espantar pombos.

Por sua vez, mobiliários urbanos – paraciclos, grandes vasos de plantas e grades que cercam espaços – também são implantados com a mesma finalidade, mas sobretudo para o afastamento de pessoas e indivíduos “indesejados”: especialmente, mendigos e pedintes. O design dos mobiliários também pode ser considerado como indutor do uso do espaço. Bancos com irregularidades e divisórias são projetados para que pessoas não deitem ou os utilizem para manobras de skate ou patins. Tais “bancos antimendigos”^{vi} estão presentes em cidades celeberramente segregadas como Los Angeles desde a década de 1980. São “bancos com superfícies mínimas para sentar-se, ao mesmo tempo que dormir nelas é absolutamente impossível” (DAVIS, 1990, p. 233). Outros mobiliários ainda são citados pelo mesmo autor, como dispositivos que espirram água em pessoas que dormem em parques, estacionamentos e calçadas de Los Angeles.

O último fator, aqui considerado, que colabora para o declínio dos espaços públicos é a privatização ou apropriação privada do espaço público. Ela pode se manifestar de diversas maneiras, como através da “privatização corporativa” – áreas abertas, como parques e praças, mas geridas por empresas privadas e que apesar de parecerem públicas são intensamente policiadas e vigiadas (CARMONA, 2010, p. 13). Nota-se, então, a estreita relação entre a privatização do espaço público com as práticas de arquitetura hostil e

vigilância.

[...] Intrinsecamente relacionada com esta lógica [crescente tendência para a privatização do espaço público urbano] encontra-se a crescente vigilância e securitização a que estão sujeitos os espaços urbanos. Cada vez mais se privilegia a produção de espaços de grande conformidade, nos quais os comportamentos e a sua utilização são tendencialmente homogeneizados segundo regras previamente definidas (CARMO; ESTEVENS, 2008, p. 04).

Nesse sentido, a tendência de privatização relaciona-se tanto com a lógica de vigilância quanto com os processos de recuo do espaço público. Segundo Gomes (2014, p. 176), existem quatro processos principais que contribuem para o recuo do espaço público: “a apropriação privada crescente dos espaços comuns”, “a progressão das identidades territoriais”, “o emuralhamento da vida social” e “o crescimento das ilhas utópicas”. O primeiro possui relação direta com objetos hostis em áreas públicas, pela apropriação de calçadas por edifícios residenciais e comerciais. Os outros processos têm relação com a segregação física e social do território, permitindo o acesso ao espaço público a apenas alguns grupos específicos. Para isso, a construção de muros, o fechamento de ruas e técnicas de vigilância são utilizadas de maneira a garantir a homogeneização do espaço. Um exemplo de apropriação privada é o gradeamento e ocupação de calçadas com vasos de plantas e correntes por condomínios no Rio de Janeiro já na década de 1980. As medidas de ocupação das calçadas cariocas, segundo o Gomes (2014, p. 179), seguem a lógica de privatização do espaço público, gerando seu consequente encolhimento.

Esse mesmo autor ainda considera o espaço público como espaço do discurso político e aponta sua relação direta com a “condição de cidadania”. Assim, os métodos de cerceamento do espaço causam também “recuo da cidadania que corresponde ao recuo paralelo do espaço público” (GOMES, 2014, p. 176). Por isso, considera-se que, apesar da nítida presença física de elementos de proteção na paisagem urbana, o recuo do espaço público não acontece apenas no plano material, uma vez que é um lugar relacionado às práticas sociais, à formação da cidadania, ao direito à cidade e à diversidade social.

3. Galerias da cidade: Plano Massa e setores estruturais de Curitiba

A configuração atual da Avenida Sete de Setembro deve-se, principalmente, a dois fatores: o estabelecimento de um novo Plano Diretor, na década de 1960, e a criação do Plano Massa, na década seguinte, que define a tipologia de passeios e edificações. Contudo, vale assinalar que entre a década de 1960 e anos 2000, legislações gerais (planos diretores e leis de zoneamentos) e decretos específicos (Decretos Municipais nos. 855/75, 408/76 e 464/81) determinaram os parâmetros viários e de edificação da cidade. Assim, esta seção revisa, sucintamente, a constituição desse arcabouço legal que acabou constituindo as galerias características da cidade de Curitiba.

Em 1964, a Prefeitura de Curitiba contratou um novo plano diretor para a cidade, depois conhecido como o Plano Serete/Wilheim. Dentre várias propostas urbanísticas, destacava-se a ideia de estender o adensamento para outras regiões além do centro da cidade, formando novas centralidades, onde se concentrariam os edifícios mais altos e o maior fluxo comercial (OBA, 2004; GNOATO, 2006).

Para tanto, esse plano previa eixos lineares baseados no traçado viário pré-existente da cidade. Para tais eixos, denominados “vias estruturais”, foram definidos critérios especiais de zoneamento visando a verticalização e a criação de novos centros de desenvolvimento (DZIURA, 2006). O eixo estrutural foi imaginado como um sistema trinário de tráfego, composto por uma rua central e duas ruas paralelas a uma quadra desse eixo central, denominadas de “vias externas de tráfego contínuo”, que permitiriam trânsito rápido de veículos. Já a configuração da rua central foi planejada para possuir uma via exclusiva de transporte de massas e duas vias laterais de tráfego lento de veículos, com circulação em sentidos opostos. A Avenida Sete de Setembro, na região central da cidade, é classificada como a rua central do Setor Estrutural Sul.

Inicialmente, a ideia de eixos lineares de adensamento contida no Plano Serete/Wilheim foi abandonada nos anos seguintes e retomada somente no início da década de 1970. Nesse momento, decidiu-se por parâmetros construtivos para as vias estruturais que permitissem edifícios de grande altura, próximos uns aos outros e que, no nível térreo, a construção fosse recuada de modo que “uma fração do pavimento térreo de cada lote particular era apropriada como área pública” (DUDEQUE, 2005, p. 139). Dessa

maneira, as galerias passaram a funcionar tanto para proteger a área de circulação das pessoas junto aos limites das atividades comerciais como para estender as calçadas e o próprio espaço público (DZIURA, 2009).

Tal definição tipológica foi dada por legislação específica, conhecida como Plano Massa, definido pelo Decreto Municipal no. 855/75 com ampliação de seus critérios pelo decreto no. 408/76. Os parâmetros desse plano determinaram a forma atual da Avenida Sete de Setembro e das demais vias centrais estruturais. O plano prevê a “construção de um embasamento comercial constituído de loja e sobreloja, construído no alinhamento predial, obedecido o recuo do térreo para a constituição de uma galeria longitudinal, coberta, em toda a extensão da testada do lote, embasamento esse sobre o qual será construído um bloco vertical de uso residencial, comercial ou de prestação de serviços (...)” (CURITIBA, 1976) (Figura 01A e 01B).

O decreto ainda determinou as dimensões das galerias cobertas. Elas deveriam ter 4 metros de largura e 3,50 metros de altura. Nos lotes de esquina, a galeria deveria “continuar na rua transversal com recuo de 3 metros do alinhamento predial” (CURITIBA, 1976).

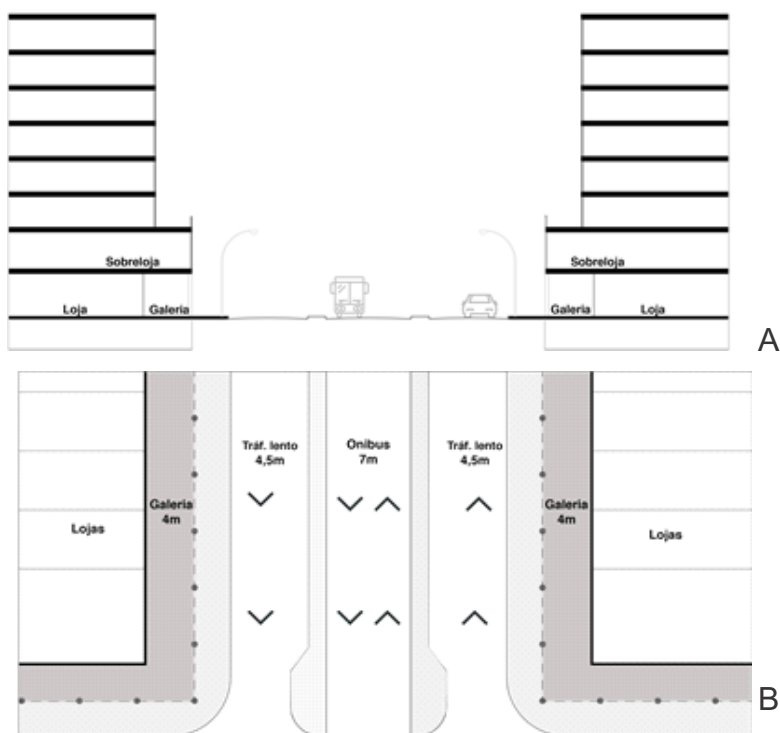
Sobre a altura dos edifícios, determinava-se que não haveria limite de altura para as construções e nem obrigatoriedade de afastamento das divisas, desde que não houvesse aberturas laterais (CURITIBA, 1976). Dessa forma, conformou-se que a rua central do Setor Estrutural poderia ter uma massa de edifícios próximos uns aos outros e de grande altura.

Algumas legislações posteriores alteraram artigos do Plano Massa. O decreto no 464/81 mudou os padrões de acesso aos edifícios, uso do pavimento térreo e as dimensões do recuo térreo. As principais alterações foram o aumento do recuo nos lotes de esquina – de 3 metros para 4 metros de largura, na testada da rua transversal. E “a altura máxima do embasamento seria de 8,1 metros e a mínima de 7 metros, a partir da cota mais elevada da calçada” (DZIURA, 2009).

A última Lei Municipal de Zoneamento – decreto no 190 de 2000 – traz mudança apenas em relação ao afastamento de divisas, devendo os andares acima do embasamento obedecer ao afastamento de “H/6 atendido o mínimo de 2,5m” (CURITIBA, 2000), sendo as principais alterações deste decreto centradas em incentivos construtivos. Para as vias externas do Setor Estrutural, o térreo e o segundo pavimento são não computáveis para o cálculo de potencial construtivo, desde que não ultrapassem uma vez a área do terreno. Já as edificações comerciais ou de serviços na via central podem ter acréscimo

ao potencial construtivo de “área equivalente à uma vez e meia a área do terreno” (CURITIBA, 2000).

FIGURA 01 - A) Tipologia Setores Estruturais conforme Plano Massa – corte; B) Tipologia Setores Estruturais – vista de topo da via central



Fonte: Elaboração da autora, 2017.

Apesar das alterações, a legislação de uso do solo da avenida continua sendo regida pelas determinações do Plano Massa, principalmente quanto à constituição do embasamento e conformação das galerias. Tal fato é bastante relevante para composição da paisagem, não apenas da área de estudo, mas como uma especificidade de Curitiba. A tipologia de galerias estende-se por diversos bairros, tornando regiões com alta densidade populacional e com passeios cobertos uma característica particular da cidade. Considera-se assim que, a princípio, a legislação proporcionou a formação de estruturas dedicadas ao pedestre e à expansão dos espaços públicos na cidade, conformando um desenho generoso.

4. Por trás das grades: metodologia de investigação

No total, foram realizadas dez visitas^{vii}, entre os dias 18 de junho e 5 de agosto de 2017. Elas foram divididas de forma a abranger diversos períodos do dia e diferentes dias da semana. Assim, foram efetuadas seis visitas em horário comercial – três no período da manhã e três no período da tarde -, duas visitas noturnas, uma num sábado à tarde, após o fechamento de grande parte do comércio e, por fim, uma no domingo. Tentou-se distribuir os horários e dias de visita de forma a ter maior abrangência nas observações. As primeiras três visitas (19 de junho, 21 de junho, e 26 de junho) tiveram como objetivo fazer uma análise geral da rua, observando a relação dos prédios construídos após a aprovação do Plano Massa – edifícios com galerias públicas – e a presença de arquitetura hostil. Essa primeira etapa também tinha a finalidade de registrar a dinâmica social, verificando quais seriam os principais usos sob as galerias.

Para verificar a crescente demanda por dispositivos de segurança, utilizou-se como técnica principal a observação de vestígios físicos que modificaram a paisagem da avenida, bem como o comportamento dos usuários, conforme os apontamentos de Zeisel (2006) sobre a relação pessoa-ambiente. O emprego da técnica de observação de traços físicos consistiu em notar características do entorno de modo a encontrar marcas de atividades prévias que não foram possíveis ser presenciadas pelo pesquisador. Esses traços podem ter sido deixados consciente ou inconscientemente e dizem muito sobre o espaço. A partir deles é possível deduzir como o ambiente foi construído - quais foram as decisões dos projetistas e construtores, quais são as adaptações feitas pelos usuários, quem e como utiliza o espaço e como o ambiente atende às necessidades de seus frequentadores (ZEISEL, 2006).

Como forma de sistematizar tal método, esse autor divide os vestígios físicos em quatro categorias de observação e coleta de dados: produtos do uso, adaptações pelo uso, demonstrações e mensagens públicas. Para o presente estudo, as duas primeiras foram mais relevantes. A primeira envolve elementos de erosão (ex.: marcas de desgaste em gramados devido à passagem de pessoas), sobras (lixo, objetos pessoais etc.), e também a inexistência de vestígios – que indicam a falta de uso de determinado local. A categoria “adaptações pelo uso”, por sua vez, compreende adereços – a adição ou remoção de objetos, criando novas formas de atividade; separações – “divisão de espaços que antes eram unidos, com o propósito de melhorar a

privacidade, o controle, a iluminação ou acentua a divisão de territórios” (ZEISEL, 2006, p. 174, tradução nossa).

Considera-se, ainda, a presença de signos não-verbais como elemento importante para compreender o processo de exclusão do espaço, de acordo com Ferrara (1988). Compreende-se tais elementos como fragmentos que participam da composição de um contexto maior – nesse caso, a área da Avenida Sete de Setembro. O processo de leitura de elementos não-verbais complementa as estratégias de observação de vestígios, por meio da análise integrada de espaço e uso.

Para a captação e posterior leitura desses signos não-verbais, a fotografia foi o principal instrumento utilizado. Também foram utilizadas outras estratégias de captação de dados, como mapas e entrevistas. Os mapas serviram para a leitura geral da área de estudo, para contextualizar e quantificar os mobiliários urbanos e dispositivos de segurança espalhados pelo recorte territorial. Porém, destaca-se que a fotografia foi a ferramenta mais importante da observação em campo, uma vez que o principal produto foi um conjunto de imagens das técnicas de exclusão presentes embaixo das marquises.

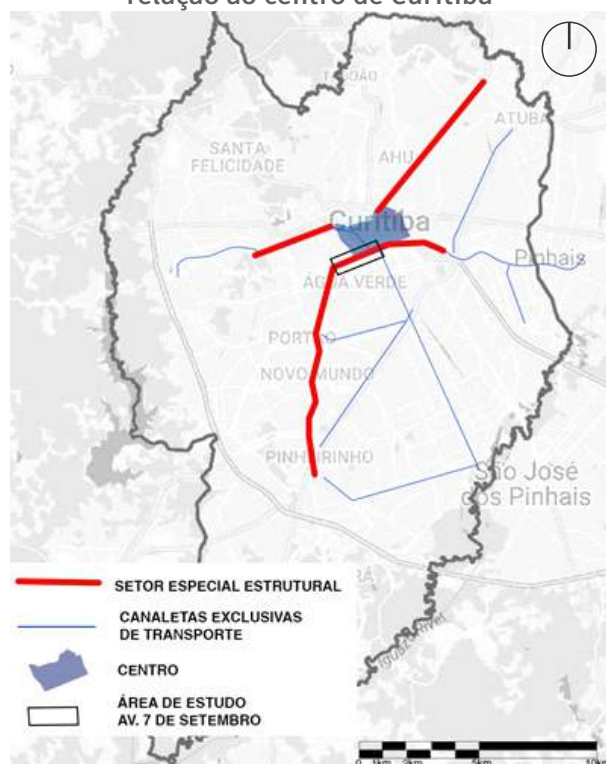
O levantamento foi dividido em duas fases. A primeira dedicada ao levantamento da tipologia de galerias, quantidade de arquiteturas hostis e vestígios humanos ao longo na área de estudo. Essa primeira etapa foi importante para as fases seguintes do levantamento – levantamento fotográfico e classificação –, pois além de verificar o uso das galerias como abrigo pela população sem-teto, também permite relacionar a presença de arquitetura hostil com o medo de estranhos ou o medo da criminalidade.

Como última estratégia de reconhecimento da realidade, foram empregadas entrevistas estruturadas, quando se aplicou um questionário com lojistas, a fim de entender a relação da instalação de design hostil com o crime e com moradores de rua. Cabe ressaltar que as entrevistas não são os elementos principais e nem conclusivos do trabalho. Ademais, as entrevistas não tiveram, de mesma forma, objetivo de gerar estatísticas sobre crime ou implantação de mobiliários. Elas foram utilizadas como ferramenta auxiliar para análise da função dos mobiliários urbanos instalados, servindo ao propósito de apenas complementar e confirmar as interpretações provenientes da leitura física do espaço e do levantamento fotográfico. Ao todo, foram realizadas doze entrevistas com proprietários e funcionários dos estabelecimentos comerciais.

4.1 Recorte Espacial

Apesar dos setores especiais estruturais se prolongarem de Norte a Sul na cidade, com os mesmos padrões de zoneamento, no Setor Estrutural Sul – avenidas Sete de Setembro, República Argentina e Winston Churchill (Figura 02) – a conformação das galerias é mais clara e consolidada. Nesse trecho, optou-se por avaliar as áreas mais próximas ao Centro da cidade, uma vez que a movimentação de pessoas e a atividade comercial são mais intensas e mais variadas. A região central ainda registra altos índices de criminalidade (IPPUC, 2015)^{viii} e grande concentração de moradores de rua, que tendem a se instalar nas regiões mais movimentadas. Dessa maneira, foi determinado como recorte o trecho da Av. Sete de Setembro desde o cruzamento com a Av. Marechal Floriano Peixoto – outro eixo de adensamento – até a Praça do Japão, onde as características da região central começam a diminuir (Figura 03).

FIGURA 02 - Localização dos setores estruturais e área de estudo em relação ao centro de Curitiba



Fonte: Elaboração da autora, 2017.

FIGURA 03 - Delimitação espacial área de estudo



Fonte: Elaboração da autora, 2017.

5. Dinâmica das galerias: o espaço público dividido

Nessa seção serão abordados os resultados de campo que apontam para o aumento e diversificação de técnicas de controle e restrição do espaço na área de estudo. Como parte do levantamento geral, foi constatado que cinquenta e oito lotes (aproximadamente 43% do total) encaixavam-se na tipologia de edifícios com galerias. Destes, vinte e seis (Figura 04) apresentam uma ou mais estratégias de arquitetura hostil ou de apropriação privada do espaço público. Também foi verificado que a grande presença de edificações construídas no alinhamento, por terem sido realizadas antes da definição do Plano Massa, ocasionaram a descontinuidade do passeio sob a galeria, sendo que uma única quadra possui a totalidade de construções com as galerias implantadas, trecho que se localiza entre as ruas Buenos Aires e Pasteur.

De mesma forma, foram verificados vestígios envolvendo atividades humanas, na maior parte das vezes, relacionada à presença de moradores de rua na região (Figura 05). A observação de traços físicos, baseada em Zeisel (2006), levantou questionamentos a partir de objetos e outros vestígios

Observou-se, então, que o principal e mais comum uso das galerias configura-se pela circulação (Figura 06A), como extensão do passeio descoberto. Elas também funcionam como área de espera e de descanso, pois comumente se verificou pessoas que param para diversas atividades, como usar o celular, esperar caronas ou outras pessoas (Figura 06B). Os funcionários das lojas costumam, menos frequentemente, utilizar o espaço como área de descanso. Nesse caso, as floreiras e soleiras das lojas, em frente às vitrines, são utilizadas para se sentar (Figura 06D). Os moradores de rua, por sua vez, utilizam as galerias como abrigo, principalmente à noite e em finais de semana (Figura 06C).

A interação entre pessoas é bastante rara. Acontece com mais frequência nos locais onde há apropriação das galerias por lojistas, principalmente bares, cafés e restaurantes. Nesses casos, são dispostas cadeiras, mesas e espaços cercados na área destinada à circulação de pedestres e o uso passa a ser estritamente destinado a clientes dos comércios.

FIGURA 04 - Mapeamento das galerias conforme Plano Massa e dos pontos de arquitetura hostil



Fonte: Elaboração da autora, 2017.

FIGURA 05 - Mapeamento vestígios de moradores de Av. Sete de Setembro



Fonte: Elaboração da autora, 2017.

FIGURA 06 - Usos e apropriações nas galerias. A) Utilização das galerias para circulação; B) Espera; C) Descanso e abrigo; D) Interação



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Os dispositivos de arquitetura hostil foram classificados em três categorias: i) bloqueios ou apropriações privadas do espaço público; ii) mobiliários urbanos hostis e iii) grades. A primeira classificação refere-se ao uso privativo dos passeios cobertos, com mesas e cadeiras utilizadas de forma restrita e comercial, como extensão dos estabelecimentos comerciais. Esse tipo de assimilação do espaço foi considerado aqui pelo fato de constituir obstrução do espaço público das galerias, passando o controle de sua utilização para os usufrutuários dos comércios da região.

A segunda categoria é a mais abrangente, pois engloba mobiliários urbanos colocados em frente a estabelecimentos comerciais e condomínios residenciais: lixeiras, paraciclos, vasos de plantas, espetos e esguichos de água, que advém de canos instalados no teto das galerias.

Por último, as grades que fecham as galerias parcial ou totalmente, contrariando a ideia original do Plano Massa. Elas foram divididas em três tipos, segundo o uso e disposição na quadra: i) grades de meio quadra, que são posicionadas onde a tipologia de galerias é escassa e descontínua; ii) grades de edifícios residenciais que se localizam em esquinas e fecham o acesso a torres habitacionais; e iii) grades de esquina, que fazem o fechamento total de esquinas, onde não há acessos a comércios ou habitações.

Considerando que a arquitetura hostil funciona como modo de controle do espaço, além da categorização por tipo de dispositivo hostil, os espaços foram separados conforme o tipo de usuário (habitantes, visitantes e estranhos) e seu respectivo grau de direitos de uso, como proposto por Killian (1998). Assim, o espaço na Avenida Sete de Setembro pode ser dividido entre os lojistas, residentes e proprietários de imóveis (os “habitantes e controladores do espaço”); os clientes e frequentadores das lojas (os “visitantes”, os que têm acesso ao espaço das marquises, são bem-vindos, porém não possuem controle algum do espaço público); e, por último, “os estranhos”, (moradores de rua e pedintes que são excluídos e não possuem poder de controle e nem direitos plenos de acesso ao espaço). É importante ressaltar que clientes e outros usuários do local transitam entre as categorias “visitante” e “estranhos”, uma vez que o controle de comportamentos indesejados, tais como sentar-se próximo a vitrines, atinge todos os frequentadores.

Dessa forma, com base nessa classificação de controle do espaço, nos mapeamentos de vestígios e nas respostas obtidas nas entrevistas, analisou-se como a arquitetura hostil funciona de modo a limitar o uso do espaço,

considerando o grau de restrição – o quanto restringem o uso – e que tipo de “estranho” pretendem controlar.

5.1 Bloqueios

Os bloqueios (Figuras 07 e 08) são extensões dos espaços privados que invadem a área das galerias. São posicionados no final das mesmas, onde há interrupção da tipologia do Plano Massa entre os lotes. Restringem, principalmente, a livre circulação de pedestres, limitando o uso dos espaços aos clientes dos estabelecimentos em dias de semana e horário comercial. Por consequência, a existência de diversas mesas e cadeiras nesses locais também impede o seu uso como abrigo ou área de descanso.

São um exemplo claro de apropriação privada do espaço público, reduzindo a área de uso comum em benefício de proprietários de unidades comerciais. Na maior parte dos casos, o espaço público é tomado temporariamente – apenas em horário comercial – por meio da colocação de mobiliários que são removidos no período da noite. Entretanto, encontraram-se algumas situações em que grades e floreiras fixas cercam parte da galeria, demonstrando intenção de apropriação permanente do lugar.

FIGURA 07 - Bloqueios nas galerias



Fonte: Acervo da autora, 2017.

FIGURA 08 - Bloqueio nas galerias

Fonte: Acervo da autora, 2017.

5.2 Pinos e espetos

Tais dispositivos (Figuras 09 e 10) podem ser vistos em lotes de meio de quadra ou de esquinas. São instalados principalmente nas soleiras de vitrines, mas podem ser encontrados em qualquer superfície que possa ser utilizada como banco. Restringem o uso das galerias para descanso, evitando que qualquer usuário do espaço sente e bloqueie as vitrines. Em edifícios residenciais, eles têm a função de evitar que os moradores de rua deem próximos às portas de acesso. Segundo alguns comerciantes, o dispositivo é eficaz para evitar a obstrução das vitrines, dando mais visibilidade aos produtos que vendem.

FIGURA 09 - Pinos e Espetos

Fonte: Acervo da autora, 2017.

FIGURA 10 - Pinos e Espetos



Fonte: Acervo da autora, 2017.

5.3 Vasos de plantas e mobiliários

Tal como os pinos e espetos, este tipo de mobiliário pode estar posicionado em esquinas e meios de quadra. Muitas vezes, é difícil determinar a função dos vasos, pois eles existem na avenida tanto com propósito ornamental quanto para restrição e delimitação do espaço. A identificação dos vasos como mobiliário excludente é mais fácil quando são encontrados dispostos em grandes quantidades, restringindo parte da área nas galerias.

São comumente colocados próximos ao alinhamento das lojas ou em pequenos nichos (Figura 11C e 11E) restantes na frente dos edifícios.

A principal função dos vasos é restringir o uso das marquises por moradores de rua. Mesmo com os vasos, alguns lugares continuam sendo utilizados pela população em situação de rua, que move os vasos para formar uma barreira para dormir ou guardar seus pertences (Figura 11A e 11B).

Alguns mobiliários comuns funcionam como forma de afastar mendigos dos comércios: lixeiras, bituqueiras, placas e vasos são utilizados em conjunto para tal função (Figura 11D). A disposição dos mobiliários (Figura 11F) ainda impede que pessoas sentem na soleira do estabelecimento.

Outro mobiliário usado de maneira hostil são os paraciclos. Apesar de terem uma função específica, muitos são instalados em nichos e áreas mortas onde não há demanda para sua utilização. Em entrevista, um lojista expressou a intenção de instalar um paraciclo em uma esquina sem uso, apenas para evitar a presença dos moradores de rua, sendo o estacionamento de bicicletas uma função secundária.

FIGURA 11 - A) Vasos e mobiliários em soleiras e nichos; B) Vasos e mobiliários em soleiras e nichos; C) vasos em nichos; D) paraciclo posicionado em nichos; E) vasos na entrada de edifícios; F) mobiliários na entrada de comércios



Fonte: Acervo da autora, 2017.

5.4 Chuveiros

Esses esguichos são um dispositivo similar aos *sprinklers*, descritos por Davis (1990): dispositivos que espirram água em pessoas que dormem em locais públicos. Nomeados aqui como “chuveiros”, são feitos com canos de PVC com pequenas perfurações e implantados no teto das galerias.

Os chuveiros são instalados para restringir o uso da galeria como abrigo por moradores de rua. Possuem sistema de acionamento programado, assim são ligados fora de horário comercial, não atingindo clientes e outros usuários das galerias.

A fiscalização municipal não permite que se molhe o passeio diretamente, por isso os esguichos de água são usados em associação com vasos de forma a simular irrigação das plantas.

Durante o período de observação, os chuveiros foram os objetos mais implantados nas galerias – dos três encontrados ao longo da avenida, dois foram colocados entre junho e agosto de 2017.

FIGURA 12 - Chuveiros instalados no teto das galerias



Fonte: Acervo da autora, 2017.

5.5 Grades meio de quadra

Estas grades são encontradas onde há descontinuidade da tipologia das galerias. As grades de meio de quadra são implantadas exclusivamente em comércios, sendo assim abertas em horário comercial e fechadas à noite, sábados à tarde e domingos.

Este tipo de artifício ilustra com clareza a classificação de Killian (1998). Onde os comerciantes (controladores) permitem o acesso apenas de seus clientes (controlados) às marquises de suas lojas. O espaço tem uma redução de usos para espera e descanso dos frequentadores em geral, porém, a principal função é coibir o uso como abrigo para moradores de rua (estranhos).

FIGURA 13 - Fechamento das galerias em lotes de meio de quadra



Fonte: Acervo da autora, 2017.

5.6 Grades residenciais

As grades de acessos residenciais seguem a mesma lógica das de meio de quadra. Apesar disso, esse tipo de fechamento das galerias é mais restritivo, pois permite o uso de um número menor de pessoas, uma vez que o acesso ao interior das grades é exclusivo para moradores. Estão sempre fechadas, em qualquer horário – comercial ou não – sendo abertas apenas para a entrada dos residentes.

FIGURA 14 - Gradeamento das galerias em acessos residenciais



Fonte: Acervo da autora, 2017.

5.7 Grades de esquina

De todos os mobiliários e gradeamentos levantados, as grades em esquinas são as que mais causam restrição e controle do espaço. Estão em “áreas mortas”, lotes de esquina onde não existe acesso a lojas ou edifícios residenciais. A principal função é evitar o uso destes espaços por moradores de rua. Permanecem fechadas todos os dias e acabam por causar a completa inutilização do espaço público, uma vez que inibem o uso de qualquer frequentador, inclusive os próprios lojistas, controladores do espaço.

FIGURA 15 - Fechamento das galerias em lotes de esquina



Fonte: Acervo da autora, 2017.

6. Considerações finais

Como trabalho de observação baseado em vestígios físicos, este texto não pretende apresentar um panorama conclusivo em relação a estratégias de controle do espaço, dadas as limitações metodológicas advindas do tempo de observação. Contudo, embora as características apresentadas sejam específicas ao recorte espacial utilizado, pode-se inferir que a arquitetura hostil tem se constituído como elemento marcante da paisagem da cidade de Curitiba, similarmente a outras cidades pelo mundo.

Dentro da área de estudo, observou-se traços do medo da violência e do outro, com base na presença de arquitetura hostil, apesar de tal evidência não ser totalizante, visto que alguns estabelecimentos não empregam tais dispositivos. Porém, a gradual instalação e atualização dos elementos hostis nas galerias ilustra que o medo e a status materializados neste tipo de estratégia de controle estão avançados. Nesse sentido, observou-se que mesmo os lojistas que já apresentam amplo sistema de segurança instalados, continuam a

implantar novas arquiteturas hostis, conforme as atualizações do mercado de segurança – como no caso dos chuveiros antimendigos, tendência mais atual observada na avenida.

Quando se observa a dimensão material de restrição do espaço, o gradeamento das galerias da Avenida Sete de Setembro tem relação com a confusão entre o público e privado, o sentimento de insegurança, a recusa em compartilhar o território coletivo e o emuralhamento da vida social, que guiam o processo de diminuição do espaço público. A colocação de floreiras, mobiliários e objetos no passeio são práticas comuns a outras áreas da cidade de Curitiba, onde condomínios residenciais e comerciais se apropriam das calçadas próximas, tanto para controle social como para uso comercial do espaço público.

Como tema, o controle do espaço público e a arquitetura hostil nas cidades brasileiras é bastante vasto, não sendo possível abranger todos os seus aspectos durante um curto período de investigação de campo. Assim, apesar do caráter pouco conclusivo em relação aos usos e adaptações do espaço, o resultado apresentado pode servir como parâmetro inicial para estudos subsequentes sobre o uso do espaço e a alteração da sua dinâmica, a partir do ambiente construído. Da mesma forma, permite levantar questionamentos sobre o contexto social e sobre como ele gera determinado tipo de relação de controle no espaço público brasileiro.

Referências

BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. (2a ed). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARMO, A.; ESTEVENS, A. O conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano. *Ecadernos ces* [Online], 02 | 2008, dezembro de 2008. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1441>>. Acesso em: 25/2/2018.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. (3a ed) Ed. 34; Edusp, 2011 (2000).

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. *Journal of Urban Design*, 15:1, 2010. pp. 123-148.

CURITIBA. *Decreto n.º. 855*, de 02 de dezembro de 1975. Dispõe sobre os Setores Estruturais Especiais. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR, 10 dez. 1975.

_____. *Decreto n.º. 408*, de 15 de julho de 1976. Altera e dá nova redação ao Decreto

no. 855/75, que dispõe sobre os Setores Estruturais Especiais. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR, 21 jul. 1976.

_____. *Decreto nº. 464*, de 21 de dezembro de 1981. Altera os artigos 7º e 8º do Decreto no. 399/80, que dispõe sobre os Setores Estruturais Especiais. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR, 23 dez. 1981.

_____. *Decreto nº 190*, de 03 de janeiro de 2000. Dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do solo do Plano Massa nos Setores Especiais Estruturais, e dá providências. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR, 03 jan. 2000.

DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles*. New York: Verso, 1990.

_____. *Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space*. In: SORKIN, M. *Variations on a Theme Park: The New American City and the end of public space*. New York: Hill and Wang, 1992.

DUDEQUE, I. T. *Nenhum Dia sem uma Linha: Uma História do Urbanismo em Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel, 2010

DUNEIER, M.; HASAN, H.; CARTER, O. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000.

DZIURA, G. L. *Permeabilidade especial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico: da modernidade à Pós-modernidade nos edifícios funcionais do Eixo Estrutural Sul de Curitiba*. 465 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERRARA, L. A. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

FERRAZ, S. M. T. et al. *Arquitetura da violência: A arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana*. *Movimento Revista de Educação*, Rio de Janeiro, ano 2, num. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/264>>. Acesso em 20/8/2017.

GNOATO, L. S. Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 072.01, *Vitruvius*, maio 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351>> Acesso em 26/7/2017.

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. *Nosso Bairro*; Centro. Lucimara Wons, Coord. Curitiba: IPPUC, 2015.

KILIAN, T. Public and private, power and space, in: A. Light & J. M. Smith (Eds) *Philosophy and Geography II: The Production of Public Space*, pp. 115–134 Oxford: Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 1998.

LIRA, P. S. *Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas* (2ª ed). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

OBA, L. T. Cidade grifada: Curitiba e seus eixos estruturais. Trabalho apresentado no II Encontro Anual Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. *Anais...* Campinas, 2004.

SORKIN, M. *Variation on a theme park: the new American city and the end of public space*. Nova Iorque: Hill & Wang, 1992

TUAN, Y. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WILLIAMS, J. *Homelessness as delinquency: how private interests enforce constructs of normalcy in public space*. Trabalho apresentado em The Research Prizes in Practical Ethics for Undergraduates of the Poynter Center, Indiana University Bloomington, 2011.

ZEISEL, J. *Inquiry by Design*. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

i Baseado em duas publicações da década de 1990: Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space (1992) e City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles (1990).

ii Traduzido de: “(...) unprecedented . tendency to merge urban design, architecture and the police apparatus into a single, comprehensive security effort.” (DAVIS, 1992)

iii Traduzido da expressão “scary space” (CARMONA, 2010, p. 141)

iv Traduzido de: “(...) fear of crime (rather than actual levels of crime) are often the driver of moves to privatize parts of the public realm, segregating communities in the process.” (CARMONA, 2010, p. 141)

v Traduzido de “(...) processes of polarization and the associated atomization of communities also drive a heightened fear of 'the other' strangers), and a further withdrawal of those with choice from public space.” (CARMONA, 2010, p 141)

vi Traduzido de “bum-proof benches” (DAVIS, 1990)

vii Cronograma de visitas (horários aproximados): 18 de junho - 16:00; 19 de junho 20:00; 20 de junho - 10:00; 26 de junho - 15:30; 28 de junho - 9:30; 3 de julho - 21:30; 10 de julho - 10:30; 23 de julho, domingo - 15:30; 02 de agosto - 16:00; e 05 de agosto, sábado - 15:00.

viii Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba baseados no censo de 2010 do IBGE, o número de ocorrências policiais no bairro Centro é de 480,87 para cada 100 mil habitantes, mais de 9 vezes maior que a média da cidade - 52,06 para 100 mil habitantes. Este índice envolve os apenas os crimes de homicídios, suicídios, confronto com a polícia, latrocínio e lesão corporal sem morte.

URINA NO ESPAÇO PÚBLICO

As implicações do resíduo no centro de Curitiba

ROCHA, Carlos Alexandre Kolb da¹

MALUF, Gabriela Martello²

FIGURA 01 - Recorte de jornal – 15 de setembro de 1991

CONVERSA DE BOTEÇO

Sim, nós temos banheiro

O Mijódromo 24 horas

Rosirene Gemael

Fotos José Adair (Gogô) Gomercindo

Um dia, tão chegados a homenagens, políticos batizaram o calçadão que já foi rua atrás da Catedral Metropolitana, de Travessa Padre Julio Campos, em clara homenagem ao clero.

Algum tempo depois, não se sabe quanto, o povo foi lá, e apelidou o local pelo uso. Sem pompa, tascou, Beco do Mijo, termo mais fisiológico que o primeiro, atribuído pelos políticos.

Embora pouco católico - apesar dos católicos também serem familiarizados com o mijo - o apelido pegou fundo. Poucos sabem hoje quem foi o tal padre, mas não tem curitibano que desconheça porque aquele calçadão "atravessou" o catecismo. O Beco do Mijo é reconhecido até pelo olfato de quem passa rápido e nem precisa ver placas. Pura questão de faro.

Ali, graças a uma arquitetura de "cantos" e pequenas "esquinas" quase biombo, o usuário sente-se meio protegido para desafogar não as mágoas, mas a bexiga. Vira de costas, abre a bragilha e lascia-lhe o excesso, parede abaixo.

Apesar dos protestos do padre-igreja não é poste - e apesar dos protestos das vizinhanças - federais - o apelido enterrou o nome, a homenagem ao clero, e tornou definitiva a apropriação popular da fachada da Catedral como forma de alívio físico.

Mesmo não estando aqui para incentivar tal uso, devo reconhecer que o fato no mínimo é curioso. Está ali o pioneiro dos banheiros públicos curitibanos, nosso banheiro público mais clandestino - apesar de ser ao ar livre e sob o olhar de todos. E, além disso, o banheiro público de vocação mais espontânea,

porque eleito pela preferência - ou será necessidade? - do povo.

O uso largamente difundido, fez do Beco do Mijo - assim como as laterais da catedral, um local de serviços de características peculiares, um templo da improvisação popular. Primeiro: é central, próximo a vários terminais de transporte, no coração da cidade. Segundo: é de graça. Terceiro: nunca está ocupado ou sempre cabe mais um, enfileirado. E quarto: acompanhando a modernidade da cidade, tem pique de ano 2.000, consolidando mais uma vez a nossa vanguarda: não tem filas, é vapt, vupt, ligeirinho, e não fecha para o almoço e nem na madrugada, mijódromo 24 horas

Se o hábito faz o monge, também faz da fachada da Catedral Metropolitana da Capital Ecológica - com todo o respeito, afinal não fui eu que inventei, foi o povo e a voz do povo é a voz de Deus - um exemplo da revolução urbanística-sanitária e torna um apelido, mais sagrado que o batismo.

Não há decreto-nem milagre que mude tal realidade. O padre sabe, porque tenta combater o "pecado". Quando flagra alguém aliviando a bexiga, dá-lhe uma mijada, em sentido figurado, o que reforça ainda mais a vocação do mijódromo 24 horas. Com certeza foi ali que o prefeito Jaime Lerner se inspirou para criar a Rua 24 Horas, inaugurada com pompa na última quinta-feira. Eta população criativa essa nossa...

Em tempo, o fotógrafo quase borrou-se pra conseguir fotografar o mijódromo. Quanto ao fotografado, não pode nem alegar privacidade, afinal, ali a privacidade é do tamanho da cidade.



Fonte: Correio de Notícias, 1991.

1. Cheiro de urina, um desconforto comum em Curitiba

Os transtornos provocados pelos cidadãos que se utilizam das ruas para urinar ocorrem de longa data no centro de Curitiba. Como atestam os recortes de jornais (Figura 01), muitos indivíduos apropriam-se de cantos e becos do centro da cidade transformando-os em mictórios clandestinos devido à facilidade dada pelo lugar ao realizar a ação de urinar. Fora a cena constrangedora do “mijão”, os problemas são sentidos mais adiante, quando o piso e as paredes ficam marcados e os resíduos acumulados no chão liberam cheiros que começam a intervir negativamente na qualidade do espaço público. Lê-se também em jornais o relato do desinteresse do Poder Público em atuar contra essa situação. Em despretenhosa pesquisa na mídia local, verificou-se que tal cenário vem se repetindo desde 1989. Muda-se a época e as circunstâncias, mas o problema persiste. Na reportagem da Gazeta do Povo, o texto “Rua atrás da catedral é antro de desocupados” expôs:

Prostituição e sujeira são o resultado de um verdadeiro acampamento de desocupados que se formou há dias na lateral do Cerro Azul, perto da Catedral Metropolitana, tudo facilitado pela escuridão devido a lâmpadas e holofotes quebrados. A Travessa Padre Júlio de Campos, bem calçada e recuperada, dentro do setor histórico da capital, voltou a ser a “rua do mijô e das fezes” (RUA..., 1989)¹.

O Correio de Notícias do início dos anos noventa (GEMAEL, 1991) também já denunciava o despejo com a Travessa Padre Júlio de Campos, atrás da Catedral Metropolitana de Curitiba: “Ali, graças a uma arquitetura de ‘cantos’ e pequenas ‘esquinas’ quase biombos, o usuário sente-se meio protegido para desafogar não as mágoas, mas a bexiga. Vira de costas, abre a braguilha e lasca-se o excesso, parede abaixo.”

O trecho do artigo “Mau cheiro e sujeira no centro de Curitiba” já alertava para as situações desagradáveis:

¹ Especialista em Gerenciamento de Obras pela Universidade Tecnológica do Paraná (2014), Arquiteto e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2010), Técnico em Desenho de Móveis pelo Centro Educacional de Educação Tecnológica do Paraná (1998). Atualmente sócio proprietário do escritório Studio 802 Arquitetura Ltda.
carlos@studio802.com.br

² Especialista em Projeto e Paisagem Urbana pela Universidade Federal do Paraná (2011), Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2010). Atualmente sócia proprietária do escritório Studio 802 Arquitetura Ltda.
gabriela@studio802.com.br

Além de ter de conviver com o tráfico de drogas e com a violência, os comerciantes da Praça Tiradentes, no centro de Curitiba, têm de driblar a sujeira deixada pela população. O mau cheiro tomou conta do berço histórico do nascimento de Curitiba. A Travessa Júlio de Campos e a Rua Saldanha Marinho viraram banheiros públicos. E as pessoas usam o local para urinar e defecar em plena luz do dia (BORDINHÃO, 2007).

Textos mais recentes, encontrados em sites de notícias como o da Tribuna do Paraná, trazem o mesmo discurso. O trecho do artigo “Mau cheiro incomoda população que frequenta o centro” aponta que:

Basta circular pelas ruas do Centro de Curitiba para ser surpreendido com um odor forte nos pontos “batizados” por quem não encontrou um banheiro disponível ou simplesmente decidiu fazer suas necessidades fisiológicas em lugar público (MAZZIOTTI, 2013).

Todas essas linhas ajudam a entender que o ato de urinar nas ruas é um assunto reconhecido no espaço público curitibano, que gera certa comoção, mas que tem sido evitado nos debates acadêmicos, fato que explica o presente texto. Para isso, buscou-se, além da constatação dos episódios de micção, a compreensão das implicações sociais advindas do mau cheiro e do comportamento impróprio com ambientes coletivos. Nota-se, ademais, a falta de interesse do Poder Público quanto ao tratamento adequado da questão. Não se encontrou estratégias do município para superar esse conflito, o qual se repete quase sobre os mesmos pontos da cidade ao longo de décadas. Resta à população, então, desenvolver medidas paliativas para coibir ou minimizar os inconvenientes da urina a céu aberto, como a limpeza periódica das calçadas.

Notícias sobre o mau cheiro da urina ocorrem em todas as épocas do ano, não apenas em Curitiba, mas em várias cidades brasileiras. São inúmeras as publicações que expõem os transtornos sofridos pelos cidadãos que usufruem do centro, tais como lojistas, ambulantes, transeuntes e turistas. Nos períodos de festas, como o Carnaval, ou eventos corriqueiros como jogos de futebol, o odor resultante do resíduo do “mijo” se intensifica. Nem mesmo a instalação de banheiros químicos é suficiente para conter o cheiro e assegurar normas de civilidade. Em comemorações públicas, verifica-se o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e, por isso, muitos cidadãos optam pelos cantos das ruas diante do aperto, já que longas filas são formadas nas portas dos banheiros.

Certamente, o problema abordado neste trabalho ocorre em diversas cidades ao redor do mundo e compromete a qualidade ambiental dos centros das metrópoles. Contudo, o mau cheiro e a sujeira da urina não são condições únicas e decisivas para diminuição do uso do espaço público, tal como a criminalidade por exemplo, mas se pressupõe que a presença da urina seja um fator significativo na desvalorização dos ambientes urbanos onde claramente se desenvolvem as relações entre pessoas.

Dessa forma, inicia-se com uma pequena incursão nas teorias que sustentarão as questões relativas à conduta inapropriada de urinar em espaços públicos. Inclui-se alguns estudos apresentados por autores que tratam do comportamento desviante e normas legislativas sobre condutas de transgressão em público. Na sequência, será exposta a metodologia aplicada às investigações em campo e os achados para os recortes urbanos desse estudo.

Há muitos aspectos negativos nos espaços públicos urbanos e que necessitam de urgência de soluções, incluindo mau cheiro derivado do “mijo” e a manutenção da qualidade ambiental das cidades. Sem dúvida, urina e espaço público necessitam de uma reconciliação a fim de corrigir um problema que vem se desenrolando há tempos e que causa transtornos significativos aos usuários dos centros de inúmeras metrópoles ao redor do mundo.

2. Um “pingo” de teoria

Segundo o sociólogo Howard Becker no livro “*Outsiders: estudos de sociologia do desvio*” (2008), os grupos sociais definem regras que podem ser formalmente promulgadas na forma de leis ou apenas subtendidas em acordos informais. Indivíduos que infringem as normas sociais recebem uma classificação distinta, caracterizando-se em um tipo especial, denominado “*outsider*”, pois praticam ações fora dos padrões aceitos socialmente, violando os direitos em comum ou individuais. O autor ressalta ainda que o comportamento “desviante” decorre da interpretação social e depende de valores estabelecidos no espaço e tempo:

O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num determinado momento e não em outro, pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não uma regra) e em parte do

que outras pessoas fazem acerca dele (BECKER, 2008, p. 26).

No contexto investigado, os espaços do centro de Curitiba, assim como em vários centros urbanos ao redor do mundo, a transgressão da norma em questão reside em negar a utilização de sanitários e despejar resíduos sobre o espaço público, contrapondo o propósito de preservação da qualidade ambiental para desenvolvimento das atividades de uma cidade contemporânea. A quebra da norma é mais notável quando a cena do “mijão” é capturada em meio público e manifesta constrangimento nas pessoas. Nessas circunstâncias, o descumprimento das regras se tornou explícito, dessa vez não apenas pelo resíduo largado, mas também pela presença de um cidadão que fere os acordos e os costumes da nossa sociedade, a qual “sugere” o uso de sanitários para um momento intimista como este. Em uma definição mais precisa: consiste em um “desvio de conduta”, pois, conforme exposto, urinar além dos banheiros é um ato incompatível com as ações a serem desenvolvidas nos espaços públicos.

E por que é tão comum se deparar com pessoas urinando publicamente? Uma resposta plausível é que parece haver uma “tolerância” do público quando se trata das necessidades naturais humanas, as quais não representam uma ameaça relevante à continuidade da vida social. “Tolerar”, nesse caso, significa admitir que “urinar” pertence às funções fisiológicas humanas e não carrega nenhum significado de ultraje ao pudor.

Portanto, à exceção de poucos depravados com graves desvios comportamentais, o cidadão comum não vê, no ato de urinar, qualquer insinuação de cunho sexual (embora, evidentemente, não seja agradável ver outra pessoa urinando). Afinal, embora os órgãos genitais possuam dupla função, certamente não é no momento de urinar que o cidadão está intencionando em praticar qualquer ato relacionado ao sexo, salvo raras exceções! (SUZUKI; BRAGA, 2003).

Desse modo, não é tão simples punir o ato da micção em público - fato que corrobora com a frequência de “mijões” pelas ruas -, a não ser que a ação venha acompanhada de alguma conotação sexual, podendo aí então atribuir sanção penal. Como pode ser apreendido no Decreto-lei nº 2.848/1940, artigo 233, Capítulo VI, que versa Do Ultraje Público ao Pudor: “Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público: Pena-detenção, de três meses a um ano, ou multa”. (BRASIL, 1940).

Mesmo quando se identificam as circunstâncias que envolvem sinais de desrespeito, o termo obscenidade presume múltiplas interpretações, podendo variar de comunidade para comunidade, de cultura para cultura e época em época (URINAR NA RUA, 2015)ⁱⁱ. Conforme Decreto-lei 3.688 de 1941, Capítulo VII, que versa Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes: “Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor: Pena – Multa” (BRASIL, 1941). De qualquer forma, para ser considerada uma contravenção, seria necessário que, além do desrespeito, a ofensa seja dirigida à determinada pessoa com intuito de provocar ou urinar em direção a ela.

Distante da intenção de deixar qualquer ação explícita, e mais ainda, de importunar de forma ofensiva, o cidadão que urina fora dos sanitários geralmente procura um local “escondido” ou qualquer elemento para acobertar sua ação. Assim, é complexo tratar a questão a partir do âmbito jurídico, consultando dispositivos específicos para punição, uma vez que não é possível vislumbrar intenção de ofensa quando o procedimento é claramente realizado sobre anteparos.

Diante da dificuldade do enquadramento do “mijão” perante uma norma legislativa que atente tão somente para o desrespeito ao urinar nas ruas, algumas capitais brasileiras propuseram recentemente a criação de uma lei ou simplesmente o acréscimo de artigo em lei municipal já existente. O Rio de Janeiro sancionou pelo Poder Executivo o Projeto de Lei Municipal nº 1.305/2015, que prevê multa como punição por urinar ou defecar em vias públicas, na Lei de Limpeza Urbana nº 3.273/2001. Segundo o *site* da Própria Prefeitura, entre 01 de janeiro até 19 de agosto de 2015, 1.693 pessoas foram flagradas pelos agentes do Programa Lixo Zeroⁱⁱⁱ urinando nas Ruas do Rio. Já o *site* do “o Globo” relata que somente nos festejos de Carnaval do mesmo ano, foram multadas 1.151 pessoas. Números a parte, o decreto é polêmico devido à carência de banheiros pela cidade e ao elevado valor da multa - mais caro que não usar cinto de segurança em automóveis. Na época, o ex-prefeito Eduardo Paes justificou a medida como a “necessidade de criar respostas às condutas antissociais”. A cidade de São Paulo também publicou em 2017 no Diário Oficial do município a regulamentação da Lei 16.647/2017, de autoria do vereador Caio Miranda Carneiro, que aplica sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos. A Lei surgiu para atender grandes eventos como o Carnaval de Rua, a Virada Cultural, a parada LGBT e jogos de futebol. A nova regra não recai sobre moradores de rua, pessoas com deficiência mental e

portadores de incontinência urinária. Neste último grupo, a multa não se aplica desde que não haja banheiros num raio de 100 metros.

As medidas normativas adotadas por cada uma dessas metrópoles procuram autuar o contraventor de modo mais objetivo, já que durante muito tempo era improvável a penalização por não se ter dispositivos jurídicos direcionados a esta questão. Já em Curitiba e outras inúmeras cidades brasileiras não se dispõem de instrumentos legais objetivos para multar as pessoas que costumam se aliviar ao ar livre.

E por que esta análise se restringiu ao centro da cidade? Além da recorrência do tema na mídia local e da própria constatação do forte cheiro *in loco*, a escolha da região central de Curitiba se justifica, pois é nesse espaço que se tem a oportunidade de observar juntas as condutas e interações de diferentes classes sociais e culturais - diferentemente dos bairros residenciais socialmente homogêneos - e de se deparar com as respostas que cada grupo social concede ao problema da urina. É no centro da cidade, com a multiplicidade de pessoas, que se pode evidenciar a falta da uniformidade de ideias sobre as responsabilidades individuais para com a conservação do patrimônio público e privado e as inúmeras interpretações das regras de convivência no espaço coletivo. Diante desse fato, é possível mais uma vez aproximar o tema deste trabalho às questões relativas aos desvios sociais abordado por Becker (2008). Para esse autor, existe uma dificuldade de estabelecer um consenso social nas sociedades modernas devido às diferenciações sociais, étnicas, ocupacionais e culturais:

Regras sociais são criação de grupos sociais específicos. As sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. Esses grupos não precisam partilhar as mesmas regras e, de fato, frequentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras. A medida que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada (BECKER, 2008, p. 27).

Da mesma forma, Odon (2016) discorre sobre as dificuldades de se obter consenso sobre os interesses gerais e subjacentes - sobre o que deve e não deve ser feito no espaço público -, em razão da heterogeneidade social dentro

da própria sociedade. No Brasil, em virtude da enorme disparidade de condições socioeconômicas, tal questão pode assumir patamares ainda mais gritantes. Portanto, a compreensão sobre as responsabilidades com o espaço público manifesta-se de modo distinto:

Há diferença de comportamento social entre pessoas que consideram o Estado o responsável natural pela ordem no espaço público e aquelas que consideram que isso cabe à sociedade em primeira instância. Há um sentido de não-pertencimento na primeira situação, quando a autoridade não se faz presente (o espaço público não pertence a ninguém, não há outra norma, tudo é possível – uma espécie de “estado natural” hobbesiano), que nada existe na segunda situação, em que o espaço público sempre terá um dono (ODON, 2016, p. 16).

A conduta desviante diante da ausência representativa da autoridade, ou mesmo da ausência do próprio público como vigilante das normas sociais, revela que “o comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante” (BECKER, 2008, p. 45). Assim, urinar em público é “possível”, desde que cumprida do modo dissimulado, por isso, as manhãs exalam um odor intenso, já que durante a noite não há “olhos” para vigiar. Quando de dia, com melhor visibilidade, o feito restringe-se aos interstícios da cidade ou sobre anteparos para ocultar ao máximo um procedimento reprovável aos acordos sociais. Ciente desse fato, arrisca-se dizer - concordando com alguns autores explorados para esse trabalho -, que a eficácia da preservação do espaço público pode estar no controle pela própria coletividade. Jacobs (2000) defendia a ação da comunidade para ganho generalizado, sendo menos efetiva quando apenas o Estado se responsabiliza pela pretensa ordem. A autora até menciona as pessoas que participam da cidade ativamente, como donos de padarias, mercearias, lojas e pequenos serviços (denominados como “figuras públicas”) e que associados aos demais cidadãos, conseguem obter maior eficiência na preservação da civilidade. A ideia por trás dessa contribuição é que a normalidade das cidades não deve ser função do policiamento - sem negar a sua necessidade -, mas da comunidade. Além disso, a força policial não consegue manter a civilidade onde a lei foi rompida.

A falta de ordem do espaço urbano, mesmo nos menores sinais de degradação física, e isto inclui a sujeira e o odor de urina nas ruas, pode ser o catalisador para problemas sociais mais expressivos. É a ideia de que desordem gera desordem, contemplada na “teoria das janelas quebradas”, publicada

pelos cientistas James Wilson e George Kelling em março de 1982 e baseada no experimento do psicólogo Philip Zimbardo em 1969. De forma sucinta, essa teoria adverte para a relação de causalidade entre desordem e criminalidade, entre a falta de repressão de pequenos delitos e a criminalidade. Assim, se uma janela quebrada de um edifício qualquer não é reparada, as pessoas podem inferir o abandono do imóvel, ocasionando a quebra das demais janelas por parte de desordeiros que não se intimidariam diante da ausência de autoridade. Portanto, pequenas desordens podem transmitir uma imagem de desinteresse das pessoas sobre o espaço e a omissão da repressão sobre violações menores conduzem para uma percepção da ausência de leis, a qual pode levar a delitos mais contundentes (ODON, 2016). Contudo, nem sempre a desordem é condição para criminalidade, como ressalta o mesmo autor, já que este reconhece a correlação entre desordem e crime, mas não uma causalidade.

Diante das questões abordadas sobre comportamento, diferenciação social no espaço público e apresentação de uma teoria e da contestação da mesma, evidenciando que a desordem nem sempre é a causa da violação das normas, o presente texto procura apresentar algumas definições metodológicas para enveredar nos resultados obtidos em campo. Dessa forma, o trajeto definido para análise em campo incluiu, além dos espaços degradados (com sinais de desordem), também aqueles aparentemente conservados, mas que poderiam esconder adversidades sociais latentes.

3. Um modo de obter o flagra

O trabalho de observação consistiu na permanência sobre pontos distintos do centro de Curitiba por aproximadamente 15 minutos às quartas-feiras, sextas-feiras e domingos do mês de julho de 2017, durante três semanas. Na primeira semana a análise ocorreu no período da manhã, na segunda semana no turno da tarde e na última próximo às 18h. A pesquisa se iniciou com a avaliação das condições de conservação do local. Registrou-se o espaço através de fotografias evidenciando a aproximação com os equipamentos urbanos e a instalação de mobiliário urbano, como lixeiras, postes de iluminação, totens, placas, bancos, bancas de revistas, hidrantes, quiosques, estátuas, armários da rede telefônica, armários da rede elétrica e, sobretudo, sanitários públicos. Observou-se também a frequência e a influência da presença de pessoas para análise do local.

Para as investigações, elegeram-se pontos específicos das ruas Alfredo Bufren e Presidente Faria (lateral e fundos de um dos edifícios centrais da Universidade Federal do Paraná), as ruas Saldanha Marinho e José Bonifácio, (fachada direita da Catedral Metropolitana de Curitiba) e pontos aleatórios próximos ao referido edifício da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no Largo da Ordem, estes últimos sem o rigor dos horários e dias mencionados. Inicialmente, os pontos aleatórios não constavam na programação da pesquisa, porém foram incluídos a fim de ampliar o campo de investigações, pois exibiam situações equivalentes no tocante ao tema. Revelavam as marcas e cheiro de urina, ao mesmo tempo em que se situavam nas imediações dos espaços determinados previamente à análise.

Da mesma forma, acompanhou-se o exposto por Zeisel (2006), quando se procurou registrar os traços físicos e inferir “quem” são as pessoas e “como” elas usam o espaço público. O autor orienta o pesquisador a dar atenção aos traços físicos a fim de obter as causas e mesmo a sequência de eventos que antecedem os vestígios do lugar. Um exemplo aproximando do contexto pesquisado: a percepção da concentração de urina nas calçadas num domingo de manhã. Por tais vestígios pode-se deduzir uma intensa atividade noturna nas proximidades dos bares aos sábados à noite. O mesmo autor também adverte para a falsa causalidade que vestígios podem provocar, isto é, sinais que seduzem visualmente, levando a conclusões duvidosas.

Os traços físicos, como marcas nas paredes, líquido amarelado no piso e a própria perturbação do olfato, constituíram os principais vestígios para as investigação e apuração dos fatos. Tais marcas são classificadas por Zeisel (2006) como “erosões”, ou seja, são desgastes do meio físico resultantes de atividades quaisquer. Como exemplo, tem-se os vários vestígios de urina nas paredes, que permitem a dedução de que é um local utilizado frequentemente e indevidamente como sanitário.

Tal autor destaca outro aspecto importante para essa investigação, pois ajuda a explicar uma das possíveis causas da reincidência da urina. Trata-se da “qualidade cumulativa do vestígio”, quer seja, uma ação que permite que pessoas se sintam livres para urinar em virtude do forte odor instaurado no lugar ou mesmo do testemunho de terceiros urinando em determinadas áreas em ocasiões passadas. Por isso, nas observações em campo, procurou-se saber se marcas e odor de urina proveniente de um ato antecedente poderiam ser condições para a reincidência do mesmo evento.

Os dispositivos usados para registro dos vestígios foram uma

máquina de fotografia digital e a câmera de um aparelho de telefone celular, para a captação de imagens. Os registros permitiram compreender traços físicos e mesmo traços sociais, através da pichação, da conservação pública, da influência do monitoramento por câmeras, entre outros. Optou-se também por conversar com lojistas e comerciantes de rua, quando se anotou as principais percepções destes a respeito do problema. Tais anotações serviram de apoio para uma descrição do local através da ótica de quem convive com as adversidades do cheiro e da sujeira produzida pela urina diariamente.

Um breve questionário foi aplicado aos agentes de maior permanência no local, principalmente comerciantes e servidores públicos do município. Nas entrevistas procurou-se inquirir sobre a percepção dessas pessoas quanto à presença da urina. Todos os entrevistados concordaram em responder livremente as perguntas e suas identidades foram mantidas em sigilo.

Finalmente, algumas dificuldades dos métodos adotados: foram raros os flagras do momento da ação transgressora. Houve casos em que a presença permanente do observador influenciou o recuo de indivíduos prestes a urinar e soube-se disso porque a alguns passos adiante, sem a vigilância próxima, foi possível apanhar a ação sendo consumada. Outra dificuldade recai sobre o curto alcance dos procedimentos para a compreensão das verdadeiras razões que conduzem o ato de urinar em meio público. Mesmo com uma breve pesquisa teórica, uma conclusão aprofundada exigiria um aperfeiçoamento dos estudos de antropologia aplicada em espaços públicos urbanos, considerando aspectos econômicos e sociais do contexto explorado.

■ 4. “Marcando o território”

Diante do exposto nas seções que tratam da discussão teórica e metodológica, a seguir são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa de campo. O mapa (Figura 02) indica o recorte geral das investigações, em que foram destacados os principais lugares visitados. Também foram inclusos os “pontos aleatórios” que, conforme mencionado na seção anterior, são locais que apresentavam as mesmas condições de deterioração promovidas pela urina, certificando que o problema se verifica em inúmeros locais do centro.

FIGURA 02 - Mapa com a localização dos pontos de análise



LEGENDA

● Banheiros públicos próximos dos locais visitados

⬢ Recorte geral da investigação (Pontos principais e aleatórios)

Principais locais visitados:

01 Rua Saldanha Marinho - entre a Rua José Bonifácio e a Rua do Rosário

02 Rua José Bonifácio e Galeria Júlio Moreira (TUC)

03 Rua Barão do Serro Azul - elevação direita da Catedral

04 Rua Alfredo Bufen (UFPR)

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

4.1 Rua Saldanha Marinho

As observações sobre a Rua Saldanha Marinho restringiram-se às quadras entre a Rua José Bonifácio e a Rua do Rosário, um trecho exclusivo para pedestres, pavimentado em pedra portuguesa em toda sua largura. Nesse setor, foram verificados casarios antigos de arquitetura eclética, com as construções implantadas sobre o alinhamento predial e portas abrindo diretamente para a rua. O trecho conta com iluminação razoável, porém as lojas não operam depois das 19h, o que reduz significativamente o número de pedestres a partir desse horário. Nos finais de semana, a rua fica praticamente vazia devido à interrupção das atividades comerciais. Ocorre que, de passagem e sem espreita da população, alguns indivíduos aproveitam a solidão para urinar à vontade.

O cheiro da urina é percebido durante todo o dia, sendo que aos sábados e domingos o odor se intensifica, uma vez que a limpeza pública não opera nos finais de semana. A higiene dos passeios é realizada de segunda a sexta-feira no período da manhã, porém, nota-se que o trabalho da prefeitura

não consegue eliminar o problema por completo. A faxina matinal é programada para bem cedo e reduz em muito o odor no início das manhãs. Contudo, há vários episódios de micção que se manifestam no decorrer do dia. Na atenção concedida à presença representativa de uma autoridade, pode-se constatar, durante as visitas, a escassez de módulos policiais (apenas na praça Tiradentes) e de uma ronda policial.

As caixas ou armários de telefonia padronizados na cor verde (Figura 03A, 03B, 03C e 03D), localizados no início da rua Saldanha Marinho, quase sempre são utilizadas como anteparos aos “mijões”. Nos estabelecimentos próximos a esse mobiliário o odor se faz presente na rotina dos lojistas. Quando um deles foi questionado para saber qual o perfil dos indivíduos que mais contribuem com esta prática anti-higiênica, a resposta foi: “não se observa uniformidade de posição social de quem pratica”. Assim, ao contrário do que se possa imaginar, a prática não se restringe aos moradores de rua e/ou pessoas mais jovens. Os indivíduos que urinam apresentam perfis distintos, “incluindo cidadãos bem vestidos”, como acrescentou o dono de uma das lojas.

Grades são comumente instaladas nos acessos dos comércios e entradas de prédio com apartamentos a fim de conter a aproximação de pessoas indesejadas, recurso que altera em muito a originalidade da arquitetura (Figura 03F). As grades, além da “segurança” patrimonial, restringem a permanência dos moradores de rua, e por isso, muitas vezes fazem parte dos chamados “dispositivos antimendigos” (Figura 03E). Os avanços das barras de ferro à frente das portas impedem também a ocorrência de urina e fezes logo nos acessos dos estabelecimentos. Ainda assim, em virtude do desenho intrincado das fachadas sobre o limite dos lotes, a rua oferece inúmeras reentrâncias e quinas, muitas destas são usadas para alívio das necessidades fisiológicas.

Os banheiros públicos próximos a esse trecho estão localizados na Galeria Júlio Moreira, no Memorial de Curitiba (Largo da Ordem, porém acessível apenas no horário de funcionamento), e nas Arcadas do Pelourinho, atrás do Paço da Liberdade, taxado a critério do órgão municipal de controle, a Urbanização de Curitiba (URBS).

FIGURA 03 - Montagem de fotos da Rua Saldanha Marinho



Figura 3a
Dia 12/07/2017 | Quarta-feira | 16h
Temperatura: 22°C



Figura 3b
Detalhe figura 3a

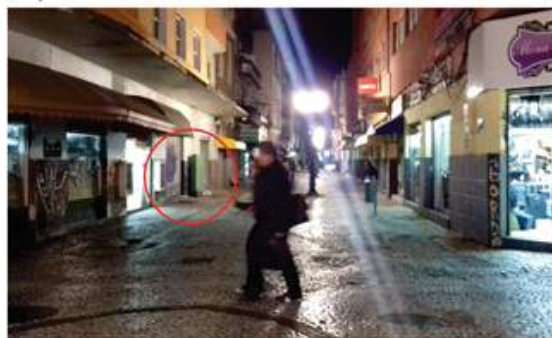


Figura 3c
Dia 21/07/2017 | Sexta-feira | 18h
Temperatura: 10°C



Figura 3d
Detalhe figura 3c



Figura 3e
Dia 02/07/2017 | Domingo | 10h
Temperatura: 10°C



Figura 3f
Dia 28/05/2017 | Domingo | 15h
Temperatura: 10°C

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

4.2 Rua José Bonifácio e Galeria Júlio Moreira (TUC)

A Rua José Bonifácio e a Galeria Júlio Moreira são outros pontos do Centro em que as narinas são fortemente acometidas pelo odor. A Rua José Bonifácio, assim como parte da Saldanha Marinho, é calçada com pedra portuguesa para restringir a presença do automóvel e liberar a circulação aos pedestres. Situa-se à esquerda da Catedral e conecta-se à Galeria Júlio Moreira. A Galeria é subterrânea, foi inaugurada em 30 de agosto de 1976, junto ao Setor Histórico de Curitiba, e permite a ligação entre a Rua José Bonifácio e o Largo Coronel Enéas (Largo da Ordem). Os acessos e saídas ocorrem por lances de escadas nas extremidades. O intuito é de proteger os pedestres no momento da passagem da Travessa Nestor de Castro – início da via estrutural Alameda Augusto Stelfeld – do grande fluxo de veículos motorizados.

A Galeria Júlio Moreira permanece fechada das 23h às 6h e, por isso, durante as madrugadas, muitos utilizam as escadas como um grande mictório a céu aberto (Figura 04A E 04B). O encontro da escadaria com o portão gera cantos “propícios” à micção, já que oferecem certa descrição devido ao desnível com a calçada. Todas as manhãs, agentes da prefeitura que trabalham no local precisam desinfetar a circulação para os pedestres.

Algumas barracas de artesanato são instaladas diariamente na Rua José Bonifácio (Figura 04E). Os artesãos relataram que a prefeitura cumpre sua função lavando a rua de segunda a sexta-feira no período da manhã, mas o cheiro de urina e fezes persiste. Nos dias visitados, foram apurados tapumes deteriorados pelo tempo (Figura 04C, 04D e 04F), com pichação, provavelmente devido à paralisação das obras da reforma do palacete Hauer, construção de 1898. Os aspectos físicos remetem a sinais de abandono, e de certa forma, indivíduos utilizam o espaço para satisfazerem suas necessidades fisiológicas, já que o descaso com a paisagem urbana presume um “território que a ninguém pertence”. Os ambulantes artesãos relatam a necessidade de cobrir bueiros com lonas e lavar as calçadas com cloro todas as tardes, pois o cheiro forte exalado pode desviar o caminho das pessoas e afetar as vendas do artesanato.

Devido à proximidade da Rua Saldanha Marinho, o levantamento dos banheiros públicos é o mesmo apontado para esta última. Cabe lembrar, entretanto, que na Galeria Júlio Moreira há um sanitário que visa atender a própria estrutura da galeria. Neste banheiro, se for para o uso do público em

geral, deve ser solicitado a chave com o responsável, já que o lavabo não permanece aberto. De fato, o descuido da população com os sanitários gratuitos propôs o controle restritivo pela administração do espaço.

FIGURA 04 - Montagem de fotos da Rua José Bonifácio e Galeria Julio Moreira (TUC)

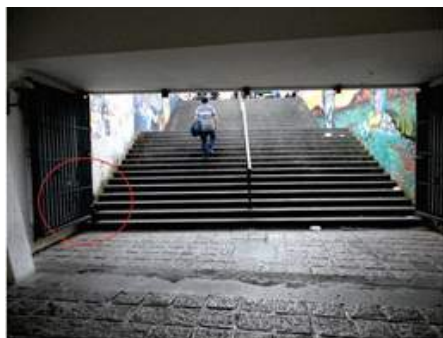


Figura 4a
Dia 17/06/2017 | Domingo | 16h
Temperatura: 10°C

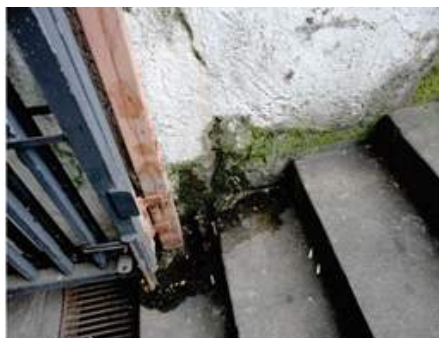


Figura 4b
Detalhe figura 4a



Figura 4c
Dia 17/06/2017 | Domingo | 16h
Temperatura: 10°C

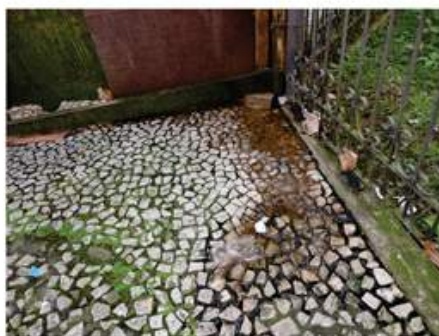


Figura 4d
Detalhe figura 4c



Figura 4e
Dia 14/07/2017 | Sexta-feira | 16h
Temperatura: 22°C



Figura 4f
Dia 14/07/2017 | Sexta-feira | 16h
Temperatura: 22°C

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

4.3 Rua Barão do Serro Azul – Elevação direita da Catedral

Outro ponto com forte cheiro é a Catedral Metropolitana e suas adjacências. A lateral direita da edificação, adjunta à Rua Barão do Serro Azul, foi avaliada em dois pontos específicos. O primeiro diz respeito à esquina do edifício religioso, quase na fachada frontal. Em todas as visitas havia um odor intenso e poças amareladas pelo chão, principalmente próximo à grade que cerca o início do canteiro lateral (Figura 05A e 05B). Apesar de razoável iluminação pública no período noturno, a condição da luz não intimida o uso do ponto como mictório. O segundo ponto analisado foi a fachada posterior da Catedral, no acesso à Travessa Padre Júlio de Campos (Figura 05D). Muito comum era encontrar marcas de urina sobre as portas de uma livraria (comércio de livros usados, um “sebo”) que está no mesmo edifício que marca o início da Travessa (Figura 05E). O proprietário desse estabelecimento contou que providencia a limpeza das portas para não comprometer a visitação de público.

Curioso é que a Travessa Padre Júlio de Campos não possui, apesar de pública, até o momento da visita, o acesso livre. Ela estava bloqueada com tapumes na extremidade onde se situa o palacete Hauer e com acesso restrito na extremidade oposta, em direção à Rua Barão do Serro Azul, devido à fixação de um portão de ferro. Nessa entrada, o acesso é limitado aos horários de comércio. O portão é aberto apenas para estacionamento particular e para a escada de uma academia situada no piso superior do edifício da esquina. Durante muito tempo foi amplamente conhecido como “O Beco do Mijo”, pois já foi um enorme espaço utilizado como “banheiro improvisado”, atualmente interditado (Figura 06). Mesmo restringindo seu acesso, o odor da urina não foi completamente solucionado. Os vestígios agora surgem sobre o próprio portão, mas ao comparar com os arquivos de jornais da época (Figura 01), parece que a questão foi parcialmente resolvida, pelo menos no que diz respeito ao descomedido mau cheiro, embora de um modo bem inadequado: com o bloqueio de uma rua histórica.

Os banheiros públicos são os mesmos encontrados próximo da Rua Saldanha Marinho, Rua José Bonifácio e Galeria Júlio Moreira.

FIGURA 05 - Montagem de fotos da Rua Barão do Serro Azul – Elevação direita da Catedral



Figura 5a
Dia 09/07/2017 | Domingo | 16h
Temperatura: 19°C



Figura 5b
Detalhe figura 5a



Figura 5c
Detalhe figura 5a



Figura 5d
Dia 02/07/2017 | Domingo | 10h30
Temperatura: 10°C

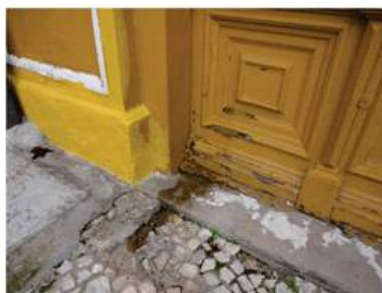
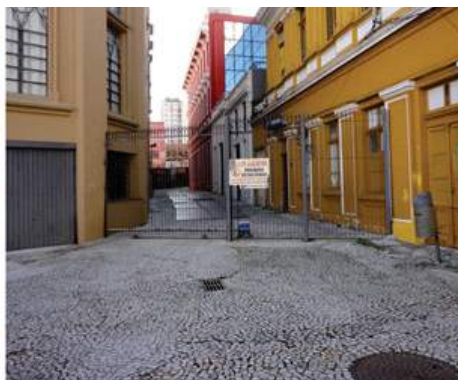


Figura 5e
Detalhe figura 5d

FIGURA 06 - Alteração da Travessa Padre Julio de Campos



Travessa Padre Julio de Campos | maio/2007



Travessa Padre Julio de Campos | julho/2017

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

4.4 Pontos aleatórios no Largo da Ordem

As visitas aos principais pontos de análise chamaram a atenção para outros focos de urina na mesma região do estudo. A lateral direita da Igreja da Ordem possui pilares salientes que formam cantos para os “mijões” (Figura 07A e 07B). Na frente da casa “Feira do Poeta” no Largo da Ordem, há um armário de telefonia, idêntico ao da Rua Saldanha Marinho e com semelhantes sinais de erosão provocados pela urina (Figura 07C e 07D). O funcionário da casa relatou que precisa desinfetar o canto frequentemente. Já o Belvedere, localizado na Praça João Cândido foi ponto mais crítico, não apenas pelo cheiro apreendido pelo olfato, mas também pelos resquícios de lixo, como latas de cerveja (Figura 07E, 07F e 07G). As investigações sobre o Belvedere, patrimônio tombado, porém desocupado no momento da visita, foram realizadas antes do incêndio que ocorreu em dezembro de 2017 e que consumiu parte do telhado do edifício. Durante a visita não foram constatados qualquer tipo monitoramento, vigilância ou guarda permanente do imóvel, situação que favorece o uso da varanda do edifício para acobertar ações que culminaram em resíduos de fezes e urina.

Chama a atenção também o espaço coberto pelo avanço da laje metálica do segundo pavimento da Casa da Memória (Figura 07F e 07I) localizado no Setor Histórico na Rua São Francisco. Hoje, a área é cercada, pois indicava um espaço sem aproveitamento e que poderia atrair “indesejavelmente” moradores de rua. Muito provável que as instalações das grades, além de afastar mendigos, impedem o seu uso como banheiro. Lentamente a Arquitetura vai ganhando novos “acessórios” para tentar distrair problemas sociais.

Os banheiros próximos a esses locais são os mesmos identificados para os pontos já avaliados. Entretanto, a Casa da Memória (Centro de Documentação e Pesquisa de Curitiba) contém instalações sanitárias para visitantes que ficam abertas conforme o horário de seu funcionamento; um pouco afastado, encontra-se também as instalações sanitárias das Arcadas de São Francisco, com abertura para o público apenas aos domingos (dia da Feira da Ordem).

De todos os lugares até aqui descritos, não foram testemunhados a ação de urinar. As conclusões partiram da identificação do forte cheiro, da erosão proveniente das excreções e das conversas com comerciantes e agentes públicos.

FIGURA 07 - Montagem de fotos com pontos aleatórios com presença de urina no Largo da Ordem



Figura 7a
Igreja da Ordem | Dia 08/08/2017 | Terça-feira | 10h



Figura 7b
Detalhe figura 7a



Figura 7c
Feira do Poeta | Dia 17/06/2017 | Sexta-feira | 17h



Figura 7d
Detalhe figura 7c



Figura 7e
Belvedere | Dia 18/06/2017 | Domingo | 15h



Figura 7f
Detalhe interno do Belvedere



Figura 7g
Detalhe escada de acesso ao Belvedere

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

FIGURA 07 - Montagem de fotos com pontos aleatórios com presença de urina no Largo da Ordem



Figura 7h
Casa da Memória | Dia 18/06/2017 | Domingo | 15h



Figura 7i
Detalhe figura 7h

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

4.5 Rua Alfredo Bufren (UFPR)

O principal local de análise desta rua está localizado na fachada direita da UFPR (Figura 08A e 08D), no trecho entre a praça Santos Andrade e a rua Presidente Faria. A área em questão constitui-se por uma rampa que dá acesso a um pavimento inferior do edifício. No mesmo espaço, existe uma mureta de proteção de pedra que a divide do passeio, muito utilizada como banco público e local de encontro. Esse ponto esquia-se um pouco do fluxo dos pedestres, configurando um remanso. A sua conformação, abaixo do nível da via, propicia ações como de urinar e até mesmo práticas ilícitas, como o uso de drogas, porque é possível acobertar parcialmente qualquer atividade dos olhares do público.

Além da urina, o remanso recebe sacos de lixo, quase sempre vasculhados e espalhados por moradores de rua (Figura 08B, 08C e 08E). Por conta disso, o aspecto trivial do local é desordenado, favorável ao contínuo processo de degradação física e acúmulo de sujeira. A limpeza da calçada é feita todas as manhãs, de segunda a sexta-feira pelos funcionários da UFPR, porém, tal ação é incapaz de resolver em absoluto a sujeira e o odor desagradável. Constitui-se em espaço adjunto a um trecho muito movimentado do centro e, por isso, recebe repetidamente indivíduos visando urinar, consumir drogas e vasculhar o lixo.

Não é incomum se deparar com a cena de indivíduos urinando dentro do remanso assim que o caminhante vira a esquina do edifício da

UFPR, na Alfredo Bufren em direção ao Centro Histórico. Nesse ponto, foi possível flagrar várias situações de micção. Pelas manhãs, tardes e ao anoitecer, aos sábados e domingos, figuras distintas, sozinhas ou em grupo, invadem o remanso e urinam com uma conduta totalmente descontraída. Os padrões de comportamento se repetem: uma “olhada” antes de adentrar o local para urinar. Em grupos parece uma tarefa até mais fácil: um indivíduo fica vigiando, sentado na mureta, enquanto o outro urina no local adentro. Às vezes alternam as funções entre vigia e micção e, outras vezes, entram juntos. Houve até um fato incomum nos momentos de observação: duas mulheres, bem vestidas, adentraram pela rampa ao mesmo tempo e, assim que alcançaram o limite do espaço, uma delas acendeu um cigarro para driblar a atenção de possíveis curiosos e acobertar a outra que se preparava para agachar. Mesmo com uma leitura breve do entorno, todos os casos foram ações deliberadas, sem qualquer constrangimento. Muito provável que o local já carregue há muito tempo a conotação de “banheiro público” e, por isso, é largamente difundido tal propósito. Assim, esse espaço está em local de certa relevância do Centro, como continuação da praça Santos Andrade, em região de alto tráfego de pessoas ao mesmo tempo em que oferece um certo resguardo visual com descomplicado acesso.

Notou-se que a presença de colaboradores da UFPR ou o simples fato da porta da escadaria acima do remanso permanecer aberta se configura como condição suficiente para inibir a ação dos “mijões” e outras atividades inapropriadas. Porém, na maior parte do tempo, a porta se mantém fechada sem qualquer outro controle permanente do espaço. Por isso mesmo, registrou-se até mesmo relatos de ato sexual, segundo informações do proprietário do quiosque mais próximo.

Ademais, a Rua Alfredo Bufren está muito próxima da Rua São Francisco, logradouro que possui um circuito de bares e restaurantes importantes à vida do centro. Avalia-se que estabelecimentos com essas atividades, que vendem bebidas alcoólicas, contribuem diretamente para o processo de produção do mau cheiro. Conforme um comerciante relata, os fregueses saem dos bares da Rua São Francisco e se dirigem às paredes da fachada da Rua Alfredo Bufren para urinar. Após às 21h, a fachada recebe constantemente pessoas querendo aliviar a bexiga.

Constatou-se apenas um banheiro público na região e está localizado nas Arcadas do Pelourinho, que funciona apenas no período da manhã e da tarde com taxa para ingresso e uso.

FIGURA 08 - Montagem de fotos da Rua Alfredo Bufren

Figura 8a
Dia 02/07/2017 | Domingo | 10h
Temperatura: 10° C



Figura 8b
Dia 19/07/2017 | Quarta-feira | 18h
Temperatura: 10° C



Figura 8c
Detalhe figura 8a



Figura 8d
Dia 16/07/2017 | Domingo | 18h
Temperatura: 10° C



Figura 8e
Detalhe figura 8d

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

4.6 Pontos aleatórios próximos à UFPR

Durante as observações junto ao edifício da UFPR, identificou-se outros pontos sujeitos ao mesmo problema. A calçada atrás da UFPR, na Rua Presidente Faria, apresentava sinais de urina, normalmente nos cantos

formados pela parede e pilares da edificação. Aos domingos, o cheiro era constante em razão da falta de atividades da universidade. O resíduo, então, permanece nas quinas até a lavagem na segunda-feira pela manhã (Figura 09A, 09B e 09C).

Outros locais analisados foram a fachada lateral do Teatro Guaíra na Rua XV de Novembro (Figura 09D e 09E) e um canto na Rua Tibagi (Figura 09F e 09G). Os dois casos evidenciam como os chanfros e quinas contribuem para a prática de urinar no espaço público.

FIGURA 09 - Montagem de fotos com pontos aleatórios da presença de urina próximos à UFPR



Figura 9a
UFPR | Dia 02/07/2017 | Domingo | 10h



Figura 9b
Parede UFPR | Dia 18/06/2017 | Domingo | 17h



Figura 9c
Detalhe figura 9a



Figura 9d
Teatro Guaíra | Dia 18/06/2017 | Domingo | 16h



Figura 9e
Detalhe figura 9d

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

FIGURA 09 – Montagem de fotos com pontos aleatórios da presença de urina próximos à UFPR



Figura 9f
Rua Tibagi | Dia 16/07/2017 | Domingo | 17h



Figura 9g
Detalhe figura 9f

Fonte: Acervo dos autores, 2017.

5. O que aprendemos com a urina

Dos breves momentos de observação em campo, é possível inferir que o odor e os resíduos gerados pela urina interferem negativamente sobre as atividades cotidianas no espaço público. Desse fato, emerge uma questão substancial motivada através das investigações deste trabalho: por que esse desconforto persiste já que prejudica a qualidade do espaço urbano? Desde o princípio, procurou-se responder a essa pergunta por meio da observação do ambiente físico, sugerindo vínculos entre a ausência de infraestrutura básica pública ou a degradação do local com a ocorrência da urina nas ruas. A primeira evidência reconhecida foi a relação entre o escasso número de banheiros públicos com o forte odor de “mijo” exalado dos cantos das ruas, concluindo, evidentemente, acerca da carência de um dos equipamentos urbanos básicos no centro de Curitiba. A observação subsequente apreciou a conservação pública dos locais estudados, indicando que pequenos sinais de abandono podem incitar indivíduos a cometerem ações de depreciação contra o patrimônio público ou privado, incluindo nesse conjunto, o ato de urinar. Assim, pontos da cidade onde se registrou a ausência de zelo, mesmo com indícios menores de vandalismo, a exemplo de pichação ou sujeira, já eram suficientes para a ocorrência do mau cheiro. Há que se considerar também, em menor número de eventos, os espaços preservados que, ainda assim, possuem os mesmos vestígios da urina. Portanto, não se pode fixar uma regra que

determina que apenas lugares descuidados são propícios a receberem excrementos, mas pode-se afirmar que um cenário de abandono encoraja indivíduos a cometerem atos reprováveis com mais frequência do que nos espaços controlados. Nesse sentido, a “teoria das janelas quebradas”, como aborda Odon (2016), quando reportada para outros contextos socioculturais requer cuidados. Para além das investigações da paisagem e da infraestrutura do Centro, observou-se também algumas questões de comportamento referentes à postura de urinar fora dos banheiros que, muitas vezes, expõe uma ação intimista ao público. Por isso, o embasamento teórico ilustrou um pouco dos motivos que conduzem ao desrespeito das normas sociais sendo determinante para a compreensão inicial de tais questões.

No que diz respeito aos espaços urbanos inspecionados, levantou-se primeiramente a ocorrência de sanitários públicos gratuitos e seu grau de manutenção. Ainda que o uso do mictório em situações de aperto seja o ato mais aceitável do ponto de vista social, é possível pressupor que esta regra pode ser violada sem culpa pelo cidadão, pois este carece de sanitários públicos na região central. De fato, identificaram-se alguns banheiros, como na Galeria Júlio Moreira, permanentemente fechado, no Memorial de Curitiba do Largo da Ordem, com horários determinados, e na Praça José de Macedo, continuação da Praça Tiradentes, onde se encontram as arcadas do Pelourinho, com o acesso taxado pela URBS. Evidentemente, o número de sanitários públicos não condiz com o adensamento de pessoas do Centro. Logo, o cidadão acaba utilizando cantos dos logradouros públicos para se aliviar. Para quem está apertado, as opções de mais fácil acesso são os “mictórios clandestinos”, ou locais “batizados”, quase sempre identificados como becos ou cantos da cidade com alguma reserva e que são amplamente adaptados como banheiros.

Além dos cantos dos edifícios, as marcas e o odor peculiar da urina são percebidos nos postes de luz, armários de telefonia, placas de sinalização de trânsito, muros, árvores, pontos de ônibus etc. São diversos anteparos que procuram “auxiliar” o disfarce do ato. Nas manhãs, o cheiro é mais intenso e disperso, uma vez que nas madrugadas qualquer parede pode se transformar em latrina. A ocorrência do número de “mijões” pelas ruas durante a noite aumenta, possivelmente devido ao consumo de bebidas alcoólicas nos bares do Centro. Também à noite, com a maioria do comércio fechado e pouca gente nas ruas, sobram poucos olhares para o controle das normas de civilidade.

No entanto, cabe retomar que a falta de conservação do espaço físico

urbano não é condição única para a ocorrência da urina no centro da cidade, pois se assim fosse não seria possível constatar o mau cheiro em áreas aparentemente preservadas. Por isso, a presença intensa da urina no centro da cidade não pode ser atributo exclusivo das condições do meio físico ou mesmo da ausência de infraestrutura, mas também das questões culturais e sociais que determinam as ações decorrentes dos valores e das responsabilidades de cada indivíduo sobre o espaço compartilhado. Através das vistas em campo, pode-se observar que o modo com que as pessoas encaram os ambientes públicos é muito diferenciado. Com base nos apontamentos teóricos, nota-se que, no caso do Brasil, o descaso com preservação do bem comum, incluindo o ato de urinar nas ruas ou qualquer outro ato de omissão do cidadão com o patrimônio público, deve-se em razão da distância social (ideias, crenças e valores) que traz como efeito a percepção exposta por um dos autores: “vige no Brasil um déficit de consenso sobre os interesses gerais e subjacentes, sobre o que deve e não deve ser feito, e por quem, no espaço público” (ODON, 2016, p.14).

E antes que se cometa a injustiça de associar o problema exclusivamente a países em desenvolvimento como o Brasil, dois casos mostram soluções criativas para tentar sanar o problema que acomete também países “ditos” desenvolvidos e com menos abismos sociais entre a população. O primeiro caso em Hamburgo, cidade da Alemanha. Com a tecnologia a favor, a cidade passou a aplicar uma substância nos muros para repelir a urina. De acordo com a fonte pesquisada, os moradores aplicam um revestimento “super-hidrofóbico” nas paredes de St. Pauli, conhecido por ser um bairro de vida noturna de Hamburgo (GUIMARÃES, 2015). O segundo caso é em Paris, que também sofre com o odor derivado da urina. Segundo a fonte consultada, as “autoridades tentam combater o problema, que custa aos cofres públicos milhões de euros todos os anos” (GOMES, 2017). Cansados com a falta de solução, os parisienses buscam amenizar o problema com mictórios ecológicos implantados ao ar livre: o “*uritrottoir*”: uma caixa com abertura frontal para receber a urina que será recolhida em recipiente com materiais – serragens e lascas de madeiras - que irão absorver o líquido. Passados alguns dias, o conteúdo é transformado em fertilizante. Esses são bons exemplos para solucionar as questões de qualidade pública de um problema idêntico, porém motivado por fatores sociais diversos dos encontrados no Brasil.

De volta a Curitiba, quem sabe não se deva também incorporar ao cotidiano semelhantes soluções e tentar devolver a qualidade ambiental para cidade, considerando as devidas questões sociais e culturais do contexto

analisado. Cabe ao poder público oferecer infraestrutura básica, mas também informar e educar para obter o maior consenso possível sobre as responsabilidades de cada cidadão com o espaço urbano compartilhado. Solucionando questões como estas, busca-se portando, a manutenção da qualidade dos ambientes públicos que além de democráticos são fundamentais para as relações sociais e à manutenção da vida cidadina.

Referências

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de: BORGES, M. L. X. de. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BORDINHÃO, A. Mau cheiro e sujeira no centro de Curitiba. *Tribuna do Paraná*, Curitiba, 10 de jun. de 2007. Disponível em: <www.tribunapr.com.br/noticias/parana/mau-cheiro-e-sujeira-no-centro-de-curitiba>. Acesso em: 7/8/2017.

BRASIL, Código Penal. *Decreto-lei nº 2.848*, 1940. Disponível em: <www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf>. Acesso em: 4/8/2017.

_____, Casa Civil. *Decreto-lei nº 3.688*: Lei das Contravenções Penais, 1941. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 4/8/2017.

BUSIAN, F. Prefeitura de SP regulamenta Lei do Xixi, que multa quem urinar em espaços públicos. *Caio Miranda Carneiro*, São Paulo. Disponível em: <www.caioirandacarneiro.com.br/artigo/2017/11/prefeitura-de-sp-regulamenta-lei-do-xixi-que-multar-quem-urinar-em-espacos-publicos/>. Acesso em 20/5/2018.

GEMAEL, R. O Mijódromo 24 horas. *Correio de Notícias*, Curitiba, 15 de set. de 1991. Caderno Conversa de Boteco.

GOMES, H. Mictórios inteligentes são instalados a céu aberto nas ruas de Paris. iG, *Último Segundo*, São Paulo, 16 de fev. de 2017. Disponível em: <www.ultimosegundo.ig.com.br/colunas/do-bem/2017-02-16/paris.html>. Acesso em: 14/8/2017.

GUIMARÃES, S. P. Cidade alemã adota tecnologia que faz muros repelirem xixi. *Exame*, Tecnologia, 11 de mar. 2015. Disponível em: <www.exame.abril.com.br/tecnologia/cidade-alema-adota-tecnologia-que-faz-muros-repelirem-xixi>. Acesso em: 14/8/2017.

JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2000.

MAZZIOTTI, M. Mau cheiro incomoda população que frequenta o Centro. *Tribuna do Paraná*, 2013. Disponível em: <www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/mau-cheiro-incomoda-populacao-que-frequenta-o-centro>.

Acesso em: 7/8/2017.

MULTA de 500 reais para quem urinar na rua passa a valer em SP. *Veja*, 25 de novembro 2017. Disponível em: <veja.abril.com.br/brasil/multa-de-500-reais-para-quem-urinar-na-rua-passa-a-valer-em-sp/>. Acesso em: 28/5/2018.

NOVO artigo na Lei de Limpeza Urbana aumenta valor da multa para quem urinar nas ruas. *Prefeitura do Rio de Janeiro*, 2015. Disponível em: <www.prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=5541212>. Acesso em: 28/5/2018.

ODON, T. I. *Tolerância Zero e janelas Quebradas*: sobre os riscos de se importar teorias políticas. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG. Senado, março/2016. (Texto para Discussão nº 194). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em 21/7/2017.

RIO DE JANEIRO, Legislação Municipal. *Projeto de Lei nº 1305/2015*. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Matérias Legislativas, 2015. Disponível em: <www.camara.rj.gov.br/>. Acesso em: 28/5/2018.

RUA atrás da Catedral é antro de desocupados. *Gazeta do Povo*, 23 de jan. de 1989.

SÃO PAULO, Legislação Municipal. *Lei nº 16.647*, de 15 de maio de 2017. Prefeitura de São Paulo, 15 de maio de 2017. Disponível em: <legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16647-de-15-de-maio-de-2017>. Acesso em: 28/5/2018.

SUZUKI, C. M.; BRAGA, H. R.. Urinar nas ruas durante as festas de carnaval é considerado infração penal? *Jusbrasil*, 2013. Disponível em: <claudiosuzuki.jusbrasil.com.br/artigos/121941234/urinar-nas-ruas-durante-as-festas-de-carnaval-e-considerado-infracao-pena>. Acesso em: 19/7/2017.

URBIM, E. Aumento da multa para xixi nas ruas do Rio gera polêmica. *O Globo*, 11 de outubro de 2016. Disponível em: <oglobo.globo.com/rio/aumento-da-multa-para-xixi-nas-ruas-do-rio-gera-polemica-17737574> Acesso em 28/5/2018.

URINAR NA RUA. *TJDFT*, 2015. Disponível em: <www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/direito-facil/urinar-na-rua>. Acesso em: 19/7/2017.

ZEISEL, J. *Inquiry by Design*. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

-
- i Texto extraído do recorte de Jornal da Gazeta do Povo de 23 de janeiro de 1989. O documento foi encontrado no acervo da biblioteca da Casa da Memória de Curitiba sem identificação do autor.
 - ii Conceito extraído da publicação “Urina na Rua” do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o qual não foi possível identificar a autoria do texto.
 - iii O Programa Lixo Zero prevê a aplicação de multas para quem sujar a cidade através da Lei de Limpeza Urbana (3273/2001), assim como despertar a consciência da população sobre a manutenção da limpeza da cidade.

O ESPAÇO PÚBLICO EM SUA DIMENSÃO POLÍTICA E EMOCIONAL

Uma análise a partir das experiências no pátio da reitoria da UFPR¹

JAMIKIU, Camila Campos de Lara²
SILVA, Marcia Alves Soares da³

1. Primeiras palavras

A relação com o espaço público é cotidiana: nas ruas, nas praças, nos bairros, nos deslocamentos diários para o trabalho, para as universidades e escolas. É nesse domínio que a vida pública realmente acontece, já que é o espaço da visibilidade e da convivência, ainda que delimitado por regras, normas e valores condizentes com as sociedades em que estão inseridos. Nesse sentido, é o espaço da complexidade, diversidade e riqueza material e imaterial, que envolve tanto usos e apropriações propriamente físicos, quanto a relação simbólica, sentimental e emocional tecida com ele.

A complexidade do espaço público se dá especialmente por sua singularidade e distribuição nas sociedades, que vai resultar em distintas condições de usos e apropriações. Por conseguinte, o espaço público possui um significado diferente para cada pessoa e isso se relaciona com as vivências e experiências cotidianas.

Gomes (2011) aponta que há três dimensões fundamentais para compreender a natureza singular dos espaços públicos: a dimensão física dos objetos e ações que define esse espaço (visibilidade, acessibilidade, mobilidade etc.); a dimensão política, sendo um lugar de encontro e confrontação entre diferentes; e, por último, os espaços físicos, fortemente carregados de

¹ Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que participaram da pesquisa empírica que, mesmo de maneira anônima, foram fundamentais para a discussão deste trabalho.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES - Brasil
camila.jakimiu@yahoo.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.
marcia.alves.geo@gmail.com

significados, que constituem a vida social urbana e resultam numa complexa cartografia dos sentidos associados aos lugares da cidade. No presente trabalho, pretende-se apresentar uma análise, a partir das dimensões política e simbólica (dos significados), de um relevante espaço público na cidade de Curitiba: o Pátio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

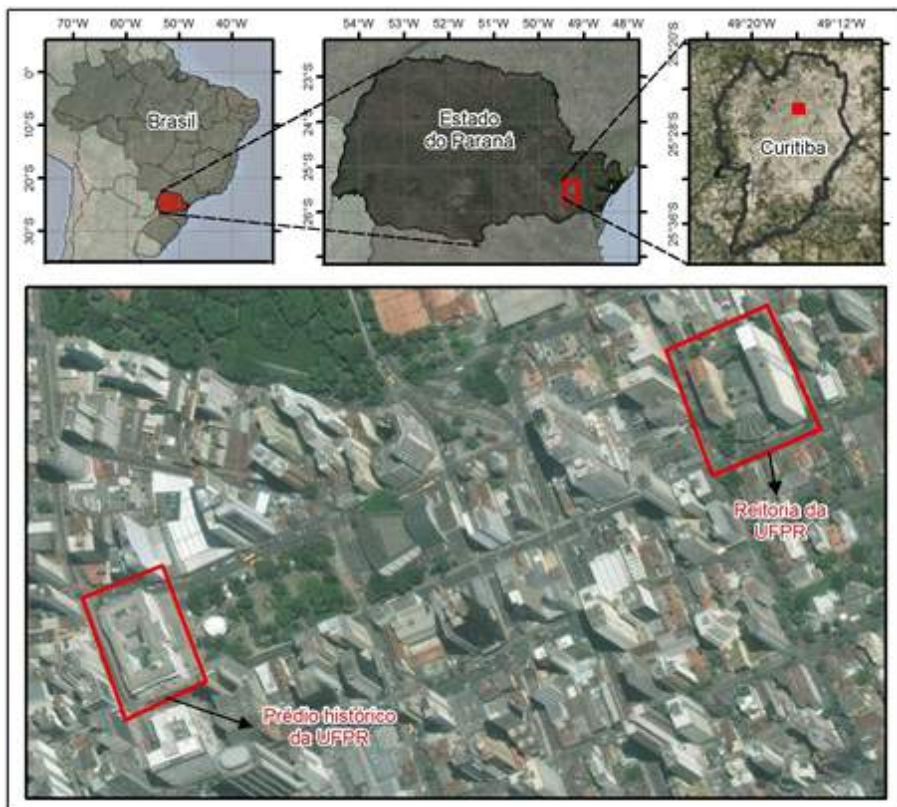
A dimensão política do espaço público relaciona-se com a sua apropriação material por meio do uso como espaço de socialização, discussão e efetiva ação ou de - práticas sociais de caráter político realizadas pelas pessoas, como manifestações, atos culturais e quaisquer ações que remetam a uma organização coletiva que visa a transformação de alguma situação social.

Do ponto de vista simbólico, a relação com o espaço público diz respeito à sua apropriação imaterial - possibilitada pela sociabilidade presente nesses espaços -, às práticas cotidianas e à interação que se dá a partir do corpo (entendendo o corpo como extensão do espaço). Assim, a dimensão simbólica inclui compreender o espaço público para além de sua materialidade, ou seja, da sua forma física, mas também como constituinte da criação de laços de identidade e de significado, que possibilitam tecer relações do ponto de vista emocional e sentimental.

Vale ressaltar que as dimensões não se excluem, pelo contrário, são complementares e por vezes se sobrepõem. No entanto, é comum que os estudos de natureza subjetiva, imaterial e simbólica sejam negligenciados na ciência como um todo, e particularmente na Ciência Geográfica, sendo este o viés que se busca apresentar sobre a discussão.

O Pátio da Reitoria está localizado no *campus* central, onde fica a Reitoria da UFPR. Todo o conjunto central foi construído na década de 1950, como parte dos projetos de expansão da UFPR, que teve o primeiro *campus* edificado em 1912. O *campus* central situa-se entre as ruas Rua XV de Novembro, Rua General Carneiro, Rua Dr. Faivre e Rua Amintas de Barros na cidade de Curitiba. Compreende o complexo da Reitoria, com os edifícios D. Pedro I e D. Pedro II, o Teatro da Reitoria, a Administração Central e a Capela, localizados na Rua XV de Novembro. Atualmente, nesse conjunto está instalado o Setor de Educação, Setor de Ciências Humanas e Setor de Ciências Jurídicas. O *campus* se estende ainda ao complexo do Hospital de Clínicas, onde se localiza o Setor de Ciências da Saúde e o Prédio Histórico da UFPR, localizado na Praça Santos Andrade.

FIGURA 01 - Mapa de localização do pátio da reitoria e do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná



Fonte: SILVEIRA, Ricardo (2017)

É notório que existe uma ambivalência ao considerar o Pátio da Reitoria um espaço público. Apesar de ser um espaço aberto, sem nenhum tipo de muro, cercas ou outras barreiras de acesso - qualquer pessoa pode acessá-lo sem necessitar de uma identificação, por exemplo - possui uma conformação física que faz parte da Universidade, onde há a importante presença da comunidade acadêmica e de seguranças que cuidam do local, o que pode levar a ser visto como espaço privado ou controlado.

Segundo Carlos (2011), o espaço público como negação do espaço privado é condição necessária para a realização da esfera pública na prática socioespacial. Esses espaços estão marcados por apropriações diferenciadas - o dentro e o fora, o individual e o coletivo, o protegido e o violento - tanto do ponto de vista espacial, quanto das relações.

O Pátio da Reitoria, dentro de uma universidade pública, é um local para ver e ser visto. É um local que está constantemente ocupado, especialmente por estudantes durante seus intervalos de aula. Vai além de um local de passagem, pois tem uma grande representatividade para a comunidade acadêmica, já que é palco de várias manifestações culturais, artísticas, políticas, dentre outras.

Nesse sentido, a escolha do Pátio da Reitoria se deu por sua posição estratégica para a própria UFPR - em razão da grande movimentação diária -, por ser palco central de diversas manifestações e por sua relevância para as pessoas, dada sua localização central, em especial para os alunos da UFPR.

Para tanto, esse artigo se organiza em duas partes. A primeira se concentra na discussão sobre os usos e apropriações dos espaços públicos e sua relevância enquanto local político e simbólico, na qual a análise perpassa as questões de ordem física/material. Pretende-se indicar como o espaço público pode ser importante para abrigar sentimentos e emoções. Partindo da dimensão política, objetiva-se analisar como os espaços públicos permitem uma reflexão sobre cidadania e democracia, questões que motivaram as escolhas teóricas e conceituais nessa discussão. Em perspectiva complementar, mas partindo da dimensão simbólica, pode-se questionar de que maneira as pessoas experienciam os espaços públicos para além de sua materialidade e organização espacial. Dessa forma, questiona-se: Será que todos os espaços públicos são políticos? Existiriam alguns mais politizados que outros? Como pensar os espaços públicos a partir de uma dimensão sensível? Como se dá a relação do corpo com os espaços públicos? Como é possível pensar a questão emocional e simbólica dos espaços públicos?

Em sequência, expõem-se os resultados de trabalho empírico, com base em diversas observações ocorridas entre os meses de abril a julho de 2016, em diferentes horários, dias da semana e condições climáticas, fatos que interferem consideravelmente na sociabilidade no Pátio. A tais procedimentos também foram incorporados os resultados de um questionário online, respondido pela comunidade da UFPR, no intuito de entender como o Pátio é percebido e vivenciado por seus frequentadores habituais, a partir de suas experiências cotidianas, tendo em vista a importância histórica, política, social e cultural desse espaço.

A observação do comportamento das pessoas no espaço público possibilita ao pesquisador construir diferentes formas de compreender o espaço, seus usos e funções. E, de fato, esse local se mostrou como um

importante ponto de encontro da comunidade da UFPR. Além das relações interpessoais, foram observados ainda a relação das pessoas com o espaço físico do Pátio, a infraestrutura presente, o mobiliário, os locais de maior permanência, os horários de maior movimento, dentre outras questões.

Percebe-se que o espaço público, em especial o Pátio da Reitoria, possui um significado relevante para a comunidade acadêmica, pois é um importante local na UFPR para a sociabilidade, já que não há no *campus* central outros locais como esse. A partir das opiniões expressas pelas pessoas que utilizam cotidianamente o Pátio, foi possível perceber a pluralidade e expressividade desse espaço, especialmente como local de encontro, de trocas, de força política e de sociabilidade. Um espaço em parte democrático, de grande visibilidade para a UFPR e que, em seus vários anos de existência, foi cenário de muitas histórias, lutas, emoções e memórias.

2. Espaço Público enquanto campo político e simbólico

O espaço geográfico, pelo qual caminha essa análise, revela-se como cenário político, cultural, social, econômico e simbólico. Tal cenário é consequência da própria produção e reprodução do espaço. Na visão da Geografia, o espaço público relaciona-se com o conceito de espaço geográfico, sendo por definição o “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009), onde os lugares e as práticas sociais se transformam simultaneamente, constituindo-se em formas-conteúdo. Assim, o espaço físico é tão importante quanto o espaço simbólico, pois é nele espacialmente onde os fatos políticos e a dinâmica socioterritorial se constituem.

Portanto, pensar o espaço público na contemporaneidade, especialmente a partir das contribuições geográficas, significa refletir tanto do ponto de vista material quanto imaterial. No caso da questão material, é a partir dos equipamentos que constituem o espaço público e da organização coletiva que determina as relações socioespaciais. Ao passo que, do ponto de vista imaterial, está a relação que os usuários tecem com esses espaços no seu uso cotidiano, reverberando em uma relação simbólica (de significados, emocional, afetiva).

Acerca deste ponto, Serpa (2004) aponta que, na escassez da discussão sobre espaço público dentro da Geografia, é comum o debate que se

debruça sobre as ideias da relação entre público e cidadania. Nesse sentido, entra em cena a discussão sobre a relação do espaço público com a acessibilidade, esta última pensada tanto do ponto de vista de sua concretude, quanto do ponto de vista simbólico, cuja reflexão denuncia “seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema” (SERPA, 2004, p. 22). Para esse autor, quando se pensa a apropriação social desses espaços, há implicações que ultrapassam o *design* físico, mas dizem respeito à esfera do simbólico.

De acordo com Carlos (2011), o espaço público constitui um espaço-tempo da cidade e da vida da cidade, em que as relações de cada sujeito são próprias, imerso em uma rede de significados, sendo, portanto, um lugar concreto de realização individual e coletiva. A autora acredita que o espaço público se relaciona à práxis, em função do intercâmbio social presente, tanto subjetivo quanto objetivo e tanto material quanto simbólico. Assim, a *polis* não é só um reduto político, mas também a possibilidade e o lugar do discurso como ação.

Ademais, a sociedade é composta pela articulação das relações sociais. Nessa perspectiva, o espaço público vai além de seus equipamentos coletivos, mas diz respeito também as múltiplas apropriações, sendo lugar do encontro e do desencontro, de comunicação, de diálogo e de sociabilidade. Assim, o espaço público se define pela relação e não pela forma (CARLOS, 2011).

Nesse viés, os espaços públicos, por excelência, deveriam inspirar práticas democráticas, em que as trocas, as diferenças, a vida política e social fariam parte desse cenário. Portanto, tal espaço diz respeito também à cidadania, a condição de cidadãos na cidade. A cidadania, nesse sentido, é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e a um território (GOMES, 2002).

Gomes (2002) afirma a importância de pensar a cidadania a partir do espaço, em que a Geografia pode demonstrar que no próprio conceito de cidadão existe uma matriz territorial. Assim, o ser cidadão significa uma teia de relações sociais e uma localização espacial. Para o autor, o espaço público é essencialmente democrático e cidadão - estes elementos têm sua origem na divisão territorial e na configuração espacial -, onde surge o fato político.

A dinâmica territorial redefine as relações políticas (GOMES, 2002). A vida política está ligada a formas de espacialidades, no sentido que a disposição física das coisas na ordem espacial determina as práticas políticas,

gerando um espaço cívico, da mesma forma que palavras e ações geram um espaço público democrático.

Buscando dialogar a materialidade e a imaterialidade do espaço geográfico, tomado como forma-conteúdo, a Geografia problematiza que o arranjo físico das coisas constitui um agente ativo na realização e na qualificação das ações sociais (GOMES, 2012).

Do ponto de vista físico, o autor aponta que o espaço público é a praça, a rua, o *shopping*, a praia, isto é, qualquer lugar que não haja obstáculos de acesso, com regras e normas que devem ser respeitadas para o bom convívio da sociedade. Para tanto, é preciso que haja critérios impostos por lei, que regulam o comportamento, sendo, portanto, o lócus da lei. Para Gomes (2002, p. 162) “poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das diferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”.

As normas de civilidade fazem parte de nossas práticas cotidianas e do nosso viver na cidade, sendo este espaço visivelmente normatizado. Assim, a vida na cidade é regida por um contrato social. Contudo, nem todos estão contemplados nessa lógica, visto que a luta pelos direitos enquanto cidadãos ainda é complexa para alguns.

O espaço público para esses excluídos é um constante campo de lutas e resistência, como aponta Gomes (2002), sendo o “lugar de conflitos, problematização da vida social, arena de debates e diálogos”. Por um lado, tais conflitos acontecem pela equivocada ideia de que “as noções de cidadão e de consumidor se associam e se misturam”, isto é, há a reprodução das formas da vida urbana, ao mesmo tempo em que há a negação da vida urbana democrática, aquela realmente para todos.

Nesse mesmo viés, Carlos (2011) afirma que o espaço público tem o sentido de público em termos reais na medida em que permite a relação social através da simultaneidade de usos. Assim, pode-se compreendê-lo como lugar do político, da norma, da realização da vida urbana, da copresença como negação do outro, do encontro, mundo da mercadoria e também pela prática vivida através do corpo nos atos cotidianos, que criam laços profundos de identidade entre os habitantes e destes com os lugares.

Ao propor tal debate no âmbito da Geografia, esses autores fundamentam a presente escolha em analisar os espaços públicos em função de sua relevância política e simbólica. Por conseguinte, estas duas dimensões serão tratadas a seguir, isto é, pensando o Pátio da Reitoria em sua dimensão

política e simbólica para os frequentadores, tendo em vista sua importância tanto material quanto imaterial, tanto da forma quanto do conteúdo, tanto do planejamento quanto das práticas sociais.

2.1 Espaço público e a dimensão política: apropriação e cidadania

O significado da política surge junto com a própria história, ou seja, com o dinamismo de uma realidade em constante construção que resulta da atividade das pessoas vivendo em sociedade. Sendo assim, não se pode pensar a política apenas das esferas institucionais e governamentais, resultado de uma democracia representativa. Afirmar-se que a política, em seu sentido amplo, é feita pelas pessoas cotidianamente e tem uma relação intrínseca com o poder e o espaço em que elas vivem (MAAR, 1982).

Ao se entender a política como as intenções pré-definidas ou a ser construídas pelos grupos, em que fazer política é traduzir anseios e interesses sociais, partilha-se da concepção de Maar (1982), ao ressaltar que não existe a política, mas inúmeras políticas. Existe a política dos movimentos sociais, da igreja, da escola, da universidade e até a política da mesa de jantar. Tais políticas muitas vezes não pretendem o poder institucional, isto é, o governo, mas um poder político de reconhecimento para colaborar na construção da sociedade. Por isso é importante considerar que a “política representa o esforço de recriar o vínculo social e estabelecer significações comuns” (INNERARITY, 2010, p. 19).

Nessa ótica, entende-se o espaço público como esfera de deliberação, no qual se articula o comum e onde são tratadas as diferenças em uma constante construção. Portanto, um espaço público em sua dimensão política é entendido como espaço e ferramenta para que os sujeitos reformulem as identidades coletivas, no sentido da capacidade que os indivíduos e grupos têm de se articularem buscando identificações políticas mais integradoras (INNERARITY, 2010).

Ao compreender que o espaço público possui em sua gênese um caráter político, é importante discutir a noção de cidadania. Esta se realiza pela ação política que, por sua vez, depende da acessibilidade ao espaço público. A acessibilidade é entendida como a capacidade das pessoas de se apropriarem do espaço público por meio de múltiplas ações e práticas individuais e coletivas.

Berdoulay (2011) ressalta que o espaço público é considerado no pensamento filosófico como condição de desdobramento do debate político, ou seja, como requisito fundamental para existir uma vida democrática. Os indivíduos exercem publicamente sua própria razão crítica e reivindicam a discussão de questões de interesse comum, não sendo um espaço de decisão, mas constituindo a condição para o desenvolvimento da democracia.

Por esse viés, entende-se o espaço público como condição para o desenvolvimento da democracia que só ocorre com a apropriação das pessoas, sendo esta o “processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (SANTOS *et al*, 1985, p. 63).

No entanto, com a privatização dos espaços públicos, produz-se territórios onde prevalece a cultura do desengajamento, ou seja, territórios do consumo onde classes sociaisⁱ se fragmentam, constantemente não se encontram e pouco se relacionam. Os espaços públicos das metrópoles contemporâneas tendem a ser parte de uma fragmentação do tecido sócio-político espacial, que resultam dos enclaves territoriais do tecido urbano decorrente da autoss segregação das pessoas (SERPA, 2004).

Nessa perspectiva, Sobarzo (2006) evidencia que hoje o espaço público não deve ser idealizado como um local de convívio próximo e profundo da diversidade, pois com a modernidade tais espaços se tornaram possibilitadores de encontros impessoais e civilizados que de certo modo seguem a lógica do sistema capitalista. Criam-se espaços públicos assumidamente desiguais, pressuposto fundamental desse modelo de produção, nos quais “as relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os espaços são vigiados e controlados” (SOBARZO, 2006, p. 95).

Mesmo com essa realidade, cabe ressaltar a clássica posição de Arendt (2001), para quem o espaço público é lugar por excelência da ação política, uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana. Tal espaço é onde se evidenciam as múltiplas identidades que habitam os espaços públicos.

Assim, uma forma de resgate da dimensão política dos espaços públicos se inicia por meio de ações de apropriação, que colocam em voga a esfera da realização da vida e a possibilidade de subversões. Como aponta Sobarzo (2006), apesar da existência de um exercício do poder para o controle

do espaço - poder no espaço -, que é o controle da sociedade que visa a dominação política, existe o poder do espaço, que consiste no espaço produzido nas suas contradições e possui a capacidade de dificultar o processo de dominação política. Assim, de modo mais específico,

[...] o foco desloca-se da dominação para a apropriação do espaço, ou seja, para as relações socioespaciais produzidas pelo uso, nas práticas cotidianas que conformam o plano do vivido e que constroem a identidade e o sentimento de pertencimento das pessoas. Podemos pensar a leitura da produção do espaço público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos “vindos de cima” que alteram o caráter do público na cidade. No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia-a-dia, constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público (SOBARZO, 2006, p. 103).

De forma complementar, para Narciso (2009, p. 288), a apropriação efetua-se pela e na forma dos espaços públicos, conduzidas pelas suas componentes. Cada pessoa encontra entre diferentes objetos e ações algo que lhe confere uma identidade e que vai possibilitar a apropriação, fazendo com que aquele espaço torne-se um lugar, único e intransponível porque possui um valor identitário e uma organização social. Daí seu caráter político, lócus da cidadania, pois é com a vivência das pessoas que o espaço se transforma em um lugar específico.

2.2 A dimensão emocional do espaço público: corpo, sentidos e significados

Os espaços públicos integram as cidades, portanto, fazem parte da noção de cidade desejada, concebida e produzida. Às vezes, essa noção de cidade padroniza a vida e os modos de ocupação desses espaços, negligenciando singularidades que fazem parte dos diferentes contextos culturais, sociais, políticos, econômicos que as integram. Assim, acredita-se que é preciso um olhar sensível sobre os espaços públicos, contribuindo para a valorização das diferenças e o enaltecimento de elementos intrínsecos ao habitar a cidade, como a questão do corpo e suas (rel)ações nos espaços públicos.

Ao defender uma maior sensibilidade para a compreensão e

concepção de objetos arquitetônicos e que compõem a cidade, Pallasmaa (2014) reflete sobre a ideia de uma “atmosfera” na vida cotidiana, que inclui a dimensão material e imaterial. Portanto, constituída por questões culturais e sociais do espaço do trabalho e da família, isto é, uma atmosfera interpessoal. Nesse caminho, aponta a relevância de todas as dimensões dos sentidos para suportar nossas experiências e compreensões do mundo, em que a interação sensorial é importante para criar uma imagem memorável dos lugares.

O autor trabalha dentro da perspectiva da arquitetura, que não necessariamente é o caminho que se discute nesse trabalho; no entanto, sua reflexão contribui para pensar os espaços públicos a partir dos diferentes sentidos sensoriais, o que coloca como fundamental a problematização sobre o corpo.

Pallasmaa (2014) afirma que a arquitetura pode ser vista como centro da experiência corpo, espaço e sentidos e como articuladora das experiências do ser-no-mundo. Assim, o poder da arquitetura está em sua capacidade de fortalecer a experiência do real, e sua dimensão imaginativa decorre desse senso de realidade reforçado e ressensibilizado. Nesse viés, não é possível pensar uma arquitetura puramente cerebral que não seja a projeção do corpo humano e de seus movimentos através do espaçoⁱⁱ.

Sobre isso, é possível entender o corpo como agente político na própria ocupação do espaço. O direito de ocupar o espaço é de expor o corpo e as subjetividades presentes nesse corpo e nessa relação. Dentre as possibilidades de entender a relação do corpo com os espaços públicos, é relevante um olhar sobre as emoções. As emoções inevitavelmente fazem parte da rel(ação) corpo e espaço público, são corporificadas e aparecem materializadas quando ocupamos determinados espaços.

Coelho e Rezende (2011, p. 16) falam, por exemplo, de uma “dimensão micropolítica das emoções, permitindo usá-las como via de acesso para a compreensão de relações de poder e desigualdades sociais”. Essa micropolítica está na capacidade para dramatizar/alterar/reforçar a dimensão macrossocial em que as emoções são suscitadas e vivenciadas. Nesse sentido, a emoção deve ser entendida enquanto ação, porque vai além de sua dimensão privada, individual, restrita ao corpo de uma só pessoa. Também faz parte de uma dimensão coletiva, pública, quando da ocupação dos espaços públicos e a interação intersubjetiva.

Assim, a forma como se concebe e percebe-se o espaço faz parte de uma atmosfera da emoção e da sensibilidade, e é esse fato que torna os lugares

singulares, significativos e com uma importante dimensão simbólica. A relação das pessoas com os espaços públicos, por exemplo, pode ser debatida através de observações dos espaços públicos, da relação com os equipamentos urbanos, da interação dessas pessoas, além das conversas que podem materializar suas percepções a partir das narrativas. Foram esses caminhos que se trilhou nesse trabalho, ao analisar o Pátio da Reitoria da UFPR.

De fato, a partir de um olhar sensível, é possível apreender o espaço público em sua integridade e, sobretudo, sua importância para as pessoas e que relações simbólicas resultam desse processo. Quando se aponta um “olhar sensível” sobre a vida cotidiana, isso inclui valorizar todas as dimensões dos sentidos (tato, olfato, paladar, sabores, as cores) para que a experiência com o espaço seja completa. No entanto, é notável que há uma supervalorização da visão em relação à vida cotidiana, ao planejamento das cidades e à arquitetura de maneira geral, o que por vezes pode negar o acesso democrático aos espaços públicos, bem como empobrecer outras experiências que fazem parte da própria condição humana.

Sentimentos e emoções são construídos a partir das vivências cotidianas estabelecidas no espaço e, assim, as pessoas não são seres passivos nessa relação. Essa constituição acontece a partir do movimento, propiciado pelas múltiplas formas de apropriação e uso. Nessa perspectiva, à medida que tais relações são estabelecidas, os significados do espaço para seus frequentadores vão ganhando forma. Tais questões adquirem mais notoriedade quando esse espaço é comum - uma vez que sua essência é a do compartilhamento -, e mostra que são relevantes os processos de sociabilidades, possibilitados nesses contextos.

E como o espaço público se caracteriza pela pluralidade, as memórias, histórias, vivências e experiência das pessoas fazem parte da composição subjetiva de sua constituição. As emoções e sentimentos são construídos além da relação com o espaço físico em si, sua dimensão material, mas também a partir das relações de interações entre os usuários, a partir do encontro, da permanência, da sociabilidade, da visibilidade, das manifestações. Por conseguinte, quando se fala sobre o simbólico no espaço público, inclui-se a dimensão emocional que também faz parte da nossa relação com o espaço de maneira geral.

Nesse viés, pensando a relação emocional que se tece com o espaço geográfico, Thrift (2008, p. 171) afirma que:

As cidades podem ser vistas como turbilhão de afetos. Afetos

particulares como raiva, medo, felicidade e alegria estão continuamente a ferver, subindo aqui, diminuindo para lá, e estes afetam continuamente se manifestam em eventos que podem ocorrer em grande escala ou simplesmente como parte contínua da vida cotidiana (tradução livre)ⁱⁱⁱ.

Para esse autor, há uma certa negligência em tratar a questão das emoções, afetos e sentimentos nos estudos sobre a cidade. Nesse aspecto, os aportes da Geografia da Emoções podem ser pertinentes para discutir os espaços públicos, em especial, explorando alguns tipos de emoções presentes no cotidiano urbano, como medo, ansiedade, depressão, tristeza, associados à violência, às questões de gênero e raça, e à idade, por exemplo^{iv}.

Sobre isso, Carlos (2009, p. 26), ao analisar a questão da cidade e do espaço urbano, dentro da perspectiva geográfica, afirma que:

[...] torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentidos humanos que nos faz pensar a cidade a para além das formas. [...] A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura [...] é também um campo privilegiado de lutas de classe e movimentos sociais de toda a espécie, que questionam a normatização da cidade e da vida urbana.

Ao se propor a pensar a dimensão emocional dos espaços públicos, é importante compreender a questão através das experiências que as pessoas tecem com estes espaços, que se dão em função de suas vivências cotidianas, em que a esfera da subjetividade se faz presente em virtude da coexistência e da copresença.

Destaca-se, também, que a incorporação de uma dimensão mais sensível à análise dos espaços públicos possibilita compreendê-lo de maneira mais ampla, bem como inserir diferentes dimensões da vida cotidiana para entender determinados usos e apropriações destes espaços. É preciso entender os espaços públicos como espaços vivenciados, em que as experiências das pessoas - através de seus sentidos sensoriais e significados que dão a esses espaços -, acontecem a partir do caminhar, do encontro e da permanência nos espaços públicos.

Um olhar sensível sobre as qualidades do espaço vivenciado possibilita compreender as diferentes formas de viver a cidade, cuja relações de significado se dão tanto na esfera da vivência com os lugares quanto na identificação com a estrutura física da cidade. Portanto, necessita-se

considerar o sensível para entender o social, isto é, para entender os espaços da cidade, como os espaços públicos.

No caso específico do Pátio da Reitoria, as vivências cotidianas constroem importantes relações simbólicas: ocupar o Pátio da Reitoria, a partir do olhar emocional, significa pensar a inserção na vida acadêmica, a construção dos sonhos que se inicia com a entrada na universidade, as trocas de experiências, as lutas políticas, as divergências, a inserção de pessoas de diferentes grupos, a convivência com a diferença. Estar ali, simbolicamente, não é fácil. Foi preciso lutar para chegar ali, por meio de cursos preparatórios, vestibulares, mudanças de cidade, experiências de morar sozinho e os desafios diários da vida acadêmica. Assim, a presente perspectiva sobre o espaço público contempla a esfera da materialidade e imaterialidade, do físico e do simbólico, da luta política e dos laços emocionais. Possibilita, portanto, refletir sobre esses espaços por vias mais democráticas, ao incorporar tanto uma análise teórica, quanto a visão das pessoas que frequentam esse espaço da Universidade.

3. O Pátio da Reitoria da UFPR: experiências e vivências no uso e apropriação do espaço público

Localizado na área central da cidade de Curitiba-PR, a posição estratégica do Pátio da Reitoria possibilita observá-lo de diferentes ângulos. A fim de compreender como se dá o uso, ocupação e apropriação deste espaço, foi realizada a observação direta (registrada em diários de campo e fotografias). Esta pressupõe a participação ativa do pesquisador em campo, em que os dados podem ser registrados por um observador atento com um notebook, câmera ou gravador (LYNCH & HACK, 1984). Tal técnica pode ser realizada de maneira relativamente discreta, de modo que o comportamento não seja distorcido devido ao ato de observação. Dessa forma, foram efetuados registros constantes com base em anotações e fotos. Atentou-se especialmente às relações interpessoais, à permanência dessas pessoas e às distintas manifestações políticas, artísticas e culturais presentes no Pátio da Reitoria.

Entende-se ainda que, para melhor compreender a relação que as pessoas possuem com o Pátio da Reitoria, seria necessário que elas expressassem suas opiniões. Com base nos recursos utilizados, pode-se afirmar que a maioria dos usuários do Pátio dividem-se em alunos, professores

e funcionários; no entanto, é possível afirmar que a maior circulação e permanência é de estudantes da UFPR, sendo que os horários variam bastante devido ao fluxo quase sempre intenso neste espaço público.

A permanência proporciona experiência a todos os sentidos: o barulho dos carros, das buzinas e das conversas em conjunto compõe, por exemplo, o cenário sonoro do Pátio da Reitoria, em que a movimentação se dá especialmente durante o dia. Contudo, essa conjunção de ruídos pode causar desconforto aos usuários, especialmente pelos sons que reverberam das ruas do entorno. Além disso, também pode atrapalhar as aulas que acontecem nos prédios da Reitoria. Outro aspecto interessante nessa temática advém da procura do sol pelos frequentadores. Tendo em vista que a cidade de Curitiba é considerada a capital mais fria do Brasil, nos dias de temperaturas mais amenas nota-se que o sol é um chamariz para a ocupação de alguns espaços do Pátio.

Em relação às questões de permanência e mobilidade, pode-se afirmar que a área central do Pátio destina-se à circulação das pessoas, especialmente porque é estratégica para acesso aos prédios do *campus*. Já as escadarias, localizadas nas “bordas”, são os principais locais de permanência, em especial a escadaria da Rua Amintas de Barros, cumprindo também a função de apoio à circulação e acesso aos prédios e às ruas do entorno, como ao Restaurante Universitário. Nas observações realizadas, não houve registros de conflitos entre as pessoas, sendo possível perceber uma convivência harmônica na mobilidade e permanência. Nota-se as escadarias que dão acesso ao Restaurante Universitário, localizado no outro lado da rua (prédio branco) (Figura 02).

FIGURA 02 - Pedestres e ciclistas no pátio da reitoria



Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Especificamente, essa permanência é bem pontuada: algumas pessoas permanecem em pé ao redor de todo o pátio, especialmente quando estão sozinhas, e as que estão em grupo, preferem o centro e as laterais do pátio. De fato, ao longo das observações, foi percebido que as escadas são fundamentais para a ocupação desse espaço, porque é o principal local de atração das pessoas. Pode-se considerá-lo como “arquibancada” e local de visibilidade, principal ponto de encontro, de certa maneira um espaço democrático, visto o grande fluxo de pessoas de diferentes grupos, quase como um “ponto obrigatório” de passagem e permanência, de “ver e ser visto”. Em geral, as pessoas organizadas em grupos conversam, discutem sobre política e assuntos diários, namoram, encontram os amigos; já os que permanecem sozinhos estão fumando, lendo um livro, utilizando o celular e observando outras pessoas.

Por ser um local plural de ocupação, há situações em que os usuários “adaptam” o lugar de acordo com seus interesses de uso, como uma forma de criar identidade ou para qualificar o local, por exemplo. Algumas situações foram presenciadas neste sentido, como a dos estudantes que levaram sofás para o meio do pátio, com o objetivo de se aquecerem confortavelmente. Outra situação presenciada foi a de um grupo de estudantes que mudou a posição do banco para o sentido contrário (geralmente o banco fica na direção da área central do Pátio), com o objetivo de compartilhar a sombra, o que mostra a autonomia dos sujeitos no espaço público, em qualificá-lo para atender às demandas e facilitar o processo de apropriação.

FIGURA 03 - Qualificação do espaço público: sofás no centro do pátio



Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Em outro momento, foram observados, em frente à cantina da Universidade e ao pavimento do prédio D. Pedro II, estudantes que organizaram um bazar de usados, contendo roupas, sapatos e livros para venda a preços simbólicos. Percebe-se uma relação comercial informal, não institucionalizada pela UFPR, mas permitida em seu âmbito. A receptividade dos sujeitos foi grande, muitos paravam, observavam e adquiriam os produtos, e outros ainda contribuía deixando pertences para ser vendidos.

FIGURA 04 - Bazar de usados



Fonte: Acervo das autoras, 2016.

No tocante às manifestações de ordem política, foram registrados vários eventos: em julho de 2016, aconteceu uma manifestação organizada pelos trabalhadores do Hospital de Clínicas (HC), reivindicando o pagamento dos funcionários na data prevista e outros direitos trabalhistas; no ano de 2016, diversas IES do Brasil foram ocupadas, em especial, contra a PEC 241 (depois chamada de PEC 55) e contra as reformas do ensino médio (MP 746); além de greve de servidores por diversas pautas. Na UFPR não foi diferente, já que a ocupação se deu em vários prédios. As aulas foram interrompidas e as atividades dos servidores também foram alteradas. O Pátio da Reitoria tornou-se palco fundamental na luta dos envolvidos nesse processo de ocupação, em que várias palestras, debates, plenárias foram realizadas, com foco no momento político do Brasil. Tais ocupações reforçam o entendimento do papel político central que o Pátio da Reitoria desempenha no processo de discussão de pautas para a comunidade acadêmica.

FIGURA 05 - Manifestação do Hospital de Clínicas da UFPR

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Além dessas práticas, o Pátio da Reitoria também conta com exposições de livros, eventos acadêmicos, manifestações culturais e artísticas, além do famoso jogo de “ogrobol”^v. Tal jogo caracteriza-se pelo uso de bolas pequenas, três jogadores de cada lado e as traves são da altura do joelho. Revela-se como um importante momento de sociabilidade dos estudantes universitários.

FIGURA 06 - Estudantes jogando ogrobol no pátio da reitoria

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Outra manifestação de cunho cultural e artístico observada foi a apresentação de um reconhecido artista da cidade, o “Plá”: cantor e

compositor de Curitiba, iniciou sua carreira musical na década de 1980, possui mais de 700 músicas gravadas e 50 álbuns produzidos, além de poemas e outras produções artísticas^{vi}. O artista, na ocasião de sua apresentação na UFPR cantava músicas que tratavam das questões políticas atuais, do preconceito e das desigualdades sociais, temas humanizados que acompanhavam a melodia do violão, além de produzir desenhos em pano, para posterior comercialização.

FIGURA 07 - Ocupação artística nas escadarias do prédio Dom Pedro II da UFPR



Fonte: Acervo das autoras, 2016.

Outras atividades, como apresentações artísticas, manifestações políticas ou culturais, também colaboram na construção do espaço público do Pátio da Reitoria, e possuem temporalidade variável, podendo ocupar tanto o centro do pátio, como as escadarias ou a parte de entrada dos Edifícios Dom Pedro I e Dom Pedro II. Outras formas de expressão política não comportamental, no Pátio, são os cartazes, painéis ou quaisquer apelos visuais nas paredes e murais.

Nas observações realizadas, confirma-se a pluralidade desse espaço, no sentido de uso e apropriação no cotidiano. Percebe-se que são múltiplas as vivências que acontecem, o que reforça a ideia do espaço público enquanto espaço da complexidade. O contato cotidiano promove certo sentimento de pertencimento e, apesar do grande fluxo de pessoas que permanecem e passam por ali, entende-se que é nessa prática que os usuários podem aumentar ou diminuir o grau de intensidade relacional entre seus pares.

As consequências podem ser positivas ou negativas, dependendo do grau de intensidade do contato e, sobretudo, do grau de apropriação. Situações de generosidade, ajuda mútua e de embelezamento no espaço puderam ser observadas. Em menor frequência, situações problemáticas, como acúmulo de sujeira, pessoas que não jogam os resíduos nas lixeiras que estão dispostas e conflitos entre grupos, também podem ocorrer.

Complementarmente, com base nos dados coletados do questionário *on-line*, a faixa etária mais indicada pelos frequentadores que participaram está entre 19-23 anos (43,3%), sendo a principal ocupação a de “estudante” (93,3%). Questionou-se sobre a identidade de gênero dos usuários e apareceram com mais frequência as palavras: “feminina”, “feminino”, “masculino”, “homem”, “heterossexual”.

Com relação à frequência de uso do Pátio da Reitoria, 55% dos participantes afirmam que utilizam “de vez em quando”, sendo que o maior uso (43,2%) acontece no período da tarde. Sobre a preferência de locais para uma permanência prolongada, 61,7% dos participantes afirmam que geralmente permanecem nos bancos ao redor do Pátio da Reitoria, 40% na escadaria próxima à Rua Amintas de Barros e 30% na escadaria do prédio Dom Pedro II, corroborando as observações realizadas. Os participantes foram questionados com relação à segurança e ao conforto, pontos fundamentais para a utilização dos espaços públicos na cidade, em que 65% dos participantes afirmam que se sentem seguros no Pátio da Reitoria e 81,7% se sentem confortáveis.

Sobre as atividades realizadas no Pátio da Reitoria, foi possível perceber uma pluralidade de ações, pois 75% afirmam que conversam com amigos, 50% comem e utilizam o celular, 48,3% utilizam o Pátio da Reitoria como ponto de encontro, 25% leem, 13,3% fumam e 11,7% realizam manifestações políticas.

Como discutido anteriormente, compreende-se que o Pátio da Reitoria cumpre uma importante função política enquanto espaço público, porque frequentemente é palco de diversas manifestações políticas, culturais e artísticas. Isso se confirma a partir das respostas dos participantes, em que quase 96,7% dos participantes afirmam que já presenciaram algum tipo de manifestação, tanto artísticas e culturais (27,2%), políticas (31%), ambas (69%) ou outras (3,4%).

Pensando a copresença como característica essencial do espaço público, foi questionado se esse espaço público era aberto para todas as pessoas

ou só para as pessoas que de alguma maneira fazem parte da comunidade acadêmica da Universidade. Sobre isso, 71,7% dos participantes acreditam que esse espaço é ocupado por pessoas de fora da Universidade.

Também em razão dessa essencial característica, que permite abrigar uma pluralidade de situações do cotidiano, foi questionado se os participantes já haviam presenciado algum tipo de conflito, em que 61,7% afirmaram negativamente. No entanto, para as pessoas que responderam de modo afirmativo, foi questionado sobre os tipos de conflitos presenciados, sendo que essa pergunta não era de resposta obrigatória; a maioria das ocorrências presenciadas eram de cunho político (80%), seguido de violência verbal (43,3%) e machismo (23,3%). Foram citados ainda racismo, homofobia e conflitos religiosos.

Ainda sobre conflitos, foi realizada uma pergunta específica aos ciclistas, na qual foi interrogado se haviam disputas entre os veículos e ciclistas. Das quatorze pessoas que responderam essa questão, 64,3% delas afirmaram que não havia conflitos entre motoristas e ciclistas.

A questão dos conflitos abriu espaço para que se questionasse aos participantes se consideravam o Pátio da Reitoria um espaço democrático e a maioria dos participantes (76,7%) acredita que sim. Das respostas abertas, é interessante observar que, justamente por ser um espaço fisicamente aberto, a resposta em comum dos participantes é que tal espaço possibilita o uso por diferentes pessoas, como pode ser observado do trecho a seguir:

“A reitoria tem uma representação política e ideológica muito forte. Entretanto, falo de muitas representações deste tipo, que obviamente, condizem ao que é acadêmico, que perpassam as relações deste espaço. Bom, tais representações podem ser vistas nas paredes do pátio! Contudo, acredito que esse 'democrático' se limita aos acadêmicos e ao que é aceito na academia, discutido e aceito comumente em ciências humanas. Duvido que manifestações religiosas, por exemplo, seriam bem vistas e até mesmo possíveis em certo nível” (Participante anônimo, 2016).

Além disso, com relação à democracia do ponto de vista de posicionamento político, outro participante afirmou que:

“É um espaço político, democrático tomando em conta as pessoas que frequentam a reitoria, o que daria mais espaço para algumas posições do que outras, mas democrático em geral eu acredito que não. É um espaço democrático para quem é de esquerda e tem as pautas que mais ou menos todo mundo da reitoria tem. Se a pessoa

for de direita/tenha uma posição contrária à das pessoas engajadas da reitoria e dos coletivos que existem ali. Eu diria que essa pessoa não teria espaço ali para expressar ideia nenhuma. Não sei se to falando bobagem, mas eu acho que pra ser um espaço democrático tem que ser livre para todos expressarem o que quer que seja, não? E na reitoria se você não compartilhar da posição política dominante, eu acho que esse espaço não é livre pra você [...]" (Participante anônimo, 2016).

Grande parte das respostas indicaram que não haveria nenhum tipo de censura, pois entendem que “inúmeras são as identidades e posições ideológicas presentes neste espaço”; “todos têm espaço para se expressar (...), por mais que as diferenças de opiniões possam gerar conflitos”, “é frequentado por todos sem distinção alguma” e “ali sinto que as pessoas ficam a vontade”. Por outro lado, alguns acreditam que não seja um espaço tão democrático, e responderam que: “Democrático seria se fosse possível sentar ao sol sem fumaça de cigarro”; “Não acho que todos os segmentos tenham oportunidade de se manifestar”; “A UFPR está longe de ser um espaço democrático. Logo, seus espaços tampouco são”.

Com a intenção de conhecer sobre a existência de um espaço simbólico, foi indagado sobre o significado e a importância do Pátio da Reitoria para os entrevistados e uma das respostas indica a importância da convivência cotidiana, marcada pela diferença e pela copresença:

“Para mim, é o espaço que carrega muitos sentimentos, é onde as pessoas se encontram, conversam, exercem diferentes atividades, se comunicam e sentem-se à vontade para vivenciar suas experiências cotidianas. Ele é o espaço da reflexão e também local de relaxamento, onde os usuários extravasam seus sentimentos, ansias e se universitários, descansam nos intervalos das aulas e compromissos ligados à universidade” (Participante anônimo, 2016).

Outras respostas corroboram a amplitude de significados que este espaço carrega: “Luta dos estudantes por uma UFPR melhor”; “É mais que um espaço de convivência, onde os alunos podem se organizar e expor seus pensamentos”; “Um lugar de representação política e ideológica muito forte”, “É um ponto de parada na correria do dia a dia, onde posso parar pra conversar e relaxar”; “Significa um espaço diversificado do ponto de vista cultural”; “É um observatório, para ver e ser visto”; “É um local que me sinto muito à vontade”; local de “Integração universitária”; “É bastante representativo no que diz respeito à diversidade da universidade”; “espaço de convivência”;

“Um local de trocas”; “lugar de conversa”; “local de livre acesso”, “cenário onde se encontram as diferenças”, “espaço de socialização”, local de “educação e democracia”, “local histórico”, “o coração do campus da Reitoria”. Por outro lado, para outros, não há tanto significado: “tenho medo de ficar ali”; “não há importância, o Pátio é apenas um espaço de passagem onde as pessoas se concentram para esperar o horário das aulas ou a chegada de alguém”, é local de “bagunça desrespeito, desordem, irresponsabilidade”, “é um estacionamento mal utilizado”.

Questionou-se ainda aos participantes “O que mais te agrada nesse lugar?”. O que aparece na nuvem de palavras (Figura 08) reforça o que já foi comentado anteriormente sobre o Pátio da Reitoria ser um espaço democrático, e aponta ainda duas questões relevantes: a liberdade, do ponto de vista político, e as pessoas, do ponto de vista simbólico. As palavras maiores significam que foram mencionadas mais vezes pelos frequentadores do Pátio da Reitoria.

FIGURA 08 - Questões que agradam os usuários com relação ao pátio da reitoria da UFPR



Fonte: Elaboração das autoras, 2016.

Do prisma negativo, as palavras mais presentes foram aquelas relacionadas, em especial, à falta de determinados equipamentos e infraestrutura e ao comportamento de alguns frequentadores (Figura 09).

FIGURA 09 - Aspectos negativos com relação ao pátio da reitoria da UFPR na opinião dos participantes do questionário



Fonte: Elaboração das autoras, 2016.

Por fim, de maneira não obrigatória, foi solicitado que os participantes relatassem algum fato que vivenciaram no Pátio da Reitoria e que, de certa maneira, daria um significado para esse espaço.

Dentre os relatos, foram presenciados suicídios, ensaio teatral de grupo de alunos, manifestações políticas e artísticas, protestos com relação à Resolução 96/2015 da UFPR, serenatas e flertes, reuniões de associações, festa junina, aulas públicas, “ciranda dos estudantes contra a reitoria ilegítimamente empossada em 2005”, confecção de cartazes para o ato de 29 de abril (massacre dos professores no Centro Cívico de Curitiba), performance de pirofagia e malabarismo, ato de desenhar e observar as pessoas, os famosos jogos de ogrobol, feiras literárias, o beijo de um casal homossexual, pedidos de partilha de drogas (maconha), agressão física a pessoas em situação de rua, violência verbal com relação a determinados posicionamentos políticos.

Tendo em vista que esse espaço apresenta algumas carências para permitir a plena realização da sua essência pública, os entrevistados apontaram o que poderia ser melhorado estruturalmente (espaço físico). Para os participantes, é necessário ter mais bancos, vegetação (árvores, canteiros), cobertura ou toldos, melhorar a pintura do piso e dos prédios, ter infraestrutura para a prática de esportes (já que é um pátio), ter lixeiras, bebedouros, tomadas, sinal de wifi, ter acessibilidade e mais segurança.

Nesse viés, acredita-se que a dimensão material do espaço público é essencial para garantir a sociabilidade, consequentemente, a apropriação no nível simbólico. Assim, percebe-se a relevância do diálogo entre essas duas esferas para que o espaço público cumpra sua função pública, garantindo a democracia dos usos e apropriações cotidianas, essenciais para a vida pública.

Portanto, percebe-se que os relatos apontados pelos participantes da pesquisa demonstram a pluralidade do Pátio da Reitoria, pela diversidade de posicionamentos, gêneros, histórias de vida, formações e experiências. Tal espaço revela-se no cotidiano da UFPR como um importante “microcosmo da juventude”, como afirmou um dos participantes, em que as práticas de sociabilidade confirmam a sua relevância para a comunidade acadêmica.

4. Considerações Finais

O espaço público é um lugar para ver e ser visto, é o lugar em que a vida na/da cidade acontece, é o lugar da apreciação, da reflexão, da troca, da liberdade. É espaço também político, de lutas, de representatividade da pluralidade que compõe a vida. Nesse sentido, o Pátio da Reitoria é lugar de pausa no movimento, possui sua própria historicidade e se reinventa com as vivências e experiências de uso e apropriação das pessoas.

A alteridade, a diferença e, por conseguinte, o conflito fazem parte do universo do espaço público. Assim, o espaço público também possui uma dimensão cultural, pois é o reflexo da sociedade em que está inserido. Por vezes, torna-se palco de “resolução” das diferenças, seja a partir da violência, mas sobretudo a partir da convivência.

No Pátio da Reitoria, o sentido de política é expresso de diferentes formas diariamente, exercida em sua maior expressividade pela comunidade acadêmica, mas também por outros usuários que se apropriam desse espaço. Acredita-se que a dimensão política de um espaço público está em sua essência, mas que, por motivos estruturais e econômicos, muitos deles não manifestam tal dimensão - pelo fato das pessoas não se apropriarem dele, fazendo com que ali não se exerça nenhum tipo de cidadania ou vigore o sentido de democracia.

Devido a homogeneização dos espaços e das relações sociais, cada vez menos existe comunicação e sociabilidade entre as pessoas na cidade contemporânea, fruto de um processo de segregação de classes sociais que

divide os espaços da cidade como mercadoria a ser vendida. Nesse contexto, o respeito à diversidade (de gêneros, de religiões, de posicionamentos políticos, de sexualidades, dentre outras) é um princípio fundamental para se construir relações que visionam uma transformação social, materializada por meio de manifestações, atos culturais, debates coletivos, dentre outras formas de resgate da dimensão política do espaço público. Pois, o sentido de cidadania se expressa pela democracia que, por sua vez, só se realiza com a liberdade de ser e estar no mundo dos indivíduos.

Para tanto, pode-se afirmar que nem todos os espaços públicos são políticos, mas necessitam transformar-se em espaços políticos, e tal fato ocorre pela apropriação intensa das pessoas, pela comunicação e vivência, e, sobretudo, pela capacidade de acolhimento a universos diferentes que são parte da cidade contemporânea. É por esse caminho que se constrói a possibilidade de transformações sociais, a partir do resgate da dimensão política dos espaços públicos e do sentido mesmo de público, cada vez mais diminuído pelas privatizações inerentes à sociedade de consumo.

Da mesma forma, questiona-se a dimensão simbólica dos espaços públicos, pensando em sua esfera emotiva-afetiva. No caso do Pátio da Reitoria, é possível compreendê-lo a partir do não-visível, isto é, das relações interpessoais e intersubjetivas que são propiciadas por esse espaço a partir das práticas cotidianas estabelecidas pela comunidade acadêmica. Isso qualifica os lugares, ao se apontar a relevância da perspectiva subjetiva, e possibilita se pensar os espaços, bem como planejá-los, incluindo diferentes questões das nossas vidas cotidianas, como os sentimentos experienciados ao longo de um período de convivência com os mesmos, por exemplo.

Tal questão permite retomar a perspectiva de Pallasmaa (2014), a qual indica que, caso não se inclua a dimensão humana da experiência, o espaço é incapaz de influenciar os sentimentos emocionais, não os tornando singulares e significativos para as pessoas. No caso do Pátio da Reitoria, a incorporação da dimensão humana diz respeito às próprias reivindicações de melhorias da infraestrutura, mas também ao fato de privilegiar debates que incluam as noções de democracia, de acessibilidade e da diferença, para que as práticas de sociabilidade se realizem de maneira a integrar toda a comunidade e cumpra sua função pública.

Portanto, com os resultados do questionário *on-line*, advindos em sua maioria de estudantes, foi possível confirmar ainda a compreensão do espaço público em três perspectivas: a primeira em sua esfera material, física,

concreta, relacionada à infraestrutura; a segunda em sua esfera política, a partir da apropriação intensa e da realização de múltiplas atividades coletivas, por meio de manifestações artísticas e culturais; e terceira, em sua esfera simbólica, imaterial, das relações interpessoais, das sociabilidades, das histórias e memórias que tal espaço proporciona.

Dessa forma, é importante ressaltar que o Pátio da Reitoria, a partir das análises realizadas, configura-se para a maioria dos seus frequentadores como um espaço público que possui marcante dimensão política e simbólica. E, apesar dos problemas relatados sobre infraestrutura, segurança, acessibilidade, o Pátio se constitui como um espaço público pleno, dos encontros, da diversidade e da liberdade de expressão.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de: RAPOSO, R. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BARANOW, G. U.; SIQUEIRA, M. D. (orgs.). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias 1912–2007*. Curitiba: Editora UFPR, 2007. 315p.

BERDOULAY, V. El lugar y el espacio público. In: ZUSMAN, P. B.; CASTRO, H.; ADAMO, S. B. . *Geografías Culturales*. Aproximaciones, intersecciones y desafíos. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011. p. 139-154.

CARLOS, A. F. A. *Acidade*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Del ágora al speaker's corner: el espacio público en la ciudad. In: ZUSMAN, P. B.; CASTRO, H.; ADAMO, S. B. *Geografías Culturales*. Aproximaciones, intersecciones y desafíos. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011. p. 117-138.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. O campo da antropologia das emoções. In: _____. [org.] *Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Contra Capa / faperj, 2011.

FARACO, C. A. Breve Histórico da Universidade Federal do Paraná. In: BURMESTER, A. M. de O. *et al* (orgs.) *Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. 112p.

GOMES, P. C. da C. *Condição urbana*. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.

_____. Ciudadanos de fiesta: los espacios públicos entre la razón y la emoción. In: ZUSMAN, P. B.; CASTRO, H.; ADAMO, S. B. . *Geografías Culturales*.

Aproximaciones, intersecciones y desafíos. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011. p. 155-174.

_____. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In.: CORRÊA, R. L. *et al* (orgs). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.19-42.

INNERARITY, D. *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema, 2010.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Tradução de: NICHOLSON-SMITH, D. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LYNCH, K.; HACK, G. *Site Planning*. 3 ed. Cambridge: Ed. MIT, 1984.

MAAR, W. L. (1982). *O que é Política*. São Paulo: Editora Brasiliense.

NARCISO, C. A. F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação, conceito e procedências. *Estudos e pesquisas em psicologia*, UERJ, RJ, Ano 9, N.2, P.265-291. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>> Acesso em 10/5/2017.

PALLASMAA, J. *Los ojos de la piel*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.

_____. *Space, place and atmosphere*. Emotion and peripheral perception in architectural experience. *Lebenswelt*, 4.1. 2014. p. 230-245.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 15, pp. 21 - 37, 2004.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 19, pp.93-111. 2006.

THRIFT, N. *Non-representational theory*. Space, politics, affect. Londres; Nova York: Routledge, 2008.

ZEISEL, J. *Inquiry by Design*. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2006.

i Sobre este ponto, existe uma tendência à produção de espaços voltados aos grupos de maior poder econômico, que os tornam exclusivos e privatizados. Para aprofundamento, ver Lefebvre (1991) em “The Production of Space”, no qual ressalta que o espaço tipifica e classifica à serviço de uma classe social, mantendo-os separados e dificultando o contato de diferentes pessoas na cidade, homogeneizando espaços e relacionamentos. Isto porque o espaço é produto do seu conteúdo social capitalista, que o considera mercadoria a ser vendida àqueles que podem comprar.

ii Sobre isso, há relevantes discussões chamadas de “corpografias urbanas” que buscam discutir a relação corpo e a cidade, bem como o espaço urbano. Ver Jacques e Britto (2008): “Corpografias urbanas : as memórias das cidades nos corpos” e Gonçalves (2011): “Corpo/Cidade: uma corpografia do medo”. Outra contribuição relevante é do projeto Sensing Spaces, cuja ideia é experienciar a arquitetura das cidades a partir de múltiplos

- sentidos. De certa maneira, essas perspectivas possibilitam pensar os espaços públicos em vias mais democráticas e acessíveis à todos.
- iii No original: “Cities can be seen as roiling maelstroms of affect. Particular affects like anger, fear, happiness and joy are continually on the boil, rising here, subsiding there, and these affects continually manifest themselves in events which can take place either at a grand scale or simply as a part of continuing everyday life” (THRIFT, 2008, p. 171).
 - iv Alguns debates relevantes advêm de Paula Soto Villagrán (2012, 2013, 2016), que discute a questão do gênero no espaço urbano em especial a partir das experiências de mulheres, inclusive do ponto de vista emocional. Outra contribuição significativa para a Geografia das Emoções é o livro “Emotional Geographies”, organizado por Davidson, Bondi e Smith (2005), com alguns artigos que contemplam a discussão sobre as emoções, espaço urbano e espaço público. Outro artigo que traz uma síntese da discussão da Geografia das Emoções é de Silva (2016), intitulado “Por uma Geografia das Emoções”, publicado na Revista GEOgraphia.
 - v De acordo com uma reportagem do jornal paranaense Gazeta do Povo, o jogo surgido na UFPR na década de 1990 é uma adaptação do futebol, no entanto, não existem regras definidas. Um gol de cabeça, por exemplo, vale por dois gols, dada a dificuldade do feito. O nome ogrobol “remete ao monstro de contos de fadas é uma tradição acadêmica que resiste ao tempo e desperta o interesse de curiosos que passam pela Rua Amintas de Barros, no centro de Curitiba” (GAZETA DO POVO, 2013). No entanto, de acordo com a reportagem, há outra versão para o nome que “seria a diferença de tamanho entre os jogadores e a bola de tênis usada como bola de futebol pelos 'ogros'”. Há quem diga que o nome também refere-se ao empurra-empurra que caracteriza o jogo.
 - vi Mais informações na reportagem “Quem nunca parou para ouvir o Plá no calçadão?” Disponível em <<http://pr.ricmais.com.br/dia-a-dia/noticias/quem-nunca-parou-para-ouvir-o-pla-no-calcadao/>> Acesso 3/1/2017.

A MÍDIA E O NOVO ESPAÇO PÚBLICO

MORAES, Lauro A.

ROSANELI, Alessandro Filla

1. Introdução

Os meios de comunicação constituem uma verdadeira mediação universal, fornecem a matéria da nossa realidade. (...) uma pessoa não pode se orientar no espaço público sem aquele saber que obtém por meio da comunicação (INNERARITY, 2010, p. 89-90).

A crescente midiatização da sociedade criou uma ambiência cultural cujos efeitos reconfiguram a percepção dos indivíduos e suas representações em relação ao tempo e ao espaço vivido – face a face ou na esfera mediada. Dado que o contato com o outro e com os lugares envolvem diferentes graus de proximidade, tem-se uma variedade de situações relacionais renovadoras, articuladas numa dinâmica móvel e flexível, que dá forma ao que Haesbaert (2003) teria definido como territórios-rede. “Isso só é possível e favorável – evidentemente além dos movimentos físicos no espaço geográfico – pelas viagens indiretas e pelas práticas simbólicas e imaginárias de movimentos percebidos pela difusão das mídias” (BUONANNO, 2004, p. 335).

Particularmente, cabe destacar a presença central dos meios de comunicação na construção do espaço público, engendrando uma espécie de realidade midiatizada. Por isso, antes de qualquer propósito, este trabalho assume a condição de discussão preliminar acerca dessa interface, sob a qual se assenta uma nova forma de realização da esfera pública. Adianta-se que o debate envolve posicionamentos disfóricos e eufóricos, tecnófobos e tecnófilos. Por meio de uma revisão de literatura, emparelhada com reflexões empiristas acerca de fatos, filmes e documentários recentes, buscar-se-á interpretar ambas as posições ante a efervescente ambiência sociocultural contemporânea. Um contexto em que os processos de mediação midiática exercem grande influência sobre a opinião pública e conformam um espaço público ampliado, peculiar à sociedade global-mediatizada.

2. Os *media* e a nova ordem espacial

Os padrões de mobilidade humana passaram por alterações sintomáticas nas últimas décadas. Além da constituição de redes espacialmente dispersas, Williams (2013, p. 513, tradução livre) aponta que “houve um alongamento, intensificação e interpenetração das relações sociais que constituem a globalização [...]: uma mudança não tanto do local para o global, mas para a interconexão global de pessoas e lugares [...]”. Para o autor, tais fatores favorecem um tipo de mobilidade circular comparável a migrações temporárias. Por isso, as trajetórias – raramente lineares – mudam constantemente, como resultado da interação entre pessoas, tecnologias, relações de mercado, cultura e intervenção estatal.

Neste vasto cenário das mobilidades, cabe então ressaltar a função primordial desempenhada pelos meios de comunicação. Conforme destaca Thompson (1998), a comunicação mediada deu origem a uma complexa reorganização dos padrões de interação humana no espaço e no tempo. O autor salienta que, durante a maior parte da história, as interações sociais ocorreram face a face, ou seja, num contexto de copresença, em que os participantes se colocam imediatamente presentes e compartilham um mesmo sistema referencial espaço-temporal. Entretanto, além de alternativa para a interação presencial, o desenvolvimento dos meios de comunicação representa um conjunto de “extensões do espaço no qual a interação pessoal pode ocorrer” (HJARVARD 2013, p. 64). Dessa forma, os *media* colocam “recursos disponíveis para ampliar nossas geografias imaginárias, pluralizar nossos mundos simbólicos de vida, familiarizar-nos com o outro e o distante, construir 'sentidos de lugares imaginários'” (BUONANNO, 2004, p. 346).

A bem da verdade, a crescente midiatização, aliada à dinamicidade das tecnologias da informação e comunicação, impõe uma reorganização das relações socioespaciais, a partir de uma relação em que o processo comunicativo suplanta o próprio espaço físico, dando vazão ao que Virilio (1993, p. 10) denominou “espaço-tempo tecnológico”. E a velocidade das transformações exige constante atualização das interpretações territoriais conforme a lógica dessa “nova ordem espacial” (FERRAZ, 2007, p. 31), que Mitchell (2002) denomina de “e-topia”.

Com efeito, o campo dos *media* ganhou uma dimensão tão ampla que implica numa nova configuração da própria espacialidade (A. D. RODRIGUES, 1990). A partir da ideia de esfera pública moderna de

Habermas (1984)ⁱⁱ, diversos estudos sustentam que, com o advento da imprensa, emergiram novas formas de organização social. Uma das relevantes transformações desencadeadas pelo surgimento dos jornais, do rádio e da televisão, e intensificada exponencialmente pela internet, diz respeito à dispensa do compartilhamento de um mesmo espaço físico para se estabelecer um processo comunicativo (OLIVEIRA & FERNANDES, 2011). Por isso, o estudo das relações entre os fenômenos midiáticos e a construção imagética de espaços geográficos faz-se necessário em face da capacidade que os *media* têm de ofertar um quadro de referências “que se exprime em um espaço público cada vez mais desterritorializado” (LÉVY, 2004, p. 368).

Numa perspectiva mais pessimista, este desprendimento culmina na dissolução da densidade da vivência espacial. Conforme ressalta Virilio (1989, 1993), a partir do ambiente técnico, a espacialidade pública clássica tende a ser substituída por uma imagem pública exibida nas telas, seja do computador, do cinema ou da televisão.

A imagem televisiva do jornal das oito (que) está se transformando num espaço público. O espaço público era a praça, era a esquina onde os homens se encontravam para dialogar, para se manifestar publicamente, para lutar ou para festejar. Hoje em dia, é visível que o cruzamento, o espaço em que os homens se encontram é o jornal das oito. Alguns anos atrás, em Paris, os atentados terroristas eram programados de modo a serem noticiados no jornal das oito. Vê-se também nesse caso, efetivamente, que há uma ruptura, a arquitetura antiga construía espaços públicos, praças, jardins, parques e vias de acesso, avenidas etc. Hoje em dia, é a imagem que se torna pública. No caso da televisão, há unidade de tempo, no jornal das oito, mas não há unidade de lugar (VIRILIO, 1989, p. 134).

Nesta “domiciliação sem domicílio”, o espaço geográfico e seu “protocolo de acesso físico” são relegados a segundo plano (VIRILIO, 1993, p. 14-78). As dimensões temporais e espaciais, mais do que alteradas, ficam completamente condicionadas pelos *mass media*. Ademais, “a geometria do tempo assume importância bem maior do que a geometria do espaço, e a geometria do tempo é o tempo real: tudo se localiza no mesmo lugar, ao mesmo tempo” (VIRILIO, 1989, p. 134), e no lugar da presença efetiva interpõe-se a imagem. Ainda que se relativize a concepção de perda total de referência com a experiência concreta, é plausível que, nesta sociedade midiaticizada, independa do espectador estar fisicamente em qualquer lugar para ter algum nível de “experiência vivida” com o mesmo (THOMPSON, 1998, p. 38). Buonanno (2004, p. 336) compara esse deslocamento mediado a uma “viagem sem

partida, uma migração sem abandono do lugar de origem”.

A autonomização do campo da comunicação da qual tratou A. D. Rodrigues (1990) chega, pois, a um patamar inexorável de centralidade na vida social, de tal modo que projetar um mundo não-mediatizado, nas condições atuais de sociabilidade, seria facilmente equiparado a um trabalho ficcional. Estaríamos diante da concretização da visionária teoria dos meios técnicos como extensão do corpo e da mente humana (MCLUHAN, 1971)? É certo que o alcance dos meios de comunicação também avançou a passos largos nas últimas décadas. Basta observar as calçadas, apinhadas de pessoas caminhando e digitando ao mesmo tempo ou o frenesi provocado em milhares de lugares pela difusão do aplicativo de realidade aumentada *Pokémon Go*. Todavia, a esfera da comunicação midiática está além das tecnologias, pelas quais trafega, navega e expande-se, em conformidade com as novas necessidades sociais de um mundo global-mediatizado.

Com efeito, a legitimidade expressiva e pragmática do campo dos *media* é delegada (A. D. RODRIGUES, 1990). Isto é, outros campos sociais e os próprios indivíduos incubem a tarefa de mediação social à instância midiática – por meio da blogosfera, da vlogosfera, das redes sociais ou da mídia tradicional. Desse modo, nas mídias e pelas mídias circulam – nas mesmas condições desiguais e complexas da sociedade – os discursos, as convergências e divergências, as compatibilidades e controvérsias, bem como os conflitos e tensões sociais. Entretanto, estaria a vida pública invadida ou em vias de ser totalmente invalidada pelos aparatos midiáticos? Qual a metáfora mais adequada ao homem público da atualidade: ator ou espectador? (SENNETT, 1993). Questões que se tornaram recorrentes e que denotam a dimensão da relevância dos *media* para o debate mais estrito acerca do espaço público contemporâneo.

3. Tensões no debate do espaço público

Partindo de uma perspectiva do sistema que o constitui e lhe dá suporte, o espaço é comumente dividido entre público e privado. À luz do pensamento filosófico de Hannah Arendt, Ferreira (2007, p. 15) distingue-os:

É no espaço privado que o ser humano tem suas relações íntimas [...] e é também ali que ele busca atender suas necessidades vitais básicas, garantindo sua sobrevivência. Por outro lado, o espaço público, seria

a sua conexão com mundo, onde se realizam suas atividades sociais, lugar da fabricação dos objetos que garantem não somente sua reprodução, mas a do próprio mundo.

O espaço público é uma categoria que tem sido analisada por distintos campos disciplinares, fato que, muitas vezes, gera atritos de compreensão ou, como bem expõe Gurza-Lavalle (2005), “efeitos de desorientação”, constituindo-se em “campo semântico especialmente instável” (INNERARITY, p. 11). Por um lado, uma primeira compreensão sobre o alcance desse conceito advém do que estabelecem os artigos 98 e 99 do Código Civil brasileiro, ou seja “bens de uso comum do povo” (BRASIL, 2002), que existem em forma de propriedade imóvel; sem dúvida, uma definição restritiva, pois é complementada por diversos autores que, acionando outra esfera, classificam-nos como lócus de interação e coesão social, de trocas, de encontros e de vivências múltiplas, fundamentais à vida urbana (JACOBS, 2000 [1961]; MOUDON, 1987; CARR *et al.*, 1993, dentre tantos). O espaço público, portanto, pode incorporar essas duas dimensões: seria um lugar no sentido “material” e “imaterial” (GOMES, 2001).

Todavia, Xavier (2006, p. 23) chama a atenção para a ocorrência, particularmente na Europa, da substituição de espaços públicos por “equipamentos lúdico-comerciais”. Desse modo, a partir da lógica do lucro e diversão, a fronteira entre público e privado torna-se ambígua. Tal noção é fundamental, como ponto de partida, para destacar as tensões existentes no debate acerca do espaço público contemporâneo, sintetizadas por Carmona (2010) pela dicotomia entre duas vertentes: de um lado, os críticos da subgestão do espaço público (*under-management*), do outro, aqueles que acusam o seu excesso de gestão (*over-managed*).

O mapeamento teórico de Carmona (2010) oferece um panorama indicativo de fenômenos espaciais emergentes no espaço público. O “espaço negligenciado”, tanto fisicamente como em face das forças de mercado, seria um dos sintomas da subgestão. É o que explicaria a deterioração de certos espaços públicos e mobiliários urbanos ou a proliferação de *lost spaces*. O privilégio conferido aos estacionamento e ao tráfego de automóveis em detrimento de funções mais voltadas aos usuários parceiros da coexistência pública – ciclistas e pedestres – estaria, por sua vez, no cerne da crítica ao “espaço invadido”. Esta invasão espacial também seria o vetor de conflitos que envolvem o comércio informal, como aqueles relatados por Duneier *et al.*

(2000) em sua etnografia sobre vendedores ambulantes de livros usados nas ruas de Nova Iorque.

O “espaço de exclusão” já seria aquele que cria barreiras físicas e psicológicas nas estratégias de desenho e gestão do mesmo, criando situações que restringem o acesso físico e alimentam o estranhamento em relação ao outro. O fator econômico é base do “espaço segregado”, no qual grupos mais ricos buscam separar-se do restante da sociedade, por medo do crime ou simplesmente pelo desejo de exclusividade. E na conjugação entre secularismo, capitalismo, declínio da vida pública e novas tecnologias situa-se a descrição dos espaços doméstico, virtual e o *third space*, nos quais os indivíduos deixam o domínio público para imergir em mundos internos, privados e virtuais.

O movimento crítico inverso se direciona ao espaço público *over-managed*. Carmona (2010) identifica na literatura que o excesso de gestão é a raiz de quatro conjuntos de fenômenos nestes espaços. O “espaço privatizado” ocorreria por meio da apropriação da dimensão pública pelas corporações e pelo próprio Estado. O “espaço de consumo” trata da mercantilização do espaço público, transformado em *experience markets*, que, por meio do poder econômico, favorece a exclusão de segmentos mais pobres da sociedade. Críticas também se dirigem ao “espaço inventado” – estandardizado, sem autenticidade, definido como não-lugar, uma crítica recorrente feita a locais formatados para o turismo (CARLOS, 1999; A. B. RODRIGUES, 2006). No grupo “espaço assustador”, estariam os lugares marcados pelo crime, ou mais frequentemente pelo medo do crime; onde a liberdade é colocada em xeque por mecanismos públicos e privados de prevenção da criminalidade.

Diferentemente do mundo anglo-saxônico, onde se percebe um recorte da discussão voltado para as relações socioeconômicas e de planejamento urbano, no Brasil, o debate acerca da mistura entre público e privado leva ao cerne do imbricado *ethos* social brasileiro. Isso porque tal combinação perpassa, em maior grau, as relações não-objetivas, nem sempre compreendidas nas relações sociais formais. É o que Da Matta (1997) revelou com a analogia entre *a casa e a rua*, definidas não apenas como espaços geográficos ou físicos, mas, sobretudo, como campo de ação e interação social, domínios culturais institucionalizados em que se dão tanto relações concretas e formais quanto abstratas e sutis.

O antagonismo e, ao mesmo tempo, conciliação desses dois universos pode ser exemplificado por meio da trama do filme *O som ao redor*

(2013). No longa-metragem brasileiro, uma rua de classe média na zona sul do Recife aparece, justamente, como terreno da impessoalidade e da individualização, por isso, hostil e perigosa. No entanto, além de todos saberem da vida de todos, até a insegurança e o medo da violência são tratados no âmbito da informalidade, com base no personalismo, na intimidade e na intimidação. Isso denota que o indivíduo no Brasil sempre busca um lugar de reconhecimento como pessoa, em que a amizade, os laços de sangue e a simpatia façam-no sentir-se em casa. É possível, porém, que a casa também possa ser englobada pela rua. Aliás, é precisamente o que Da Matta (1997) observa nas cerimônias domésticas, como um aniversário mostrado no filme, em que o espaço doméstico se torna público. Ou seja, a sociologia do cotidiano dammatiana demonstra que há uma constante e contraditória oscilação entre a casa e a rua – o privado e o público – enraizada no *modus vivendi* brasileiro.

Todavia, distintamente de Holanda (1995), que condena severamente esse jeito brasileiro afeito a transformar o público em privado, tomando-o como resultado de um passado português retrógrado e coroadado de um insucesso que deve ser superado, o estudo metódico dos processos sociais em uma sociedade patrimonialista, paternalista e personalista como a brasileira exige aprofundamento analítico. Deste modo, sem negar os desafios colocados pela natureza mista, ambígua, intermediária e sinuosa que caracteriza a cultura brasileira, poder-se-á compreender a singularidade de seus dilemas. Da Matta (1997) mesmo não entende que a identidade brasileira é confusa ou errada, mas complexa e difusa, configurada por elementos diversos, muitas vezes paradoxais. Concomitantemente, problematiza a questão, especulando sobre a possibilidade de conciliar um sujeito malandro, alegre, criativo e personalista com um projeto político e de sociedade que também contemple os valores democráticos. Nesse sentido, pode-se acrescentar ainda uma noção menos utilitarista do espaço público, atualmente ampliado e profundamente alterado pela lógica midiática.

4. Uma nova tradição no novo espaço público

O campo dos *media* ocupa posição simbólica central na sociedade contemporânea, conforme já salientado anteriormente. Tal proeminência está destacada em diversos estudos e obras que refletem sobre a modernidade e a pós-modernidade, quase sempre oscilando entre extremos teóricos: disfóricos

e eufóricos, tecnófobos e tecnófilos ou apocalípticos e integrados, de acordo com a clássica divisão de Umberto Eco (2004). Não é pretensão nem objetivo deste ensaio traçar o estado da arte das diferentes posições teóricas, senão situar brevemente seus eixos basilares, a fim de aplicá-los à discussão sobre o novo espaço público.

Então, cabe ressaltar que, particularmente a partir da década de 1970, produziram-se também discursos moderados, como a análise sociológica do papel dos meios de comunicação na era moderna de Thompson (1998) e das características da cultura de massa de Morin (1997). Ambos, entretanto, buscando revisar concepções mais pessimistas, fundamentalmente da Escola Crítica, cujo conceito de indústria cultural – citado pela primeira vez em 1947, na *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO & HORKHEIMER, 1985) – ainda é bastante invocado por aqueles que enxergam os meios de comunicação como suportes culturais de alienação, padronização massificada, criação de estereótipos, maniqueísmo e hierarquização de produtos. Em sua raiz, é uma perspectiva que condena as tecnologias e sua aplicabilidade.

De outro lado, o tom otimista é prevalente entre os que percebem os aparatos comunicacionais e as novas tecnologias como auxiliares externos do desenvolvimento da humanidade, capazes de contribuir para impulsioná-la a estágios mais avançados. Nesta perspectiva, a despeito dos conflitos existentes na arena pública, os *media* também seriam instrumentos favoráveis à democracia. Aliás, um dos mais reconhecidos entusiastas da Web no meio acadêmico, Lévy (2000, 2001, 2004) acredita que as tecnologias da inteligência e a inteligência coletiva, conforme denomina, estão conduzindo a sociedade rumo à emergência de uma tecnodemocracia. Em sua visão, a democracia “é o regime que encoraja um pensamento coletivo da lei, isto é, traduz a inteligência coletiva em política” (LÉVY, 2000, p. 18). Esta forma de *intelligentsia* também é um dos eixos teóricos norteadores da cultura da convergência de Jenkins (2009, p. 30):

A inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder midiático. Estamos aprendendo a usar esse poder em nossas interações diárias dentro da cultura da convergência. Neste momento, estamos usando esse poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve estaremos aplicando essas habilidades a propósitos mais “sérios”. [...] A produção coletiva de significados, na cultura popular, está começando a mudar o funcionamento das religiões, da educação, do direito, da política, da publicidade e mesmo do setor militar.

Nota-se que o pensamento tecnófilo aposta na capacidade das novas formas de comunicação de ampliar “as capacidades cognitivas das pessoas e dos grupos, quer seja a memória, a percepção, a possibilidade de raciocínio, a aprendizagem ou a criação” (LE MOS & LÉVY, 2010, p. 14-15). E além de “epicentro da aquisição de conhecimentos” (LÉVY, 2001, p. 51), acredita-se na intercomunicação das redes digitais para expansão do mídia-ativismo e de uma nova dimensão da esfera pública, ocupada por um “ator social coletivo” (CASTELLS, 1999, p. 26).

Na contramão desse pensamento, Oliveira (2001) identifica uma tensão, senão grave ruptura, na relação dialética entre intelectuais, conhecimento e espaço público. O autor argumenta que a produção independente do conhecimento foi uma conquista da modernidade, responsável pela desprivatização do espaço, desvencilhando-o das formas tradicionais de dominação e poder, especialmente da Igreja e do Estado. Todavia, este triunfo da racionalidade moderna encontra-se ameaçado por uma radicalização do desencantamento do mundo, que conduz à própria negação do espaço público, ideia presente também nas reflexões de Giddens (1991) sobre a modernidade.

Entre os sintomas dessa síntese negativa, estaria o acúmulo e recrudescimento das especializações, cuja lógica provoca o declínio dos intelectuais (TOURAINÉ, 1994) e afasta o público dos novos saberes, transformando-os em mera mercadoria. Retomando o conceito-chave da Teoria Crítica, Oliveira (2001, p. 127-128) aponta que a indústria cultural reduziu o conhecimento a um simulacro, codificado e decodificado como uma gama de informações dispersas. Por isso, conclui que “hoje sabemos apenas, – ou pensamos saber e na verdade nada sabemos”. Nessa perspectiva, indica o autor que, no domínio da informação midiaticizada, os intelectuais tornaram-se comunicadores e o público um espectador passivo, pois “não há interlocução na comunicação”.

Sendo assim, a publicização resumiria e reduziria o espaço público, prescindindo da pólis e do outro para sua produção e reprodução; o que se aproxima do entendimento de Virilio (1989, p. 134) acerca da dissolução do espaço público clássico: “estamos, pois, juntos diante de uma imagem pública, que substitui a praça pública, mas separados, cada qual em sua casa”. Concomitantemente, remete-se a certa melancolia, de um espaço perdido, tal qual a “velha cidade” do século de XIX aludida na obra de Jane Jacobs (2000), que Berman (1986, p. 300) recupera com saudosismo, sugerindo resistência ao

modelo espacial da modernidade:

Devemos, pois, nos empenhar para manter vivo esse “velho” ambiente, por sua capacidade peculiar de alimentar as experiências e os valores modernos: a liberdade da cidade, uma ordem que existe num estado de perpétuo movimento e mudança, a comunhão e a comunicação face a face [...]. O corolário prático de tudo isso [...] é que na nossa vida urbana, em benefício do moderno, precisamos preservar o velho e resistir ao novo.

Dissolução do espaço público, privatização da vida e uma forma de subjetividade antipública seriam, portanto, tendências geradas pelo *modus operandi* da modernidade e sua “grande indústria cultural” (OLIVEIRA, 2001, p. 129). Nessa perspectiva, a tecnologia, em seu “movimento minimalista”, busca o confinamento da multiplicidade dos indivíduos, a substituição da convivência, encolhendo e privatizando a arena pública. Apesar de advertir que “não se trata apenas da propaganda raivosa”, as afirmações de Oliveira (2001, p. 129-132) vão de encontro àquela concepção de espaço público ampliado, no qual há cooperação, emissões livres e compartilhamento de informação numa extensa rede intercomunicativa (CASTELLS, 2000; MITCHELL, 2002; LÉVY, 2004; JENKINS, 2009).

Uma visão mais ponderada e contextual sobre a questão do espaço público nas sociedades contemporâneas é apresentada por Innerarity (2010). O filósofo basco percebe a ausência de centralidade espacial como característica elementar da contemporaneidade, marcada pela globalização e o multiculturalismo. Ao mesmo tempo, revigoram-se os particularismos, a segmentação social e o individualismo, o que articula uma democracia voltada para interesses específicos, pontuais e fugazes, tal como ocorreu com as manifestações contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, em junho de 2013. Uma forma de participação baseada em *issues* (temáticas), identificada no clássico estudo de Riker (1996) sobre a campanha para ratificação da Constituição norte-americana.

No entanto, a recente revolta no Brasil ganhou repercussão nacional, atingindo centenas de cidade, que viveram uma insurreição generalizada contra a precariedade dos serviços públicos, a corrupção e os gastos abusivos com a Copa do Mundo no Brasil, subvertendo a lógica dos *issues*. A repercussão do movimento é avaliada no documentário *Junho: o mês que abalou o Brasil* (2014) por jornalistas, intelectuais e líderes dos protestos, cujos depoimentos corroboram outros apontamentos feitos por Innerarity (2010),

particularmente no tocante à crise de representatividade política na atualidade. Em face da desinstitucionalização crescente, a política afasta-se dos indivíduos, abrindo caminho para a privatização do público e a politização do privado, evidenciados durante os protestos por meio de ataques tanto contra o patrimônio público quanto privado.

Aliás, politização do privado e privatização do público também são a base dos recentes escândalos políticos no Brasil, deflagrados pela Operação Lava-Jato. Uma conjunção de irregularidades partidárias, corporativas, político-financeiras e de poder – tanto do âmbito público para o privado quanto o inverso – que desafia a taxonomia dos escândalos da esfera política de Thompson (2002). O fôlego e extensão das investigações devem-se, em grande medida, à sua exposição midiática, cuja capacidade de interferir no poder simbólico – a reputação e a confiança – impõe padrões de conduta à vida pública, mesmo que preservados apenas diante dos holofotes. Como salienta o autor, “nessa era de visibilidade midiática, os que ocupam ou aspiram posições de poder estarão sujeitos a um grau de escrutínio público que excede em muito aquele que seus predecessores foram obrigados a suportar [...]” (THOMPSON, 2002, p. 325).

Tal regime de visibilidade pública implica ainda no oportunismo midiático. Não por acaso, tem sido a peça-chave de operações policiais e ações do judiciário brasileiro, bem como o “ser visto” foi a principal preocupação de muitos deputados que participaram da sessão que aprovou o prosseguimento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Alguns deles preocuparam-se em falar diretamente às câmeras e muitos outros fizeram do plenário a própria casa, citando e homenageando familiares, ao estilo do brasileiro descrito por Da Matta (1997). Notadamente, é a materialização do que alguns analistas definem como crise da democracia representativa, que Novaro (1995) caracterizou como um cenário de enfraquecimento dos partidos e organizações sociais, personalização da política e emergência de uma nova forma de mediação.

Nesse sentido, Innerarity (2010) também destaca o papel central ocupado pelos meios de comunicação na nova arena pública. Assume, no entanto, tom mais ameno que aquele adotado por Oliveira (2001), reconhecendo a agenda da mídia como a *nova tradição*, na qual temas, juízos, comportamentos, valores e esquemas estabelecidos são reconhecidos como tácitos e comuns, engendrando uma espécie de realidade midiaticizada. Uma forma de representação política que Manin (1995), em perspectiva otimista,

denominou “democracia de plateia”. Ao invés de uma crise da democracia representativa e declínio da vida pública, o autor enxerga uma transformação nas formas tradicionais de representação política e a emergência de um novo modelo. O atual padrão está, portanto, centrado nos meios de comunicação, para os quais se canalizam tanto o debate público como a própria “liberdade de opinião pública” (MANIN, 1995, p. 6). O desafio, então, é pensar o espaço público com base neste padrão de civilidade e sociabilidade mediatizado.

O problema que hoje enfrentamos consiste em como pensar a cidade quando temos redes em vez de vizinhança [...] quando há já muito tempo o debate público se efetua num espaço virtual, quando as ruas e as praças deixaram de ser os principais lugares de encontro e encenação. A questão consiste em saber se o espaço público, como espaço de experiência humana intersubjetiva, essencial à democracia, necessita de um tipo de espaço físico segundo o modelo grego, medieval, renascentista, burguês, ou se essa antiga relação entre civilização e urbanidade se pode realizar fora dos espaços da cidade clássica europeia (INNERARITY, 2010, p. 136).

A partir desse prisma, vislumbra-se a necessidade da prática reflexiva, que leve a uma nova compreensão do espaço público, pois este “já não é somente o lugar da comunicação de cada sociedade consigo própria mas também o lugar de uma comunicação entre sociedades diferentes umas das outras” (INNERARITY, 2010, p. 15). Um pensamento, portanto, capaz de abarcar a ideia de uma democracia global e multicultural, contemplando, ao mesmo tempo, a amplitude dos particularismos políticos e culturais das sociedades. Com efeito, uma utopia apropriada para este tempo de intensas convulsões sociais no Brasil e no mundo.

5. Considerações finais

Longe de almejar o esgotamento de um tema tão amplo e em efervescência – envolto por variados, difusos e antagônicos posicionamentos, conceitos, interesses e ideologias – este artigo reassume, antes de qualquer propósito, sua condição de discussão preliminar. Nesse sentido, corrobora com a tese de que se impõe a necessidade de uma nova reflexão sobre o espaço público, apontando a urgência de ressignificar os *media* em tal contexto. Isto implica, primeiramente, superar as concepções apologéticas de matriz frankfurtiana, bem como tecnófilas.

Muitas vezes, falta a uma o que sobra à outra. Aos neo-frankfurtianos, uma compreensão mais interna da mídia – compreendida, interpretada e vivida por dentro, sob a perspectiva de quem produz (emissor). Aos apologistas da tecnologia, uma compreensão mais externa, desconectada, sob a perspectiva de quem recebe (receptor) e, hoje, também produz conteúdo – embora, na maioria das vezes, incompatível com aquele gerado pela mídia tradicional. Este é outro equívoco sobre o qual se deve refletir com parcimônia. Considerar o potencial *mass-médiatique* dos indivíduos, mesmo que em conjunto ou reunidos em grupos sociais, em patamar de igualdade com as corporações midiáticas soa como otimismo exacerbado.

A despeito da ampliação dos *gatekeepers*, a esfera midiática clássica ainda detém a hegemonia da função de legitimação do debate público. Tanto que Umberto Eco – já nos últimos meses de vida, ao receber título de doutor honoris causa em comunicação e cultura na Universidade de Turim, na Itália – advertiu que especialistas filtrassem as informações da Web, para conter o que denominou “legião de imbecis”. E completou de modo sarcástico: “O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade.” Não obstante o caráter agressivo e, talvez, eivado de algum preconceito academicista, a crítica aponta que a liberação da emissão, do direito à palavra, pode contribuir para ampliar as vozes na mídia, mas ainda está distante de ser a solução para a isenção e confiabilidade das informações, tampouco para a concentração de propriedade da mídia.

É manifesto que determinados segmentos, como a mídia impressa, passam por dificuldades, assim como as organizações do setor da comunicação como um todo estão buscando adaptar-se ao novo contexto social. E a lógica futura talvez seja mais sinérgica do que entrópica. Como as manifestações de junho de 2013 no Brasil, impulsionadas a partir das redes sociais e que foram expandindo-se em ritmo ainda mais acelerado à medida que ganhavam maior visibilidade na mídia tradicional. Esta, por sua vez, foi impelida a seguir acompanhando a evolução do movimento na medida em que crescia.

A ideia de que há uma conspiração manipulatória enraizada nos produtos e espaços midiáticos joga numa vala comum tanto as posições antidemocráticas e antirrepublicanas já tomadas por organizações de mídia quanto os processos emancipatórios e de ampliação do debate público promovido no âmbito dos media. Por outro lado, a euforia tecnológica e ciberdemocrática, muitas vezes, confere ao campo da comunicação midiática um status de poder paralelo e autônomo, desconsiderando que se trata de uma

autonomia delegada – pelos indivíduos e por outros campos sociais. Desta forma, também jogam uma nuvem de poeira frente aos dilemas da mediação crescente do espaço público contemporâneo, como se os efeitos disso fossem presumidamente favoráveis à democracia e à cidadania. Nesse aspecto, Innerarity (2013, p. 18) enfatiza um instigante axioma: “As pessoas que transformam as sociedades são os moderados, não os radicais”.

Com efeito, a noção clássica de espaço público não corresponde mais às características e desafios desta sociedade global-mediatizada. Ao mesmo tempo, a própria dinamicidade das transformações e convulsões vividas no âmbito do espaço público contemporâneo dificulta a tarefa de interpretá-lo sociologicamente, particularmente no tocante à sua interface com os *media*. Fato é que se trata de uma relação estreita, num espaço-tempo que impõe um *ethos* distinto à vida pública, fortemente ancorada pelos processos de mediação midiática. As mudanças sociais em andamento dependem de uma prática reflexiva que repense esta ambiência sociocultural, evitando o que Cassirer (1994, p. 40) pontuou, em sua analogia à filosofia de Nietzsche e às teorias marxista e freudiana, como um leito de Procustoⁱⁱⁱ, “no qual os fatos empíricos são esticados para amoldar-se a um padrão preconcebido”. Ou seja, ao invés de moldar a realidade à fôrma teórica, produzir-se análises e conceitos disruptivos, que correspondam à realidade do novo espaço público.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *A Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRASIL. *Lei 10.406*, de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil Brasileiro. Brasília, Câmara dos Deputados, 2002.

BUONANNO, M. Além da proximidade cultural: não contra a identidade, mas a favor da alteridade. Para uma nova teoria crítica dos fluxos televisivos internacionais. In: M. I. LOPES, *Telenovela*: internacionalização e interculturalidade. São Paulo: Loyola, 2004, p. 331-360.

CARLOS, A. F. O turismo e a produção do não-lugar. In: E. YÁZIGI; A. F. CARLOS; R. CRUZ (Orgs.), *Turismo*: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 25-39.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part

One: Critique. *Journal of Urban Design*, v. 15, n. 1, p. 123-148, 2010.

CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A. M. *Public Space* (Cambridge Series in Environment and Behavior). New York: Cambridge University Press, 1993.

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A sociedade em rede* (8 ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DA MATTA, R. *A casa & a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil (5 ed.). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUNEIER, M.; HASAN, H.; CARTER, O. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000.

ECO, U. *Apocalípticos e integrados* (6 ed.). São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERRAZ, C. B. O estudo geográfico dos elementos culturais - considerações para além da Geografia Cultural. *Terra Livre*, v. 2, n. 29, p. 29-50, 2007.

FERREIRA, P. E. *Apropriação do espaço urbano e as políticas de intervenção urbana e habitacional no centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, P. C. da C. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GURZA-LAVALLE, A. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. *Espaço & Debates*, v. 25, n. 46, p. 33-44, 2005.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HJARVARD, S. Mídiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2013.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* (26 ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INNERARITY, D. *O novo espaço público*. Lisboa: Texto Editores, 2010.

_____. Daniel Innerarity: As pessoas que transformam as sociedades são os moderados. *Público* (B. Reis, Entrevistador), Lisboa: Público, p. 16-19, 15 set. 2013.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades norte-americanas*. São Paulo, Martins Fontes, 2000 [1961].

JENKINS, H. *Cultura da Convergência*: a colisão entre os velhos e novos meios de

comunicação (2 ed.). São Paulo: Aleph, 2009.

JUNHO - O mês que abalou o Brasil. Direção: João Wainer. São Paulo: TV Folha. 1 DVD (72 min), documentário, 2014.

LE MOS, A., & LÉVY, P. *O futuro da Internet*: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. *Cibercultura* (2 ed.). São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *Conexão Planetária*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

_____. Pela Ciberdemocracia. In: D. Moraes (Org.), *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder* (2 ed.). Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 367-384.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 1-24, 1995.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem* (3 ed.). São Paulo: Cultrix, 1971.

MITCHELL, W. J. *E-topia*: a vida urbana – mas não como a conhecemos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

MOUDON, A. V. (ed.) *Public Streets for Public Use*. New York: Columbia University, 1991.

MORIN, E. *Cultura de massa no século XX*: o espírito do tempo. Volume I - Neurose (9 ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NOVARO, M. O debate contemporâneo sobre a representação política. *Novos Estudos Cebrap*, n. 42, p. 77-90, 1995.

O SOM AO REDOR. Direção: Kleber Mendonça Filho (2013). Brasil. 1 DVD (131 min), documentário, 2013.

OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p. 125-132, 2001.

OLIVEIRA, L. A., & FERNANDES, A. B. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. *Estudos Filosóficos*, n. 6, p. 116-130, 2011.

RIKER, W. H. *The strategy of rhetoric*: campaigning for the American Constitution. New Haven: Yale University Press, 1996.

RODRIGUES, A. B. Espaços de turismo e de lazer urbanos - uma leitura geográfica. *Aportes y Transferencias*, v. 10, n. 1, p. 22-34, 2006.

RODRIGUES, A. D. *Estratégias de comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SENNETT, R. *O declínio do homem público* - As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, J. C. Princípios e dogmas: A ética e o leito de Procusto, 15 abr. 2009. *Uol Educação – Filosofia*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/principios-e-dogmas-a-etica-e-o-leito-de-procusto.htm>> Acesso em: 17/3/2016.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIRILIO, P. Entrevista com Paul Virilio. *América Depoimentos* (L. G. Santos, Entrevistador; N. Beirão, Editor) Rio de Janeiro, São Paulo: Videofilmes, Companhia das Letras, p. 132-140, 1989.

_____. *O espaço crítico: as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

WILLIAMS, A. M. Mobilities and sustainable tourism: path-creating or path-dependent relationships? *Journal of Sustainable Tourism*, v. 21, n. 4, p. 511-531, 2013.

XAVIER, M. M. *Espaços exteriores públicos*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Departamento de Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2006.

-
- i “there has been a stretching, intensification and interpenetration of the social relations that constitute globalization [...]: a shift not so much from the local to the global, as towards the global interconnection of people and places [...]”.
 - ii Habermas (1984) associa o declínio da esfera pública moderna ou burguesa à consolidação do capitalismo, cuja dinâmica teria levado à mistura entre público e privado. O surgimento dos conglomerados de comunicação de massa seria responsável pela aceleração deste processo, por meio da comercialização de bens simbólicos e descentralização dos processos comunicativos.
 - iii Na mitologia grega, o leito de Procusto representa uma crítica aos dogmáticos, que desconsideram os limites impostos pela realidade, obrigando que esta se adeque aos seus imperativos morais. “Procusto é um bandido que assalta viajantes e os obriga a se deitar em seu leito de ferro. Caso a vítima seja maior que o leito, Procusto amputa o excesso de comprimento: se é menor, estica. Como nenhuma pessoa é exatamente do tamanho da cama, ninguém sobrevive” (Silva, 2009, *online*).

